

25.2

Teoria & Sociedade

ISSN: 1518-4471

Revista dos Departamentos de
Antropologia e Arqueologia,
Ciência Política e
Sociologia

U F M G

Teoria & Sociedade, Revista dos Departamentos de Antropologia e Arqueologia, Ciência Política e Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, é uma publicação periódica semestral destinada a veicular trabalhos teóricos e empíricos sobre temas de interesse das áreas das ciências sociais

em suas múltiplas vertentes intelectuais. Tendo uma abrangência ampla e plural, Teoria & Sociedade publica artigos inéditos e ensaios bibliográficos que tenham passado pelo crivo de pareceristas anônimos designados pela Comissão Editorial, assim como resenhas e traduções inéditas no Brasil.

EDITORA

Mariana Petry Cabral

EQUIPE TÉCNICA

Secretário Editorial:

Cristiano Araújo Coelho

COMISSÃO EDITORIAL

Bruno Pinheiro Wanderley Reis

Carlos Ranulfo Félix de Melo

Daniel Schroeter Simão

Eduardo Viana Vargas

Renarde Ferreira Nobre

Vera Alice Cardoso Silva

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Augusto Pereira Prates- UFMG

Antonio Fernando Mitre- UFMG

Archibald Haller- UW–Madison

Benício Viero Schmidt- PUC-RS

Bernardo Sorj- UFRJ

Bila Sorj-UFRJ

Bill Smith- Stanford University e Miami University

Carlos Aurélio P. de Faria- PUC MINAS

Celina Souza- UFBA

Daniel Pecaui- EHESS, Paris

Elisa Reis- UFRJ

Fábio Wanderley Reis- UFMG

Fátima Anastasia- UFMG

Gustavo Lins Ribeiro- UnB

Jean-Michel Blanquer- DGESCO- Paris

José Eisenberg- UFRJ

Juarez Rocha Guimarães- UFMG

Leonardo Avritzer- UFMG

Leonardo Fígoli- UFMG

Maroli Pompermayer- UFMG

Marco Cepik- UFRGS

Maria D'Alva Gil Kinzo- USP

Maria das Mercês G. Somarriba- FJP

Maria Lígia Oliveira Barbosa- UFRJ

Marta Araújo- CES- Coimbra

Martin Bauer- LSE- Londres

Mirian Goldenberg- Museu Nacional/ UFRJ

Mônica Mata Machado de Castro- UFMG

Nelson do Valle Silva- IUPERJ

Neuma Aguiar- UFMG

Otávio Dulci- UFMG

Peter Fry- UFRJ

Pierre Sanchis- UFMG

Renan Springer de Freitas- UFMG

Renato Bosghi- IUPERJ

Roberto Grün- UFSCar

Rodrigo Duarte- UFMG

Sérgio Azevedo- UENF

Silvia Maezo- CES- Coimbra

Tânia Quintaneiro- UFMG

Teoria & Sociedade

REDAÇÃO

Teoria & Sociedade

Departamento de Antropologia e Arqueologia

Departamento de Ciência Política

Departamento de Sociologia

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Universidade Federal de Minas Gerais

Av. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha

31270-901 - Belo Horizonte, MG - Brasil

<http://www.teoriaesociedade.fafich.ufmg.br>

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida,
desde que citada a fonte.

© 2018 , DAA-DCP-DSO/UFMG

Número publicado com recursos da Faculdade
de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG

ATENDIMENTO

teoriaesociedade@gmail.com

Teoria & Sociedade

Revista dos Departamentos de Antropologia e Arqueologia, Ciência Política e Sociologia - UFMG

Belo Horizonte, 25.2, julho - dezembro 2017. Circulação 2019. Semestral.

ISSN: 1518-4471

1) Teoria Social - Periódicos. 2) Política - Periódicos. 3) Sociologia - Periódicos.

4) Antropologia e Arqueologia - Periódicos. 4) Universidade Federal de Minas Gerais

25.2

Teoria  Sociedade

ISSN: 1518-4471

Revista dos Departamentos de
Antropologia e Arqueologia,
Ciência Política e
Sociologia

U F M G

SUMÁRIO *Summary*

- A AGENDA DA PROPAGANDA NEGATIVA NA CAMPANHA DE 2014 1
The negative agenda in the 2014 campaign
LUCY OLIVEIRA MAIA
MÉRCIA ALVES
- A IDEOLOGIA NO BANCO DOS RÉUS: A “ESCOLA SEM PARTIDO” E A 27
FANTASIA DA NEUTRALIDADE DO PROCESSO EDUCATIVO
*Ideology on Trial: The “No School Party” And Fantasy Of The
Neutrality Of The Educational Process*
CEZAR LUIZ DE MARI
JULIO CESAR ABRANCHES GUIMARÃES
- A MÍDIA COMO OBJETO DE ESTUDO DA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA: 39
ANÁLISE DA PRODUÇÃO EM PERIÓDICOS QUALIFICADOS
*The media as object of study of Brazilian political
science: analysis of production in qualified journals*
ANTONIO TEIXEIRA DE BARROS
LUCAS EMANOEL SILVA
- CONFLITOS E TENSÕES ENTRE BDSM E FEMINISMO: ALGO MUDOU? 73
*Conflicts and Tensions between BDSM and Feminism: Has
something changed?*
ANDRESSA CAROLINA DO NASCIMENTO NUNES
RAFAEL DIOGO PEREIRA
- CONTROVÉRSIAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE CIENTISTAS SOCIAIS EM 96
DEBATES LEGISLATIVOS: ESTUDO SOBRE A CÂMARA DOS DEPUTADOS
*Controversies on The Participation Of Social Scientists In
Legislative Debates: Study on The Brazilian Chamber Of Deputies*
ANTONIO TEIXEIRA DE BARROS

EDUCAÇÃO MUSICAL EM FAMÍLIA: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DAS FAMÍLIAS DE CARLI E SILVA <i>Family Music Education: A case study from families De Carli and Silva</i> GIÁCOMO DE CARLI DA SILVA CRISTINA ROLIM WOLFFENBÜTTEL SANDRA MONTEIRO LEMOS	117
ÉMILE DURKHEIM E A EDUCAÇÃO MORAL: A FORMAÇÃO DO CIDADÃO REPUBLICANO <i>Émile Durkheim And Moral Education: The Formation Of The Republican Citizen</i> SIDNEI FERREIRA DE VARES	143
JUVENTUDE, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E MOVIMENTOS SOCIAIS: REFLEXÕES CRÍTICAS <i>Youth, political participation and social movements: critical reflections</i> PAULO VITORINO FONTES	161
NO JORNAL E NO TRIBUNAL: CONTROVÉRSIAS DISCURSIVAS SOBRE A LEI MARIA DA PENHA <i>In the newspaper and in the court: Discursive Controversies about the Maria da Penha Law</i> RAYZA SARMENTO LUCIANA ANDRADE	176



A AGENDA DA PROPAGANDA NEGATIVA NA CAMPANHA DE 2014¹

LUCY OLIVEIRA MAIA²
MÉRCIA ALVES³

RESUMO

Utilizadas de forma intensiva durante as campanhas eleitorais, a propaganda negativa é um aspecto fundamental para entender as disputas políticas e a própria democracia moderna. Assim, o objetivo do artigo é analisar a agenda de ataques nas campanhas eleitorais. Para tanto, serão explorados os programas exibidos pelo HGPE nos dois turnos dos principais candidatos à presidência da República em 2014: Aécio Neves (PSDB), Dilma Rousseff (PT).

PALAVRAS-CHAVE

Campanhas Eleitorais; Propaganda Negativa; HGPE; Eleições 2014.

- 1 Pesquisa desenvolvida com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
- 2 Pós-doutoranda pela FAPESP/CEBRAP, doutora em Ciência Política (PPGPOL/UFSCar), membro do Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais (NECI/USP) e do grupo de pesquisa Comunicação Política, Partidos e Eleições (CPPE/UFSCar). E-mail: lucyjorn.al@gmail.com.
- 3 Doutoranda em Ciência Política (PPGPOL/UFSCar); membro do grupo de pesquisa Comunicação Política, Partidos e Eleições da UFSCar e do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política – NEAMP PUC/SP. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: mercia_f.alves@hotmail.com.

The negative agenda in the 2014 campaign

ABSTRACT

Used intensively in the electoral campaigns, negative propaganda is a fundamental aspect to understand political disputes and modern democracy. That way, the goal of the article is to analyze the agenda of attacks in the electoral campaigns. For this purpose, the HGPE's programs presented in the two rounds of the main candidates for the presidency of the Republic in 2014 will be explored: Aécio Neves (PSDB), Dilma Rousseff (PT).

KEYWORDS

Electoral Campaigns; Negative Propaganda; HGPE; Elections 2014.

SOBRE OS AUTORES

LUCY OLIVEIRA MAIA

Pós-doutoranda pela FAPESP, doutora em Ciência Política (UFSCar), pesquisadora NECI/CEBRAP e CPPE/UFSCar e consultora em Data Science. Realiza pesquisas na área de comunicação e política, tendo como foco as agendas conformadas pelo campo político e midiático, perpassando temas como discursos presidenciais, presidencialismo de coalizão, agenda setting, campanhas eleitorais, democracia e propaganda negativa. Atualmente é Professional Trainer em MAXQDA e ministra cursos livres sobre softwares de mix methods. Foi docente em metodologia da pesquisa e TCC na Sociedade de Ensino Universitário do Nordeste (SEUNE). É mestre em Sociologia e graduada em Comunicação Social (habilitação: jornalismo) pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

MÉRCIA ALVES

Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (PPGPOL / UFSCar), bolsista FAPESP. Obteve o título de Mestre e Bacharel em Ciências Sociais pela mesma instituição. É membro dos grupos de pesquisa Comunicação Política, Partidos e Eleições (UFSCar) e do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (PUC-SP). Durante o Mestrado e Graduação foi bolsista FAPESP. É editora do periódico Agenda Política (PPGPOL / UFSCar). Desenvolve pesquisas na área de Ciência Política, com ênfase em Comunicação Política, principalmente nos temas: mídia e eleições, campanhas eleitorais, HGPE, profissionalização de campanhas eleitorais, e campanhas eleitorais locais.

SUBMETIDO EM

01/08/2018

APROVADO EM

20/08/2018

1 - INTRODUÇÃO

O objetivo do artigo é analisar a agenda de ataques nas campanhas eleitorais a partir da análise de conteúdo do HGPE¹ dos dois principais candidatos à presidência da República em 2014 – a saber: Aécio Neves (PSDB) e Dilma Rousseff (PT) – no primeiro e segundo turno. Durante as eleições os programas exibidos pelo HGPE são relevantes porque marcam o início do tempo da política, ajudam na escolha eleitoral, seja por cristalizar as opções eleitorais ou por influir no processo de persuasão, e também tornam-se espaços importantes para os candidatos desenvolverem suas ideias e apresentarem seus projetos, o que esclarece seu posicionamento para os eleitores.

Ninguém conseguiria imaginar no início de 2013 que a corrida presidencial de 2014 seria tão quente. Muitos analistas até apontavam uma reeleição tranquila para a presidente Dilma Rousseff pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Mas não foi bem assim. A campanha foi marcada por oscilações importantes na preferência do eleitorado, que conduziram, por exemplo, à incerteza de quem iria para o segundo turno até a apuração das urnas do dia 05 de outubro. Assim, o cenário da disputa de 2014 é notadamente marcado por fatos que ocorrem ainda em 2013, como as manifestações de rua, o julgamento do mensalão, cenário econômico de aumento da inflação e queda de investimentos, denúncias de corrupção na Petrobrás e deflagração da operação Lava-Jato. Acrescenta-se a isso também fatos que ocorreram durante a corrida eleitoral, como a morte do candidato do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Eduardo Campos, e a sua substituição por Marina Silva (sem partido).

Elementos explorados nas campanhas dos principais candidatos e na agenda da propaganda negativa eleitoral ressaltam esses elementos já citados. Assim, a combinação entre problemas internos, insatisfação com a política e tragédias imprevistas transformam a disputa pela cadeira da presidência numa corrida cheia de altos e baixos, que acirrou a polarização entre esses as candidaturas dos dois partidos analisados nesse artigo. Neste sentido, temos como objetivo caracterizar e analisar as agendas da propaganda negativa eleitoral dos candidatos à luz da teorias de agenda-setting operacionalizando este arcabouço também como categoria analítica.

Partindo do princípio da importância da TV como variável para decisão do voto, e dos conceitos que embasam o artigo, a agenda de ataques se demonstrou um importante aspecto para compreensão da oscilação das intenções de voto durante o primeiro turno da campanha, e para o cenário subsequente, que culminaria na queda de Marina Silva, e principalmente acirramento da polarização entre PT e PSDB.

2 - CAMPANHAS E PROPAGANDA NEGATIVA

Utilizadas de forma intensiva durante as campanhas eleitorais, a propaganda negativa é um aspecto fundamental para entender as disputas políticas e a própria democracia moderna. Ela permite que sejam apresentadas as debilidades dos adversários políticos ou mesmo os riscos de projetos e decisões para um país, ampliando as frentes do debate democrático, mas também gerando rejeição, afastamento e, em termos de voto, inversão de posições (GEER, 2006). Sem a propaganda negativa, por exemplo, o eleitor

1 Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral.

não estaria informado sobre as consequências dos defeitos de um candidato, já que não se espera que um candidato “fale mal” de si mesmo (POLBORN e YI, 2005). Se considerarmos um cenário da *rational choice*, quando a mobilização e a escolha do eleitor são tratadas como uma questão de avaliação entre custos e benefícios (DAHL, 2005; DOWNS, 1999), a propaganda negativa torna-se ainda mais relevante, já que ela permite um cálculo “mais exato” da escolha por considerar pontos positivos e negativos.

No Brasil, uma pesquisa recente com experimento controlados confirmou que os *spots* negativos de formato comparativo eram mais lembrados e eficientes sobre o voto do eleitorado, reforçando o entendimento de que a mensagem negativa surte efeito maior quando o formato é menos agressivo e que provoca o cálculo entre “eles e eu” (PIMENTEL JR, 2015). Neste sentido, Borba (2015) defende que a cultura política deve ser levada em consideração para entender os efeitos e o próprio uso dessa estratégia por parte das campanhas. Neste sentido, Desposato aponta que países latino-americanos possuem uma cultura política que desestimula a competição e estimula a cooperação, o que seria um desincentivo para o uso proeminente de ataques (BORBA, 2013). Desta forma, concordamos que a propaganda negativa é uma estratégia com potencial de alterar a intenção de votos e o cenário eleitoral das candidaturas, mas se usada de forma excessiva pode gerar um dos três principais efeitos rebote apontados pela literatura: efeito bumerangue, duplo impacto ou síndrome de vítima².

A despeito das discordâncias da literatura, percebemos que a propaganda negativa é então entendida como uma ação estratégica de campanha de um candidato que tem como objetivo ressaltar mais os defeitos do adversário ou da oposição, do que destacar ou enfatizar as virtudes de si mesmo, do partido ou seu posicionamento político (GARCÍA-BEAUDOUX, D’ADAMO E SLAVINSKY, 2005)³. Ao mesmo tempo, entendemos que a ambiguidade aparente na literatura sobre seus efeitos e suas possibilidades (GARCÍA BEAUDOUX E D’ADAMO, 2013a) dá ainda mais relevância aos estudos e pesquisas no sentido de identificar suas nuances, características e, principalmente, até onde ou em quais contextos esses efeitos se mantêm. Neste sentido, cabe ressaltar que diversos pesquisadores na Europa e na América Latina têm testado os modelos e conclusões resultantes das pesquisas americanas – que são tradicionais no campo – a fim de verificar se as mesmas premissas se mantêm. Um exemplo disso é a questão de “quem bate, perde” (PI-

2 O efeito bumerangue é aquele onde o autor dos ataques perde votos pelo aumento da rejeição ao fazer propaganda negativa contra seus adversários. A “Síndrome da Vítima” ocorre quando ao atacar um adversário, o autor mobiliza o apoio do eleitorado para o alvo do ataque que será considerado como “vítima de calúnias” e terá um incremento na intenção de votos. E no efeito intitulado “Duplo Impacto” os ataques acabam “derrubando” tanto o autor quanto o alvo dos ataques, gerando mais desmobilização no eleitorado ou incrementando, no caso de democracias multipartidárias, as intenções de voto para uma terceira via.

3 Sabemos que não há um consenso na literatura internacional sobre exatamente o que é propaganda negativa. Em alguns casos, considera-se que sejam apenas os golpes “abaixo da linha da cintura” ou mesmo qualquer estratégia de campanha que desqualifique um candidato, mesmo que não seja veiculada por uma candidatura adversária. Para agravar essa discussão, o fenômeno atualmente denominado de “fake News” e os boatos contra candidatos pode nos levar a um concepção alargada de propaganda negativa. Entretanto considerando que estamos tratando de campanhas eleitorais e de disputas claras entre adversários políticos – por isso, o cuidado com os efeitos rebotes e a importância do cálculo no uso dessa estratégia – consideramos propaganda negativa eleitoral todas as mensagens veiculadas durante a propaganda de uma candidatura que tenham como alvo – direto ou comparativo – seus adversários, com o objetivo de ressaltar características negativas perante o eleitorado. Essas características “negativas” não são fixas ou permanente e se constroem na linguagem publicitária, buscando por meio do argumento e do convencimento construir essa negatividade. Assim, a propaganda negativa eleitoral possui características básicas: é uma ação racional-estratégia, realizada no período eleitoral, tem como foco um candidato adversário, é uma mensagem de crítica veiculada/oriunda numa campanha adversária que utiliza a linguagem de propaganda.

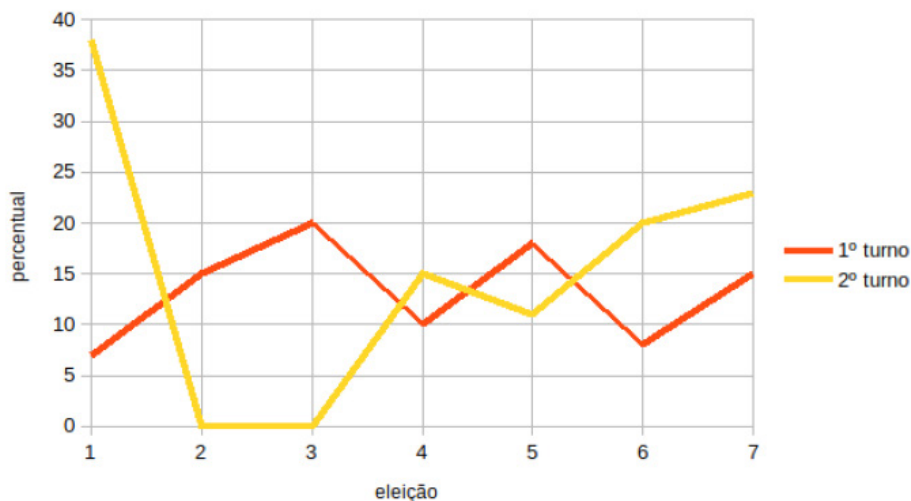
MENTEL JR, 2015). Outro exemplo está nas pesquisas que buscam verificar se a cultura política e os arranjos institucionais modificam os resultados encontrados na literatura americana (YOUNG, 2003; HOLTZ-BACHA E KAID, 1995; HOLTZ-BACHA E LESSINGER, 2004; SOKENSEN, 2003).

3 - A PROPAGANDA NEGATIVA ELEITORAL NA CAMPANHA DE 2014 NO BRASIL

Como apontam Borba, Veiga e Martins (2015), a propaganda negativa de 2014 teve comportamentos fora das premissas já mapeadas pelo campo de estudos, como o fato de que “quem lidera não olha para trás” ou mesmo de que “quem bate perde”. O clima de polarização e mudança estabelecidos pelo contexto anterior acabaram obrigando a presidente Dilma Rousseff (PT), mesmo na liderança da intenção de votos, a se valer da estratégia já na primeira semana de campanha. Além disso, ficou clara a relação entre os ataques sofridos por Marina e a queda na intenção de votos da ex-senadora, indicando que nem sempre quem “bate perde”.

Outro dado interessante é que esta eleição revelou um aumento das curvas de negatividade entre os pleitos presidenciais brasileiros disputados desde a redemocratização. Foi o segundo maior índice de propaganda negativa, em segundo turno, desde a disputa Collor x Lula, em 1989. Isso demonstra o acirramento da disputa que, nos dois turnos, levantou dúvidas sobre o vencedor até o último minuto.

Gráfico 1: Evolução da propaganda negativa eleitoral de 1989 a 2014 - Brasil



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Borba (2015)

Entretanto, observar a quantidade de tempo dedicado aos ataques não permite entender uma segunda característica importante desse tipo de estratégia: o conteúdo veiculado. Considerando que os assuntos debatidos na agenda da campanha são essenciais para o ambiente informacional do eleitorado, torna-se necessário caracterizar como essa agenda se conformou e quais temas tiveram destaque na crítica entre os adversários. Para tanto, apresentaremos a seguir a agenda dos ataques dois candidatos competitivos utilizados nas eleições presidenciais brasileiras de 2014. Começaremos pelo candidato de oposição já que são eles que, em campanhas acirradas ou não, recorrem aos ataques exatamente para poderem construir suas candidaturas como alternativa ao governo vigente.

Para atender ao objetivo proposto, o corpus foi composto de 91 programas em bloco (HGPE)⁴ veiculados no primeiro e segundo turnos da campanha presidencial de 2014. A escolha da propaganda eleitoral em bloco e das inserções deve-se ao fato de que pretendemos caracterizar a agenda de ataques veiculados no principal meio de propaganda política e eleitoral utilizados no país – a televisão.

Para identificar a agenda das mensagens utilizamos uma abordagem qualitativa da análise de conteúdo, com codificação em pares e testes de replicabilidade a partir do Kappa de Cohen (LIMA, 2013). As categorias analisadas foram estabelecidas a posteriori a partir de uma amostragem e depois submetidas ao debate, refinando os códigos e gerando uma tipologia depois replicada em todo o corpus.

Os programas eleitorais foram transcritos e divididos em segmentos num modelo desenvolvido pelo grupo de pesquisa “Comunicação Política, Partidos e Eleições (UFS-Car)” adaptado dos trabalhos de Albuquerque (1999) e Panke e Cervi (2011). Cada segmento foi então inicialmente classificado como positivo, negativo e de defesa.

Essa separação foi baseada nos seguintes critérios: positivo (quando ressalta as qualidades do candidato, apresenta propostas, constrói a imagem do candidato); negativo (quando faz crítica ao adversário, seu partido, aliados, organizações às quais ele está vinculado; quando o candidato se enaltece em comparação ao adversário) ou de defesa (quando o candidato antecipadamente apresenta justificativa para problemas que poderiam ser utilizados contra ele ou responde críticas recebidas sem criticar o adversário de volta), podendo um mesmo segmento possuir mais de um tipo de estratégia. Como pode-se observar, reunimos os segmentos comparativos e de ataques na mesma classificação - negativo - concordando com Steibel (2006).

Para definir a qual classificação o segmento pertencia, observamos ainda sobre quem a mensagem falava – o alvo. Este recurso serviu, principalmente, para classificar o material de campanha da presidente Dilma Rousseff (PT) que incorporou na campanha termos comuns às narrativas da oposição - como mudança (OLIVEIRA E GOBBI, 2015; FIGUEIREDO ET AL, 1997). No material trabalhado, os trechos de defesa eram estruturalmente semelhantes aos de ataques já que admitiam problemas na realidade brasileira, entretanto apontavam como responsável a crise mundial, a história, a estrutura de serviços. O alvo não era um adversário. Assim, não eram codificados como mensagem negativa. Ao passo que os segmentos em que o alvo era o adversários, quer seja para ser criticado, quer seja para ser comparado, foi codificado como negativo.

4 Consideramos os dois turnos totalizando 48 programas de Aécio Neves (PSDB) e 43 programas de Dilma Rousseff (PT). Apesar de terem os mesmos dias e as mesma quantidade de exibições, o números diferem porque consideramos apenas os programa inéditos, que, em sua maioria eram transmitidos no horário noturno. Quando eles eram diferentes no HGPE vespertino, também entrava na amostra.

Após essa classificação, todos os segmentos negativos foram separados e compuseram um subcorpus da propaganda negativa eleitoral especificamente⁵. Os segmentos deste subcorpus receberam as seguintes variáveis: n. de entrada; data de exibição (dia/mês); horário (manhã/noite); turno (1º/2º); autor (porta-voz/candidato/locutor off/entrevistado/apoiador/ convidado); alvo (partido/ candidato/ governo); trecho (transcrição da fala do segmento onde é feita a crítica). Por fim, cada trecho recebeu um código referente à agenda temática a qual pertenciam.

Como os temas da agenda entre os candidatos poderiam ser diferentes (educação, saúde, corrupção), depois de identificados especificamente, eles foram reorganizados em “tipos gerais”⁶. Como descrito abaixo:

A) Personalidade: críticas pessoais trazendo características pessoais ou da vida privada.

B) Política: temas voltados para a trajetória administrativa do adversário ou atributos que um – gestor público|| deveria ter para garantir um bom governo no futuro. Esta foi subdividida em outras três:

B.1. Administrativo: se refere à sua qualificação como administrador (passado). Exemplo: incompetência, governa para o partido e não para o povo;

B.2. Temático: áreas de políticas públicas que foram creditadas à má administração do adversário. Exemplo: educação, saúde, segurança, emprego;

B.3. Atributos políticos: se refere às características públicas que o candidato deveria ter para governar bem (futuro). Exemplo: falta de base parlamentar;

C) Programático: os temas que tratam das propostas de governo do candidato. O que ele irá fazer (futuro);

D) Campanha: críticas à campanha adversária. Exemplo: campanha mentirosa, desleal, ataques abaixo da cintura;

E) Outros: quando não se encaixava em nenhuma das outras categorias.

5 Durante a seleção dos segmentos não consideramos se o segmento seria predominantemente positivo, negativo, comparativo ou de defesa. Ou seja, o tempo dedicado ao ataque dentro do segmento não importava. Caso aparecesse alguma fala em que o alvo era o adversário ou houvesse uma comparação, este segmento inteiro era separado. Este recurso apesar de dificultar a mensuração da intensidade de ataques pelo fator “tempo utilizado” nos dá a vantagem de identificar temas que aparecem mesmo num discurso que não é predominantemente de crítica. Um exemplo disso foi o HGPE do candidato Aécio Neves (PSDB). Com pouco mais de 4 minutos de tempo de televisão, sua equipe usou grandes segmentos em que o candidato alternava entre críticas aos adversários e autopromoção. Se todo o segmento fosse desprezado, parte significativa dos ataques do candidato seria perdida, o que iria afetar a identificação da agenda de temas dos ataques de forma mais completa.

6 Esses tipos foram criados a partir de uma amostra aleatória dos segmentos. Assim, com fins de resumo, a agenda da propaganda negativa foi classificada em pessoal, administrativa, temática, atributos políticos, programática, campanha e outros. Cada segmento poderia ter mais um tipo.

3.1 - Propaganda negativa eleitoral de Aécio Neves (PSDB): papo reto e ataques diretos

A campanha eleitoral começa marcada pela morte do candidato Eduardo Campos (PSB). Mas isso não desmobiliza o clima de polarização entre PT e PSDB. O candidato tucano já começa suas críticas à candidata à reeleição pelo Partido dos Trabalhadores, a presidente Dilma Rousseff, já no primeiro programa seguindo este mesmo padrão em todos os outros veiculados durante sua campanha. No programa 1, adotando uma linguagem visual de estadista, ele faz um longo discurso sobre como Dilma teria perdido a oportunidade de melhorar o Brasil, como no trecho selecionado abaixo:

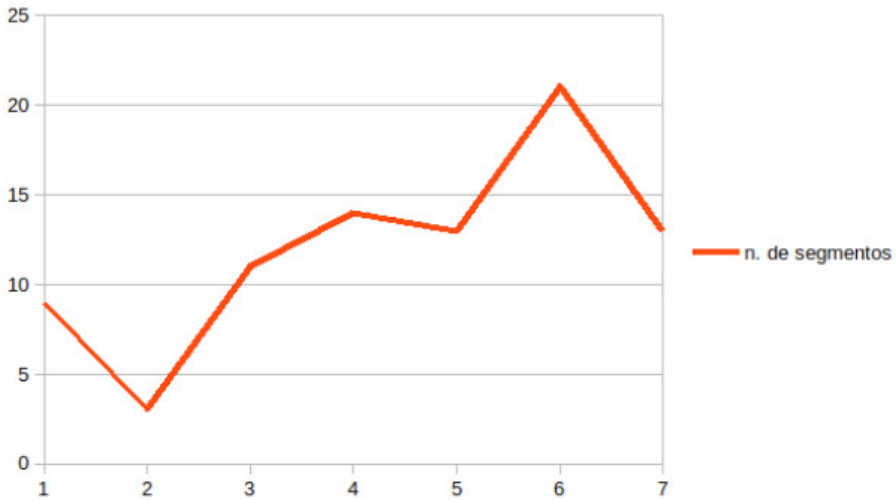
Mas infelizmente essa realidade vem mudando e a verdade é que hoje, o Brasil está pior do que estava a quatro anos atrás. O fato é que umas das principais conquistas que nos trouxeram até aqui hoje estão em risco. Problemas que já haviam sido superados estão agora voltando. A inflação já está aí de novo batendo na sua porta, entrando na sua casa. Na economia, o Brasil parou de crescer. E quando a economia não cresce, ninguém mais cresce e a vida não melhora. O Brasil que vinha bem, que tinha avançado, perdeu o rumo. Mas é importante que fique muito claro: o problema nunca foi e nem é o Brasil. O problema é a forma como o Brasil vem sendo governado. E quando o governo vira problema, aí sim, tudo vira problema. A saúde vira problema, a segurança, o transporte, a educação. Todos viram problemas. Por isso, é que a grande maioria dos brasileiros quer mudanças. E o Brasil pode mudar. Mas não é mudar por mudar. É mudar para melhorar. Mudar o que vem dando errado e fazer o que há muito tempo já deveria ter sido feito. O Brasil precisa de liderança. Liderança para organizar um governo que funcione. Um governo formado por gente capaz, preparada, sem importar de que partido elas são. Está na hora de o Brasil se unir para voltar a crescer. Essa é a mudança que eu acredito e é hora de nos unirmos em torno de um ousado projeto de país e não apenas em torno de um projeto de poder (HGPE AÉCIO, programa 1, segmento 1).

A escolha de Aécio se justifica porque, apesar da perda da popularidade, a presidente ainda entra na disputa liderando as pesquisas de intenção de votos e, com isso, torna-se alvo preferencial dos adversários. Ao todo foram 7 semanas de campanha e neste período foram separados 84 segmentos negativos com 162 entradas temáticas distribuídos conforme o Gráfico 2.

Percebe-se no Gráfico 2 que com o avanço da disputa aumenta o uso de ataques. Vale ressaltar ainda que este aumento é também ocasionado porque a campanha tucana começa a atacar Marina. Na terceira semana de campanha, as críticas à ex-ministra aumentam e convergem com o aumento do número total de segmentos de ataques. Mesmo assim, o alvo prioritário era a candidatura petista, com 116 entradas temáticas de crítica contra Dilma Rousseff (PT) e 31 contra Marina Silva (PSB).

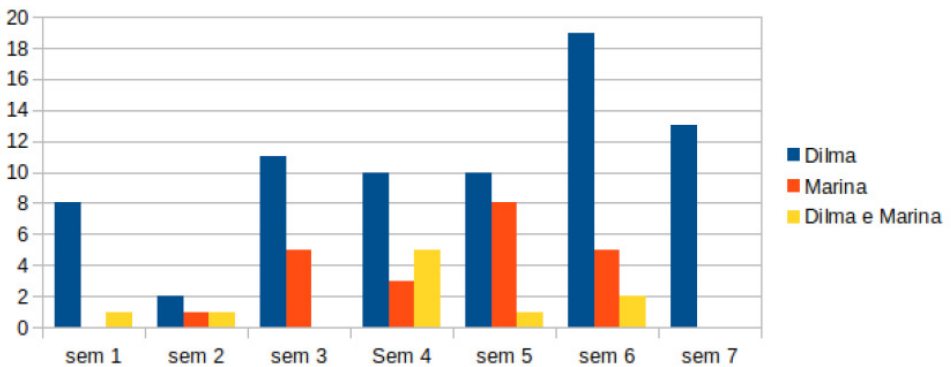
No Gráfico 3 percebemos ainda um terceiro alvo do candidato nomeado de “Dilma e Marina”. Estas receberam 15 entradas temáticas de crítica identificadas quando o candidato se referia às adversárias de forma geral ou quando a candidatura “colou” a imagem de Marina à Dilma. A estratégia era relembrar as origens petistas da ex-ministra destacando a contradição do “discurso do novo e da mudança” que a constituía como oposição e também permitindo que o conjunto de críticas feitas ao PT atingisse as duas candidatas ao mesmo tempo.

Gráfico 2: Segmentos negativos na campanha de Aécio Neves (PSDB)/1º turno



Fonte: Elaboração Própria

Gráfico 3: Quantidade de segmentos de ataques x alvo x semana - Aécio Neves (PSDB) 1º turno



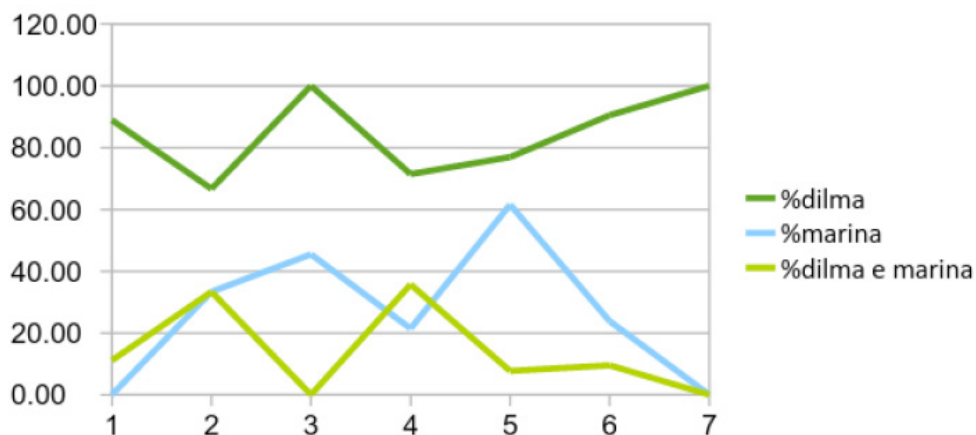
Fonte: Elaboração Própria

Neste sentido, codificamos os ataques com alvo duplo - Dilma e Marina - para identificar essa estratégia e não contaminar o número de segmentos de ataques em que as candidatas eram criticadas em separado. Entretanto, quando as duas candidatas aparecem no mesmo segmento, mas com argumentos e temas da crítica diferentes, elas foram

codificadas em separado. No gráfico 4, os valores do eixo y se referem a quantidade de segmentos de propaganda negativa foi destinado a cada uma das candidatas adversárias.

Mesmo com a entrada de uma terceira via a ser combatida que dividiu o poder de fogo da campanha tucana, o alvo preferencial de Aécio ainda foi a presidenta eleita. Isso se demonstra na presença de uma quantidade de ataques contra Dilma superior que aos ataques à “Marina” ou à “Dilma e Marina” em todas as semanas do HGPE do primeiro turno e o desaparecimento de Marina na última semana. Além disso, como mostra o gráfico abaixo, na semana 3, Dilma aparece em 11 dos 11 segmentos de propaganda negativa (100%), enquanto Marina é alvo em 5 dos 11 (45,45%). Na semana 7, Dilma figura novamente em 100% dos trechos e Marina em nenhum.

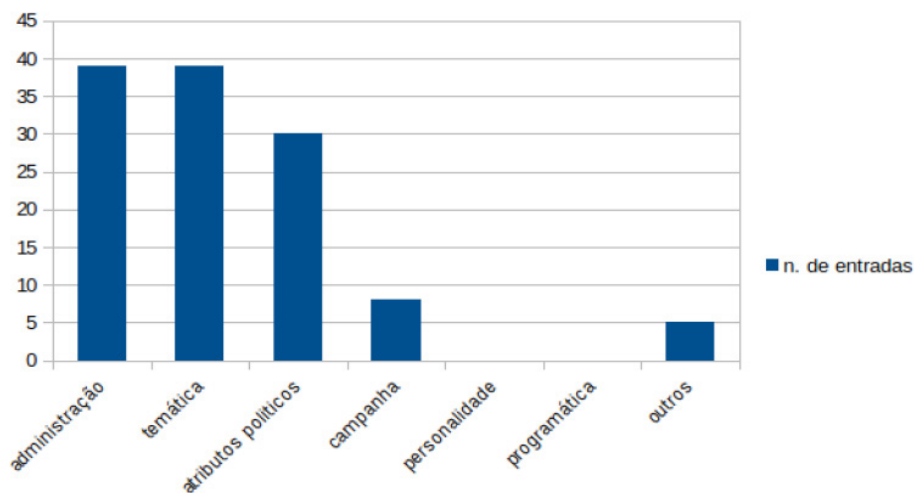
Gráfico 4: Percentual de segmentos de ataques x candidata x semana de campanha - Aécio Neves (PSDB) 1º turno



Fonte: Elaboração Própria

Em todos estes segmentos, diferentes temas foram utilizados pela candidatura tucana para criticar suas adversárias. Cada segmento assim poderia ter mais de um tema, o que gerou 173 entradas temáticas. Na agenda de ataques contra a presidente Dilma Rousseff, Aécio centrou fogo no seu desempenho administrativo (administração), nos baixos números do crescimento da economia (temático), na acusação de que a presidente, seu partido e seu governo estavam mais preocupados com o poder do que com o povo e nas denúncias de corrupção do Mensalão e da Petrobrás (atributos políticos). Ao todo foram codificados 121 entradas temáticas contra Dilma, o que representa 69,94% das codificações.

Gráfico 5: Tipos de agenda de Aécio Neves (PSDB) x Dilma Rousseff (PT)



Fonte: Elaboração Própria

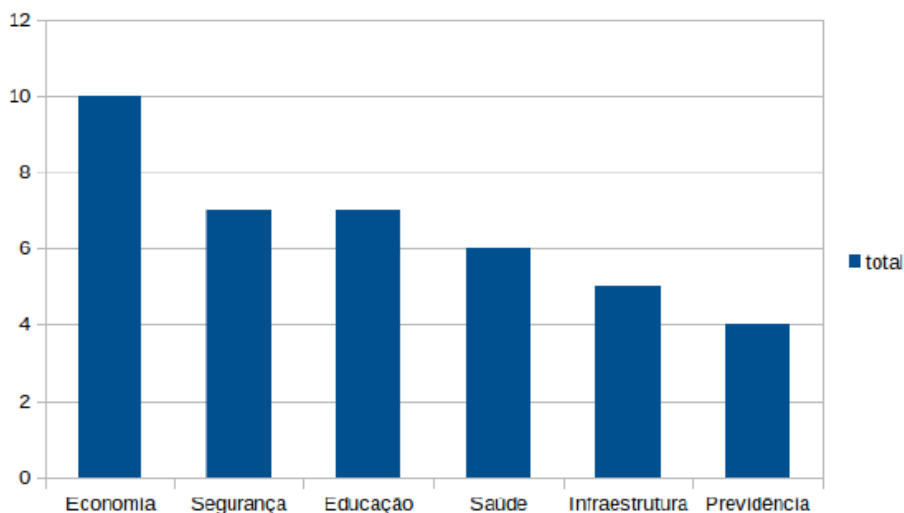
As agendas temática e administrativa foram as que receberam mais atenção, seguida dos atributos políticos. Isso se deve ao fato de que, por vezes, Aécio criticava Dilma Rousseff de forma específica, reclamando da saúde ou da economia do país (temática). Outros momentos a crítica não citava uma área específica, mas a administração em geral (administrativa). Os dois trechos a seguir servem como exemplo. No primeiro, Dilma é criticada administrativamente e no segundo tematicamente.

(...) Dilma teve essa oportunidade, mas o fato é que seu governo não deu certo e hoje o Brasil está pior que a quatro anos. Por isso que hoje a maioria dos brasileiros quer mudanças. E é justamente aí que começam as dúvidas. Mudar o que? Mudar como? Mudar com quem? Tem quem ache que essa mudança é só tirar o PT do governo e o assunto está encerrado. Eu até entendo. Mas essa é apenas uma parte da solução, porque, além de trocar aquilo que não funciona é preciso colocar no lugar um governo que funcione, que resolva os problemas das pessoas. Para que daqui a quatro anos não estejamos todos aqui de novo reclamando de um governo que não funciona (...) (HGPE AECIO - programa 6, segmento 12).

(...) O fato é que umas das principais conquistas que nos trouxeram até aqui hoje estão em risco. Problemas que já haviam sido superados estão agora voltando. A inflação já está aí de novo batendo na sua porta, entrando na sua casa. Na economia, o Brasil parou de crescer. E quando a economia não cresce, ninguém mais cresce e a vida não melhora. O Brasil que vinha bem, que tinha avançado, perdeu o rumo. Mas é importante que fique muito claro: o problema nunca foi e nem é o Brasil. O problema é a forma como o Brasil vem sendo governado. E quando o governo vira problema, aí sim, tudo vira problema. A saúde vira problema, a segurança, o transporte, a educação. Todos viram problemas (...) (HGPE AECIO - programa 1 - segmento 1).

Como é possível verificar nos trechos acima, a candidata à reeleição é criticada diretamente, pelo seu governo, com relação ao desempenho de áreas no país e também ao seu partido. A separação em administrativo e temático nos auxilia a perceber essa diferença. Além disso, qualificamos a agenda temática para verificar quais áreas estavam sendo mais ressaltadas nos ataques. Neste sentido, a economia seguiu em primeiro lugar, acompanhada de educação, segurança, saúde, infraestrutura e previdência. No item educação entraram as críticas à educação em geral e também à criação de creches no país, abaixo do número prometido. E no item segurança, entraram também as críticas em torno da proposta da maioria penal.

Gráfico 6: Temas da “agenda temática” de Aécio Neves (PSDB) x Dilma Rousseff (PT)



Fonte: Elaboração Própria

3.1.1 - Agenda dos ataques de Aécio no 2º turno

Com a equiparação do tempo de televisão, fortalecido pela reviravolta que o levou ao segundo turno e apenas 3 semanas de campanha, a candidatura de Aécio Neves dobra o número de segmentos de ataques em seus programas de HGPE. Enquanto no primeiro turno foram 85, no segundo turno foram 191 de um total de 842 segmentos. Isto representa 22,68% do total em contraposição aos 13% registrado no primeiro turno. O crescimento do número de segmentos dedicados aos ataques com relação ao crescimento geral dos segmentos foi quase 2 vezes maior, como demonstra a tabela ao lado.

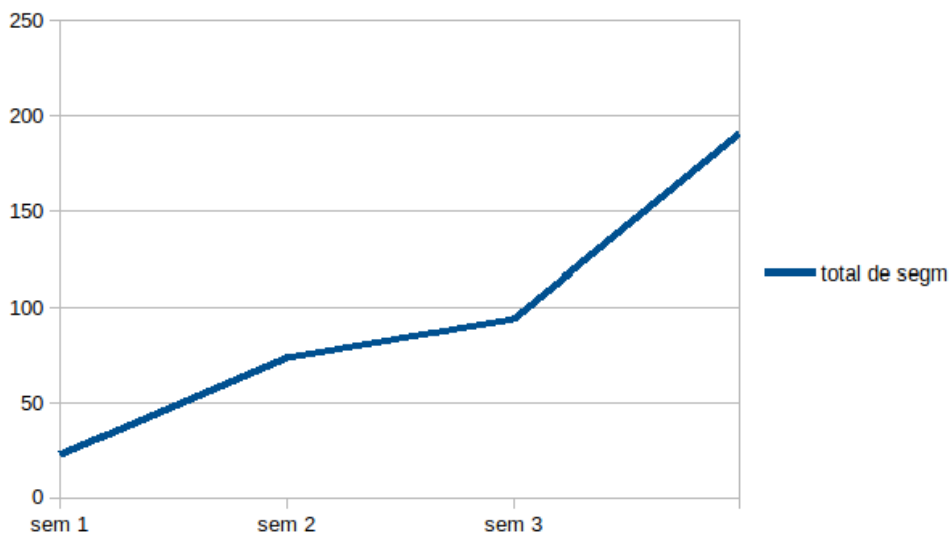
Tabela 1: Comparação entre quantidade de ataques de Aécio Neves (PSDB) nos 2 turnos

turno	n. total de segmentos	n. de segmentos de prop negativa
1	624	85
2	842	191
% crescimento	74,10	224,7

Fonte: Elaboração Própria

A candidatura também apresentou a mesma tendência de primeiro turno de acirrar a disputa nas semanas mais próximas da votação. Com programas diários e um tempo mais curto de campanha, Aécio já contabiliza na primeira semana 23 segmentos contra 94 na última semana.

Gráfico 7: Evolução da propaganda negativa de Aécio Neves (PSDB) - 2º turno



Fonte: Elaboração Própria

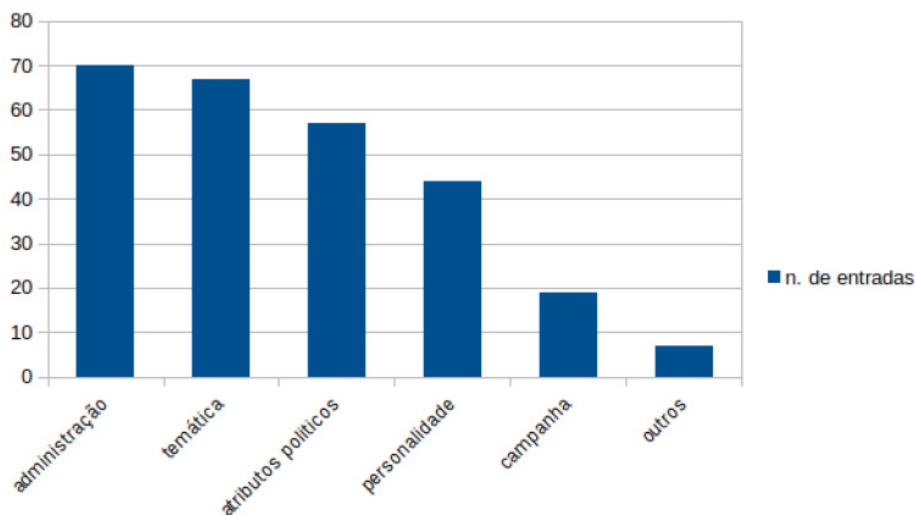
Entre os tipos de agenda, Aécio não fez mais ataques programáticos, pois eram destinados à candidata Marina Silva. Ao mesmo tempo, na agenda “temática” entraram a Copa e os programas sociais e aumentaram os ataques na área de infraestrutura (portos e obras paralisadas).

[...] em relação ao Bolsa Família, não só vou mantê-lo como vou aprimorá-lo, porque para o PT interessa administrar pobreza . eu quero a superação da pobreza (HGPE AECIO/TURNO 2, programa 2, segmento 10).

[...] Dilma não cumpriu nenhum vez a meta de inflação. Dilma promoveu a Copa do Mundo mais cara da história. Você quer mais 4 anos disso? (HGPE AECIO/TURNO 2, programa 12, segmento 106).

Nos 191 segmentos foram identificadas 264 entradas temáticas, distribuídos da seguinte forma:

Gráfico 8: Tipos de agenda Aécio Neves (PSDB) x Dilma Rousseff (PT) 2º turno



Fonte: Elaboração Própria

O gráfico acima demonstra que, assim como no primeiro turno, as agendas administração, temática e atributos políticos são as de maior proeminência. Neste sentido, os temas da inflação e da infraestrutura tiveram maior destaque. A campanha de Aécio contrapôs a situação de portos no Brasil com a construção do Porto de Mariel em Cuba, e utilizou o trecho de uma matéria veiculada no Jornal da Globo em que dizia que o “dinheiro dos impostos brasileiros estava financiando a ditadura comunista de Cuba”. Outro elemento que foi explorado tanto no HGPE quanto nas inserções foi a inflação. Para ilustrar a questão, a campanha de Aécio utiliza a fala do secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda no governo Dilma, Márcio Holland, que afirma que para controlar a inflação a população deveria trocar a carne pelo ovo. A fala, dita numa entrevista sobre o IPCA no dia 09 de outubro foi rapidamente captada e organizada em forma de crítica ao governo. No HGPE, por exemplo, ele coloca entrevistas com pessoas nas ruas que afirmam que “querem comer carne porque merecem”. Nas inserções eles utilizam o humor para tratar a questão.

- Oi seu Zé! Me dá um quilo de carne. - Ah, está aqui oh. O governo está dizendo que a inflação só cai se a senhora parar de comer carne e começar a comer ovo. Vai trocar a carne pelo ovo? - Eu não. Eu vou trocar é de governo (INSERÇÃO 11/ AÉCIO TURNO 2).

Uma novidade no segundo turno foi a entrada da agenda “personalidade”. No primeiro turno os temas de propaganda negativa dessa chave eram utilizados contra a candidata Marina Silva. No segundo turno, a candidatura de Aécio também questiona elementos da personalidade da presidente, destacando que ela seria agressiva e mentirosa. No tipo campanha, Aécio remonta a estratégia de Marina Silva de desqualificar os ataques do adversários se colocando como vítima de uma campanha mentirosa e falsa, e ressaltando que o PT quer dividir o Brasil numa luta de classes. Ele relembra uma fala da presidente que diz que “em campanhas se faz o diabo” e nas inserções lança spots em que afirma: “Para cada ataque, uma proposta”.

Para se manter no poder o PT faz qualquer coisa. Agora, novamente insiste em dividir o Brasil entre nós e eles, entre pobres e ricos, entre Nordeste e Sudeste, entre Norte e Sul. Querem que brasileiro seja inimigo de brasileiro para que nada mude, e eles continuem no poder. O que eu quero é exatamente o contrário, eu quero é unir todo o Brasil para fazer as mudanças que nós, brasileiros, merecemos (INSERÇÃO 3/AÉCIO TURNO 2).

Olha, eu nunca tive problemas em aceitar críticas. Isso faz parte de todas as disputas. Mas nas últimas semanas eu tenho sido atacado com mentiras, ofensas e falsas acusações. E quando isso acontece, quem perde é a democracia. Mas se ser atacado dessa forma é o preço que eu tenho que pagar para resgatar o que o Brasil tem de melhor, então esse é um preço ainda muito pequeno. Eu quero dizer a você que eu estou pronto para vencer estas eleições e mudar para melhor o Brasil (INSERÇÃO 8, AÉCIO TURNO 2).

Assim, a agenda da propaganda negativa de Aécio Neves no segundo turno da eleição pode ser resumida conforme o Quadro 1 a seguir.

Quadro 1: Resumo da agenda da propaganda negativa de Aécio Neves (PSDB) - 2^o turno

Administração	Incompetente, incapaz, governo não funciona, com esse governo tudo é problema, governo inchado, governo de continuidade dos problemas, modelos esgotado, governo de um partido, governo atual = suicídio
Atributos Políticos	Corrupção na Petrobrás, mensalão, não tem limites para garantir seu projeto de poder, se apropriam de conquistas que não são deles, sem credibilidade, usa o governo para barganhas políticas, não respeita a democracia, não tem valores
Campanha	Baixo-nível, desqualificação, sofreu ataques mentirosos como Marina e Eduardo Campos, o foco é atacar os adversários e não os problemas do país, não respeita os adversários, aposta na confusão manipulação.
Personalidade	Agressiva, mentirosa, orgulhosa, contraditória, conivente
Temática	Baixo crescimento do país, déficit comercial, recessão, inflação, alta de juros, dívidas da Petrobrás, reajuste da aposentadoria, UBS's não entregues, segurança abandonada, fator previdenciário, creches, obras paradas, paga mal os professores, Fundo Nacional de Segurança, fechamento de usinas, apagões, atrasos PAC, Porto Mariel
Outros	Subjuga o povo, insulta a população

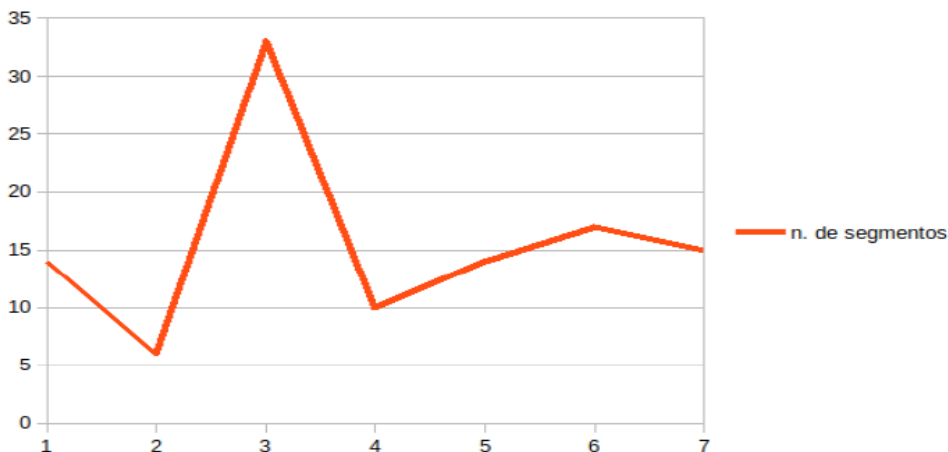
Fonte: Elaboração Própria

3.2 - A situação também ataca: agenda da propaganda negativa de Dilma

Existe uma máxima na propaganda negativa que afirma: quem está na frente não olha pelo retrovisor. Entretanto, a presidente Dilma Rousseff não entrou na campanha podendo gozar deste privilégio. Com uma tendência de “mudança” (FIGUEREDO ET AL, 1999), popularidade oscilante e o “efeito Marina”; a candidatura petista organizou sua agenda acrescentando a propaganda negativa entre as estratégias logo no início dos seus programas, bem como assumindo o termo “mudança” e investindo nas vacinas. Isso é percebido no slogan “Mais mudança, mais futuro” e também no primeiro programa onde uma peça publicitária tratava da crise mundial, que estava abalando o mundo e os impactos no Brasil tinham sido administrados sem perda de empregos, uma clara referência às críticas que a campanha enfrentaria à frente na área da economia. Isso faz com que a campanha petista registre o maior número de segmentos de ataques das três candidaturas.

Entretanto, ressalte-se, que a presidenta eleita Dilma Rousseff (PT), no primeiro turno, tinha um tempo de programa superior aos dos seus adversários, podendo usar uma quantidade de segmentos alta e ainda sobrando tempo para tratar de propostas, construção de imagens entre outras estratégias. Isso também ajuda a diluir os ataques, relativizando a negatividade no programa em geral. Assim, ao todo, foram identificados 109 segmentos de ataques, o que representou pouco mais de 14% do total de segmentos, divididos da seguinte forma nas 7 semanas de campanha de 1º turno.

Gráfico 9: Quantidade de segmentos de propaganda negativa por semana/ Dilma Rousseff (PT)/1º turno

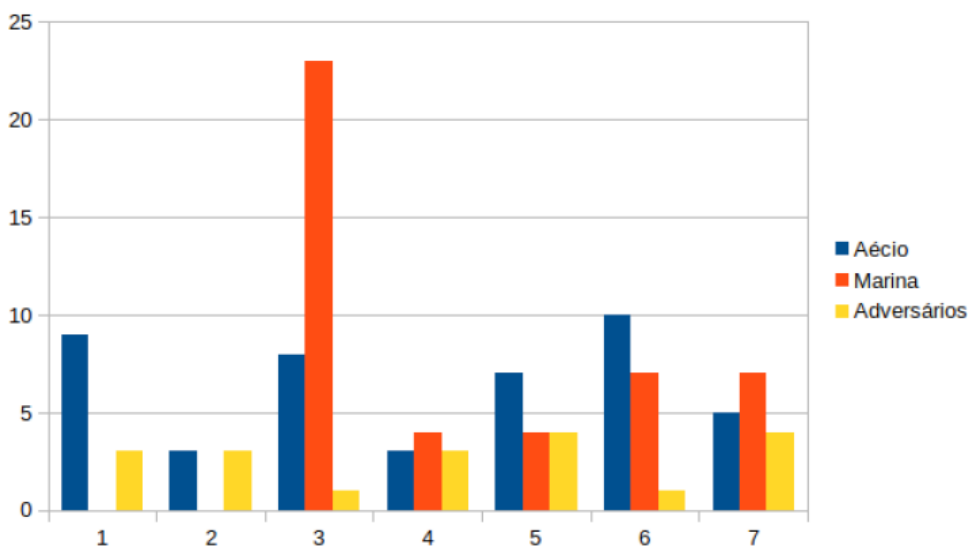


Fonte: Elaboração Própria

Percebe-se que já na primeira semana, a campanha da presidente utiliza 14 segmentos, enquanto Marina apenas 2 e Aécio 9. O pico ocorre na semana 3 quando a candi-

data petista centra fogo contra a candidata Marina Silva após seu crescimento nas pesquisas. O PT não abandona a antiga polarização com o PSDB, mas reorganiza a estratégia acrescentando a ex-ministra na sua lista de alvos. Este é um aspecto interessante porque também foi percebido na candidatura tucana. Preparadas para o histórico embate, as candidaturas tiveram de se realinhar à Marina, o que se demonstra no crescimento dos ataques na semana 3, nos dois casos. O PT investiu tempo de TV ainda na crítica a outros atores políticos que poderiam desestabilizar a disputa, como a imprensa. Neste sentido, separamos estes segmentos, mas eles não entrarão na caracterização da agenda porque não se constitui um alvo de propaganda negativa eleitoral.

Gráfico 10: Quantidade de segmentos negativos por alvo por semana - Dilma Rousseff/1º turno



Fonte: Elaboração Própria

Como é comum nas estratégias de ataque, a campanha de Dilma Rousseff também recorre à estratégia de criticar os adversários sem nominá-los diretamente. Entretanto, apenas nas semanas 2 e 4 esta crítica estava no mesmo patamar dos segmentos nominados, demonstrando que a campanha optou por ataques diretos e claros. Contra Aécio Neves, a candidatura petista investiu principalmente numa comparação passado x presente destacando problemas administrativos dos governos anteriores a Lula (administração) e suas características políticas (atributos políticos), como nos trechos abaixo selecionados:

O Brasil já teve 36 presidentes. Entre eles, empresários, fazendeiros, militares, médicos e até intelectuais, mas não me perguntem porque nenhum deles se elegeu educação como prioridade. Aliás, acho que teve um motivo sim: é que até um tempo atrás a educação era vista como um direito de poucos, em boa parte dos presidentes concordavam com isso. A parte do nosso governo o Brasil começou a se preocupar com educação de qualidade em todos os níveis. Dilma ampliou ainda mais as

oportunidades que a educação cria para as crianças, para jovens. Ampliou a nossa luta para fazer do Brasil um país que tem uma educação capaz de orgulhar cada pai, cada mãe, cada aluno (HGPE DILMA/ TURNO 1 - programa 9 - segmento 36).

Vale ressaltar que os governos anteriores englobavam, de fato, críticas a uma gama enorme de presidentes, mas que eram depois catalisadas para FHC e a gestão tucana.

No passado, a preocupação da maior parte dos brasileiros era sobrevivência. Faltava comida na mesa de muitas famílias e o desemprego era uma ameaça permanente. Felizmente, esse tempo de aflição e incerteza ficou no passado. (...) segundo a PNAD a concentração de renda recuou para o menor nível da história graças ao aumento da renda e do trabalho entre a população, veja : se nos governos tucanos a renda do brasileiro diminuir a uma média de quase um por cento ao ano, no governo Dilma a renda per capita cresceu 3,48% só em 2013. E entre 2011 e 2013 aumentou em média 5,55% ao ano, beneficiando brasileiros e brasileiras de todas as classes sociais (HGPE DILMA - programa 19 - segmento 82).

Esses resultados do passado eram sempre colocados à luz de um governo que não pensava no povo e governava para os ricos (atributos políticos). Esta mesma chave é reforçada no segundo turno onde, como veremos, a ideia dos “fantasmas do passado” cede espaço ao “modo tucano de governar” pela atualização dos problemas com exemplos recentes nas gestões do PSDB em São Paulo e Minas Gerais. Este tipo foi ainda reforçada pelas críticas à corrupção no governo FHC. Neste sentido, a campanha petista fazia uma vacina que também era um ataque, construindo a tese de que corruptos eram os tucanos que não investigavam.

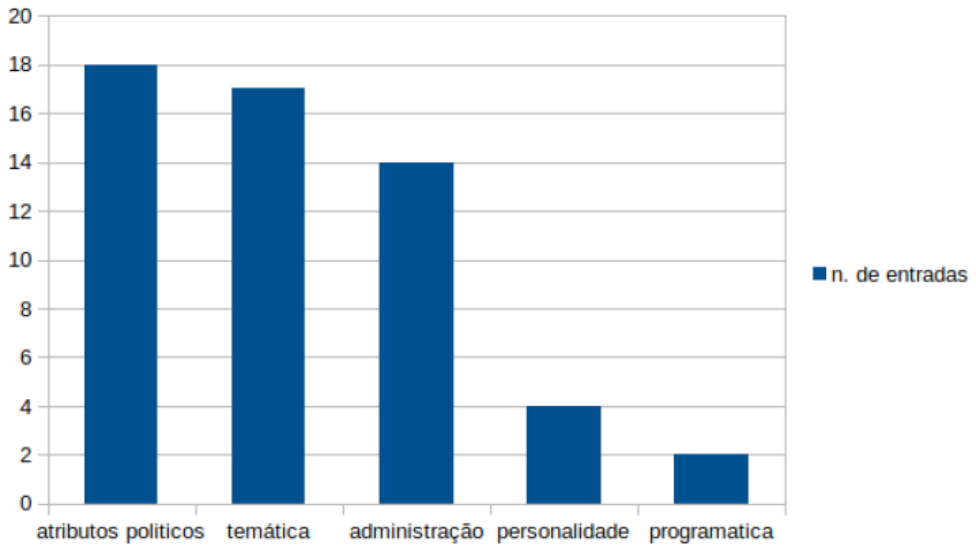
A verdade é que hoje é combate muito mais a corrupção do que no passado. Os governos tucanos, por exemplo, acabaram com um dos poucos órgãos de fiscalização que existiam na época dos pontos a comissão geral de investigação, criada pelo ex presidente Itamar Franco (...) naquela época a polícia federal vivia completamente desaparelhada e o procurador geral da república era conhecido como interpretador geral pois as denúncias ficavam guardadas numa gaveta até o caso se esquecido (HGPE DILMA/TURNO 1 - programa 14 - segmentos 66 e 67).

No aspecto administrativo, a presidente tratou das “heranças herdadas” dos governos passados bem como os problemas administrativos gerados pelo governo que quebrou o país três vezes (administração). Ao todo, nos 109 segmentos, foram identificadas 135 entradas temáticas. Destas, 55 contra Aécio Neves (40,74%), distribuídas conforme o Gráfico 11 ao lado.

As “medidas impopulares” e possíveis privatizações que estariam sendo previstas pelo candidato alimentou a agenda “programática”. E no tipo “personalidade” foram separados os segmentos que trataram das contradições de Aécio Neves (PSDB). No tipo “temático” ficaram as críticas na área de economia (desemprego, alta de juros, alta da inflação), infraestrutura (falta de obras e planejamento), educação e saúde.

Houve um tempo no Brasil em que era impossível ver filha de pedreiro estudando em uma universidade particular. Mas depois de Lula e Dilma, não existem mais pessoas invisíveis no Brasil. As portas estão se abrindo para todos (INSERÇÃO 3 - 18 de agosto).

Gráfico 11: Tipos de agenda Dilma Rousseff (PT) x Aécio Neves (PSDB)/ 1º turno



Fonte: Elaboração Própria

Nunca se combateu tanto a corrupção como nos governos Lula e Dilma. Nunca tantas pessoas foram investigadas e julgadas. Nunca a PF e os órgãos de fiscalização e controle foram tão independentes. É por isso que tantos casos aparecem, porque antes sabe o que acontecia? A maioria das denúncias morreram esquecidas na gaveta. O que mais incomoda os casos de corrupção à luz do dia, ou que fiquem no fundo de uma gaveta? (INSERÇÃO 24 - 12 de setembro).

Assim, a agenda da propaganda negativa eleitoral da candidata Dilma Rousseff contra o candidato Aécio Neves pode ser resumida no seguinte quadro:

Quadro 2: Resumo da agenda de ataques de Dilma Rousseff (PT) x Aécio Neves (PSDB)

Administração	Obstáculos deixados, tempo perdido, não sabiam planejar, governo da desigualdade, atraso, quebrou o país
Atributos Políticos	Só pensa nos ricos, crítica o Nordeste, não se importa com a pobreza, corrupção
Personalidade	Pessimista, contraditório
Programática	Privatização da Petrobrás, medidas impopulares
Temática	Economia, taxa de juros, desemprego, inflação, educação ruim, saúde ruim, infraestrutura

Fonte: Elaboração Própria

Tanto com Dilma, bem como na agenda de Aécio, Marina tem sua personalidade, seus atributos políticos e seu programa de governo como pontos fracos. No caso da campanha petista, 55,77% das entradas temáticas se referiam ao seu programa de governo.

3.2.1 - Agenda dos ataques de Dilma no 2º turno

A presidenta Dilma Rousseff também aumentou a quantidade de segmentos de propaganda negativa no segundo turno da campanha, mesmo com a redução de mais de 40% no total de segmentos. Assim, apesar de representar apenas 9 segmentos de propaganda negativa a mais que no primeiro turno, os segmentos de ataques ocuparam 26,52% do total do segundo turno, demonstrando o aumento da relevância desta estratégia apesar do enxugamento na estrutura dos programas.

Tabela 2: Comparação entre quantidade de ataques do 1º e 2º turnos de Aécio Neves (PSDB)

turno	n. total de segmentos	n. de segmentos de prop neg
1	765	109
2	445	118
% diferença	-41,83	8,26

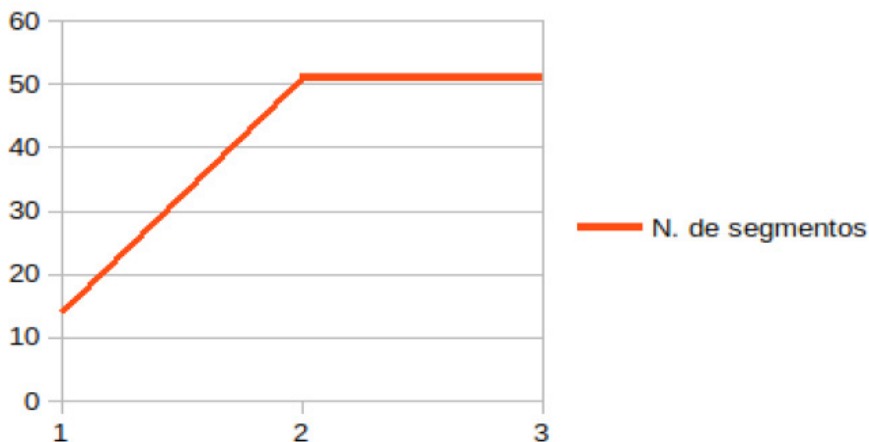
Fonte: Elaboração Própria

Ao longo das três semanas de segundo turno a propaganda negativa se distribuiu conforme o Gráfico 12 ao lado.

É interessante destacar que o número estável de segmentos de propaganda negativa entre a segunda e a terceira semana se refere ao fato de que parte das críticas feitas pela candidatura da presidente Dilma Rousseff na última semana de campanha não se referiu apenas à Aécio Neves, mas também à imprensa. Ao todo, foram 7 segmentos de ataques que se referiam à revista Veja. Entretanto, assim como explicado sobre o primeiro turno, esses segmentos não entraram na nossa amostra porque não se referiam a outro candidato envolvido no pleito. Ao todo, nos 118 segmentos registramos 178 entradas temáticas, com destaque para os temas que tratavam do “jeito tucano de governar”. Este é um conjunto de mensagens que dá continuidade à linha do primeiro turno sobre o retrocesso, comparando votar em Aécio como um retorno à gestão de FHC. Entretanto é atualizado com casos mais recentes de problemas ocasionados por gestões tucanas (como a crise hídrica de São Paulo ou o salário de professores de Minas), destacando que o adversário representava um modelo de governo voltado para os ricos (atributos políticos).

O governo tucano é um governo ruim. São tubarões. Pra pobre não é. (HGPE/DILMA TURNO 2, programa 4, segmento 19).

Gráfico 12: Evolução da propaganda negativa de Dilma Rousseff (PT) - 2º turno



Fonte: Elaboração Própria

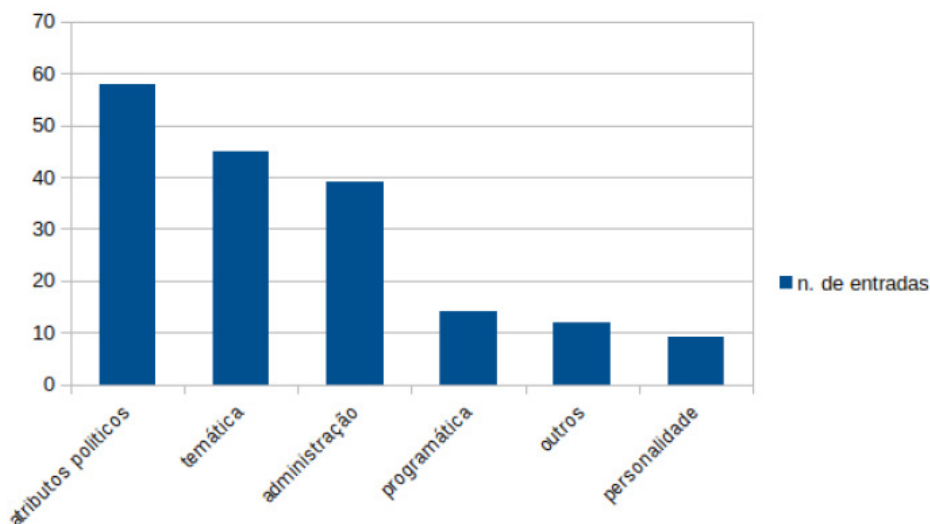
A comparação com o passado também foi bastante utilizada nas inserções. Numa delas, várias manchetes de jornais ressaltando as taxas de desemprego e inflação. Outro ponto de críticas foi a corrupção nos governos tucanos em comparação com as “investigações” do governo Dilma. Numa das inserções, a candidatura petista relembra a não declaração de recursos públicos pelo governo de Minas para rádios de Aécio e encerra lembrando que ele dirigiu bêbado e se recusou a fazer o teste do bafômetro. Aécio também foi acusado de nepotismo.

A derrota de Aécio em Minas Gerais também foi mote de uma sequência de inserções sobre “porque ele perdeu as eleições no seu estado”. Entre os argumentos constavam o endividamento do estado, o aumento do número de homicídios, a queda de investimentos na saúde, baixos salários dos professores e a perseguição à imprensa. Outra agenda que se destacou foram as críticas às propostas do tucano, com destaque para a possibilidade de privatizações, a redução da maioria penal, diminuição do papel dos bancos públicos e riscos embutidos nas medidas “impopulares” que Aécio afirmou que poderá ter que implementar.

Por exemplo, Dilma defende que com crise ou sem crise internacional o fundamental é defender o emprego e o salário dos trabalhadores. Já Aécio não é muito claro a respeito, mas pelo passado dos governos tucanos a gente bem sabe o que pode vir por aí (HGPE DILMA/ TURNO 2, programa 5, segmento 21).

A candidatura de Dilma também faz críticas ao “pessimismo” do adversário que se nega a reconhecer os avanços que o país teve na gestão do PT. Ao todo, das 178 entradas temáticas na propaganda em bloco, os tipos de agenda ficaram distribuídas da seguinte forma:

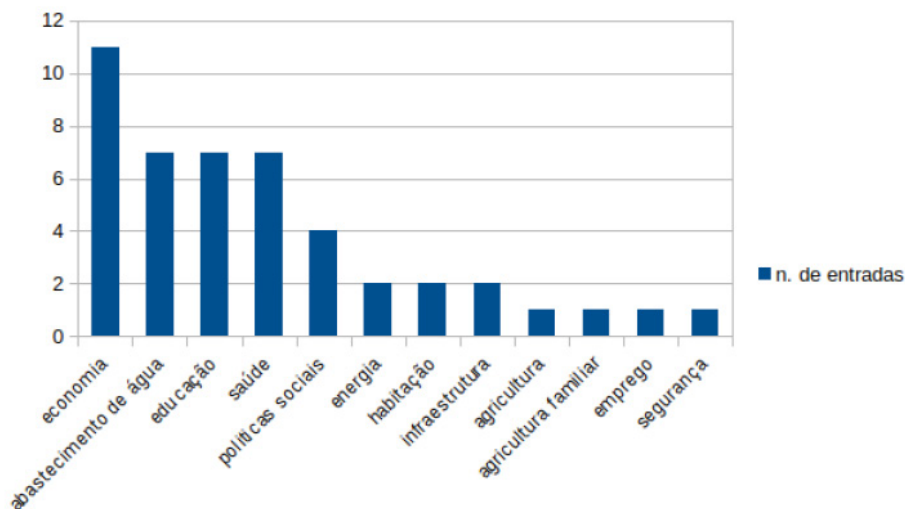
Gráfico 13: Tipos de agenda Dilma Rousseff (PT) x Aécio Neves (PSDB) - 2º turno



Fonte: Elaboração Própria

Os temas em cada agenda podem ser divididos da seguinte forma:

Gráfico 14: Temas presentes na agenda de ataques de Dilma Rousseff - 2º turno



Fonte: Elaboração Própria

No item “abastecimento de água” destaca-se a à crise hídrica em São Paulo durante a gestão de Geraldo Alckmin; no tema economia entraram críticas voltadas para os problemas econômicos causados no período FHC, como a dependência do FMI, alta de desemprego, alta da inflação de dos juros; na educação a falta de acessos dos pobres ao ensino superior e o fato de que Aécio e seu sucessor não pagarem o piso salarial dos professores da rede pública mineira. No tema “políticas sociais” se destacam as críticas aos riscos que os tucanos representam para os programas sociais já existentes no país. Assim, a agenda de propaganda negativa ficou configurada da seguinte maneira.

Quadro 3: Resumo da agenda da propaganda negativa de Dilma Rousseff (PT) - 2º turno

<i>administração</i>	derrota em Minas, nepotismo, governo ruim, aeroporto de Claudio, falta de investimentos
<i>atributos políticos</i>	corrupção, só olha para os ricos, apático, insensível, conformado, desrespeita o povo, tubarões, retrocesso
<i>personalidade</i>	agressivo, persegue seus críticos, mentiroso. machista
<i>programática</i>	ameaça aos direitos dos trabalhadores, papel dos bancos públicos, programas sociais, medidas impopulares
<i>temática</i>	crise hídrica (abastecimento de água), agricultura, agricultura familiar, economia, educação, emprego, energia, habitação, infraestrutura, políticas sociais, saúde, salário mínimo, segurança
<i>outros</i>	mentiras para denegrir a imagem do país

Fonte: Elaboração Própria

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

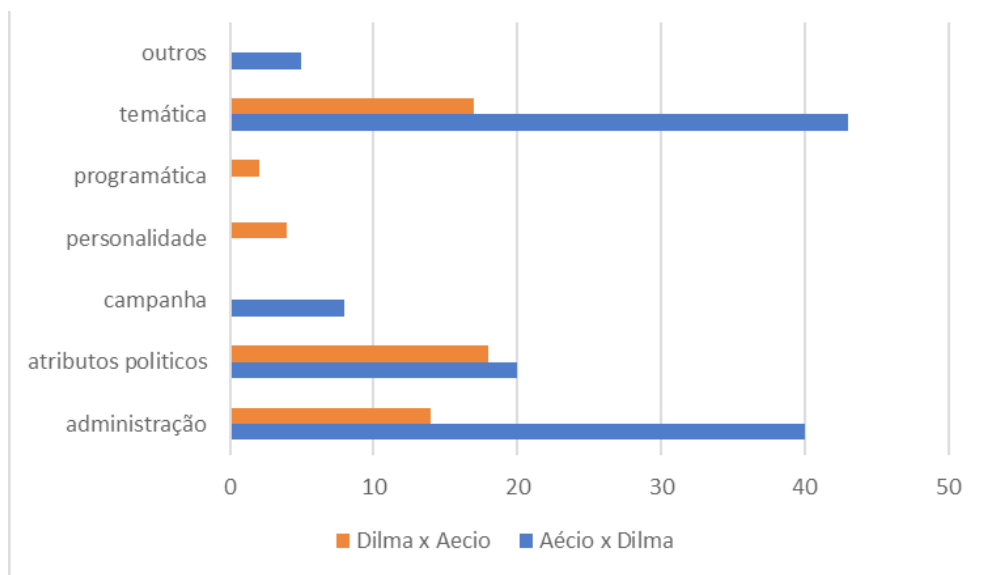
Com os dados apresentados é possível corroborar o nível de disputa da eleição presidencial de 2014, com forte acirramento e troca de acusações de todos os lados. A utilização de agendas de diferentes matizes - desde a questão programática em si quanto características pessoais - demonstra a aposta em diferentes frentes de enfrentamento. Ao mesmo tempo vemos a incorporação de temas de ataques por Aécio Neves, como a ideia de um governo inchado e de que o PT é agressivo com seus adversários, além da perda de valor da Petrobras.

Apesar da tradicional polarização entre PT e PSDB nas eleições presidenciais desde 1994, na campanha de 2014 os dois candidatos também destinaram ataques contra a terceira via, representada pela candidata Marina Silva. Isto ocorre, principalmente, após o crescimento da candidata nas intenções de votos. Nos dois casos, Marina foi criticada pelas suas mudanças de posições e inexperiência, além de ser comparada ao PT (Aécio Neves) e criticada por ter propostas mais retrógradas e arriscadas que a dos tucanos (Dilma Rousseff). Torna-se relevante destacar a importância da campanha tucana “colar”

a imagem de Marina Silva ao PT e à Dilma, duplicando os “flancos” de ataques contra a candidata. A presidenta, como era de se esperar, foi o alvo preferido dos dois adversários. Mesmo com o “efeito Marina” Dilma não saiu da mira das críticas. Isso se justifica, em especial, porque essa eleição tinha uma tendência de mudança (FIGUEREDO ET AL, 1998) e tradicionalmente o governo em exercício é o mais criticado pela oposição exatamente para se configurar as propostas de alternância.

Dilma também passa a disputa tendo que lidar com as denúncias de corrupção ligadas ao seu governo e ao seu partido, que foram captadas pelas candidaturas e voltadas contra ela. Além disso, o desgaste do partido e o crescimento de um sentimento antipetista auxiliou para críticas fortes em direção ao partido, em especial pelo candidato Aécio Neves. No segundo turno, até Lula virou alvo das críticas dos tucanos. O ex-presidente, até aquele momento, ainda tinha passado ileso pela propaganda negativa dos adversários.

Gráfico 15: Resumo da agenda de ataques - 1º turno - ambos candidatos



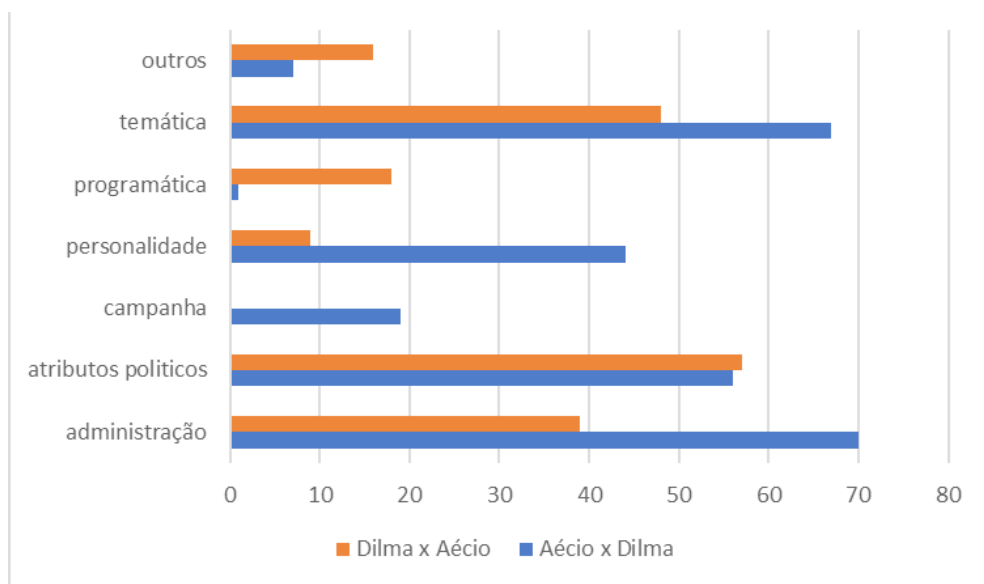
Fonte: Elaboração Própria

Como demonstrado no gráfico acima, a agenda temática foi o principal tipo de crítica utilizado contra a campanha de Dilma pela candidatura de Aécio Neves (PSDB). O ponto central destas críticas estavam na economia, com questões como a alta da inflação, recessão e queda dos investimentos no país. Além disso, também foram exploradas questões ligadas à infraestrutura, saúde, educação, segurança e trabalho. É interessante destacar que as pesquisas de opinião realizadas logo antes do início da propaganda captaram a preocupação dos brasileiros com estas áreas e demonstra um alinhamento das agendas dos ataques com essas pesquisas. Já o candidato Aécio Neves (PSDB) sofre críticas tanto no sentido de seus “atributos políticos” quanto no aspecto “temático” com destaque para

críticas a pontos de sua administração à frente do governo de Minas Gerais que tiveram problemas, como a educação. Entretanto, foi exatamente a sua ligação com governos do passado que significavam o retrocesso o principal mote de ataques por parte da campanha petista. No segundo turno, como demonstrando no gráfico abaixo, este ponto é ainda mais explorado, ampliando para os problemas de outros governos tucanos, como a crise hídrica em São Paulo.

Já a campanha tucana reforça as críticas administrativas – sem uma área específica de problema – reforçando a ideia da responsabilidade da presidente pelo quadro geral de crise no país. Aécio acusa a candidata petista de defender um modelo esgotado e pouco eficiente, em contraposição à sua gestão que foi “econômica, voltada para as pessoas e eficiente”. Além disso, outras agendas que não foram utilizadas no primeiro turno agora aparecem como os segmentos de crítica sobre a “personalidade” da presidente.

Gráfico 16: Resumo da agenda de ataques - 2º turno - ambos candidatos



Fonte: Elaboração Própria

A oposição entre um modelo de gestão liberal ou desenvolvimentista não aparece nas críticas entre as campanhas petista e tucana e sim no embate entre Dilma Rousseff e Marina Silva do primeiro turno. O principal ponto dessa discussão é a proposta da candidata socialista de autonomia do Banco Central. Apenas no segundo turno é que esse embate se estabelece em contraposição ao candidato tucano.

Em nenhuma das campanhas os programas sociais - como Bolsa Família - ou os ligados à habitação popular - como o Minha Casa, Minha Vida - foram criticados. Pelo contrário, o candidato Aécio Neves (PSDB), além de assumir publicamente em seus programas que não mexeria nessas políticas, no segundo turno começa a disputar os créditos pelo Bolsa Família creditando a política ao governo FHC.

Análise da agenda de ataques nas campanhas eleitorais dos principais candidatos a presidência da República em 2014 apontou que essa estratégia foi amplamente utilizada por ambos os candidatos, colocando as eleições de 2014 na contramão das premissas mapeadas pela literatura; além disso, a queda de Marina Silva, que se deveu em muito pelo processo de desconstrução da imagem, indica que nem sempre a aqueles que batem perdem, e que essa, apesar de uma estratégia perigosa, foi decisiva para o segundo turno.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, A. *Aqui você vê a verdade na tevê: A propaganda política na televisão*. Niterói: MCII. 1999a.
- ALDÉ, A. *A construção da política: cidadão comum, mídia e atitude política*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). 2001.
- ANSOLABEHERE, S.; IYENGAR, S. *Going Negative: how political ads shrink and polarize the electorate*. New York: Free Press, 1995.
- AZEVEDO, F. A. Agendamento da política. In: RUBIM, A. (org). *Comunicação e Política: conceitos e abordagens*. Salvador, UFBA, p. 41-71, 2004a.
- BORBA, F. *Propaganda Negativa: Estratégia e Voto nas Eleições Brasileiras*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ). 2012
- _____ (2015). Propaganda negativa nas eleições presidenciais brasileiras. In: *Opinião Pública*, v. 21, p. 268-295, 2015.
- FIGUEREDO, M. et al. Estratégias de Persuasão em Eleições Majoritárias: Uma Proposta Metodológica para o Estudo da Propaganda Eleitoral. In FIGUEIREDO, Rubens (org.) *Marketing Político e Persuasão Eleitoral*. São Paulo, Konrad Adenauer, 1998.
- GARCÍA BEAUDOUX, V. & D'ADAMO, O. *Campaña negativa: propuesta de una matriz de variables e indicadores para su análisis*. In: II Congreso Internacional de Comunicación Política e Estratégias de Campanha, 2013a, Toluca, Mexico.
- _____ Propuesta de una matriz de codificación para el análisis de las campañas negativas. In: *Revista Opera*, nº 13, 2013b, Bogotá, Colombia.
- _____; SLAVINSKY, G. (2005). *Comunicación Política y Campañas Electorales*. Barcelona: GEDISA.
- HOLTZ-BACHA, C. *Political Advertising In Western Democracies: Parties & Candidates On Television*. Sage publications, 1995
- _____; KAID, L. *Western Democracies: Parties & Candidates On Television*. Estados Unidos, Sage Publication, 1995.
- _____; LESSINGER, E. *Party electoral advertising in Germany: Trends in content and style from 1957 to 2002* Paper Presented At 2004 Annual Meeting of the American Political Science Association.
- PANKE, L & CERVI, E. Análise da comunicação eleitoral: uma proposta metodológica para os estudos do HGPE. In: *Contemporanea: comunicação e cultura*, v. 09, nº 03, setembro-dezembro de 2011, p. 390-404.
- STEIBEL, F. *Propaganda negativa e judicialização da política no horário eleitoral presidencial de 2002*. Dissertação de mestrado em Comunicação Social. Universidade Federal Fluminense, 2006.

A IDEOLOGIA NO BANCO DOS RÉUS: A “ESCOLA SEM PARTIDO” E A FANTASIA DA NEUTRALIDADE DO PROCESSO EDUCATIVO

CEZAR LUIZ DE MARI
JULIO CESAR ABRANCHES GUIMARÃES

RESUMO

Com este artigo pretendemos abordar o projeto “Escola sem Partido” (EsP) e estabelecer uma crítica à sua concepção de ideologia. Buscamos compreender os fundamentos que levaram à EsP e as razões pelas quais as ideologias divergentes são “enquadradas” como manipuladoras. Reafirmamos o papel do exercício do pensamento, da escola e da liberdade de expressão como mediações fundamentais para o processo formativo de qualquer cidadão. Para isso, foi elaborada uma análise das razões do surgimento da EsP a partir da concepção de ideologia de Gramsci, buscando demonstrar que é fantasiosa a compreensão da neutralidade no processo educativo.

PALAVRAS-CHAVES

Educação; Ideologia; Escola; Política.

Ideology On Trial: The “No School Party” And Fantasy Of The Neutrality Of The Educational Process

ABSTRACT

With this article we intend to approach the project “Escola sem Partido” (EsP) and establish a critique of its conception of ideology. We seek to understand the foundations that led to EsP and the reasons why divergent ideologies are “framed” as manipulative. We reaffirm the role of the exercise of thought, school, and freedom of expression as fundamental mediations for the formative process of any citizen. To that end, the analysis was made of the reasons for the emergence of EsP from Gramsci’s conception of ideology, trying to demonstrate that it is fanciful to understand neutrality in the educational process.

KEYWORDS

Education; Ideology; School; Policy.

SOBRE OS AUTORES

CEZAR LUIZ DE MARI

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina - 2006 (UFSC). Professor associado do Departamento de Educação da UFV/MG, atua no Programa de Pós-Graduação em Educação nas áreas de Política Educacional, Ciência Política e Fundamentos da Educação. Coordenador do Grupo de Pesquisa Educação, conhecimento e processos educativos e coordenador do Grupo de estudos dos Clássicos Contemporâneo em Educação – GECCE. Membro da Cátedra Paulo Freire do DPE/UFV. Membro da International Gramscy Society (Seção BR/2015/RJ). E-mail: cezar.demari@ufv.br

JULIO CESAR ABRANCHES GUIMARÃES

Mestrando em Educação - PPGE/UFV, Especialista em Metodologia de Ensino de História e Geografia - Faculdade Alfa América. Licenciado em Geografia (UFV) e História (FAFIBE). Professor designado da rede estadual de ensino de MG (Professor de Educação Básica). Atua nas áreas Sociedade e Política Educacional, Ciência Política e Fundamentos da Educação. Membro do Grupo de estudos dos Clássicos Contemporâneo em Educação – GECCE/UFV. Membro da Liga Acadêmica de Estudos sobre Criminalidade - LAEC/UFV, Grupo de Estudos: Sociedade, Criminalidade e Homicídios. E-mail: julio.guimaraes.ufv@gmail.com

SUBMETIDO EM
01/10/2017

APROVADO EM
19/06/2018

1 - INTRODUÇÃO

Desde a idade moderna, o desenvolvimento da sociedade civil ocorre por meio de um conjunto de instituições chamadas aparelhos privados de hegemonia (GRAMSCI, 2001)¹. Determinantes pela sua extensão e qualidade no que se refere ao trato com a organização e sistematização das ideias que constroem e consolidam o consenso, a sociedade civil é o espaço privilegiado onde são produzidas e reproduzidas as ideologias. Considerando que na sociedade civil se encontram as diversas concepções de mundo, é nela que ocorrem as disputas para afirmação da hegemonia sobre quais ideias terão maior consenso e aceitação social.

Dentre os aparelhos privados de hegemonia destacam-se as instituições educativas na produção e mediação das ideias. É de conhecimento corrente que a partir da década de 1980, por meio de diversos e sofisticados modos de governança, intelectuais que representam as concepções ideológicas dominantes vêm alicerçando consensos acerca da educação como mecanismo de regulação das desigualdades, alívio da pobreza, das discriminações, produção de equidade social, campo de desenvolvimento econômico e social, que remetem à compreensão de que a educação cumpriria o papel de “remédio” para cura dos muitos males sociais.

Mais recentemente temos sido tomados de surpresa com o desenvolvimento de variantes ideológicas do eixo dominante trazendo proposições polêmicas para o campo educacional. Falamos do movimento Escola Sem Partido (EsP), que tem posto em questão diversos conceitos, especialmente o de ideologia, a função e o papel formativo da escola, e sobre o papel do professor e sua mediação no processo de aprendizagem.

Partimos do entendimento que a EsP expressa uma iniciativa que visa garantir a hegemonia do ideário conservador construído e amplamente difundido pelos aparelhos privados de hegemonia, com especial acento na instituição escolar. Consideramos de significativa relevância pensar o referido Projeto a partir de Gramsci, uma vez que este, evidencia questões sobre a função da escola no campo formativo e traz importantes contribuições para o conceito de ideologia ao período contemporâneo.

Bastante elucidativa é a observação feita pelo Prof. Penna da UFRJ quando sintetiza que a EsP se sustenta em quatro eixos discursivos sobre o fenômeno educacional:

Argumentarei que essa chave de leitura do fenômeno educacional tem quatro características principais: primeiro, uma concepção de escolarização; segundo, uma desqualificação do professor; terceiro, estratégias discursivas fascistas; e, por último, a defesa do poder total dos pais sobre os seus filhos (PENNA, 2017, p. 36).

A partir de uma linguagem que reduz questões complexas ao senso comum, o EsP propõe rompimento da relação instrução e educação, incidindo sobre os vínculos de confiança e solidariedade entre os professores e os alunos, criando um muro entre eles, e neste muro estão as crenças arraigadas na cultura familiar. Para ilustrar reproduzimos uma parte da justificativa dos objetivos do EsP encontrada no site de divulgação do movimento: “Escolasempartido.org foi criado para dar visibilidade a um problema gravíssimo que atinge a imensa maioria das escolas e universidades brasileiras: a instrumentalização da escola para fins políticos ideológicos e partidários [...]. Seguimos com a fala do Fundador da EsP, Miguel Nagib na parte do site que apresenta os seus membros

¹ Este artigo é uma revisão ampliada e modificada de texto apresentado no Colóquio Internacional Antonio Gramsci, ocorrido em Campinas, promovida pela IGS/Brasil, de 22 a 25 de agosto de 2017, com o título: *Análise do programa “escola “sem” partido” a partir da concepção de ideologia de Gramsci.*

(Quem Somos): “A pretexto de transmitir aos alunos uma ‘visão crítica’ da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua visão própria de mundo” (EsP, 2017, arquivo digital).

Durante a pesquisa sobre o tema encontramos em Frigotto uma importante constatação, a qual assumimos como critério metodológico, a compreensão de que este movimento não pode ser explicado por ele mesmo, mas como uma forma de manifestação da ideologia que aprofunda o conceito de que a sociedade resulta de esforços individuais a partir de padrões pré-definidos e incorporados como senso comum nas famílias:

As teses do Escola sem Partido não podem ser entendidas nelas mesmas e nem como algo que afeta apenas a escola e os educadores. Pelo contrário, um olhar na perspectiva da historicidade dos fatos e fenômenos, vale dizer, das determinações mais profundas e menos visíveis que os constituem, indica-nos que se trata de algo já sedimentado nas relações sociais. (FRIGOTTO, 2017b, p. 18).

Nas defesas do EsP não se colocam em jogo apenas a liberdade de educar dos professores, mas uma intensa propaganda de criminalização contra todo o livre pensamento que “ultrapasse” os limites estreitos do fundamentalismo religioso e da concepção de família tradicional, sintetizados na crítica a todas as ideologias que se contraponham a essa perspectiva. A crítica se estrutura na ideia de que a instrução na escola deve apenas se ater ao conteúdo estritamente técnico, qualquer interpretação, mediação ou ampliação da instrução para educação é nomeada de “manipulação”, como podemos observar em um dos objetivos do movimento: “Lutamos: pela descontaminação e desmonopolização política e ideológica das escolas” (EsP, 2017, arquivo digital).

Com isso o movimento pretende intervir no ambiente escolar propondo desde denúncias sobre os supostos “abusos ideológicos”, por meio de produção de críticas e de materiais didáticos considerados “adequados” para a formação dos alunos e na produção de legislações que poderiam “coibir” a ideologização da escola (Cf. EsP, 2017, arquivo digital).

Para compreendermos melhor o que o EsP propõe para a escola partimos a seguir para um breve levantamento das suas origens situando os principais movimentos jurídicos e parlamentares e suas principais questões e argumentos.

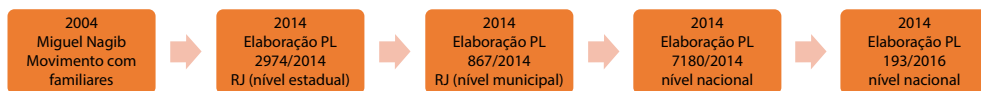
2 - PROJETOS E TRAMITAÇÕES

Para analisar o Projeto EsP é necessário, inicialmente, localizar as raízes e idealizadores desta concepção. De acordo com Minto, Rodrigues e Gonzalez (2016), Penna (2016), Frigotto (2017) o Projeto Escola Sem Partido foi idealizado pelo advogado e Procurador da Justiça e São Paulo, Miguel Urbano Francisco Nagib, em 2004. Ao longo dos últimos anos, contou com a ativa colaboração do Deputado estadual pelo Estado do Rio de Janeiro, Flávio Bolsonaro (2014-atual) e o vereador pela cidade do Rio de Janeiro, Carlos Bolsonaro². Ainda, de acordo com Minto, Rodrigues e Gonzalez (2016), a partir de 2014, com o acirramento da crise econômica e a crescente instabilidade política, o projeto ganhou notoriedade e passou a influenciar Projetos de Lei (PLs) em âmbito municipal,

² Vem exercendo atividades junto ao Partido Progressista e na Câmara dos Vereadores da cidade do Rio de Janeiro desde 2001, com mandatos consecutivos, incluindo vitória nas eleições de 2016.

estadual e federal, tendo atualmente 11 PLs em tramitação nos estados da federação³. Na figura a seguir, podemos observar um primeiro mapa com a origem e os PLs que se enquadram no ideário da Escola sem Partido, nas três esferas dos entes federados:

Figura 1 - Trajetória dos principais projetos PESP nos entes federados



Fonte: os autores

Tal movimento ganha forma e força na sociedade civil e política, uma vez que está articulado ao avanço, no debate público, de vozes abertamente conservadoras, nas últimas duas décadas. Hoje os projetos da EsP tramitam na esfera Federal (Senado e Câmara) e nas assembleias estaduais e câmaras municipais, tendo como tronco original as mesmas ideias de combate à “ideologia nas escolas”.

Para ilustrar fomos ao Projeto de Lei 867/2015⁴, no Art. 3º, § 1º, que propõe, dentre outros a autorização das famílias para que a escola possa ministrar determinados conteúdos:

As escolas confessionais e as particulares, cujas práticas educativas sejam orientadas por concepções, princípios e valores morais, religiosos ou ideológicos, deverão obter dos pais ou responsáveis pelos estudantes, no ato da matrícula, autorização expressa para a veiculação de conteúdos identificados com os referidos princípios, valores e concepções.

Neste mesmo Projeto de Lei, depois de discorrer sobre as responsabilidades da escola apresenta os professores como conspiradores de uma ordem ideológica misteriosa e inimiga dos valores familiares, com acento nos valores sexuais:

É fato notório que professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas; e para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis (PL 867, 2015, p. 5).

É importante considerar ainda a mobilização de ambos os polos do debate, reunidos em diversos grupos organizados em eventos e debates, sobretudo pelas redes sociais. Os defensores do EsP alegam uma massiva e intensa “doutrinação” dos professores, por meio do abuso da liberdade de ensinar, propagação ideológico-partidária e outros aspectos que ferem a matriz educadora da família, acusando-os de desvirtuar a real função

3 Entre a escrita deste artigo e a sua edição é possível que este dado sofra variação, considerando a dinâmica dos entes federados e um certo ‘efeito mimético’ das proposições jurídicas nesse campo.

4 Esse PL foi apensado ao PL 7.180 de 2014 que além de trazer a fundamentação legal do EsP a partir da Convenção Americana de 1969, propõe alterar o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. A alteração basicamente busca normatizar a LDB/1997 com as proposições do EsP.

do ensino. Alegam com isso a necessidade de conscientizar os sujeitos sobre a efetiva função do docente, atrelando-o ao conteúdo estritamente “objetivo” a ser ensinado (Cf. EsP, 2017, arquivo digital).

A vertente que refuta o EsP⁵, alega que tal projeto teria a função de ‘mordança’, que impediria as liberdades de expressão dos professores e dos próprios alunos. O projeto se constituiria como mecanismo de controle e de esvaziamento de qualquer acesso à natureza social do conhecimento, além de produzir uma ideologia da “neutralidade” da aprendizagem. Alegam ainda que o caráter subjetivista da proposta impediria o exercício da aprendizagem enquanto mediação dos direitos e dos deveres.

3 - LEGISLAÇÃO PERTINENTE

O EsP busca embasamento na Constituição Federal, bem como na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH/1948) e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH/1969). Um dos exemplos deste embasamento, está na citação do Art. 26, § 3º do CADH: “Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos”. No Art. 12 do CADH o EsP encontra guarida para sustentar a liberdade dos pais na educação religiosa e moral dos filhos, conforme parte do trecho destacada: “(...) 4. Os pais, e quando for o caso os tutores, têm direito a que seus filhos ou pupilos recebam a educação religiosa e moral que esteja acorde com suas próprias convicções”. (CADH, 1969).

Porém na mesma Declaração no Art 13 encontramos:

Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha.

E continua “O exercício do direito previsto no inciso precedente não pode estar sujeito a censura prévia, mas a responsabilidades ulteriores, que devem ser expressamente fixadas pela lei e ser necessárias para assegurar...”

Verificamos também que a própria Constituição Federal brasileira de 1988 garante a liberdade de consciência, de crença e a liberdade de aprendizagem dos alunos nos Art. 5º, VI e VIII; e Art. 206, II; o princípio constitucional da neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado são cristalinos nos Artigos 1º, V; 5º, caput; 14, caput; 17, caput; 19, 34, VII, ‘a’, e 37, caput e no Art. 206, III, temos a emergência do pluralismo de ideias.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, é bastante explícita no Art. 3º no sentido de garantir o livre exercício do ensino, permitindo que o professor transite por todas as dimensões da cultura:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

5 Dentre os movimentos que contestam o EsP, encontramos *Professores Contra a Escola Sem Partido*, que reúne informações no site <https://professorescontraoescolasespartido.wordpress.com/>. Dentre as finalidades desse movimento encontra-se o acompanhamento dos Projetos de Leis nas instâncias federadas e a junção de materiais e argumentos que apresentam o EsP como mordança, contrário à CF (1988) e à LDB (1996).

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extraescolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial

Os críticos do EsP também apontam que este projeto tem caráter ideológico, na medida em que busca orientar e mobilizar, estudantes, pais, o âmbito legislativo, nas três esferas, tentando criminalizar a liberdade de ensino prevista na CF/1988 e na LDB/1996. Em entrevista ao Portal Vermelho Daniel Cara (2018, texto digital) sintetiza numa frase o que o EsP propõe para as escolas: “O movimento “escola sem partido” cria um tribunal pedagógico nas escolas”.

Motivados por este debate buscamos recuperar algumas discussões sobre a ideologia e a forma específica de compreendê-la de Antonio Gramsci para nos ajudar nas reflexões.

4 - A CONCEPÇÃO DE IDEOLOGIA EM GRAMSCI

A ideologia tem um lugar muito definido no pensamento gramsciano, ou seja, é uma visão particular de mundo que busca mobilizar os grupos no sentido de dar soluções e práticas à determinadas questões. Desse modo, toda a ideologia é prática, tem objetivo de mobilizar, de criar condições para a ação. Trata-se de um conjunto de ideias que disputam ideias e espaços e se constituem defesa de pontos de vista, com a finalidade na produção de consenso.

Para Gramsci (2000a), as ideologias podem ser diferenciadas em orgânicas e arbitrarias/heteróclitas, ou seja, as orgânicas veiculam-se às questões essenciais de uma sociedade em relação dialética entre a superestrutura e a estrutura. As arbitrarias, por serem normalmente fruto de tendências passageiras, surgem e desaparecem na medida em que as grandes ideologias se impõem como força teórica e prática. Por vezes, as arbitrarias mediam concepções das orgânicas, no sentido pior do termo ideologia (como fanatismo, como ação restritiva...). Ou seja, a ideologia pode ter um caráter mais universalista ou mais restritivo dependendo da sua natureza articulada com as dimensões orgânicas ou arbitrarias (GRAMSCI, 2000b).

Importante também lembrar que Gramsci trata de ideologia como dimensão da superestrutura, ou seja, o conjunto das relações onde são produzidos as ideias e o consenso. A sociedade civil é o lugar privilegiado das ideologias, como já dissemos no início deste artigo, porque congrega os aparelhos privados de hegemonia que, de modo dialético, vinculam-se às dimensões estruturais como formas vivas e ampliadas do consenso e do modo de vida pretendido pelos grupos dominantes. Portanto, ideologia também é utilizada no sentido de superestrutura. Para Gramsci (2000a, p. 199), não se pode “con-

ceber a ‘ideologia’, a doutrina como algo superficial e sobreposto mecanicamente [...] mas historicamente como uma luta incessante”.

O alcance prático das ideologias interessa muito a Gramsci, como por exemplo a partir da atuação dos meios de comunicação: “[...] A imprensa é a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica, mas não a única: tudo que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dessa estrutura” (GRAMSCI, 2000a, p. 78).

O autor ainda recupera alguns estudos realizados pelos jesuítas sobre as dificuldades de difundir o catolicismo na Índia, após a Reforma Protestante (1517) (Gramsci, 2000a), onde, diante da resistência dos indianos à propaganda, o alvo preferencial da Igreja foram as conversões dos intelectuais. Ou seja, a sobrevivência de um determinado grupo no poder está diretamente ligada a capacidade de convencer, criar consciência de sua necessidade, de seu valor e de sua razoabilidade, para tal a atração dos intelectuais se torna essencial⁶.

Um outro exemplo da abordagem sobre ideologia encontra-se nos estudos em O Príncipe de Maquiavel (GRAMSCI, 2000b), na medida em que nestes estudos destacam-se uma espécie de ‘mito’ realizável da unidade italiana, por meio de um condottiero capaz de fazê-lo. Assim, demarca-se mais uma característica da ideologia, a de mobilizar ações, energias para uma ‘utopia’ realizável, concreta e viável.

Gramsci (2000b, p. 40) compreende a importância de conhecer as ideologias produzidas num determinado momento histórico para os grupos que possuem interesse em superá-las. Os estados modernos possuem suas ideologias internas e suas relações internas, conhece-las é fundamental para entender seu grau de maturação e viabilidade. Por outro lado, o autor considera que as ideologias se estendem no nível internacional, sendo então necessário conhecer essas formações e como elas incidem sobre as realidades locais.

Da nossa parte, ao observarmos a proposição do EsP entendemos que a mesma precisa ser analisada na sua formulação do pensamento e da política como um tipo de reducionismo simplista, caracterizado como ideologia heteróclita no sentido mais rarefeito do termo. A Política é lida em todas as proposições jurídicas e/ou de propaganda do EsP como uma ‘ideologia’ isto é, ‘doutrinação’, como “imposição”, como “imoralidade”. Soma-se ainda a ilusória compreensão de que a educação é ‘neutra’ e que a ciência é ‘positiva’, ou seja, livre de qualquer traço de sociabilidade humana, política e econômica. E o mais irônico, o EsP não é reconhecido como ideologia pelos seus defensores.

Gramsci (2000b, p. 163) também fala do fascismo como uma ideologia de massa incoerente e confusa, que na verdade é uma resposta em estilo passado, agregando grupos dominantes que se apegam às fórmulas de Estado e de políticas já superadas, mas que encontram na figura de um líder carismático, como foi Benito Mussolini (1883-1945), as respostas para as crises e a afirmação dos seus interesses particulares⁷.

Toda a ideologia liberal, com suas forças e suas fraquezas, pode ser resumida no princípio da divisão de poderes, e surge a fonte da debilidade do liberalismo: a burocracia, isto é, a cristalização do pessoal dirigente, que exerce o poder coercitivo e que, num determinado ponto, se transforma em casta. (GRAMSCI, 2000b, p. 235).

6 Para aprofundamento da questão a partir de Gramsci, o conceito de *intelectual* e de *transformismo* de grupos ou molecular se encaixa nessa discussão sobre ideologia.

7 Os traços fascistas presentes no EsP são apresentados pelos críticos quando denunciam o seu caráter autoritário, autocentrado, de uma verdade única, de uma moral condicionada à submissão e pelo esforço do EsP em sufocar todo pensamento que difere de si mesmo. Estudos como os de Penna, Ciavatta, Frigotto, Cunha, já citados neste artigo, e outros têm indicado semelhanças entre os discursos da EsP e os do fascismo italiano.

Na construção de uma nova ‘vontade coletiva’, no sentido de concepção de unidade a um projeto político de Estado, e que portanto ultrapassa o desejo individual do sujeito de um determinado espaço e tempo, somam-se inclusive às utopias e ideologias confusas, racionalistas e abstratas. O mais importante nos primeiros momentos da formação destas ‘vontades coletivas’ são as críticas a ela empreendidas, de tal modo a reorganizá-las a partir de novos parâmetros com a superação das “velhas ideologias” (GRAMSCI, 2000b, p. 288).

Interessa-nos também compreender por que no EsP a imagem da política e dos partidos políticos são tão deturpados. Encontramos em Gramsci algumas reflexões realizadas a partir dos textos sobre a cultura italiana que podem apresentar uma pista. Ao analisar o ‘espírito’ apolítico dos italianos, Gramsci o concebe como típico da formação ideológica liberal que introduziu no campo político a cultura religiosa derivando um conjunto de comportamentos bizarros e pitorescos: a apego às tradições, o individualismo, o sectarismo, dentre outros, que favorecem uma visão da ação e da teoria separadas, constituindo-se assim uma visão conservadora e, portanto, metafísica de mundo.

O EsP ao defender o apoliticismo, ‘prega’ sua ‘moral’ como única, sem admitir que a mesma é também política e ideológica. Nesse sentido, aprofundam os ‘delírios’ conservadores, da não política, de um ensino ‘neutro’, de um conhecimento ‘puro’, de uma ‘bizarra’ “escola sem partido”. A concepção desse movimento sobre a população se assemelha em muito ao que Gramsci (2000b, p. 351) assinala no trecho abaixo, sobre o fascismo de Mussolini:

a massa é simplesmente de ‘manobra’ e é ‘ocupada’ com pregações morais, incentivos sentimentais, mitos messiânicos de expectativa de épocas fabulosas nas quais todas as contradições e misérias do presente serão automaticamente resolvidas e sanadas.

Ao observarmos o EsP, não podemos deixar de indicar que se trata de uma ideologia arbitrária/heteróclita, sobretudo porque é particular e de um grupo que podemos chamar ‘fanático’, no sentido de que incorporam uma orientação particular como ‘verdade absoluta’. Ao nosso ver, o conjunto dos textos, artigos e polêmicas defendendo o EsP se tornam redundantes e falaciosos diante da inexpressiva capacidade explicar as concepções que defendem, especialmente o que é educação. Desse modo observamos a necessidade de análises críticas ao EsP porque esta demarca um terreno do senso comum em disputa, se utilizando da religião, como parte de sua dimensão e outros valores autoritárias para separar a vida real das ideias que movem um determinado tempo.

O senso comum não é uma concepção única, idêntica no tempo e no espaço: é o ‘folclore’ da filosofia e, como o folclore, apresenta-se em inumeráveis formas; seu traço fundamental e mais característico é o de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente, inconsequente, conforme a posição social e cultural das multidões das quais ele é a filosofia” (GRAMSCI, 1999, p. 114).

Compreendemos que o caráter da ideologia como expressão de um conjunto de ideias que promovem e mobilizam ações individuais e de grupos materializando-se em senso comum nos é bastante cara, na medida em nela são apresentadas todas as dimensões particulares que disputam a hegemonia. Assim, ao nosso ver, o EsP mesmo se constituindo em uma ideologia ‘heteróclita’ com traços limitantes e reducionistas das noções de liberdade, ideologia, livre pensar, política, ensino e ciência, deve ser compreendida e criticada.

É necessária a análise das tentativas de intervenção do EsP na escola num momento de profunda crise da política vivida no país, crise no sentido da retira direitos e o

privilegio das forças privadas especialmente no campo educacional. Também importante analisar as diversas legislações, produzidas pelos membros do EsP nos três entes federados, no modo ‘pelo alto’, o que indica de um lado a ampliação da bancada evangélica no legislativo e a perseguição de ideias de um estado que esteja alinhado com os interesses das pautas conservadoras (CUNHA, LOPES e LUI, 2017). De outro lado é necessário compreender e desmistificar os componentes religiosos no sentido de uma cultura metafísica e autoritária que o EsP alimentada, na medida em que “(...) a relação entre senso comum e religião é muito mais íntima do que a relação entre senso comum e sistemas filosóficos intelectuais (GRAMSCI, 1999, p. 115).

Nesse sentido, por mais que a EsP se estruture com base em formulações metafísicas, buscando reavivar princípios suficientemente questionados, é importante conhecer como esta ideologia compõe um amplo quadro social que criminaliza as ideologias divergentes, a liberdade de expressão, a função educadora dos professores e a crítica e uma educação emancipadora. É necessário conhecer quem são seus defensores, e as relações destes com os grupos políticos e as tendências conservadoras que emergem no país. E, sobretudo, fazer uma crítica contundente no sentido da defesa dos princípios democráticos na educação e do exercício de ideologias como direito.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS: IMPLICAÇÕES PARA A ESCOLA PÚBLICA

A educação escolar deve ser compreendida como um espaço de disputa, na medida em que todo o conhecimento é uma aproximação possível e inacabada da realidade, que se dá por meio do trabalho humano. Neste sentido, por sua historicidade, o conhecimento está sempre comprometido com uma visão de mundo e não é uma ‘realidade neutra’, mas é diretamente relacionado a interesses ideológicos, sendo resultado dos confrontos de alternativas, perspectivas e ideias. Neste sentido, compreendemos que ao contrário da ‘neutralidade’ pregada, o EsP não é senão a própria expressão ideológica de grupos restritos buscando impor sua ideologia ao conjunto da escola e da sociedade. A condenação da ideologia, do ‘outro’ fez parte da estrutura de sociedades totalitárias como as nazistas e fascistas, considerando o diferente um problema, fazendo parte de uma estratégia de desestruturação do pensamento, no sentido mais profundo de crítica, de elaboração complexa, de pensamento das e com as contradições.

Ora, o momento atual é peculiar, com componentes já conhecidos, na história brasileira, ou seja: os grupos dominantes quando não conseguem ter seus interesses concretizados pelas vias ‘legais’, buscam formas antidemocráticas, fundamentadas em argumentos anti-históricos e metafísicos, incluindo a coação e a coerção acompanhadas de decisões ‘pelo alto’, como averiguamos no EsP.

Por fim e não menos importante, é necessário compreender o EsP no âmbito de um projeto de sociabilidade neoliberal, com incidências desestruturantes no campo educacional como abrir caminhos para facultar ou suprimir disciplinas do currículo escolar, influir na organização escolar e no campo pedagógico, e na produção de uma ‘cortina de fumaça’ pela via dos costumes, das reais razões da crise do país, dentre outros⁸.

8 Para a continuidade destes estudos merece especial atenção o movimento “Todos pela Educação” -TPE (2007-atual) que, atualmente vem sendo capitaneado por grupos privados, muito empenhados em promover na escola a formação de acordo com os princípios privatistas e individualistas do mundo empresarial. Desse modo, temos uma outra boa pista para análise sobre as relações do EsP e o movimento Todos pela Educação, ou seja, a pretensão de uma educação nem para o pensamento, nem para a crítica, nem para a “utopia”, mas para a submissão.

REFERÊNCIAS

- ALVEZ, J. Lindgren. *Os Direitos Humanos na Pós-Modernidade*. São Paulo, Perspectiva, 2005.
- _____. *Os Direitos Humanos como tema global*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2003.
- BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)* Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dezembro de 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acessado em 18/12/2015.
- BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Projeto de Lei 867, de 2015*. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”.
- _____. CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Projeto de Lei 7.180 de 2014*. Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- CUNHA, Crhistina Vital da, LOPES, Paulo Victor Leite, LUI, Janaina. *Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições de 2014*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll: Instituto de Estudos da Religião, 2017.
- CIAVATTA, Maria. Resistindo aos dogmas do autoritarismo. In FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017, p. 7-16.
- ESCOLA SEM PARTIDO. *Educação sem doutrinação*. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/>> Acessado em 19/03/2017.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017a.
- _____. A gênese das teses da e Escola sem Partido: esfinges e ovo de serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017b, p. 17-34.
- GRAMSCI, A. *Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. Vol I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- _____. Os intelectuais. *O Princípio Educativo. Jornalismo*. Vol II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.
- _____. *Maquiavel notas sobre o estado e a política*. Vol III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.
- _____. *Temas de cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo*. Vol IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- MINTO, L.W; RODRIGUES, F.C; GONSALEZ, J.A. *Notas sobre “Escola Sem partido”*. Dossiê Escola sem partido. *Marxismo 21*. v. 1, ano 2016. Disponível em: <<http://marxismo21.org/escola-sem-partido>> Acessado em 05/03/2017
- PENNA, Fernando de Araújo. O que está por trás da “Escola sem Partido”? Entrevista concedida a Tatiana Carlotti. *Carta Maior*, de 20/07/2016. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-que-esta-por-tras-do-Escola-Sem-Partido-/4/36486>, acessado em: 27/07/2016.
- _____. A Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017, p. 7-16.
- PORTAL VERMELHO. Escola sem partido cria tribunal pedagógico na escola, diz Daniel Cara. Entrevista concedida por Daniel Cara ao *Portal Vermelho*, em 27/03/2018. Disponível em <http://www.vermelho.org.br/noticia/309229-1> Acessado em, 15 de abril de 2018.

A MÍDIA COMO OBJETO DE ESTUDO DA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA: ANÁLISE DA PRODUÇÃO EM PERIÓDICOS QUALIFICADOS

ANTONIO TEIXEIRA DE BARROS
LUCAS EMANOEL SILVA

RESUMO

O objetivo do artigo é examinar a produção acadêmica sobre mídia e política nos principais periódicos qualificados na área de Ciência Política no Brasil. O levantamento inclui 20 periódicos científicos, no período de 1980 a 2017. A pesquisa mapeia aspectos como: a) os veículos e gêneros mais estudados; b) as temáticas e metodologias; c) o perfil acadêmico dos autores e das instituições aos quais são vinculados. A análise é ancorada em três hipóteses: (a) a centralidade midiática nos processos políticos e eleitorais a partir da década de 1990 foi um dos impulsionadores dos estudos sobre mídia e política

no Brasil; (b) em razão disso, os períodos eleitorais e o tema eleições concentram o maior volume de pesquisas; (c) os estudos são predominantemente qualitativos, fruto do maior engajamento de comunicólogos e sociólogos e do baixo envolvimento de cientistas políticos nessa agenda de pesquisa. A metodologia empregada se baseia em levantamento documental de todos os artigos publicados no período, além de análises estatísticas como qui-quadrado e teste Phi. As três hipóteses são confirmadas com os dados empíricos.

PALAVRAS-CHAVE

Mídia e política; Mídia e política; Pesquisa sobre mídia e política; Comunicação política; Ciências sociais; Ciência política.

The media as object of study of Brazilian political science: analysis of production in qualified journals

ABSTRACT

The objective of this article is to examine the academic production on media and politics in the main periodicals qualified in the area of Political Science in Brazil. The survey includes 20 scientific journals, from 1980 to 2017. The research maps aspects such as: a) the most studied vehicles and genres; b) the themes and methodologies; c) the academic profile of the authors and institutions to which they are linked. The analysis is anchored in these hypotheses: (a) the centrality of the media in political and electoral processes from the 1990s was one of the driving forces behind the studies on

media and politics in Brazil; (b) because of this, the electoral periods and the elections theme concentrate the largest volume of research; (c) the studies are predominantly qualitative, due to the greater involvement of communicologists and sociologists and the low involvement of political scientists in this research agenda. The methodology used is based on a documentary survey of all articles published in the period, as well as statistical analyzes such as chi-square and Phi test. The three hypotheses are confirmed with the empirical data.

KEYWORDS

Media and politics; Mediatization of politics; Media and policy research; Political communication; Social Sciences; Political science.

SOBRE OS AUTORES

ANTONIO TEIXEIRA DE BARROS

Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (1999). Pós-doutor em Comunicação pela Universidade Fernando Pessoa (2008). Docente e pesquisador do Programa de Mestrado Profissional em Poder Legislativo do Centro de Formação da Câmara dos Deputados, vinculado à linha de pesquisa Política Institucional do Poder Legislativo. Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCTDD). Coordenador do grupo de pesquisa “Parlamento e Sociedade: Representação Política, Participação e Controle Social”, cadastrado no Diretório Geral dos Grupos de Pesquisa do CNPq. Atua nas seguintes áreas de pesquisa: Poder Legislativo, estudos legislativos, democracia digital, representação de minorias, representação feminina, discurso político, participação política, educação para a democracia, mídia e política, cultura política, movimentos sociais e democracia.

LUCAS EMANUEL SILVA

Graduado em Ciência Política com ênfase em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É membro do Grupo de Métodos de Pesquisa em Ciência Política (MPCP-UFPE).

SUBMETIDO EM

15/06/2018

APROVADO EM

15/07/2018

1 - INTRODUÇÃO

Os meios de comunicação se tornaram tão relevantes para os agentes políticos e a própria política que atualmente são entendidos como uma instituição política, visto que são capazes de atuar de forma ativa no jogo político, como argumenta Cook (1998). Isso porque os meios de comunicação passaram a exercer o papel de atores políticos, pois eles interagem com os agentes políticos, os partidos, os parlamentos, os governos e com o próprio público, influenciando na agenda pública, no debate político e na formação da opinião pública. Pode-se afirmar que a atuação das mídias afeta a própria democracia, ao atuarem como uma agência de propaganda política e partidária ou mesmo de antipropaganda. Além disso, os sistemas de mídias podem aderir ou se contrapor aos argumentos e projetos políticos, cuja atuação é legitimada perante as audiências sob a forma de prestação de serviços, especialmente no caso do jornalismo político, um dos principais produtos midiáticos com estreita relação com a esfera da política (Serrano, 2006).

A centralidade midiática na vida social e a crescente midiaticização da política levou as ciências sociais a se interessarem cada vez mais pela atuação dos meios como objeto de estudo, incluindo a ciência política, com o exame das estratégias midiáticas nas campanhas eleitorais, a formação das preferências, os efeitos da divulgação das pesquisas eleitorais na opinião pública, entre outros aspectos. No caso específico do Brasil, convém ressaltar que essa centralidade da mídia se caracteriza por uma configuração de oligopólio das grandes empresas de comunicação, que controlam o mercado e monopolizam a produção e a difusão de informação e opinião (Adghirni, 2005; Carlos, 2015; Marshall, 2003). Como consequência disso, a divisão do trabalho jornalístico nos grandes conglomerados midiáticos produz assimetrias de poder muito expressivas. De um lado estão os proprietários e gestores dos veículos, com todo o poder de intervenção nas políticas editoriais; e de outro os jornalistas, funcionários dos veículos, sem autonomia editorial.

Com base nesses pressupostos mais amplos, o artigo tem como objetivo avaliar como a complexa relação entre mídia e política tem pautado estudos acadêmicos no Brasil. Seriam os meios de comunicação um objeto de pesquisa relevante para pesquisadores do campo da ciência política? O que os pesquisadores priorizam quando tomam os meios de comunicação como objeto para suas análises? Qual é o perfil desses pesquisadores?

Essas são as principais questões analisadas, com base em levantamento documental minucioso realizado nos 20 periódicos dos estratos superiores do sistema *Qualis*.¹ A opção pelos periódicos classificados nos estratos superiores se justifica por se tratar da produção que serve de referência para estudantes, professores e pesquisadores da área. A produção qualificada é legitimada pelos pares a partir de avaliação cega e adoção de padrões rigorosos de pesquisa. Trata-se da produção de maior impacto na área, de autoria de pesquisadores renomados.

A análise é ancorada em três hipóteses. A primeira é que a centralidade midiática nos processos políticos e eleitorais a partir da década de 1990 foi um dos impulsionadores dos estudos sobre mídia e política no Brasil. A segunda é que, em razão disso, os períodos eleitorais e o tema eleições concentram o maior investimento dos pesquisadores desse campo. A terceira é que os estudos são predominantemente qualitativos, fruto do maior engajamento de comunicólogos e sociólogos e do baixo envolvimento de cientistas políticos nessa agenda de pesquisa no período examinado.

1 Trata-se do sistema de avaliação dos periódicos científicos da Coordenação de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os estratos superiores são três: A1, A2 e B1.

A pesquisa foi realizada em quatro etapas. A primeira consistiu na busca das publicações sobre o tema em exame diretamente no acervo eletrônico de cada periódico, com base no título dos artigos, palavras-chave e resumo. A segunda teve como objetivo traçar o perfil dos autores e identificação das instituições às quais os pesquisadores estão vinculados. A terceira teve como base a análise de conteúdo dos artigos, a fim de examinar as temáticas estudadas e as metodologias. A quarta, por sua vez, consistiu na análise estatística dos dados a partir do uso de técnicas descritivas e multivariadas.

Antes da análise dos dados, apresentamos um breve panorama sobre a relação entre mídia e política, um requisito para a contextualização da análise proposta.

2 - A MÍDIA E A POLÍTICA

Atualmente é impensável se imaginar uma sociedade democrática sem um sistema de mídias. Entretanto, nas teorias da democracia a mídia recebe pouca importância, sendo considerada um “ponto cego” nos estudos sobre política da atualidade (Miguel, 2000; Rocha, 2011; Wolton, 1994; Ormay, 2015). Pensar em uma teoria da democracia que leve em conta o papel dos meios de comunicação constitui, portanto, um desafio para a superação de uma noção de “democracia limitada”, que desconsidera a força dos meios e sua influência política (Miguel, 2000). Trata-se de uma lacuna que chama atenção pelo fato de que a centralidade midiática nas sociedades contemporâneas é indiscutível, com amplos efeitos e impactos na esfera política. Tal esfera “vem sendo re-moldada pela mídia, que transforma os padrões do discurso político, a relação entre representantes e representados e o acesso do cidadão comum aos campos de poder” (MIGUEL, 2000, p.51). Como salienta o autor, “diante de tamanho contraste, é inevitável questionar as razões que levam as diferentes teorias democráticas a ignorar um fenômeno de tamanha envergadura” (p.51).

Uma das explicações para essa lacuna é que “os *media* fazem parte da chamada indústria cultural, fruto do deslocamento do eixo cultural da Europa para os Estados Unidos, no contexto do pós-guerra e seus desdobramentos, a partir de 1945” (Barros, 2015a, p.187). Em razão disso, continua o autor, “os *media* passaram a ser vinculados à decadência da alta cultura e à emergência e vulgarização de novas culturas pouco reconhecidas como operadoras dos sistemas de distinção social” (p.188). A maior força do estigma negativo recaiu sobre a televisão, que passou a ser considerada uma “agência simbólica de espetacularização do cotidiano” (p.188). Independentemente dos juízos de valor sobre os efeitos políticos dos sistemas de mídia, o fato é que

os meios de comunicação são tanto o principal canal de acesso dos cidadãos às informações de que precisam para agir na esfera política quanto o principal instrumento dos líderes políticos para a divulgação de suas mensagens, projetos, temas para a agenda pública, em suma, para a batalha política crucial, a construção de vontades coletivas (ou, dito de outra maneira, a luta pela hegemonia). Isto coloca a mídia numa posição central na arena política das sociedades contemporâneas (Miguel, 2000, p.66).

São vários os estudos que enfatizam o papel da midiática no contexto sociopolítico e cultural contemporâneo (Putnam, 1973; Sodré, 1983; Ortiz, 1991; Thompson, 1995; Wolton, 1995; Bourdieu, 1997; Gamson, 1992; Morley, 1996; Norris, 1996; Sartori, 1998; Silverstone, 2005; Str mb ck, 2008). Essas análises “colocaram em destaque os meca-

nismos de interferência no mundo social, por meio dos enquadramentos e pacotes interpretativos” (Barros, 2015a, p.188). A influência política dos meios de comunicação se deve ao seu

poder de estabelecer a grandeza moral dos fatos noticiados na economia simbólica e na moral cotidiana, a definição primária pelos emissores do valor-notícia e como eles interferem na construção e na representação das identidades dos grupos sociais implicados, entre outros fatores (Barros, 2015a, p.189).

Nessa perspectiva,

os emissores midiáticos deixam de ser tratados como meros veículos, meios ou canais de expressão social e são analisados como instituições com padrões de comportamento específicos e lógicas de ação social organizadas e objetivadas em suas rotinas, dinâmicas e procedimentos que sobrevivem para além do limite de espaço e tempo (Barros, 2015a, p.189).

Quando se trata de comunicação política, esse modo de ação da mídia é definido por Altheide (2016) como *media logic*, ou seja, a lógica que orienta o processo pelo qual a mídia transmite e comunica informações políticas. Para o autor, a eficácia simbólica da lógica midiática está na sua naturalização pela sociedade. Em razão disso, essa lógica infiltrou-se nas práticas de vários atores políticos individuais e nas instituições, em um nítido processo de “colonização” do campo político pela *media logic*. Além disso, complementa o autor, essa lógica passou a moldar o olhar do público e a percepção do cidadão. Isso significa que as pessoas adotaram a lógica midiática para fazer suas próprias avaliações sobre os políticos e a política. Com isso, há uma hegemonia da *media logic* e um esvaziamento da lógica da política. Esse modelo, segundo a análise do autor, produz efeitos cumulativos de longo prazo na produção e reprodução social de um imaginário negativo sobre a política, que tende a desqualificá-la e reduzi-la ao que é representado pela *media logic*. Entretanto, o autor argumenta que não é possível culpar a mídia por isso, uma vez que essa lógica é adotada também pelos próprios atores políticos e legitimada pelos cidadãos.

Com uma perspectiva similar, embora mais ampla, Champagne (1991; 2012) refere-se ao que ele denomina de *la vision médiatique*, ou seja, como se dá construção midiática das questões sociais e políticas, a partir da simplificação, generalização, estereotipização e dramatização. Trata-se efetivamente de uma construção, no sentido de que são postos em cena imagens e enredos “pinçados” da realidade, porém “arranjados” de um “modo comum”, com tons “dramáticos e emocionantes”, isto é, “de acordo com a definição social do acontecimento digno de ser manchete”. Em suma, “a maneira pela qual os meios selecionam e tratam esses mal-estares diz respeito pelo menos tanto sobre o meio jornalístico e sua maneira de trabalhar quanto sobre os grupos sociais a quem dizem respeito” (Champagne, 2012, p.63). Ao tratar da “fabricação” do acontecimento, o autor apresenta uma perspectiva que também se aplica à política, embora ele refira-se às questões sociais no sentido mais amplo:

A mídia age sobre o momento e fabrica coletivamente uma representação social que, mesmo quando está muito afastada da realidade, perdura apesar dos desmentidos ou das retificações posteriores porque ela nada mais faz, na maioria das vezes, que reforçar as interpretações espontâneas e mobiliza, portanto, os prejuízos e tende, por isso, a redobrá-los (...) Por outro lado, a informação posta em

imagens produz um efeito de drama que é próprio para suscitar muito diretamente emoções coletivas (...) Enfim, as imagens exercem um efeito de evidência muito poderoso: mais do que o discurso, elas parecem designar uma realidade indiscutível, se bem que elas sejam igualmente o produto de um trabalho mais ou menos explícito de seleção e de construção (Champagne, 2012, p.64).

Esse modo de construção da visão midiática leva à construção de “falsos objetos”, que passam a ser tomados pelo público como reais e generalizáveis. Isso gera um ciclo vicioso reproduzido pelos veículos concorrentes que aderem à mesma “construção”. Tal ciclo vicioso é reproduzido com base na noção de credibilidade jornalística, visto que a investigação jornalística que opera de forma similar à investigação policial ou judicial, transparecendo uma imagem de objetividade, que “consiste, como em um processo, em dar a palavra a todas as partes envolvidas, os jornalistas buscando, explicitamente, em cada caso, representantes da defesa e da acusação, o ‘pró’ e o ‘contra’, a versão oficial de um incidente e das testemunhas” (Champagne, 2012, p.70). Em decorrência desse modo operatório, explica o autor, a mídia “faz parte integrante da realidade ou, se preferir, produz efeitos de realidade criando uma visão mediática da realidade que contribui para criar a realidade que ela pretende descrever” (p.75).

Para Champagne (2012, p.75), “a lógica das relações que se instauram entre os atores políticos, os jornalistas e os especialistas em ‘opinião pública’ chegou a ser tal que, politicamente, é muito difícil agir fora da mídia, ou *a fortiori*, contra ela”. Isso ocorre porque “a imprensa jamais deixou indiferente o poder político, o qual procura controlar o que chama de ‘atualidade’, quando ele não contribui, com a ajuda de seus aliados de imprensa, para ele mesmo fabricá-la”. Nessa perspectiva, os meios de comunicação “estão diretamente implicados na produção de consensos e de valores que orientam a vida dos cidadãos, na representação das identidades e na construção da memória social (Barros, 2015a, p.189).

Com o avanço das mídias digitais

Os *media* passaram a ser regidos pela lógica da sociedade em rede e da perspectiva denominada *intermedia* (...), o que significa conexão, intercâmbio e influência de um meio de comunicação sobre os outros, resultando no efeito de consonância de lógicas de funcionamento e de esquemas de integração, a exemplo da TV e da web. Trata-se, na realidade, de um fenômeno com múltiplos vetores, inclusive das interferências da sociedade sobre os *media* e também na própria configuração endógena dos meios (Barros, 2015b, p.402).

Como registra Bauman (2008, p.139), os profissionais de mídia estão sempre à espreita, em busca de situações, casos e acontecimentos que se se enquadram na categoria de desvios morais, especialmente dos atores políticos. A imprensa tende a atuar como uma agência de controle social, algo similar a uma delegacia moral, com uma retórica moralizante com alto poder de mobilização do senso comum. Além disso, a mídia costuma dramatizar o problema, como estratégia para chamar atenção do público e criar condições para sua “cruzada moral” (Freire Filho, 2004; Machado, 2004).

Por essa razão a mídia pode ser considerada um tipo de *empreendedor moral*, nos termos de Becker ([1968] 2008), uma vez que registra, identifica e rotula os casos em que há risco social, mediante o rompimento de padrões normativos. Como explica Machado (2004, p. 61), “os mídias desempenham um papel fundamental de organização de um conjunto de rumores e percepções públicas desorganizadas, constituindo um corpus interpretativo do problema”. Isso ocorre por meio do exagero e até mesmo pela distorção, uma operação típica do sensacionalismo.

Os meios de comunicação estão diretamente implicados na produção de consensos e de valores que orientam a vida dos cidadãos, por meio de “categorias classificatórias fundamentais da construção social da realidade” (Lash, 2012, p.306), na representação das identidades e na construção da memória social (Bergamo, 2011). No contexto mais amplo da produção midiática, o jornalismo constitui um *trabalho moral*,² que se expressa na organização temporal de uma narrativa que se apresenta ao público como sendo objetiva e imparcial, ou seja, “colada aos fatos, apresentada como não posicionada e pluralista, naturalizando recortes e sentidos na exposição dos fatos” (Biroli e Mantovani, 2014, p.211-212). Esse trabalho moral é definido a partir de técnicas de poder e disciplinas do olhar (Biroli, 2007). Dessa forma, o jornalismo político atua como operador hermenêutico na formação de sensibilidades, percepções e discernimentos dos leitores, ouvintes e telespectadores (Lemos e Barros, 2016).

A esse respeito, é oportuno resgatar o argumento de Scott Lash (2012, p.184) de que o atual cenário social é diretamente condicionado pelo *modo de informação* (e não mais pelo modo de produção). Para o autor, na modernidade reflexiva, as oportunidades de construção individualizada de narrativas de vida são diretamente condicionadas pelo acesso à informação e não necessariamente pelo capital produtivo. Esse argumento reforça a ênfase às operações simbólicas dos emissores midiáticos, entre as quais destacam-se: a marcação dos registros temporais (Bergamo, 2011), a classificação e seleção dos temas, a hierarquização dos enquadramentos, a demarcação das propriedades sociais dos fatos, a definição dos estatutos políticos dos acontecimentos e a qualificação do status dos agentes concernidos na articulação discursiva que caracteriza esse *mundo dos jornalistas* (Travancas, 1993) e suas diferentes formas de mediação que interferem na vida cotidiana e nos espaços de interação social no mundo vivido.

A esfera da visibilidade pública e suas consequências nas dinâmicas sociais de discutibilidade coletiva (Gomes, 2008) reforçam o poder simbólico da midiaticização, entendida como um processo social de referência no mundo contemporâneo, no sentido de que os processos sociais passam a se desenvolver (inteira ou parcialmente) segundo as *lógicas dos media*, como a política, o entretenimento e a aprendizagem (Braga, 2006; Schmidt, 2003). A midiaticização é responsável pelo delineamento dos temas na agenda pública, além do enquadramento, do ciclo de atenção dos temas (com maior ou menor tempo de permanência na agenda). Além disso, grande parte do conhecimento e da experiência dos públicos no que se refere a assuntos de relevância social, política, econômica e cultural passa necessariamente pelo enquadramento dos *media*, que se tornaram fonte primordial de informação. “Os *media* traduzem e formam as percepções que as pessoas não experimentam diretamente” (Schmidt, 2003, p.69).

No âmbito da visibilidade da política, atores políticos e jornalistas disputam a atenção e a credibilidade da opinião pública por meio da produção de discursos e imagens (Brighenti, 2007). Enquanto os políticos conquistam legitimidade na esfera pública por meio do sufrágio universal e da autoridade delegada pelo voto, os jornalistas obtêm legitimidade e credibilidade pela fidelidade a códigos e a valores profissionais. Se os jornalistas defendem o direito do público à informação, esta “não é tida como primeira preocupação dos políticos, que são vistos como estando prioritariamente preocupados em persuadir o público a aderir a determinadas causas e objetivos políticos e partidários” (Serrano, 2006, p. 68).

O fato é que os meios de comunicação tornaram-se parte integrante do ambiente em que as tramas da vida política são tornadas públicas para os cidadãos. Os critérios de

2 Termo original de Ettema e Glasser (1988), utilizado por Biroli e Mantovani (2014).

noticiabilidade e os valores normativos do jornalismo político apregoam a capacidade e o potencial de fiscalização dos poderes públicos pela sociedade, que, de modo geral, avalia de maneira negativa o desempenho institucional dos governantes e dos parlamentos, incluindo as ações individuais de seus integrantes. Por essa razão, a mídia privilegia uma agenda de ataque aos atores políticos, pois isso se coaduna com as expectativas dos públicos. Assim essas estratégias se tornam populares e estimulam o jornalismo político a continuar na agenda de denúncia de atos de corrupção e abusos de poder.

Os atores políticos, por sua vez, dependem cada vez do próprio espaço midiático para conquistar visibilidade e notoriedade, configurando um *interplay* midiático ambíguo e dinâmico (Elmelund-Praestekaer e Wien, 2008; Wolfsfeld, 2011). Nesse *interplay*, os meios de comunicação são utilizados estrategicamente pelos políticos para divulgar suas posições no debate público, enquanto os atores políticos também são acionados de forma igualmente estratégica para reforçar seu poder de palavra e sua influência no debate público, resultando nos chamados *media hypes* (Wien e Elmelund-Præstekær, 2009). Assim, são travadas lutas simbólicas entre esses atores na disputa pelo capital de reputação (Bourdieu, 1989). Essa batalha tem como “armas” as imagens e os discursos estrategicamente selecionados e arregimentados pelos atores com a finalidade de enfatizar suas visões e interesses. Nesse *interplay*, ora os políticos atacam a mídia, por considerar inadequada sua atuação denunciativa, ora colaboram com a própria mídia, ao fornecer elementos para o jogo político, mediante novas denúncias, declarações e detrações contra os adversários. Em algum momento os agentes políticos se apresentam como vítimas de denúncias infundadas e em outros aproveitam o alcance dos veículos de comunicação de divulgar informações negativas contra seus opositores.

O que se depreende da sequência de argumentos precedentes é que há um modo operatório típico na lógica de ação dos *media*, o que resulta em uma dinâmica sociocultural de monocultivo desses enquadramentos, perspectivas e modelos. Uma dessas estratégias do jornalismo é o mecanismo de *continuing story* (Wolf, 1995), com estrutura de ficção seriada, a fim de estender o ciclo de atenção da notícia. Isso ocorre geralmente nos casos em que o tema já conquistou um elevado nível visibilidade, ou seja, encontrou um espaço privilegiado na esfera conversação civil e das trocas argumentativas, cujo termômetro atual para os jornalistas é a repercussão nas redes sociais. Tal postura enquadra-se no horizonte analítico de Pierre Bourdieu (1997) referente às *estruturas simbólicas invisíveis* que sustentam os modelos de cobertura da imprensa e lhes garantem estabilidade e repetição, contribuindo para a reprodução das formas simbólicas expressas no campo político. Segundo o autor, o principal capital do jornalismo é de natureza simbólica, posto que sua credibilidade está no poder de fazer crer, uma vez que os conteúdos informativos são revestidos de uma aura de “objetividade”. Entretanto, Bourdieu ressalta que o campo jornalístico, apesar de ser regido por regras próprias, não constitui um campo com autonomia plena, tendo em vista sua dependência em relação ao campo econômico, expressa pela necessidade permanente de captação de grandes anunciantes. Para atrair publicidade, submete-se, portanto às lógicas de conquista de grandes audiências (Bourdieu, 1997).

Convém mencionar aqui, embora de forma abreviada, as contribuições de Habermas (1995) para aprofundar esse debate. Para o autor, a perspectiva discursiva é relevante para desvendar o modo como os discursos políticos são simplificados e limitados pelo modelo de democracia representativa liberal. Isso prejudica o pluralismo de ideias e limita a participação dos cidadãos nos processos deliberativos. Na trilha interpretativa habermasiana, Hallin; Mancini (2010) criticam os sistemas liberais de mídia porque se caracterizam pela expressão de vozes que limitam o pluralismo e privilegiam visões parciais e hegemônicas, alinhadas aos interesses de mercado.

No regime de verdades dispostas e articuladas em formato de polêmicas, crises e escândalos, a imprensa cultiva sua perspectiva retórica simplificada de forma estratégica, o que fortalece seu poder simbólico e sua capacidade de penetração difusão e continuada na sociedade, permeando o conjunto de representações mentais e consolidando *templates* e molduras de percepção e discernimentos em torno do universo da política. Sob esse ângulo analítico, o noticiário político comporta um enfático tom moral e normativo, ou seja, sua orientação transcende a constatação e o diagnóstico e abre trilhas prescritivas, com receituários sobre como deveria ser. Esse enquadramento se torna operacional por meio dos chamados *pacotes interpretativos*, os quais apresentam uma moldura (*framing*) de conotação moral, reforçando a lógica de *pânico moral* acima referida.

A dinâmica social e os efeitos políticos dos *pacotes interpretativos* deve ser entendida a partir de adaptações derivadas da obra de Erving Goffman (1974). Para o autor, em cada questão discutida publicamente, como no caso de temas políticos, existem perspectivas analíticas que recebem maior ou menor atenção tanto na esfera da visibilidade como no plano da discutibilidade, uma vez que ambas operam com uma perspectiva interpretativa pré-definida pelos veículos de mídia. As versões a respeito de um mesmo fato são moldadas por *templates semânticos*, que fornecem os repertórios argumentativos. Esses pacotes são organizados a partir de um conjunto de ideias-chave, metáforas, frases de efeito e referências a princípios morais (Gamson e Modigliani, 1989). Assim, os *pacotes interpretativos* ou *templates semânticos* funcionam como farol para a opinião pública, ao estabelecerem parâmetros de como pensar a respeito da questão em debate (Vimieiro e Maia, 2011). De forma simplificada,

esses mecanismos de enquadramento noticioso apresentam o núcleo da questão, uma posição opinativa correspondente ao núcleo destacado, uma metáfora, a caracterização dos responsáveis pelo problema, as causas e as consequências. Na prática, é como se fosse um esquema *prêt a porter* de opinião, que serve de moldura simbólica ao foco informativo do assunto noticiado (Barros, 2015b, p. 406).

Cabe enfatizar ainda que o discurso dos veículos midiáticos, seja sobre política ou outros temas, não podem ser tomado como produção autônoma, “em vista da configuração relacional complexa e multifacetada que se estabelece no processo de produção, emissão e recepção dos conteúdos” (Barros, 2015, p. 409). Uma ideia muito comum em sociologia da mídia é a de que os sistemas de mídia constroem a realidade social (Lemieux, 2000). Para o autor, os meios dependem de uma rede de atores para a produção e exibição de seus conteúdos. Um exemplo é o jornalismo político, no qual os repórteres e comentaristas dependem de suas fontes. Na prática, esses profissionais reafirmam e re-traduzem os dados, os fatos e as informações que lhes são fornecidos por outrem. Em suma, trata-se de um discurso social condicionado por múltiplos fatores (Sousa, 2000), e que depende da relação dos meios de comunicação, como instituição, com as demais que compõem a sociedade. Essa complexidade tende a se intensificar com a configuração das redes e a lógica de fragmentação das mídias digitais.

No processo de midiaticização da política, esses atores políticos são influenciados a adaptar a sua atuação e, sobretudo, o seu discurso e a sua linguagem, às demandas e características da mídia, não só em termos de tempo e espaço, mas principalmente tentando adequar-se aos formatos e a lógica operacional dos meios de comunicação. O acesso cada vez maior dos jornalistas às atividades parlamentares fez com que a mídia também adquirisse maior projeção política na sociedade, passando a atuar como representante dos interesses do público, ora competindo com o parlamento, ora tentando desqualificá-lo para substituí-lo (Noleto Filho, 2014).

A crescente midiática da política é reforçada pelos pressupostos da tese da *influência presumida da mídia* (Cohen; Tsftati, Sheaffer, 2008). Segundo essa tese, a crença dos políticos no poder da mídia aumenta a motivação e esforço desses atores para aparecer na cobertura da mídia, o que, por sua vez, está relacionado tanto com a maior proeminência da mídia quanto com mais atividade política. A tese mencionada reforça o pressuposto de que os conteúdos midiáticos de teor político influenciam especialmente as elites, principalmente os jornais e revistas (Graber; Dunaway, 2014).

A midiática da política revela um paradoxo. Ao mesmo tempo em que há um franco declínio da importância das instituições políticas e de seus representantes perante a sociedade, a mídia gera picos de super atenção à política em determinados momentos, principalmente quando a exposição não interessa aos atores políticos, como nos casos de escândalos, denúncias e crises. Com isso a mídia produz uma espécie de “teatro íntimo” da política, focando nos bastidores, nas intrigas, nas disputas políticas (Wright, 1998).

Pesquisas recentes realizadas na Europa apresentam três modelos explicativos sobre a influência política dos conglomerados de mídias. O primeiro considera a mídia como um “espelho” da realidade política e argumenta que os meios de comunicação se concentram nos políticos mais ativos e carismáticos. O segundo, focado na noção de *valor-notícia*, prevê que os políticos “de autoridade”, em posições de liderança, recebam a maior cobertura da mídia. Em terceiro lugar, as teorias do “viés de notícias” afirmam que a mídia privilegia os atores políticos que estão agindo e pensando de acordo com seus próprios interesses editoriais (Tresch, 2009). O fato é que a atenção à política pela via midiática tornou-se um mecanismo importante inclusive para a definição da agenda dos partidos, “cujas lideranças ficam de olho no que é divulgado antes da definição de suas prioridades e das estratégias para a competição interpartidária” (Vliegthart; Walgrave; Meppelink, 2011, p.368). As agendas que recebem mais atenção na mídia têm mais chances de conseguirem maior atenção dos líderes partidários, dos parlamentares, dos governantes e da própria população (Walgrave; Vliegthart, 2010).

A TV, por sua vez, é considerada um veículo de maior abrangência, que exerce um poder primordial, pois conduz o telespectador a formar juízos mesmo sem a experiência direta. Isso confere à TV uma enorme capacidade de formar e conduzir julgamentos públicos (Iyengar; Kinder, 1987). A TV tornou-se cada vez mais importante também para os atores políticos, ao assumir o papel de principal arena do debate político, quase que substituindo ou suplantando as arenas políticas. “Por isso os parlamentares se sentem tão atraídos para esses debates, pois uma aparição na TV lhe confere mais prestígio entre seus pares e seus eleitores do que horas de debate no plenário ou nas comissões” (Riddell, 1998, p.8).

No Brasil, embora haja registro de pesquisas sobre mídia e política desde a década de 1970, a consolidação desse campo passou a ocorrer a partir da redemocratização, “em especial, com os embates eleitorais, que, neste novo contexto, se realizam em uma sociedade na qual a comunicação se tornou ambiente constitutivo da sociabilidade” (Rubim; Azevedo, 1998, p.189). Para os autores,

a eleição presidencial de 1989, realizada depois de 29 anos sem eleições diretas para presidente, aparece como acontecimento detonador de um *boom* imediato e posterior de reflexões sobre o enlace mídia e política. Pode-se afirmar que este acontecimento eleitoral, ao fazer emergir em toda sua potência estas novas conexões entre mídia e política, começa verdadeiramente a conformar um campo de estudos sobre comunicação e política no país, perpassado por olhares sintonizados com esta nova circunstância de sociabilidade acentuadamente midiática (Rubim; Azevedo, 1998, p.192).

Outro fato político de grande repercussão e impacto nas pesquisas sobre mídia e política apontado pelos autores foi o *impeachment* do então presidente Fernando Collor, em 1994, que “produziu uma nova quantidade de estudos, imediatos e posteriores, que contribuíram para a continuidade do delineamento desta área acadêmica” (p.193). A produção, contudo, limitava-se ao campo da Comunicação, com pouca participação de cientistas sociais. Os autores apontam a Ciência Política como a mais resistente em aderir a essa agenda de pesquisas, “apesar da tradição e do desenvolvimento acadêmico e institucional alcançado por esta disciplina no Brasil” (p.196). Para os autores, as dificuldades

provém da insuficiência de modelos teóricos anteriormente existentes; da já mencionada dispersão da produção e sua existência recente; do caráter inovador de inúmeras questões em cena, que exigem o uso de novas teorias e dispositivos metodológicos e da inexistência de um campo comum e interdisciplinar de pesquisa que possibilite a troca e a contraposição teórico-metodológicas mais nítidas (Rubim; Azevedo, 1998, p.198).

Apesar das dificuldades acima enumeradas, a partir de 1992 as pesquisas sobre mídia e política, com a participação de cientistas sociais ganharam impulso com a incorporação do tema nos encontros anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), como registra Miguel (2004, p.11). Assim, aos poucos, os estudos sobre mídia e política deixaram de ser vistos excêntricos pelos cientistas sociais brasileiros, que passaram a “compreender os meios de comunicação de massa como elementos necessários de qualquer investigação sobre a política contemporânea”. Em 2004 a Revista de Sociologia e Política publicou um dossiê temático sobre mídia e política e em 2011 a Revista Brasileira de Ciência Política publicou o dossiê “Mídia, política e democracia”. Tais iniciativas contribuíram para reforçar a agenda de pesquisa com a adesão de cientistas sociais, em especial cientistas políticos. Em função disso, a produção acadêmica sobre mídia e política tem sido crescente, com espaço expressivo nos periódicos classificados nos estratos superiores do *Qualis*, conforme será demonstrado a seguir.

Análise dos dados

A Tabela 1 apresenta um panorama da distribuição dos artigos entre os periódicos estudados, com destaque para: *Opinião Pública*, *Intercom* e a *Revista de Sociologia e Política*. Chama atenção a quantidade de artigos na revista *Opinião Pública*, uma das principais na área de Ciência Política no Brasil, mas que também tem como escopo a publicação de estudos midiáticos. A revista da *Intercom* se justifica por se tratar da principal revista da área de Comunicação, com uma expressiva produção sobre comunicação e política, o que a qualifica como B1 no *Qualis* em Ciência Política. Além disso, são três periódicos de existência expressiva, em termos de tempo de circulação. A mais antiga é da *Intercom*, criada em 1980. As outras duas são ambas de 1993. A ausência de artigos sobre o tema na *Brazilian Political Science Review* também se explica pelo fator temporal, mas por ser a mais recente do elenco, criada em 2008.

Periódicos estudados

Tabela 1 - Periódicos estudados

	PERIÓDICOS	Quantidade	%
1	Opinião Pública	82	25,15
2	Intercom	43	13,19
3	Revista de Sociologia e Política	33	10,12
4	Revista de Estudos Feministas	22	6,75
5	Revista Brasileira de Ciência Política	22	6,75
6	Dados	18	5,52
7	Sociedade e Estado	17	5,21
8	Cadernos Pagu	14	4,29
9	Sociedade e Cultura	13	3,99
10	Revista Brasileira de Ciências Sociais	12	3,68
11	Lua Nova	11	3,37
12	Mana	7	2,15
13	Novos Estudos CEBRAP	6	1,84
14	Estudos Avançados	6	1,84
15	Sociologias	6	1,84
16	Tempo Social	6	1,84
17	Caderno CRH	4	1,23
18	Pro-Posições	2	0,61
19	Teoria & Sociedade	2	0,61
20	Brazilian Political Science Review	0	0,00
	Total	326	100

Fonte: Elaboração própria.

Artigos publicados por ano

A distribuição dos artigos por ano é bastante irregular, como mostra a Tabela 2, com expressivo aumento de publicações a partir do final de década de 1990, fruto da intensificação do uso de mídias nas campanhas eleitorais, conforme foi ressaltado na primeira parte do texto, o que confirma a primeira hipótese, relativa à influência da centralidade midiática nessa agenda de pesquisa. Observa-se expressivo aumento de publicação nos artigos nos anos eleitorais ou pós-eleitorais, a exemplo de 1997, 2002, 2004, 2009 e 2014. Isso confirma a segunda hipótese de pesquisa.

Tabela 2 - Artigos publicados por ano

	ANO	QUANTIDADE	%
1	1980	1	0,31
2	1981	0	0,00
3	1982	0	0,00
4	1983	0	0,00
5	1984	2	0,61
6	1985	3	0,92
7	1986	0	0,00
8	1987	2	0,61
9	1988	0	0,00
10	1989	0	0,00
11	1990	0	0,00
12	1991	0	0,00
13	1992	3	0,92
14	1993	1	0,31
15	1994	2	0,61
16	1995	1	0,31
17	1996	4	1,23
18	1997	11	3,37
19	1998	6	1,84
20	1999	12	3,68
21	2000	5	1,53
22	2001	6	1,84
23	2002	11	3,37
24	2003	6	1,84
25	2004	14	4,29
26	2005	10	3,07
27	2006	15	4,60
28	2007	16	4,91
29	2008	11	3,37
30	2009	28	8,59
31	2010	22	6,75
32	2011	24	7,36
33	2012	25	7,67
34	2013	15	4,60
35	2014	25	7,67
36	2015	12	3,68
37	2016	23	7,06
38	2017	10	3,07
	Total	326	100

Fonte: Elaboração própria.

Tipo de autoria

A produção examinada é tipicamente individual, como mostra a Tabela 3. Quando há co-autoria, prevalece a parceria entre dois autores. É notório que autoria compartilhada é pouco usual nas ciências sociais. Estudos sobre o tema mostram que se trata de uma prática mais frequente nas ciências exatas, da natureza e da saúde (Meadows, 1999). Afinal, “as ligações intelectuais entre as ideias dos cientistas se estabelecem através de relações sociais” (Vanz e Stump, 2010, p.43).

Tais estudos ressaltam que a co-autoria é considerada um relevante indicador de consolidação de redes de colaboração científica. Tal indicador é entendido como positivo sob a ótica da institucionalização dos campos de pesquisa (Maia e Caregnato, 2008). O percentual de artigos com dois autores é relativamente expressivo (20,55%), porém constitui indício de fraca colaboração, principalmente quando se trata de dois pesquisadores vinculados à mesma instituição.

Tabela 3 - Tipo de autoria

TIPO DE AUTORIA	Quantidade	%
Um autor	237	72,70
Dois autores	67	20,55
Três autores	17	5,21
Quatro ou mais autores	5	1,53
Total	326	100

Fonte: Elaboração própria.

Uma das prováveis explicações para a baixa colaboração científica na produção em exame deve-se à configuração metodológica das pesquisas, com predomínio de estudos de casos, análise documental e estudos bibliográficos (Tabela 15). É notório que estudos com tais configurações resultam, geralmente, de projetos individuais.

A autoria compartilhada é mais frequente em projetos coletivos de pesquisa, posto que “a colaboração torna grandes pesquisas possíveis de serem realizadas, pois pode poupar esforço e tempo de cada membro em particular e da equipe em geral” (Soares, Souza e Moura, 2010, p.529). Além disso, os autores ressaltam que “a múltipla autoria é mais comum em pesquisas empíricas do que em pesquisas teóricas” (p.536).

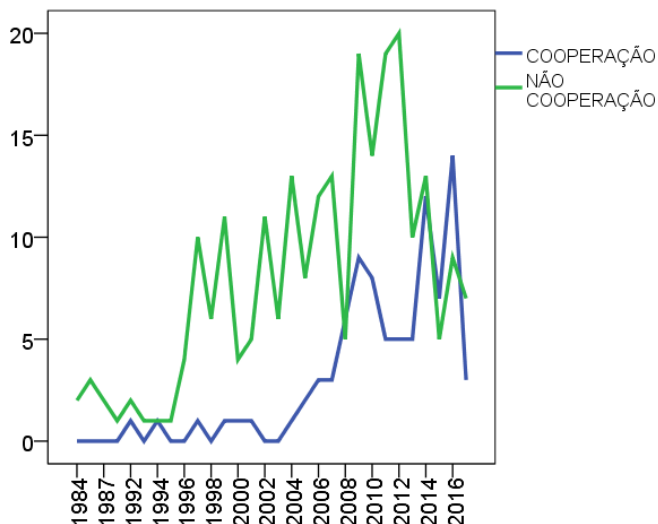
O resultado ilustrado no Gráfico 1 vai ao encontro com os achados também encontrados na Tabela 3. Em regra, a produção individual é o padrão no que se refere aos estudos sobre mídia e política no Brasil. Embora, haja um pico de cooperação científica na produção dos trabalhos em 2015, em todos os outros anos a não cooperação sempre foi maior.

Tabela 4 - Tipo de produção

TIPO DE PRODUÇÃO	QUANTIDADE	%
Interinstitucional	294	90,18
Não interinstitucional	32	9,82
Total	326	100

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 1 - Cooperação ao longo do tempo



No caso da produção interinstitucional, a produção se limita à parceria de pesquisadores de duas instituições, como exposto na Tabela 5. A produção interinstitucional é considerado um importante indicador em termos de colaboração e cooperação científica (Soares, Souza e Moura, 2010). Isso porque esse tipo de produção amplia e fortalece as redes de colaboração científica.

Convém retomar, contudo, o argumento anteriormente apresentado, segundo o qual as redes de cooperação acadêmica são mais usuais em áreas científicas consideradas *hard science*, cujos empreendimentos envolvem pesquisas empíricas de grande porte e de longa duração. Nas ciências sociais, ao contrário, os estudos tendem a maior isolamento e fragmentação (Soares, Souza e Moura, 2010).

Tabela 5 - Número de instituições envolvidas

INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS	QUANTIDADE	%
Duas instituições	26	81,25
Três instituições	5	15,625
Quatro ou mais instituições	1	3,125
Total*	32	100

Fonte: Elaboração própria. *O quadro refere-se apenas à produção interinstitucional.

Sexo dos autores

Apesar do expressivo número de mulheres, ainda predominam autores do sexo masculino, conforme demonstra a Tabela 6. Convém lembrar aqui dos estudos feminis-

tas que analisam a relação entre ciência e gênero. Conforme tais estudos, há predomínio de autores masculinos na maioria das ciências, inclusive nas ciências sociais e em especial na ciência política (Sedeño e Alcalá, 2001).

Um argumento comum nas análises sobre desigualdades de gênero nas carreiras acadêmicas é que “padrões de produção científica são socialmente construídos e nesse caso eles evidenciam as construções sociais de gênero na academia” (Velho e Léon, 1998, p.317). Assim, os impactos “deste processo de socialização para papéis sexuais bastante distintos é um fenômeno conhecido como *gender tracking* ou concentração de mulheres em disciplinas particulares” (p.313).

As autoras explicam que “as condições e circunstâncias que produzem a exclusão ou a menor participação das mulheres não são homogêneas em todas as áreas do conhecimento e países”, visto que

são influenciadas pela tradição cultural e nacional, pelo nível de desenvolvimento econômico dos países, pelo papel que é localmente atribuído à ciência, pela estrutura social, pelo sistema educativo e pela presença ou ausência de sistemas que viabilizem a vida profissional e familiar da mulher (Velho e Léon, 1998, p.317).

Alguns desses estudos constataam que há dois tipos de desigualdades nas carreiras acadêmicas brasileiras. A primeira refere-se à feminilização de algumas áreas, como Educação, Serviço Social, Enfermagem e Letras. A segunda diz respeito à cultura organizacional machista, que privilegia a indicação de homens para os cargos de liderança e direção dos grupos e instituições de pesquisa.

Em ambos os casos, as pesquisas acerca das desigualdades entre os sexos nas carreiras acadêmicas “atribuem a desvantagem feminina à discriminação no local de trabalho e/ou às demandas sociais colocadas sobre as mulheres” (Moschkovich e Almeida, 2015, p.786). Embora ainda não existam estudos específicos sobre o campo das ciências sociais e da ciência política em particular, trata-se de uma questão relevante para estudos futuros.

Tabela 6 - Sexo dos autores

SEXO	QUANTIDADE	%
Um masculino	134	41,10
Um feminino	104	31,90
Um masculino e um feminino	31	9,51
Dois femininos	18	5,52
Dois masculinos	17	5,21
Dois masculinos e um feminino	9	2,76
Dois femininos e um masculino	6	1,84
Três masculinos	3	0,92
Outras combinações	3	0,92
Três femininos	1	0,31
Total	326	100

Fonte: Elaboração própria.

A partir da Tabela 7, pode-se constatar que, em média, tem-se 0,72 homens por artigo produzido. As mulheres, por outro lado, participam menos (0,60). Em termos comparativos, isso quer dizer que a cada 100 artigos sobre o tema, em 72 haverá pelo menos um homem. Por outro lado, a chance de encontrar uma mulher como autora é igual a 60³.

Tabela 7 - Número de homens e mulheres por artigo

SEXO	N	MÍNIMO	MÁXIMO	MÉDIA	DESVIO PADRÃO
Mulheres	323	0	3	0,60	0,64
Homens	323	0	3	0,72	0,65

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 8 sumariza essas informações referentes a relação entre autoria e gênero. Para que isso fosse possível, foi criada uma variável denominada “Dominância Gênero”. Ela é calculada a partir da diferença entre a quantidade de homens e mulheres que assinam os trabalhos. Valores positivos indicam dominância masculina, valores negativos indicam dominância feminina e há igualdade de gênero quando a diferença assume valor zero.

Tabela 8 - Relação entre número de autores e dominância de gênero

TIPO DE AUTORIA	CONTAGEM	DOMINÂNCIA			TOTAL
		FEMININA	MASCULINA	IGUALDADE	
Um autor	n	103	134	0	237
	%	43,5%	56,5%	0,0%	100,0%
Dois autores	n	19	17	31	67
	%	28,4%	25,4%	46,3%	100,0%
Três autores	n	7	10	0	17
	%	41,2%	58,8%	0,0%	100,0%
Quatro ou mais autores	n	0	2	0	2
	%	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%
TOTAL	n	129	163	31	323
	%	39,9%	50,5%	9,6%	100,0%

Fonte: Elaboração própria. Qui-quadrado: 133,539 (p-valor<0,001); Phi: 0,643 (p-valor<0,001)

Como pode ser observado, existe relação entre a quantidade de autores e a dominância de gênero (p-valor<0,001). Ao se considerar os artigos individuais, há uma

3 Para fins analíticos, a categoria “Outras combinações” não foi levada em consideração em função da falta de padronização da quantidade de autores nos casos encontrados (n = 3).

dominância masculina (56,5%) em relação à feminina (43,5%). Quando a autoria é em dupla, a dominância feminina (28,4%) é maior que a masculina (25,4%), entretanto, nesse tipo de autoria, a igualdade de gênero é a categoria mais recorrente (46,3%). Por fim, quando a produção é feita por três ou mais autores a dominância masculina é maior que a feminina (58,8%).

Titulação dos autores

A titulação é predominante de doutores e doutorandos, segundo a Tabela 9. Tal perfil certamente se deve aos protocolos de avaliação dos artigos pelos periódicos. A maioria deles realiza uma avaliação prévia pelos editores (*desk review*), seguida da avaliação cega por pares, com dois ou três pareceristas. Tal sistema de controle de qualidade, certamente, é um dos motivos para a elevada titulação dos autores, além da necessidade desses docentes em atender os critérios de avaliação da Capes.

Convém salientar que a titulação não constitui requisito absoluto de qualidade. Entretanto, é oportuno ressaltar que o título de doutor é fruto de uma trajetória de amadurecimento no respectivo campo disciplinar do autor. Essa trajetória favorece a internalização das regras, métodos e cânones da área de conhecimento do estudioso. Tal processo contribui para a construção de uma identidade acadêmica. Afinal, é pelo contínuo exercício de pesquisa que as teorias e métodos científicos são incorporados ao *ethos* do pesquisador e tornam-se realidades vividas na rotina dos autores (Peirano, 2006).

Tabela 9 - Titulação dos autores

TITULAÇÃO	QUANTIDADE	%
Doutor	262	61,07
Doutorando	114	26,57
Mestre	46	10,72
Mestrando	7	1,63
Total*	429	100

Fonte: Elaboração própria. *A quantidade se refere ao número de autores e não ao total de artigos.

Área de formação dos autores

Comunicação, Sociologia e Ciência Política são as áreas de formação predominantes entre os autores que assinam os artigos, conforme mostra a Tabela 10, confirmando a terceira hipótese do estudo. Chama atenção que sociólogos tenham mais interesse em estudar a relação entre mídia e política do que os cientistas políticos. A despeito disso, há algumas especificidades que explicam o relativo distanciamento de cientistas políticos. Trata-se do entendimento próprio de cada área sobre a terminologia mídia ou mídias (Guazina, 2007). Segundo a autora, enquanto os sociólogos e comunicólogos entendem mídias como um sistema simbólico mais amplo que produz sentidos políticos, os cientistas políticos compreendem os veículos de mídias apenas como meios de transmissão de informações. Nas palavras da autora, no caso da Ciência Política, “quando a mídia é mencionada, em geral, é reduzida à função de transmissora,

disseminadora, instrumento, fonte, canal de informações sobre a política” (Guazina, 2007, p.59). Por essa razão,

de maneira geral, as pesquisas oriundas da Ciência Política tangenciam a questão da mídia ao investigar temas como opinião política, opinião pública, comportamento eleitoral/escolhas políticas e cultura política. Sem correremos o risco de simplificarmos a questão, pode-se dizer que a mídia não é o alvo principal da curiosidade científica na tradição da Ciência Política, pois o cabedal teórico sedimentado ao longo dos anos na constituição de seus modelos investigativos foi desenvolvido, em grande parte, em período pré-mídia (Guazina, 2007, p.59).

A formação do acervo teórico da Ciência Política no contexto pré-mídia, apontada pela autora citada, é objeto de análise mais detalhada por Miguel (2000, p.), que considera os meios de comunicação “um ponto cego nas teorias da democracia”. Segundo o autor, “os meios de comunicação são um aspecto secundário no estudo da democracia” (p.57) em todas as suas principais vertentes teóricas pelas seguintes razões:

Os democratas limitados tendem a considerar a formação das preferências apenas na esfera privada e, assim, esvaziam o aspecto comunicativo da política — aliás, esvaziam a atividade política em si. Entre os autores classificados na corrente republicana, a ênfase à participação política no pequeno grupo faz com que as formas de comunicação mediada sejam deixadas de lado. Os democratas deliberativos, por fim, preocupam-se fortemente com a comunicação, mas apenas no contexto de um ideal normativo, apresentado de forma abstrata. Com isso, a mídia (o canal concreto da comunicação política nas sociedades contemporâneas) é, mais uma vez, ignorada (Miguel, 2000, p.64).

Outra explicação para a pouca atenção de cientistas políticos aos fenômenos midiáticos é oferecida por Porto (1997). Para o autor, o problema principal é a centralidade do paradigma da escolha racional na ciência política, o que entra em dissonância com os estudos midiáticos, focados na emoção, na sedução e na estetização da política. Assim, conforme o autor, torna-se difícil para os cientistas políticos realizarem estudos sobre as influências dos meios no comportamento eleitoral, a partir do referido paradigma. Outra dificuldade apontada pelo autor diz respeito à impossibilidade de se estabelecer modelos para a análise de como os meios se relacionam com os eleitores, visto que há novidades e imprevistos a cada eleição, o que torna inviável o desenvolvimento de uma agenda de pesquisa nos moldes da ciência política.

Tabela 10 - Áreas de formação dos autores

ÁREAS DE FORMAÇÃO	QUANTIDADE	%
Comunicação	169	39,58
Sociologia	102	23,89
Ciência Política	68	15,93
Antropologia	47	11,01
História	22	5,15

continua...

Educação	6	1,41
Filosofia	4	0,94
Administração	4	0,94
Economia	3	0,70
Outras	2	0,47
Total*	427	100

Fonte: Elaboração própria. *Há autores com mais de uma área de formação.

Região geográfica dos autores

A região Sudeste concentra quase a metade das pesquisas, segundo a Tabela 11. Centro-Oeste e Nordeste aparecem na sequência. É notório que a produção acadêmica brasileira apresenta forte vinculação com centros regionais de pesquisa situados no Sudeste do país, especialmente em função da concentração dos programas de pós-graduação (Reis, 1993; Forjaz, 1997; Limongi, 2001).

A concentração geográfica de conhecimento é apontada na literatura como segue um fator similar às demais atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação – e da indústria do conhecimento de modo geral -, e suas interfaces com o sistema econômico e o desenvolvimento urbano (Simões; Baessa; Campolina e Silva, 2002). Para os autores, a densidade econômica e urbana funciona como um estímulo para atrair cientistas, pesquisadores e tecnólogos para determinadas áreas geográficas, como é o caso do Sudeste brasileiro, “que responde por 70% do PIB, 84% da produção tecnológica, 79% da produção científica e 69% dos pesquisadores” (Simões; Baessa; Campolina e Silva, 2002, p.231).⁴

Tabela 11 - Região geográfica dos autores

REGIÃO	QUANTIDADE	%
Sudeste	158	48,47
Centro-Oeste	61	18,71
Nordeste	48	14,72
Estrangeiros	32	9,82
Sul	27	8,28
Norte	0	0,00
Total	326	100

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 12 sumariza as informações referentes à relação entre gênero e região geográfica. Vale ressaltar que, para fins práticos e analíticos, trabalhos escritos por autores internacionais ou trabalhos escritos por autores de diferentes regiões foram classificados

4 Os autores tratam de pesquisadores de modo geral, mas consideramos um percentual expressivo para contextualizar o caso em estudo.

na categoria “outros”. Em relação ao primeiro caso, o motivo é um tanto quanto óbvio. Se o intuito é comparar as produções geográficas nacionais, não faz sentido incorporar os casos estrangeiros. Em relação ao segundo, o intuito é não criar nenhum tipo de ordenamento regional.

Tabela 12 - Dominância de gênero por região

REGIÃO	CONTAGEM	DOMINÂNCIA			TOTAL
		FEMININA	MASCULINA	IGUALDADE	
NORDESTE	n	15	24	4	43
	%	34,9%	55,8%	9,3%	100,0%
CENTRO-OESTE	n	23	23	13	59
	%	39,0%	39,0%	22,0%	100,0%
SUDESTE	n	61	79	10	150
	%	40,7%	52,7%	6,7%	100,0%
SUL	n	14	8	2	24
	%	58,3%	33,3%	8,3%	100,0%
OUTROS	n	16	29	2	47
	%	34,0%	61,7%	4,3%	100,0%
TOTAL	n	129	163	31	323
	%	39,9%	50,5%	9,6%	100,0%

Qui-quadrado: 19,544 (p-valor= 0,012); **Phi:** 0,246 (p-valor=0,012)

Um primeiro resultado interessante é a ausência de artigos produzidos por pesquisadores da região Norte, o que se explica pela baixa oferta de cursos de pós-graduação na região. No caso de Ciência Política, há um único e jovem programa, sediado na Universidade Federal do Pará (UFPA), criado em 2008, em nível de mestrado. Os cursos de pós-graduação da região tendem a fomentar os saberes locais, o que é positivo por um lado, ao produzir conhecimento contextualizado, fugindo da “produção alienada”, (Tourinho; Palha, 2014, p.278). Por outro lado, entretanto, contribui para manter o insulamento geográfico da região em relação às redes de pesquisa de abrangência nacional.

Apesar de estatisticamente significativo, o teste qui-quadrado sugere uma fraca associação entre essas variáveis (19,544). A dominância masculina é maior nas regiões Nordeste e Sudeste (55,8% e 52,7%, respectivamente). Por sua vez, a dominância feminina é maior na região Sul (58,3%). A região Centro-Oeste possui um cenário de certo equilíbrio, já que as dominâncias masculina e feminina são iguais (39%) e a igualdade entre os gêneros alcança seu percentual máximo (22%)

Escala geográfica dos estudos

Os estudos de abrangência nacional são predominantes, seguidos de pesquisas de âmbito internacional (Tabela 13). Como se pode observar predominam estudos que tomam como objeto análises mais abrangentes, como no caso de eleições presidenciais (mídia e eleições) e do jornalismo político praticado por veículos de circulação nacional.

Os estudos de âmbito local e regional são os menos prestigiados, talvez em função do que Malheiros e Palha (2014) denominam de produção geograficamente científica alienada, no sentido de que as políticas das principais agências de fomento à pesquisa no Brasil estimulam uma produção orientada para uma agenda nacional, sem prioridade para as realidades locais, exceto no caso da região Norte, como já foi ressaltado acima.

As agendas de pesquisa de amplitude local são fomentadas, em tese, pelas agências estaduais de amparo à pesquisa, as quais possuem poucos recursos orçamentários, exceto no caso dos estados da região Sudeste. As chamadas FAPs (Fundações de Amparo à Pesquisa) nos estados apresentam extremas desigualdades em termos de recursos e de capacidades técnicas, sem contar com os frágeis normativos estaduais, ficando a cargo de cada governo priorizar ou não investimentos em pesquisa, inovação e desenvolvimento, geralmente sem continuidades e sem planos estratégicos estabelecidos como políticas de estado (Borges, 2011).

Tabela 13 - Escala geográfica dos estudos

ESCALA GEOGRÁFICA DOS ESTUDOS	QUANTIDADE	%
Nacional	256	78,53
Internacional	48	14,72
Local	14	4,29
Regional	8	2,45
Total	326	100

Fonte: Elaboração própria.

Mídias estudadas

A Tabela 14 mostra que os veículos impressos, televisão e mídias digitais predominam quando se trata do tipo de mídia estudado. Um dos fatores que explica essa configuração é o período estudado, com início em 1980, época em que o jornalismo político imperou nas pesquisas sobre mídia e política. A TV começou a ser estudada com mais ênfase a partir da década de 1990 e as mídias digitais nos anos mais recentes.

Os resultados refletem, portanto, aspectos relacionados ao período em estudo, iniciado em 1980, quando havia predomínio do estudo de mídias impressas e uma nítida valorização das culturas de texto e da escrita, com questionamentos e críticas à emergência da televisão, considerada, inicialmente, um veículo “empobrecedor” da cultura, por desestimular a leitura (Curto, 2007). Finalmente a TV se impõe como objeto de estudo, a partir da década de 1990 e, finalmente, as mídias digitais.

Tabela 14 - Mídias estudadas

TIPO DE MÍDIA	QUANTIDADE	%
Mídia impressa	152	46,63
TV	104	31,90

continua...

Mídias digitais	49	15,03
Rádio	14	4,29
Cinema	3	0,92
Outros	3	0,92
Fotografia	1	0,31
Total	326	100

Fonte: Elaboração própria.

O jornalismo político e a propaganda eleitoral são os gêneros midiáticos mais estudados, conforme se lê na Tabela 15. Trata-se dos dois principais focos da visibilidade política. O primeiro pela relevância do noticiário político e a segunda em função do Horário Eleitoral Gratuito no Rádio e na Televisão. Segundo Brighenti (2007) a visibilidade é um recurso simbólico indispensável para o reconhecimento público de determinados temas, pautas ou questões. Por essa razão, a visibilidade é relacional e socialmente construída, o que implica a constatação de que a visibilidade resulta da confluência ou disputa de interesses entre diversos atores sociais e suas lógicas de ação discursiva.

Convém observar que os estudos privilegiam duas formas bem diferenciadas de visibilidade: o jornalismo e a propaganda política. O primeiro tem como capital simbólico a credibilidade ou o poder de fazer crer a partir da suposta noção de objetividade (Berger, 2012), que disciplina o olhar do público, apresentando-se como ementa da realidade (Biroli, 2007). A segunda tem como marca as estratégias de sedução do olhar do eleitor, por meio de um regime de visibilidade ostensivamente assumido como não objetivo, ao contrário do jornalismo, inclusive com táticas de desqualificação dos adversários políticos (Charaudeau, 2017).

Tabela 15 - Gêneros midiáticos estudados

GÊNEROS MIDIÁTICOS	QUANTIDADE	%
Jornalismo político	183	56,13
Publicidade, propaganda e marketing político	63	19,33
Entretenimento	39	11,96
Comunicação institucional	22	6,75
Ficção seriada	17	5,21
Outros	2	0,61
Total	326	100

Fonte: Elaboração própria.

Natureza das pesquisas sobre mídia e política

As pesquisas são predominantemente qualitativas, como se vê na Tabela 16, o que se explica pela predominância de comunicólogos e sociólogos, os quais reconhecidamente atuam com mais desenvoltura na área de pesquisas qualitativas. Isso ocorre em função

da formação, desde a graduação até o doutorado, além do próprio *ethos* de pesquisador, centrado numa perspectiva de *dupla hermenêutica* (Giddens, 2009, p.335), em que o pesquisador tem como objeto de investigação empírica fenômenos “já constituídos como significativos para os atores investigados”, ainda que nem sempre discursivamente formulados. Assim, o trabalho de pesquisa qualitativa consiste em “travar conhecimento com o que os atores já sabem” sobre tais fenômenos. Isso não significa desvalorização da pesquisa qualitativa, posto que nesse processo de dupla hermenêutica, o pesquisador exerce uma relevante função de tradução e interpretação daquilo que é expresso pelos seus informantes. A interpretação dos significados de forma consistente é uma das principais contribuições da pesquisa qualitativa. Assim, é preciso antes pretender que a investigação quantitativa construa objetivos críticos que possam revelar mais do que a mera descrição da realidade (Bauer; Gaskell, 2017).

A missão da pesquisa social de natureza qualitativa envolve, pois, a explicitação discursiva de aspectos da motivação, da cognição e da conduta dos agentes que operam no nível da consciência prática, bem como a identificação das condições não conhecidas e dos efeitos não premeditados dessas condutas, fatores limitadores da cognoscibilidade dos agentes (Giddens, 2009). É importante ressaltar, portanto, que o produto final de análises dessa natureza resulta de um “duplo processo de tradução e interpretação que está envolvido nas operações e relações de pesquisa e na elucidação da capacidade cognitiva dos atores sociais”, com o propósito de compreender suas opiniões e justificações discursivas (Barros, 2015c, p.341).

Tabela 16 - Natureza das pesquisas

NATUREZA DA PESQUISA	QUANTIDADE	%
Qualitativa	222	68,10
Mista	100	30,67
Quantitativa	4	1,23
Total	326	100

Fonte: Elaboração própria.

Em decorrência da predominância de estudos qualitativos, há um baixo percentual de uso de estatística, mais usual na ciência política (Tabela 17).

Tabela 17 - Uso de estatística

USO DE ESTATÍSTICA	QUANTIDADE	%
Não usa estatística	207	63,50
Estatística descritiva	87	26,69
Estatística descritiva e inferencial	32	9,82
Total	326	100

Fonte: Elaboração própria.

Estilo de pesquisa x Cooperação

A Tabela 16 sumariza a relação entre o estilo de pesquisa (quantitativa, qualitativa ou métodos mistos) e a cooperação científica. A cooperação é definida a partir da quantidade de autores em um trabalho. Se houver apenas um, a classificação é “Não cooperação”, do contrário “Cooperação”.

Tabela 16 - Relação entre estilo de pesquisa e cooperação

ESTILO DE PESQUISA	CONTAGEM	COOPERAÇÃO		TOTAL
		COOPERAÇÃO	NÃO COOPERAÇÃO	
Quantitativa	n	2	2	4
	%	50,0%	50,0%	100,0%
Qualitativa	n	46	176	222
	%	20,7%	79,3%	100,0%
Mista	n	41	59	100
	%	41,0%	59,0%	100,0%
TOTAL	n	89	237	326
	%	27,3%	72,7%	100,0%

Qui-quadrado: 15,337 (p-valor < 0,001); **Phi:** 0,217 (p-valor < 0,001)

Novamente os resultados são estatisticamente significativos, porém retratam uma associação fraca. No estilo quantitativo, há um equilíbrio, já que a cooperação e a não cooperação estão presentes na mesma frequência (50%). Contudo, nos estilos qualitativo e misto, contata-se um predomínio da não cooperação (59% e 79,3%, respectivamente). Em geral, desenhos de pesquisa que envolvam a utilização de métodos qualitativos são mais elaborados e de complexa operacionalização. Ainda assim, por alguma razão, pode-se constatar que eles são realizados de maneira individual.

Metodologias utilizadas

A Tabela 19 mostra um predomínio dos estudos de casos, análise de conteúdo e pesquisa bibliográfica, metodologias típicas de pesquisas individuais, conforme já foi demonstrado anteriormente. Os tipos de estudos predominantes e suas respectivas metodologias, bem como o baixo uso de técnicas estatísticas, dizem muito sobre o tipo de pesquisa realizada, revelando baixa institucionalização das atividades de pesquisa, apesar do expressivo quantitativo de publicações.

A despeito disso, observa-se que os estudos são pouco institucionalizados, o que nos leva a deduzir que ainda não há uma comunidade científica organizada nesse campo, mas grupos espontâneos e fragmentados. Afinal de contas é essa comunidade que “define as questões legítimas de investigação, bem como os procedimentos e técnicas aceitáveis para a constituição do próprio objeto da investigação” (Arretche, 2003, p.9).

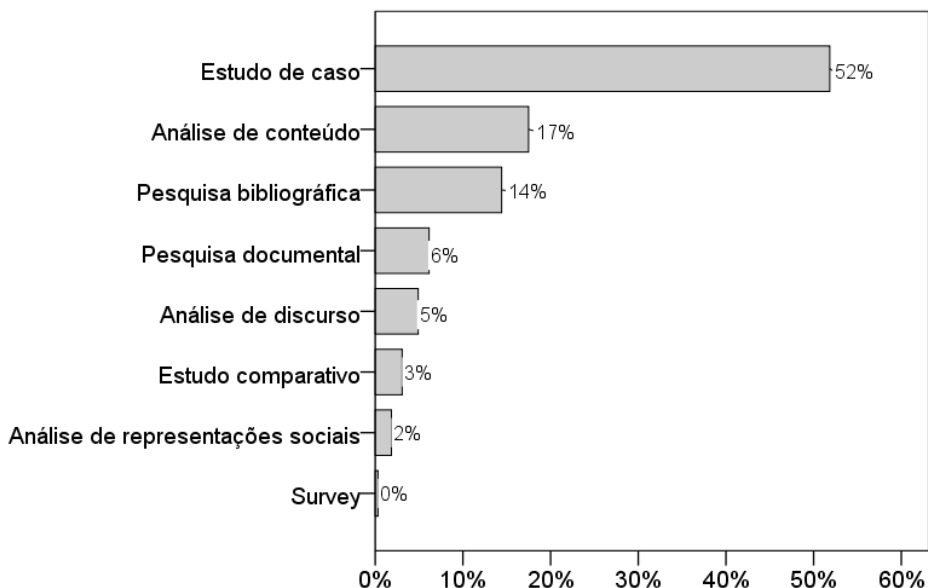
Tabela 19 - Metodologias utilizadas

METODOLOGIAS	QUANTIDADE	%
Estudo de caso	169	51,21
Análise de conteúdo	57	17,27
Pesquisa bibliográfica	51	15,45
Pesquisa documental	20	6,06
Análise do discurso	16	4,85
Estudo comparado	10	3,03
Análise de representações sociais	7	2,12
Total*	330	100

Fonte: Elaboração própria. *Alguns estudos usam mais de um método, como pesquisa bibliográfica e documental.

Um reflexo da pujança qualitativa nos estudos sobre mídia é a frequência de métodos tipicamente qualitativos na amostra, como ilustra o Gráfico 2. Os Estudos de caso são empregados em mais da metade dos trabalhos (52%), seguidos pela Análise de conteúdo (17%). A Pesquisa documental e a Análise do discurso foram usadas em 6% e 5%, respectivamente, dos artigos. Apenas um trabalho realizou pesquisa de *survey*.

Gráfico 2 - Frequência das metodologias usadas nos trabalhos



Fonte: Elaboração própria.

Temáticas dos estudos

Entre as temáticas mais estudadas destacam-se mídias e eleições e jornalismo político (Tabela 20), pelas razões já apontadas acima. Cabe salientar ainda que a dimensão política é reconhecida como a hegemônica nos estudos midiáticos (Melo, 2004, p.2). Para o autor, enquanto outros temas variam de forma cíclica na agenda de pesquisa em comunicação, a dimensão política “deixa de ser variável cíclica para figurar como ingrediente estrutural dos nossos processos comunicacionais”, fruto da “política da própria pesquisa comunicacional”. Essa ênfase na dimensão política também é registrada no estudo de Aldé, Chagas e Santos (2013). Os autores analisam as temáticas centrais das teses e dissertações defendidas no Brasil sobre comunicação e política no período de 1992 a 2012. A dimensão política se confirma com o seguinte *ranking* temático construído pelos autores: (1) comunicação e democracia; (2) comunicação e sociedade civil; (3) jornalismo político; (4) cultura política; (5) comportamento político e opinião pública.

Tabela 20 - Temáticas estudadas

TEMÁTICAS	QUANTIDADE	%
Mídia e eleições	76	23,31
Jornalismo político	37	11,35
Mídia e gênero	31	9,51
Mídias digitais, deliberação e ativismo online	27	8,28
Mídia e cidadania	24	7,36
Mídia e democracia	21	6,44
Representações midiáticas	17	5,21
Mídia, violência e segurança pública	14	4,29
Mídia e opinião pública	11	3,37
Mídia, história e memória	10	3,07
Enquadramentos midiáticos	9	2,76
Mídia e religião	8	2,45
Políticas de Comunicação	7	2,15
Mídia e esfera pública	6	1,84
Controvérsias midiáticas	6	1,84
Tecnologias e convergências midiáticas	5	1,53
Mídia e parlamento	4	1,23
Mídia e partidos políticos	3	0,92
Mídia, cidade e cultura urbana	3	0,92
Mídia e minorias	2	0,61
Regulação da mídia	2	0,61
Mídia e humor	2	0,61
Mídia e políticas públicas	1	0,31
Total	326	100

Fonte: Elaboração própria.

Cabe ressaltar ainda a variedade de temas registrados no levantamento, demonstrando a diversidade de interesses dos pesquisadores, além das diversas possibilidades de interfaces no campo dos estudos sobre mídia e política. No varejo, observa-se maior afinidade de conteúdo dos temas de menor expressão estatística com os estudos sociológicos, como representações midiáticas; controvérsias midiáticas; mídia, cidade e cultura urbana; mídia e minorias entre outros. A presença de alguns temas se deve à natureza dos periódicos, a exemplo da relação entre mídia e gênero, o que se deve a duas revistas especializadas em estudos feministas: *Cadernos Pagu* e *Revista de Estudos Feministas*.

3 - CONCLUSÕES

O objetivo do artigo foi examinar a produção acadêmica sobre mídia e política nos principais periódicos qualificados na área de Ciência Política no Brasil, no período de 1980 a 2017. O levantamento incluiu 20 periódicos científicos. O levantamento ressalta alguns dados relevantes como o destaque para três periódicos dos extratos superiores do *Qualis* na publicação de artigos que tratam da relação entre mídia e política: *Opinião Pública*, *Intercom* e *Revista de Sociologia e Política*.

As três hipóteses apresentadas anteriormente são confirmadas com os dados empíricos. A centralidade da mídia nos processos políticos e eleitorais a partir da década de 1990 constitui efetivamente um dos impulsionadores dos estudos sobre mídia e política no Brasil, contribuindo para consolidar essa agenda de pesquisa. Em razão disso, os períodos eleitorais e o tema eleições concentram o maior volume de pesquisas, confirmando a segunda hipótese. Os estudos são predominantemente qualitativos, fruto do maior engajamento de comunicólogos e sociólogos e do baixo envolvimento de cientistas políticos nessa agenda de pesquisa. A práxis de pesquisa e a expertise de comunicólogos e sociólogos estão diretamente associadas ao estudo qualitativo dos fenômenos midiáticos, enquanto os cientistas políticos desenvolveram maior expertise disciplinar em métodos quantitativos. Entretanto, como já foi abordado antes, o levantamento mostra baixo interesse desses pesquisadores pelo tema em análise, pelas razões apontadas por Miguel (2000); Porto (1997) e Guazina (2007).

Quanto à predominância dos períodos eleitorais e do tema eleições, cabe ressaltar que são fatores explicáveis pelo interesse contextual e a força simbólica que as eleições exercem em um país de recente redemocratização. Compreender como a comunicação política opera nos momentos dos pleitos tem sido uma das tônicas dos estudos, desde 1989. Em razão disso, Comunicação, Sociologia e Ciência Política são, respectivamente, as áreas de maior relevância nessa agenda de pesquisa.

Quanto ao perfil dos autores, destacam-se: autoria individual, sexo masculino, doutores e doutorandos, das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. A cooperação científica ainda é baixa nesse campo de estudos e a ênfase tem sido em estudos de abrangência nacional, com pouco espaço para análises locais e regionais. Mídia impressa, televisão e mídias digitais são os veículos mais estudados no período apurado, com maior foco no jornalismo político e na propaganda eleitoral, o que se justifica pelo peso dos períodos eleitorais nas pesquisas.

As análises qualitativas são predominantes, com baixo uso de pesquisas quantitativas com suporte de estatística inferencial. Talvez um maior interesse de cientistas políticos sobre essa agenda de estudos funcione como um potencial para futuro incremento desse tipo de metodologia. Os estudos de caso, análises de conteúdo e pesquisas bibliográficas consistem nas metodologias mais utilizadas, em função do grande predomínio

de estudos de autoria individual e de natureza qualitativa. Não se trata aqui de supervalorizar os métodos quantitativos e depreciar os qualitativos. O objetivo desse quesito na pesquisa foi mapear os principais enfoques metodológicos, tendo em vista uma crescente valorização de pesquisas quantitativas pela ciência política brasileira no contexto recente.

Entretanto, cabe ressaltar que o levantamento mostra menor interesse dos cientistas políticos para estudar a relação entre mídia e política, comparados com os pesquisadores das áreas de comunicação e sociologia. Conforme foi ressaltado anteriormente por Guazina (2007), essa tendência se explica pelas diferenças de entendimento do próprio campo midiático enquanto objeto de estudo. Para os sociólogos e comunicólogos esse campo é visto como um amplo sistema simbólico capaz de produzir os mais variados efeitos na política, na cultura e na vida social. Os cientistas políticos, por sua vez, concebem os sistemas de mídias como veículos de informação política, mas sem grandes potenciais de interferir no comportamento político dos cidadãos.

Além disso, o arcabouço teórico mais relevante e ainda hegemônico do campo da ciência política foi construído e consolidado antes que os meios de comunicação adquirissem tanta expressividade (Miguel, 2000; Porto, 1997). Ademais, os temas estudados pelos comunicólogos e sociólogos demonstram maior afinidade com a dimensão política ressaltada por Melo (2004). Essa mesma perspectiva foi registrada no estudo já mencionado de Aldé, Chagas e Santos (2013).

Em suma, trata-se de um mapeamento, cuja tônica é eminentemente descritiva, mas pode oferecer pistas para futuros estudos mais aprofundados, posto que se trata de um campo em crescente expansão, fruto da midiaticização da política e do interesse de pesquisadores de variadas áreas de conhecimento. Além disso, o artigo supre a lacuna em termos de registro na literatura de mapeamento dessa natureza, uma vez que se trata de estudo inédito no Brasil, com esse recorte específico.

REFERÊNCIAS

- ADGHIRNI, Zélia Leal. O jornalista: do mito ao mercado. *Estudos em jornalismo e mídia* 2, no. 1 (2005): 45-57.
- ALDÉ, Alessandra; CHAGAS, Viktor; SANTOS, João Guilherme Bastos dos. Teses e dissertações defendidas no Brasil (1992-2012): um mapa da pesquisa em comunicação e política. *Revista Compólitica* 3, no. 2 (2013): 7.
- ALTHEIDE, David L. Media logic. *The International Encyclopedia of Political Communication*, p.1-6, 2016 .
- ARRETCHE, Marta. Apresentação. *Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.18 nº.51, p.7-10, 2003.
- BARROS, Antonio Teixeira. A dimensão educativa da mediatização ambiental: possibilidades e críticas. *Comunicação & Sociedade* 37, n.3 (2015a): 391-416.
- BARROS, Antonio Teixeira. Sociologia da mídia: principais perspectivas e contrapon-tos. *Século XXI*, v.5, n. 1, p. 186, 2015b.
- BARROS, Antonio Teixeira de. O projeto de transparência do Senado Federal: entre a accountability e a propaganda política. *Sociologias*, Porto Alegre, v.17, n.39, 2015c, p.338-368.
- BAUER, Martin W; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Editora Vozes Limitada, 2017.
- BAUMAN, Z. *A sociedade individualizada*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BECKER, Howard S. *Outsiders. Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar,

2008 [1963].

- BERGAMO, A. Reportagem, memória e história no jornalismo brasileiro. *Mana*, Rio de Janeiro, v.17, n.2, ago, p. 233-269 2011 .
- BERGER, Christa. Do Jornalismo: toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente publica. In: Maurice Mouillaud; Sérgio Dayrell Porto. (Org.). *O Jornal da forma ao sentido*. Brasília: Editora UNB, 2012, p.715-727.
- BIROLI, F. Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos da construção do “jornalismo moderno” no Brasil *História*, São Paulo, v.26, n.2, p.118-143, 2007.
- BIROLI, F.; MANTOVANI, D. A parte que me cabe nesse julgamento: a Folha de S. Paulo na cobertura ao processo do “mensalão”. *Opinião Pública*. Campinas, v. 20, nº 2, 2014, p. 205-218.
- BORGES, Mario Neto. As fundações estaduais de amparo à pesquisa e o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação no Brasil. *Revista USP*, n.89, p. 174-189, 2011.
- BOURDIEU, P. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa, Portugal: Difel, 1989.
- BRAGA, J. L. Mediaticização como processo interacional de referência. In: ENCONTRO DA COMPÓS, 15, 2006, Bauru. *Anais...* São Paulo, 2006.
- BRIGHENTI, Andrea. Visibility: A category for the social sciences. *Current sociology*, v. 55, n.3, p.323-342, 2007.
- CARLOS, Eliana Natividade. “A mídia e as manifestações de junho de 2013: uma análise de produtos midiáticos.” PhD diss., MA Thesis-Faculdade Casper Líbero, São Paulo, 2015.
- CODATO, Adriano et al. A colaboração na Ciência Política brasileira: um estudo exploratório do padrão de coautorias em periódicos nacionais. *Anais do 9º Congresso ALACIP*, 26-28 de Julio de 2017, Montevideo.
- CHAMPAGNE, Patrick. La construction médiatique des “malaises sociaux”. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 90, n.1 (1991):64-76.
- CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In: BOURDIEU, P. (Org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2012, p.63-80.
- CHARAUDEAU, Patrick. *O discurso político*. São Paulo: Contexto, 2017.
- COHEN, Jonathan; TSFATI, Yariv; SHEAFER, Tamir. The influence of presumed media influence in politics do politicians’ perceptions of media power matter? *Public Opinion Quarterly*, v.72, n.2, p.331-344, 2008.
- COOK, T. *Making laws and making news*. Media strategies in the U.S. House of Representatives. Washington: The Brookings Institution, 1989.
- CURTO, Diogo Ramada. *Cultura escrita: séculos XV a XVIII*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2007.
- ELMELUND-PRAESTEKAER, C.; WIEN, C. What’s the Fuss About? The Interplay of Media Hypes and Politics. *The International Journal of Press*, v. 13, n.3, 2008, p.247-266.
- FREIRE FILHO, João. Mídia, estereótipo e representação das minorias. *Eco pós*. Rio de Janeiro, v.7, n.2, p.45-65, 2004.
- GAMSON, W; MODIGLIANI, A. Media discourse and public opinion on nuclear Power. *American Journal of Sociology*, n.95, p.1-37, 1989.
- GAMSON, W. *Talking politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- GOFFMAN, E. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. New York: Harper, 1974.
- GOMES, Wilson. Capital social, democracia e televisão em Robert Putnam. In: GOMES, W.; MAIA, R.C.M. (Orgs.). *Comunicação e democracia: problemas e perspecti-*

- vas. São Paulo: Paulus, 2008, p.221-273.
- GIDDENS, A. A constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- GRABER, Doris A.; DUNAWAY Johanna. *Mass media and American politics*. Washington D.C.: CQ Press, 2014.
- GUAZINA, Liziane. O conceito de mídia na comunicação e na ciência política: desafios interdisciplinares. *Debates*, v.1, n.1, p.49-64, 2007.
- HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. *Lua nova*, n. p.39-53, 1995.
- HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo Sistemas de media: estudo comparativo: três modelos de comunicação e política. *Lisboa: Livros Horizonte* (2010): 101-154.
- LASH, S. A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: EdUnesp, 2012, p.167-257.
- LEMIEUX, Cyril. *Mauvaise presse: une sociologie compréhensive du travail journalistique et de ses critiques*. Paris: Métailié, 2000.
- LEMOES, Cláudia Regina F.; BARROS, Antonio T. de. Lutas simbólicas na arena midiática: o poder de agência do Ministério Público e as controvérsias sobre a PEC 37. *Opinião Pública*. Campinas, v.22, n.3, p.702-738, 2016.
- MACHADO, Carla. Pânico Moral: para uma revisão do conceito. *Interações*. Coimbra, v. 4, n.7, 2004.
- MAIA, Maria de Fátima S. CAREGNATO, Sônia Elisa. Co-autoria como indicador de redes de colaboração científica. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.13, n.2, p.18-31, 2008.
- MARSHALL, Leandro. *O jornalismo na era da publicidade*. Vol. 70. Summus Editorial, 2003.
- MEADOWS, A. J. *A comunicação científica*. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.
- MELO, José Marques. Política, dimensão hegemônica no pensamento comunicacional latino-americano. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v.24, n. 2, p.1-20, 2004.
- MIGUEL, Luis Felipe. Um ponto cego nas teorias da democracia : os meios de comunicação. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 49, 1º sem, 2000.
- MIGUEL, Luis Felipe. Apresentação. Dossiê Mídia e Política. *Revista de Sociologia e Política*, nº 21, p. 7-12, 2004.
- MORLEY, D. *Televisión, audiencias y estudios culturales*. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1996.
- MOSCHKOVICH, Marília; ALMEIDA, Ana Maria F. Desigualdades de Gênero na Carreira Acadêmica no Brasil. *Dados*, v.58, n.3, p.749-789, 2015.
- NOLETO FILHO, Pedro Aquino Noleto. *Mídia e Política na Imagem do Congresso*. Brasília. Edições Câmara, 2014.
- NORRIS, Pipa. *Did television erode social capital? A reply to Putnam*. *Political Social and Politics*, v.29, n.3, 1996, p.474-480.
- ORMAY, Larissa Santiago. A comunicação social na democracia brasileira: do “ponto cego” ao experimentalismo. *Teoria & Pesquisa*, v.24, n.2, p.85-95, 2015.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Brasiliense, 1991.
- PEIRANO, Mariza. *A Teoria vivida e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- PORTO, Mauro. Dilemas da Racionalidade: o caso dos efeitos da mídia no comportamento político. In: CAMINO, L., LHULIER, L. e SANDOVAL, S. (Orgs.). *Estudos*

- sobre *Comportamento Político*: teoria e pesquisa. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997, p.39-53.
- PUTNAM, Robert David. *The Beliefs of Politicians: Ideology, Conflict, and Democracy in Britain and Italy*. Yale University Press, 1973.
- RIDDELL, Peter. Members and Millbank: the media and Parliament. *The Political Quarterly*, v.69, n.B, p.8-18, 1998.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas; AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e Política no Brasil: estudos e perspectivas. *Lua Nova*, n.43, pp.189-216, 1998.
- SARTORI, G. *Homo Videns*: La sociedad teledirigida. Madrid: Taurus, 1998.
- SODRÉ, M. *A comunicação do grotesco*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- SCHMIDT, L. *Ambiente no ecrã*: emissões e demissões no serviço público televisivo, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003.
- SEDEÑO, Eulalia Pérez; ALCALA, Paloma. *Ciencia y género*. Madri: Editorial Complutense, 2001.
- SERRANO, Estrela. A dimensão política do jornalismo. *Comunicação & Cultura*, n.º 2, 2006, pp. 63-81.
- SIMÕES, Rodrigo; BAESSA, Adriano; Bernardo; CAMPOLINA, Leandro, SILVA. A distribuição espacial da produção científica e tecnológica brasileira: uma descrição de estatísticas de produção local de patentes e artigos científicos. *Revista Brasileira de Inovação*, v.1, n.2, p.225-251, 2002.
- SILVERSTONE, Roger. *The sociology of mediation and communication*. London: Sage, 2005.
- SOARES, Glaucio Ary Dillon; SOUZA, Cíntia Pinheiro Ribeiro; Moura, Tatiana Whately de. Colaboração na produção científica na Ciência Política e na Sociologia brasileiras. *Sociedade e Estado*, v.25, n.3, p.525-538, 2010.
- SOUSA, J. P. *As notícias e seus efeitos*: as teorias do jornalismo e dos efeitos sociais dos meios jornalísticos. Coimbra: Minerva-Coimbra, 2000.
- STRÖMBÄCK, Jesper. Four Phases of Mediatization: An Analysis of the Mediatization of Politics. *International Journal of Press/Politics* 13:3, 228-246. 2008
- VANZ, Andrea Samile de Souza. STUMPF, Ida Regina Chittó. Colaboração científica: revisão teórico conceitual. *Perspectivas em Ciência da Informação*. v.15, n.2, 42-55, 2010.
- VELHO, Lea. A ciência e seu público. *Transinformação*, v.9, n.3, p.15-32, 1997.
- VELHO, Léa; LÉON, Elena. A Construção Social da Produção Científica por Mulheres. *Cadernos Pagu*, n.10, p.309-344, 1998.
- THOMPSON, J.B. *Ideologia e cultura moderna*: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____. *O escândalo político*: poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis: Vozes, 2002.
- TOURINHO, Manoel malheiros; PALHA, Maria das Dores Correa. A Capes, a universidade e a alienação gestada na pós-graduação. *Cadernos EBAPE. BR*, v. 12, n. 2, p. 279-283, 2014.
- TRAVANCAS, Isabel Siqueira. 1993. *O mundo dos jornalistas*. São Paulo: Summus.
- TRESCH, Anke. Politicians in the media: Determinants of legislators' presence and prominence in Swiss newspapers. *The International Journal of Press/Politics* 14, n.1, 2009, p.67-90.
- IYENGAR, Shanto; KINDER, Donald R. News that matters: Agenda-setting and priming in a television age. Chicago University Press, 1987.
- VLIEGENTHART, Rens; WALGRAVE, Stefaan; MEPPELINK, Corine. Inter-party agen-

- da-setting in the Belgian parliament: The role of party characteristics and competition.” *Political Studies*, v.59, n.2, p. 368-388, 2011.
- VIMIEIRO, A. C.; MAIA, R. C. M. Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a identificação de frames culturais. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v.18, n.1, p.235-252, 2011.
- WALGRAVE, Stefaan; VLIEGENTHART, Rens. Why are policy agendas punctuated? Friction and cascading in parliament and mass media in Belgium. *Journal of European Public Policy* 17, n.8,2010. 1147-1170.
- WRIGHT, Tony. Inside the whale: the media from Parliament. *The Political Quarterly* 69, n.B, p.19-27,1998.
- WOLF, M. *Teorias da Comunicação*. Rio de janeiro: Martins Fontes, 1995.
- WOLTON, D. *Elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão*. Porto: Asa, 1994.
- WOLTON, D. *Internet e depois?* Porto Alegre: Sulina, 2007.
- WOLFSFELD, Gadi. *Making sense of media and politics: Five principles in political communication*. Taylor & Francis, 2011.

CONFLITOS E TENSÕES ENTRE BDSM E FEMINISMO: ALGO MUDOU?

ANDRESSA CAROLINA DO NASCIMENTO NUNES
RAFAEL DIOGO PEREIRA

RESUMO

O BDSM erótico é caracterizado por um conjunto de práticas inseridas nos universos sadomasoquista e fetichista, regrados pelos princípios de segurança, consensualidade e sanidade. Praticantes e membros da comunidade BDSM são há muito discriminados e hostilizados não somente pela sociedade em geral, mas também por uma parte vocal do movimento feminista, o feminismo radical. Desde o final da década de 1970 feministas radicais vêm se pronunciando contrárias às práticas sadomasoquistas e à pornografia, gerando um conflito que se desenrolou tanto na mídia, quanto na arena política, a fim de determinar o posicionamento do feminismo sobre sexo e sexualidade. Artigos como

o de Luke Lockhart (2015) nos revelam que as tensões entre o feminismo e o BDSM, embora tenham se esvaído com o tempo, de modo algum cessaram por completo. O que justifica o questionamento: o que se tem produzido nos circuitos feministas a respeito do BDSM ultimamente? A fim de responder a essa questão, este artigo tem por objetivo discutir de que forma a temática BDSM tem sido tratada em estudos feministas nos últimos anos. Selecionamos produções acadêmicas que abordaram o fenômeno do BDSM sob o prisma das perspectivas feministas e percebemos que o debate tampouco foi esgotado, como também ainda acena para novos e interessantes desdobramentos nessa discussão.

PALAVRAS-CHAVE

BDSM; Feminismo; Estudos de gênero; feminismo radical.

Conflicts and Tensions between BDSM and Feminism: Has something changed?

ABSTRACT

Erotic BDSM is characterized by a set of practices belonging to the fetishist and sadomasochist universes, ruled by the principles of safety, consensuality and sanity. Practitioners and members of the BDSM community have long been discriminated against and suffered from hostility acts not only coming from society at large, but also from some vocal sections of the feminist movement, the radical feminism. Ever since the late 1970s, radical feminists have been voicing their opposition to sadomasochist practices and pornography, generating a conflict that unfolded both in the media, and in the political arena, in order to determine feminism's stand on sex and sexuality.

Authors like Luke Lockhart (2015) have revealed that the tensions between feminism and BDSM, although they have faded with time, by no means completely ceased. Which raises the question: what has been written about BDSM in the feminist circuits lately? In order to answer the question, this paper aims to discuss the ways the BDSM thematic has been treated by feminist approaches in the past few years. We have selected works that broach the topic of BDSM from under a prism of feminist perspectives and we have found that not only the debate has not been exhausted, but also that it has been pointing towards new and exciting developments.

KEYWORDS

BDSM; Feminism; Gender studies; Radical feminism.

SOBRE OS AUTORES

ANDRESSA CAROLINA DO NASCIMENTO NUNES

Doutoranda em Administração, com foco em Estudos Organizacionais, Trabalho e Sociedade, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui título de mestre em Administração, com foco em Estudos Organizacionais, Trabalho e Sociedade, concedido pela mesma instituição. Seu foco de pesquisa recai sobre as temáticas de Sexualidade, Gênero, Raça e Classe.

RAFAEL DIOGO PEREIRA

Doutor em Administração pelo Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração (CEPEAD/UFMG) e professor do Departamento de Ciências Administrativas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisador do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade (NEOS/UFMG). Atualmente, direciona seu foco de pesquisa para os seguintes temas: Relações de Poder nas Organizações, Sexualidade nas Organizações, Análise Crítica do Discurso, Perspectivas Pós-estruturalistas nos Estudos Organizacionais.

SUBMETIDO EM

27/08/2017

APROVADO EM

25/06/2018

As diversas formas de expressões sexuais e estilos de vida encontram-se difundidas a partir de uma profusão de discursos e circuitos que recorrentemente tomam conta dos debates públicos e instigam os debates acadêmicos, em um movimento de retroalimentação na qual a academia se vê na obrigação de lidar com os vários discursos circulantes e passar a atentar tanto para os novos fenômenos, quanto para aqueles sobre os quais reinava o silêncio do moralismo. Tal foi o caso do BDSM erótico, caracterizado como um conjunto de práticas inseridas no universo sadomasoquista e fetichista, que incluem a realização de jogos de poder, fantasia, intensos estímulos físicos, psicológicos e emocionais, em uma relação consensual entre adultos. Aos adeptos de tais práticas, são reservados os nomes de *BDSMers* ou *SMers*, geralmente membros de comunidades maiores cujos espaços de interação se resumem a ambientes privados de frequência social entre os membros, que trocam, além de prazeres, informações e técnicas de como aperfeiçoar e se tornar mais segura a prática.

Dito assim, parece um esporte qualquer cujos membros mais dedicados se inserem em clubes, buscando mais informações, compartilhando entusiasmo com outros adeptos e se sentindo mais atraídos pelo seu objeto de afeto. No entanto, por envolver atividades sexuais, os membros da comunidade SM há muito são discriminados e hostilizados não somente pela sociedade em geral, mas também por uma parte vocal do movimento de luta e contestação das desigualdades de gênero, em particular, a corrente radical dos feminismos, conforme nos retrata Susan Wright (2006) em seu estudo acerca da discriminação sofrida por praticantes BDSM.

Este clima de hostilidade entre as feministas radicais e os *BDSMers* emergiu desde o final da década de 1970, quando se instaurou a chamada “guerra dos sexos”, conflito que se desenrolou tanto na mídia, quanto na arena política, a fim de determinar o posicionamento do Feminismo, enquanto movimento político, sobre o sexo (WRIGHT, 2006). Conflito, pois as consequências chegaram ao ponto de atos de agressão e violência entre as partes, conforme expôs Wright (2006) em seu trabalho. Parte do movimento se posicionava contra a pornografia e as práticas sadomasoquistas, enquanto outra parte se posicionava a favor do direito às escolhas e à liberdade sexual (WRIGHT, 2006). Logo, enquanto algumas feministas focavam na sexualidade como algo nocivo e alegavam que a pornografia e a promiscuidade reduziam a mulher ao status de objeto sexual masculino, outras se posicionavam a favor da busca pela liberdade através das práticas sexuais, sendo taxadas de cegas aos pontos negativos desses posicionamentos, segundo Amber Musser (2015). Basicamente, o argumento utilizado contra o sadomasoquismo heterossexual, em particular, focava na sua aparente emulação do sistema patriarcal, através da erotização das formas de dominação masculina, o que fazia das mulheres vítimas passivas. Assim, ao inscrever atos sadomasoquistas nas mesmas categorias de estupro e violência doméstica, o BDSM passava a ser denunciado pelas feministas radicais como mais uma manifestação da violência estrutural contra as mulheres na forma da dominação patriarcal (MUSSER, 2015).

Artigos como o de Luke Lockhart (2015), que vem problematizar os discursos anti-sadomasoquistas e anti-BDSM circulantes na academia, tendo por origem os circuitos feministas, nos revela que as tensões entre o feminismo e o BDSM, embora tenham se esvaído com o tempo, de modo algum cessaram por completo. O que justifica o seguinte questionamento: o que se tem produzido nos circuitos feministas a respeito do BDSM? A fim de responder a essa questão, este artigo tem por objetivo discutir de que forma a temática BDSM tem sido tratada em estudos feministas nos últimos anos. É importante salientar que não temos a pretensão de esgotar o assunto e nem realizar um levantamen-

to exaustivo que mapeie toda a produção recente sobre o tema. Em suma, nosso intuito se dirigiu para um esforço reflexivo preliminar capaz de sinalizar para a complexidade, para as nuances e para alguns importantes pontos de tensão que envolvem o embate presente entre o BDSM e diferentes vertentes feministas.

Diante das tensões e das polarizações referenciadas, é importante evidenciar que assumiremos um olhar não-estigmatizante acerca do fenômeno do BDSM e de seus praticantes, buscando explorar diferentes ângulos de problematização desse debate. Em relação à estruturação, este trabalho se encontra dividido em três seções principais: a primeira busca construir um sucinto panorama, apontando os elementos que compõem e também distanciam algumas das principais vertentes feministas; a segunda seção abarca uma breve problematização entre feminismo, sexualidade e o fenômeno BDSM e, por fim, a terceira seção busca analisar um conjunto de trabalhos que exploraram especificamente a articulação entre feminismo e BDSM, evidenciando seus pontos de aproximação e de tensão.

2 - BREVE PANORAMA DOS ESTUDOS DE GÊNERO

As desigualdades observadas nas relações entre homens e mulheres tem sido tema de movimentação política e acadêmica intensa nesses últimos séculos. Simone de Beauvoir (2009), intelectual, filósofa existencialista e ativista política, além de se constituir grande símbolo feminista, deu impulso, em sua famosa obra “O Segundo Sexo”, de 1949, a esse questionamento que muito se fez durante as décadas de debates na perspectiva feminista ao indagar:

Mas uma questão imediatamente se apresenta: como tudo isso começou? Compreende-se que a dualidade dos sexos, como toda dualidade, tenha sido traduzida por um conflito. Compreende-se que, se um dos dois conseguisse impor sua superioridade, esta deveria estabelecer-se como absoluta. Resta explicar por que o homem venceu desde o início (BEAUVOIR, 2009, p. 22).

Reconhecendo que esta questão não é nova e impossibilitada de fornecer uma única resposta que fosse suficiente para ela, a autora então argumenta que as desigualdades entre os sexos e a histórica dominação masculina sobre a lei e as instituições são fruto do próprio interesse masculino, e por ele perpetuado para privilegiar seu próprio sexo, cuja superioridade os homens consideram alicerçada no absoluto e na eternidade. Logo, Beauvoir (2009, p. 23) remonta à época da fundação das grandes religiões, ao relembrar que “legisladores, sacerdotes, filósofos, escritores e sábios empenharam-se em demonstrar que a condição subordinada da mulher era desejada no céu e proveitosa na Terra”, refletindo assim a vontade de domínio do homem, que se utilizou de lendas e mitos na filosofia e na teologia para legitimar essa dominação sobre a constituição feminina através dos séculos.

De acordo com Teresita Barbieri (1992), as primeiras militantes do movimento feminista, ressurgido nos anos 60, rapidamente diagnosticaram nas disciplinas sociais e humanas que, até aquele momento, não havia informação suficiente que evidenciasse a condição de subordinação das mulheres. As pesquisas realizadas mostraram que “os trabalhos teóricos não discutiam ou justificavam a desigualdade entre homens e mulheres; que não havia uma história sobre o tema que mostrasse a gênese e o desenvolvimento da dominação e do predomínio dos homens sobre as mulheres” (BARBIERI, 1992, p. 2).

Desde então os trabalhos feministas passaram a problematizar tanto o poder e a subordinação das mulheres (BARBIERI, 1992), como também o próprio sujeito da questão, a mulher. Paralelamente à luta pela liberação política, econômica e social das mulheres, o movimento feminista, em particular, as acadêmicas feministas, também dedicaram seus esforços para definir este sujeito “mulher” pelo qual se lutava, num movimento que gradativamente aprofundava as divisões entre as correntes e perspectivas feministas.

Simone de Beauvoir (2009, p. 13) já se perguntava, “o que é uma mulher?”. Passando por questões de ordem biológica, como a presença do útero, dos ovários ou da vagina, Beauvoir (2009) adentra outras questões que compõem o que se chama “feminilidade”, misteriosa e ameaçada característica feminina, até chegar à conclusão de que, se a função fêmea não é suficiente para designar uma mulher e se a tentativa de explicá-las por características atribuídas ao “feminino” pode incorrer em recusa, logo a designação “mulher” seria apenas arbitrária. São, como os homens, seres humanos, sem dúvida. No entanto, se encontram em posição singular perante eles. Assim, a autora adentra no campo da linguagem, das representações e do simbolismo, ao afirmar que, para efeitos de definição, se as mulheres desejam se declarar, devem dizer “sou uma mulher”, enquanto aos homens é permitido o privilégio do universal, do neutro e do aparente. “Um homem não começa nunca por se apresentar como um indivíduo de determinado sexo: que seja homem é evidente. (...) O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos ‘os homens’ para designar os seres humanos (...)” (BEAUVOIR, 2009, p. 15). Logo, a mulher aparece como o negativo dessa equação, na qual está sempre posta em contraste ao homem e à tudo aquilo pertencente ao universo masculino; o que traz consigo uma série de adjetivos e acompanhamentos que são, ao mesmo tempo, diferenciadores e hierarquizantes. Se o homem é o Sujeito, a mulher é o Outro, se ele é o universal, ela é o particular, se ele é o positivo, ela é o negativo, se ele é a força, ela seria a fraqueza, e assim por diante (BEAUVOIR, 2009).

A questão da definição das “mulheres”, e indo mais além, dos sujeitos do feminismo, ainda ocupava a agenda de pesquisa feminista, alimentando longos debates acerca da distinção entre “sexo” e “gênero” reacendidos pelas feministas dos anos 60. Para autoras como Henrietta Moore (1997), todo o debate acerca das diferenças entre sexo e gênero pode ser resumido da seguinte forma: cansadas do frequente recurso à biologia a fim de tornar o debate acerca das relações entre os sexos mais científico e legitimado, antropólogas feministas dos anos 70 foram levadas a salientar a importância da distinção entre “sexo” e “gênero”. Isso se deve, em grande parte, à necessidade de combater o argumento que buscava nas causas biológicas a origem de certos atributos negativos associados às mulheres, assim como a justificativa para as desigualdades encontradas nas relações entre os sexos. O objetivo central dessa proposição estava na adoção da ideia de que os termos “mulher” e “homem” denotam processos de construções sociais ao invés de tipos naturais baseados na biologia (MOORE, 1997). Isso se deve à constatação, pelos estudos etnográficos de Margaret Mead (1979¹), da existência de uma grande variabilidade cultural nas definições de feminilidade e masculinidade, assim ampliando a diversidade de sentidos atribuídos às categorias de “homem” e “mulher”. Em outras palavras, não se pode mais afirmar que as construções de gênero são determinadas pelas diferenças biológicas, sendo assim impossibilitada também a atribuição de um sentido unitário ou essencial às categorias “mulher” e “homem” (MOORE, 1997), que se tornam histórica e culturalmente construídas. No entanto, a tendência de se delimitar os gêneros em categorias binárias, mesmo que construídas socialmente, foi duramente criticada nessa época.

1 MEAD, M. Sexo e Temperamento. São Paulo: Perspectiva, 1979 (1935).

Por outro lado, para Joan Scott (1995), as feministas passaram a utilizar o termo “gênero” mais seriamente e no sentido literal, como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos. De certa forma, “o uso do ‘gênero’ coloca ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina a sexualidade” (SCOTT, 1995, p. 7). Ainda para a autora, além de indicar a rejeição ao determinismo biológico implícito nos estudos a respeito do “sexo” ou da “diferença sexual”, a utilização de “gênero” também sublinhava um aspecto de preocupação de que a produção feminista estaria muito centrada nas mulheres de forma estreita e isolada, assim possibilitando a introdução de um caráter relacional no vocabulário analítico. “Segundo esta opinião, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através de estudo inteiramente separado” (SCOTT, 1995, p. 3). Logo, seria importante compreender a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e através dos séculos a fim de desvendar seu funcionamento e como a ordem era mantida ou alterada. No entanto, para a autora, a utilização do termo de forma mais geral também pode ser atribuída a uma necessidade de legitimação acadêmica dos estudos feministas nos anos 1980, que viam no “gênero” uma conotação mais objetiva e neutra do que no termo “mulheres”; propiciando assim a mudança de “estudos feministas” para “estudos de gênero”. Desse modo, Scott (1995) não somente propõe que o “gênero” seja tomado como categoria de análise, principalmente para a História, como também propõe uma definição de “gênero” a ser utilizada.

Minha definição de gênero tem duas partes e várias subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder (SCOTT, 1995, p. 21).

Assim, a concepção de gênero de Scott (1995) é capaz de congrega os símbolos e os conceitos normativos implicados na construção social das diferenças entre os sexos, sublinhando, ao mesmo tempo, a dimensão política e o exercício de poder que encerram. Para a autora, a análise histórica de gênero deve incluir uma noção do político, que faça referência a todas as instituições e organizações sociais que fazem parte da construção e da normatização dos gêneros. Ou seja, o gênero não seria construído simplesmente através do parentesco, mas também por meio da economia, da educação e das formas de organização política. O que leva à compreensão de que o gênero encontra-se profundamente implicado na arena das relações de poder, traduzido no controle e no acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos em sociedade.

É válido apontar que outras autoras, como Monique Wittig (2006, p.26 – *tradução nossa*), também insistem na dimensão política presente na diferença entre os sexos, ao afirmar que: “a categoria ‘sexo’ é uma categoria política que funda a sociedade heterossexual”. Assim, para a autora, é a partir da categoria sexo que as diferenças são naturalizadas e que os homens se apropriam da reprodução e da produção das mulheres, como também detêm poder sobre elas a partir de um contrato chamado matrimônio. Por sua vez, Rubin (2003, p.50) enfatiza que tanto o gênero, quanto a sexualidade são alvos de uma luta política enredada nas tramas de poder da sociedade.

Como o gênero, a sexualidade é política. É organizada em sistemas de poder os quais recompensam e encorajam alguns indivíduos e atividades ao passo em que punem e suprimem outros. Como a organização capitalista do trabalho e sua

distribuição de recompensas e poderes, o sistema sexual moderno tem sido objeto de luta política desde sua emergência e durante o seu desenvolvimento. Mas se as disputas entre o trabalho e o capital são mistificadas, os conflitos sexuais são completamente camuflados.

O panorama até aqui delineado sinaliza para a riqueza e para a crescente complexidade presentes nos trabalhos feministas ao longo de sua trajetória, se diversificando em correntes que, atualmente, seguem caminhos teórico-epistemológicos bastante distintos. Por sua vez, as diferentes perspectivas de gênero evidenciam aspectos particulares nas suas abordagens que justificam suas posições teóricas e que, segundo Scott (1995), podem ser sinteticamente resumidas em três vertentes:

A primeira, um esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no seio de uma tradição marxista e procura um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito (SCOTT, 1995, p. 9).

Para as teóricas do patriarcado a subordinação das mulheres estaria na “necessidade” do macho de dominá-las, como efeito do desejo masculino de transcender sua limitação na reprodução da espécie (SCOTT, 1995). Barbieri (1992) salientou que a noção de patriarcado vem da concepção de Max Weber sobre a ordem patriarcal como organização social, remontando à antiguidade e aos costumes que davam aos varões o direito à vida sobre os escravos, as mulheres e os filhos. Logo, as mulheres se viam sujeitadas a este ordenamento social tanto pela função de reprodução sexual que a elas estava determinado, quanto pela própria sexualidade (SCOTT, 1995), objeto de construção social e reificação masculina. Basicamente, para as teóricas do patriarcado, as desigualdades nas relações de gênero se fundamentavam nas diferenças entre os sexos.

Já as feministas marxistas basearam as suas análises na concepção histórica e na dimensão material do gênero, uma vez que os modos de produção e toda a economia regem a forma de organização social (SCOTT, 1995). Para elas, “a questão da opressão das mulheres se insere na história da luta de classes e, por isso, nossa posição teórica é a mesma que a de nossa luta: junto aos/as explorados/as e oprimidos/as pelo sistema capitalista” (D’ATRI, 2008, p. 19). Nessa tradição, é possível situar trabalhos que abarcam pensadoras feministas socialistas e marxistas como Clara Zetkin, Nadezhda Krupskaya, Juliet Mitchell, Íris Young, Alison Jaggar, dentre outras (SANTOS e NOBREGA, 2004). Wittig (2006) assevera que o feminismo deve ser pensado a partir de uma luta de classes entre oprimidos e opressores, onde a classe oprimida representada pelas mulheres deve se insuflar contra a opressão perpetrada pela hegemonia masculina. Logo, o conflito de classes se entrelaça fortemente com a questão de gênero, resultando também em uma distinção entre os tipos de feminismo: operário e burguês.

A terceira perspectiva, do exame da teoria psicanalítica, se divide em duas escolas: a Anglo-Americana e a escola Francesa. Enquanto a Anglo-Americana trabalha nos termos da teoria de relações objeto (*Object Relations Theory*), a francesa se inspira nas teorias da linguagem (tendo Jacques Lacan como referência) e nas leituras estruturalistas e pós-estruturalistas de Freud. “As duas escolas se interessam pelos processos através dos quais foi criada a identidade do sujeito; as duas centram o seu interesse nas primeiras etapas do desenvolvimento da criança com o objetivo de encontrar indicações sobre a formação da identidade de gênero” (SCOTT, 1995, p. 14). No entanto, a autora ainda

acrescenta que, enquanto a escola Anglo-Americana trabalha com uma ênfase na experiência concreta da criança nas suas relações sociais, a francesa sublinha a importância do papel da linguagem na constituição do sujeito desde a mais tenra idade, na forma como o gênero é comunicado, interpretado, representado. Tal ênfase na linguagem coloca em evidência os sistemas de significação e a ordem simbólica que antecedem a palavra escrita, dita ou lida e que organizam o funcionamento da sociedade na qual se inserem esses sujeitos (SCOTT, 1995).

Essas três perspectivas, que se preocuparam tanto com as definições de gênero, quanto com as relações sociais, econômicas e políticas desiguais entre homens e mulheres, ainda foram alvo de uma contundente crítica e desconstrução proposta por Judith Butler (2003). Em seu livro “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, lançado em 1990 nos Estados Unidos, Butler radicaliza as críticas que foram feitas à divisão sexo/gênero, levando-as para outro patamar com o auxílio da perspectiva pós-estruturalista e desconstrucionista de Derrida (RODRIGUES, 2005). Dessa forma, Butler (2003) problematiza a divisão sexo/gênero, ao afirmar que esta funciona como espécie de pilar da política feminista ao partir da ideia de que o sexo é natural e o gênero é socialmente construído. De acordo com Carla Rodrigues (2005, p. 179), Butler pretendia “repensar teoricamente a ‘identidade definida’ das mulheres como categoria a ser defendida e emancipada no movimento feminista”, ao apontar que o sujeito que este feminismo se empenha a representar não existe. Para tanto, Butler (2003) retoma a distinção entre sexo e gênero, critica as suas bases de apoio binárias e vai além, ao afirmar que ao associar o gênero a uma noção de construção social, esta perspectiva estaria trocando a biologia pela cultura como ponto de origem e destino. Logo, a autora buscou “retirar da noção de gênero a ideia de que ele decorreria do sexo e discutir em que medida essa distinção sexo/gênero é arbitrária” (RODRIGUES, 2005, p. 179).

Além do mais, Butler (2003) seguiu com a sua crítica ao igualar os termos sexo e gênero e reconhecer que entre ambos não há diferença alguma, pois são igualmente produtos de práticas discursivas. Portanto, para a autora, o gênero seria um fenômeno contextual e inconstante, que não implicaria em um ser substantivo, mas sim como efeito sobre um sujeito que não é único, mas descentralizado e perpassado por discursos. Desse modo, a autora passa a entender o gênero como algo performático, que não estaria ligado a uma essência ou sentido em si do sujeito, mas às suas diferentes possibilidades de expressão. Nas palavras de Butler (2003, p. 199):

Entretanto, se os atributos de gênero não são expressivos mas performativos, então constituem efetivamente a identidade que pretensamente expressariam ou revelariam. A distinção entre expressão e performatividade é crucial. Se os atributos e atos do gênero, as várias maneiras como o corpo mostra ou produz sua significação cultural, são performativos, então não há identidade preexistente pela qual um ato ou atributo possa ser medido; não haveria atos de gênero verdadeiros ou falsos, reais ou distorcidos, e a postulação de uma identidade de gênero verdadeira se revelaria uma ficção reguladora. O fato de a realidade do gênero ser criada mediante performances sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade ou feminilidade verdadeiras ou permanentes também são constituídas, como parte da estratégia que oculta o caráter performativo do gênero e as possibilidades performativas de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculinista e da heterossexualidade compulsória.

Ao deslocar a ideia de gênero da essência do sujeito, Butler não somente reacendeu o debate acerca do sujeito do feminismo, mas também transferiu a pergunta de “quem é a

mulher do feminismo?” para “essa mulher existe?”, abrindo com isso o campo para uma multiplicidade de sujeitos que poderiam ser abrigados sob a guarda do feminismo, como também o sentido da luta e do ativismo feminista. Essa miríade de sujeitos outros ou de “seres abjetos” constituiriam a colossal “multidão *queer*”, tal qual discutida por Beatriz Preciado (2011, p.18), que assevera:

Não existe diferença sexual, mas uma multidão de diferenças, uma transversalidade de relações de poder, uma diversidade de potências de vida. Essas diferenças não são “representáveis” porque são “monstruosas” e colocam em questão, por esse motivo, os regimes de representação política, mas também os sistemas de produção de saberes científicos dos “normais”. Nesse sentido, as políticas das multidões *queer* se opõem não somente às instituições políticas tradicionais, que se querem soberanas e universalmente representativas, mas também às epistemologias sexopolíticas *straight*, que dominam ainda a produção da ciência.

Além do mais, ao questionar a relação entre gênero e desejo, Butler reacendeu debates acalorados que se estendem desde a década de 70 a respeito da sexualidade e sua relação com os gêneros dentro do feminismo ativista e acadêmico, como veremos a seguir.

3 - SEXUALIDADE, BDSM E FEMINISMO(S)

A sexualidade tem sido um tema tão discutido quanto a questão sexo/gênero na perspectiva feminista. Maria Filomena Gregori (2004) destaca que o final da década de 70 representou uma fase marcante para a história do ativismo feminista americano nesse quesito, cujo impacto ecoou no campo teórico. Em meio a um cenário político conservador nos Estados Unidos, surgiram dois grupos feministas com posições antagônicas: o primeiro, aliado a um moralismo feminista anti-sexo e protagonizado pelo movimento contra a pornografia, e o segundo, originário na comunidade lésbica e em contraposição ao primeiro, apostando na legitimação de “alternativas sexuais como o sadomasoquismo, desafiando a máxima de que jogos de dominação/submissão apenas constituem as relações heterossexuais” (GREGORI, 2004, p. 236). A autora ainda aponta que os grupos anti-pornografia eram formados pela junção entre parte da comunidade feminista lésbica e mulheres que se identificavam com esse posicionamento “que não apenas rejeitava o sexo heterossexual por uma questão de escolha sexual, mas como consequência de uma leitura particularmente determinística sobre a dinâmica de poder das relações heterossexuais” (GREGORI, 2004, p. 236). Tal posição se baseava em análises das relações sexuais como sendo “estruturadas pela subordinação de tal modo que os atos de dominação sexual constituem o significado social do ‘homem’, e a condição de submissão o significado social da ‘mulher’” (GREGORI, 2004, p. 237), atrelando, assim, de forma simplista, o poder e as constituições binárias de gênero. Dessa forma,

O feminismo radical hasteou sua bandeira contra instituições heterossexuais, como a pornografia, tomando-a como um exemplar da violência e do perigo contra as mulheres. Além da pornografia, o movimento definiu outros alvos: o sadomasoquismo, a prostituição, a pedofilia, a promiscuidade sexual (GREGORI, 2004, p. 237).

O contra-ataque a esta perspectiva veio no início dos anos 80, à época da realização de uma conferência no Bernard College, em Nova York, 1982, no qual vozes saídas

do campo feminista e da comunidade lésbica criticaram fortemente o essencialismo que caracterizava o discurso sobre a opressão por parte do feminismo radical, que já havia angariado imensa visibilidade pública (GREGORI, 2004). Preciado (2007, p.2 – *tradução nossa*) complementa ao destacar que

Em 1981, Ellen Willis, uma das pioneiras da crítica feminista do rock nos Estados Unidos, será a primeira a intervir neste debate para criticar a cumplicidade do feminismo abolicionista com as estruturas patriarcais que reprimem e controlam os corpos das mulheres na sociedade heterossexual. Para Willis, as abolicionistas feministas devolvem ao Estado o poder de regular a representação da sexualidade, concedendo duplo poder a uma instituição ancestral de origem patriarcal. Os resultados perversos do movimento antipornografia se tornaram explícitos no Canadá, onde ao se aplicarem medidas de controle da sexualidade seguindo critérios feministas, os primeiros filmes e publicações censuradas foram aqueles procedentes das sexualidades minoritárias, especialmente as representações lésbicas (pela presença de *dildos*) e as produções lésbicas sadomasoquistas (que a comissão estatal considerava humilhante para as mulheres), enquanto as representações estereotipadas das mulheres na pornografia heterossexual não foram censuradas.

Novas perspectivas que apoiavam e abraçavam “como objeto de reflexão as alternativas sexuais que implicam o prazer dos parceiros, inclusive, aquelas práticas que estavam sob alvo das feministas radicais” (GREGORI, 2004, p. 237), surgiram dessa conferência no Bernard College, cujos resultados foram publicados no livro “*Pleasure and Danger*” de Carol Vance. Esses trabalhos não somente problematizaram e recusaram a associação da sexualidade aos modelos coercitivos de dominação, como também recusaram a articulação desses modelos à posições estáticas de gênero, que seria uma visão totalizante da subordinação patriarcal. Logo, essa nova tradição feminista em favor da liberdade sexual criou uma “convenção” sobre o erotismo, se tornou parte das reflexões do feminismo contemporâneo e auxiliou a consolidar um novo campo de pensamento da crítica cultural: as *Queer Theories* (GREGORI, 2004).

Tal “convenção” implica a ideia de que a liberdade sexual da mulher constitui prazer e perigo. Perigo na medida em que é importante ter em mente aspectos como o estupro, abuso e espancamento como fenômenos irrefutáveis envolvidas no exercício da sexualidade. Prazer porque há, no limite, uma promessa no erotismo e na busca de novas alternativas eróticas em transgredir as restrições impostas à sexualidade quando tomada apenas como exercício de reprodução (GREGORI, 2004, p. 239).

Podemos destacar Gayle Rubin como uma figura proeminente nesse novo movimento, inclusive por colocar em questão a coerência de se deixar sob a égide do feminismo a incumbência da discussão sobre a sexualidade. Para Rubin (2003) a relação entre o sexo e o feminismo sempre foi complexa. Para ela, por um lado, o movimento feminista representa uma rica fonte de reflexões sobre o sexo. Porém, por outro lado, ela afirma de forma crítica:

Ainda assim quero desafiar a assunção de que o feminismo é ou deveria ser o lugar da teoria da sexualidade. O feminismo é a teoria da opressão de gênero. Assumir automaticamente que isso faz com que seja o lugar da teoria da opressão sexual é falhar na distinção entre gênero por um lado, e o desejo erótico, por outro. (RUBIN, 2003, p.47-48).

Na visão de Gregori (2004), o pensamento de Gayle Rubin traduz um posicionamento mais próximo às minorias sexuais, distanciando-se do ativismo feminista radical e propondo uma nova forma de pensar a sexualidade, ao apresentar elementos descritivos e teóricos que constituem a noção de que “os atos, práticas e escolhas sexuais nas sociedades ocidentais modernas se realizam no interior de um sistema hierárquico de valorização sexual (*sexual value system*)” (GREGORI, 2004, p. 240).

Nele, a sexualidade considerada normal é a que se exercita em meio às relações heterossexuais firmadas em matrimônio, visando a reprodução. A esse padrão, seguem outras situações escalonadas na hierarquia valorativa, em posição decrescente: casais heterossexuais monogâmicos não casados; solteiros com vida sexual ativa; casais estáveis de gays e lésbicas; gays solteiros sem vida promíscua; gays solteiros com vida promíscua; fetichistas; S/M (sado- masoquistas); posições não masculinas ou femininas (travestis, *drag queens* etc); sexo pago; sexo inter-geracional (em particular, o que se dá entre adultos e menores de idade). Estes últimos comportamentos estão na base do sistema, condenados a uma desvalorização sistemática, quando não são – como no caso da pedofilia - objeto de punição judiciária (GREGORI, 2004, p. 240).

Importante notar como a associação entre as diferentes práticas sexuais do seu sistema e o que ela denomina como minorias sexuais, revela a preocupação de Rubin, intencional ou não, de criar um procedimento analítico que possibilita a ligação entre a escolha sexual e à constituição de identidades coletivas (GREGORI, 2004), assim possibilitando um grau de legitimação política para essas sexualidades dissidentes. Esse detalhe se torna um marco significativo para a época, uma vez que o volume de produção sobre sexualidade nos Estados Unidos dos anos 90 deu um grande salto, de acordo com Gregori (2004), principalmente os estudos relativos às práticas sadomasoquistas e fetichistas entre pessoas do mesmo sexo. Porém, tais práticas são também apontadas como um alvo privilegiado dos movimentos feministas antipornografia, como explicitado no trecho a seguir.

A ideologia feminista antipornografia sempre conteve uma acusação implícita, e algumas vezes evidente, ao sadomasoquismo. As fotografias de chupação e fodeção que compõem o quadro pornográfico podem ser enervantes para aqueles que não são familiares com elas. Mas é difícil produzir um caso convincente que elas são violentas. As apresentações iniciais antipornografia usavam uma seleção minuciosa da iconografia S/M para vender uma análise inconsistente. Fora do contexto tais imagens são frequentemente chocantes. Este choque foi impiedosamente explorado para assustar o público para aceitarem uma perspectiva antipornografia (RUBIN, 2003, p.37).

Emily Prior (2016) observa que ao longo dos dez últimos anos os estudos sobre a comunidade, as práticas, os comportamentos e o próprio BDSM nas ciências sociais se multiplicaram, revelando toda a complexidade sobre o tema. Após ser alvo de críticas e perseguições das feministas radicais ao longo dos anos, sob a acusação de que o sadomasoquismo é fundamentalmente misógeno, a autora evidencia que os movimentos feministas “pró-sexo” proporcionaram um espaço para que as várias práticas sexuais, contando que fossem proativas e consensuais, incluindo o sadomasoquismo, pudessem ser encarradas como experiências positivas para as mulheres, em um movimento de liberdade e expressão sexual (PRIOR, 2016). Maria Elvira Díaz-Benítez (2015) caminha na mesma

direção ao discordar profundamente daqueles que interpretam as práticas BDSM como representações literais da realidade social, que apenas reproduzem e espectacularizam as desigualdades de gênero. Ao contrário, para ela o “S/M é uma prática particularmente instigante para pensar sobre liturgias de poder [...]” (DÍAZ-BENÍTEZ, 2015, p.83). Assim, Prior (2016, p. 3, *tradução nossa*) provoca,

[...] se o “feminismo tem sido um movimento dedicado à ajudar as mulheres a se tornarem Sujeitos e sujeitos ao invés de objetos e o Outro masculino” (Abu-Lughod, 1991: 139²) então talvez pesquisar mulheres que praticam sexualidades tão divergentes quanto o BDSM pode nos auxiliar a compreender o espaço onde as mulheres exercem controle e poder, e são sujeitos ao invés de objetos.

No tocante à sua caracterização, o BDSM erótico pode ser entendido como um conjunto de práticas e representações situadas nos universos do sadomasoquismo e do fetichismo (MELO, 2010) que, embora não sejam a mesma coisa, se encontram muito próximos no discurso da sexualidade. Assim, mesmo que não sejam inerentemente sexuais, é possível dizer que as práticas BDSM estão ligadas à erotização e ao alcance do prazer sexual através de diversas modalidades, da utilização de acessórios e do engajamento consensual em simulações eróticas. O que faz, também, do BDSM um exemplo de uma cultura de grupos, uma vez que é capaz de reunir em seu seio pessoas que se identificam e compartilham das mesmas preferências sexuais e atitudes perante o mundo (SILVA; PAIVA; MOURA, 2013). Não se trata de um prazer solitário, mas uma prática que necessita de espaços sociais, mesmo que privados, e de pessoas devidamente socializadas e inicializadas nos ritos e costumes próprios para ocorrer.

Desse modo, a sigla BDSM – do original em inglês – pode ser traduzida como: BD = Bondage (Amarração/Imobilização com o auxílio de cordas, algemas, lenços, etc.) & Disciplina; DS = Dominação & Submissão; SM = Sadismo & Masoquismo (FREITAS, 2011). Mais do que os estímulos físicos, as relações aqui referidas incluem situações de dominação e submissão em contextos eróticos consensuais, praticadas por adultos e regidos por um conjunto rígido de regras relacionadas à sanidade, segurança e consensualidade (FACCHINI, 2013). Assim, o envolvimento e a erotização de objetos como roupas, cordas, correntes, vendas, botas, entre outros, ressalta a distinção entre as práticas BDSM e o sexo convencional, ou “baunilha”, termo utilizado para referir à “sexualidades e as pessoas que não vivenciam o BDSM” (FREITAS, 2011, p. 3).

No tocante às performances ou às cenas, é onde “ocorre a negociação de scripts eróticos, havendo basicamente dois papéis: *top/sádica(o)/dominador(a)* e *bottom/masquista/submissa(o)*” (FREITAS, 2010, p. 4, grifo da autora). Um terceiro papel, do *switcher*, também é possível de ser exercido, se caracterizando como alguém que se movimenta entre as duas outras categorias, “que sente prazer ao ocupar as duas posições, numa mesma ou em diferentes cenas S/M” (FREITAS, 2010, p. 4). Enquanto o adjetivo sádico enfatiza os aspectos relacionados ao estímulo físico e ao teste dos limites do corpo, o termo dominador se refere ao caráter psíquico das relações, à tortura psicológica, à humilhação deliberada e consentida (FREITAS, 2010). Embora a referência à dor seja bastante proeminente nos debates acerca das práticas BDSM, Freitas (2010, p. 4) argumenta que “o que une as letras e dá sentido às práticas são as relações de poder. Para Foucault o S/M, é uma encenação de estruturas de poder, onde o corpo se coloca

2 Abu-Lughod, L. Writing Against Culture. In G. Fox (Ed.) Recapturing Anthropology: Working in the Present. Santa Fe: School of American Research, 1991.

estrategicamente, se brinca com a autoridade e ser dominado ou dominar são posições fluidas”. Como as possibilidades de se praticar BDSM são amplas, percebe-se a inclusão desde brincadeiras sexuais leves com a utilização de algemas ou amarrações com lenços, por exemplo, até o engajamento e participação intensa na “subcultura sadomasoquista” – que possivelmente inclui presença em demonstrações e eventos (LOCKHART, 2009). Para Freitas (2010), as práticas BDSM refletem o prazer e o desejo deslocados da genitalidade para os jogos de poder e dor em performances consensuais. Foucault (2004, p.4-5) endossa essa visão, ao afirmar:

Eu não penso que o movimento das práticas sexuais tenha a ver com colocar em jogo a descoberta de tendências sadomasoquistas profundamente escondidas em nosso inconsciente. Eu penso que o S/M é mais que isso, é a criação real de novas possibilidades de prazer, que não se tinha imaginado anteriormente. A ideia de que o S/M é ligado com uma violência profunda e que essa prática é um meio de liberar essa violência, de dar vazão à agressão é uma ideia estúpida. Nós sabemos muito bem que essas pessoas não são agressivas entre elas; que elas inventam novas possibilidades de prazer utilizando certas partes estranhas do corpo – erotizando o corpo. Eu acredito que temos uma forma de criação, de depósito de criatividade, dos quais a principal característica é o que chamo de dessexualização do prazer. A ideia de que o prazer físico provém sempre do prazer sexual e a ideia de que o prazer sexual é a base de todos os prazeres possíveis, tem, penso eu, verdadeiramente algo de falso. O que essas práticas de S/M nos mostram é que nós podemos produzir prazer a partir dos objetos mais estranhos, utilizando certas partes estanhas do corpo, nas situações mais inabituais, etc.

A expansão do prazer para aspectos que vão além da “genitalidade” tendem a aproximar o BDSM de determinadas propostas feministas “pró-sexo”. Dentre elas, destacamos a de Preciado (2002), cujo manifesto contrassexual defende não apenas que se abandone os binarismos de gênero e sexualidade, como também que se abrace a sexualização total do corpo, algo já há muito explorado pelas práticas sadomasoquistas e fetichistas. A proposta de Preciado (2002) emerge como radical e subversiva ao incitar o desmonte de todo o sistema heterocêntrico e incentivar uma ressignificação sobre o corpo e sobre suas experiências de prazer. Para isso, tal proposta é construída se situando fora das oposições homem/mulher, masculino/feminino, heterossexualidade/homossexualidade e “se fazendo herdeira do saber prático das comunidades S&M” (PRECIADO, 2002, p. 28). Em suma:

A contrassexualidade é, em primeiro lugar: uma análise crítica da diferença de gênero e de sexo, produto do contrato social heterocentrado, cujas performatividades normativas tem sido inscrita nos corpos como verdades biológicas (BUTLER: 2001). Em segundo lugar: a contrassexualidade propõe substituir este contrato social que denominamos Natureza por um contrato contrassexual. No marco do contrato contrassexual, os corpos se reconhecem a si mesmos não como homens ou mulheres, mas sim como corpos falantes e reconhecem os outros como corpos falantes. [...] Por conseguinte, renunciam a uma identidade sexual fechada e preconizada como natural. (PRECIADO, 2002, p.18 – *tradução nossa*).

Outro aspecto importante da cultura BDSM são as festas, ou “*play parties*”, como são chamadas entre os praticantes (MELO, 2010). Nelas se desenrolam tipos de interações nas quais são encenados, em público, os lugares de poder ocupados pelos partici-

pantes ali reunidos (MELO, 2010). Onde as diferentes possibilidades de personagens assumidas – como Master, Dom, Senhor, Domme, Rainha, Deusa, Senhora, escravo, servo e sub (submissos) – vem à tona para “brincar”. Não obstante, estas práticas se denominam como cenas, ou “*plays*”, uma vez que essas interações ocorrem inseridas num contexto em que os roteiros delimitam papéis a serem seguidos e sinais a serem apresentados por esses participantes, em uma lógica de performance.

Este indivíduo, que nas festas encontra-se em cena, relaciona-se com outros atores sociais e com a plateia. O papel que cada um destes elementos representa está diretamente relacionado aos papéis do outro. Neste universo, reinam expectativas, antecipações, técnicas, estratégias e práticas de controle de si e das impressões (MELO, 2010, p. 69).

Toda cena tem um início e um fim claramente demarcados. Dessa forma, elas são conhecidas pelos nomes atribuídos às práticas performadas ou aos acordos estabelecidos entre as partes durante a negociação, recebendo nomes que dificilmente são reconhecidos por quem não é do meio (MELO, 2010). “Para citar alguns exemplos, há o *wax play*, *spanking*, inversão, privação, *trampling*, *crushing*, *sissy*, *fisting*, *shibari*. Nas festas, mesmo esses nomes são simplificados e metonimicamente já representam a própria cena” (MELO, 2010, p. 69). Logo, participantes podem “fazer uma vela” (participar de um “*wax play*”) ou “fazer um pônei” (que seria “*poney play*”), dependendo da sua vontade. Marília Loschi de Melo (2010) destaca que, em comum a todas essas práticas, há somente o fato de serem realizadas entre duas pessoas em posições assimétricas de poder, na qual uma manda/domina/submete e a outra obedece/é dominada/submete-se.

Por envolver a participação em práticas que possuem limites muito tênues de envolvimento em jogos de poder, dor e prazer, e podem acarretar risco para os participantes, em especial àqueles que se submetem, se tornou necessária a criação e a consequente difusão de regras de conduta no meio BDSM, no sentido de acionar elementos que envolvem a gestão do risco, a legitimação, despatologização e descriminalização da prática (SILVA; PAIVA; MOURA, 2013). Uma das regras fundamentais, criada na década de 1980, foi o lema SSC (são, seguro e consensual), utilizado para esclarecer o caráter erótico e consensual das práticas BDSM, assim como “desvincular qualquer imaginário negativo relacionado ao termo ‘sadomasoquismo’, bem como para impulsionar uma conscientização coletiva de que as práticas devem ser realizadas de forma sadia, principalmente em relações individuais” (SILVA; PAIVA; MOURA, 2013, p. 5). Tal necessidade de desvinculação à imagem negativa está relacionada à patologização dos termos sadismo e masoquismo pelo discurso da medicina, que até os dias atuais não foi revogada (SILVA; PAIVA; MOURA, 2013). Outro pilar das práticas BDSM está na utilização da “*safeword*”, também criada em meados dos anos 1980. Conforme as autoras,

O lema SSC significa praticar o sadomasoquismo em plena sanidade mental, o que geralmente inclui a não ingestão de bebidas alcoólicas e qualquer outro tipo de droga, um estímulo à segurança de ambas as partes, desde que seja assegurada a consensualidade dos participantes, e a *safeword* ou palavra de segurança, é um dispositivo que pode ser acionado por ambos os praticantes, no momento mesmo da prática, para avisar quando esta deve ser interrompida, no momento em que um dos praticantes chega a seu limite físico ou psíquico (SILVA; PAIVA; MOURA, 2013, p. 5-6).

Gregori (2004) argumenta que o pragmatismo em torno do bordão SSC se liga ao esforço de deslocar as práticas BDSM para a guarida do politicamente correto, com o intuito de fazer reluzir a natureza erótica de suas práticas no lugar da ideia de abuso e violência. Contudo, em trabalho posterior, Gregori (2014) assevera que a preocupação com a segurança no âmbito do BDSM representa um ideal a ser perseguido e não deve ser tomada como uma garantia *a priori*. Assim, para a autora, tais experiências representam um empreendimento de risco para seu praticantes, em que a produção da consensualidade se dá através de um jogo de negociações delicadas onde se faz presente a questão da vulnerabilidade. A questão do risco é trabalhada de forma patente por Díaz-Benítez (2015) em sua análise sobre a produção de filmes fetichistas, em que durante as filmagens se evidenciaram momentos de “fissura”. A fissura seria traduzida por “aquele instante e espaço que nas práticas de humilhação se transpassa do consentimento ao abuso” (DÍAZ-BENÍTEZ, 2015, p. 78). Porém, é importante ressaltar que Díaz-Benítez (2015) frisa que suas análises não se aplicam e nem devem ser confundidas com as práticas S/M, em que o consentimento já se encontra revestido por um outro conjunto de regras prescrições. Como ressalta Gregori, no BDSM,

A preocupação sempre ativa com as liturgias e com as normas para as práticas em torno do “são, seguro e consensual” compõem um cenário bastante intrigante para comparação. [...] Nesse caso, as práticas e disposições estão envoltas em uma processualística que tenta abstrair a vulnerabilidade (seja a dos corpos que são feridos ou ainda pelos jogos de dominação) e dar total centralidade ao consentimento. [...] os praticantes SM e fetichistas criam certos procedimentos ou “protocolos” que, no limite e desde que devidamente seguidos, sugerem o afastamento de qualquer situação que evoque ou se aproxime de um sentido de vulnerabilidade. Trata-se de um conjunto de situações sociais, extremamente ricas para pensar, em que está presente a noção de que, ao aprender e seguir aquelas normas práticas, o que poderia ser visto como violência passa a ser visto e sentido como prazer. (GREGORI, 2014, p. 56).

Além disso, Gregori (2014) resgata pontos importantes em torno do embate entre o BDSM e o feminismo, trazendo contribuições de autoras que o apreendem pelo seu caráter contestatório ao invés de uma simples reprodução da heteronormatividade, modulada como norma pelo patriarcalismo, como advogavam as feministas radicais. Ao analisar o trabalho de Anne McClintock, por exemplo, Gregori (2014) destaca a narrativa de situações performadas sob o leque do BDSM em que ocorre a inversão da equação entre as esferas masculina (do mercado) e feminina (do lar). Tal efeito se faz presente no contexto do SM comercial, em que homens contratam dominatrizes mulheres e se colocam como seus subalternos, sendo “frequente que os clientes-escravos paguem muito dinheiro para limpar o chão, lavar as roupas sujas, esfregar as paredes de suas dominatrizes” (GREGORI, 2014, p.60). Em contraste, a autora também faz menção aos estudos de Lynda Hart, que analisou casos de SM entre lésbicas, trazendo a lume experiências que colocam em xeque certas noções das teorias feministas, em especial aquelas elaboradas sobre as relações mulher/mulher, defendendo a ideia da igualdade, ou de um “não poder”, como estratégia de libertação. “Segundo essa autora, essa forma de SM, ao trazer nos *plays* as piores cenas heterossexistas, desafia a definição ética e política envolvida no lesbianismo (sobretudo, a noção de irmandade)” (GREGORI, 2014, p.60). Dito isto, a próxima seção, buscará analisar outros trabalhos em que foi possível identificar diálogos e tensões significativas entre o BDSM e os feminismos.

Seguindo a proposta deste trabalho, realizamos uma seleção de produções acadêmicas que abordaram o fenômeno do BDSM sob o prisma das perspectivas feministas. É importante ressaltar que não foi nosso intuito realizar um levantamento exaustivo, mas ao contrário, buscamos selecionar trabalhos que se mostrassem especialmente relevantes para a discussão aqui endereçada. Os trabalhos selecionados foram localizados nas bases de dados gerais disponíveis para busca de periódicos, como o Portal de Periódicos da CAPES, o Google Scholar, a Scielo e a SPELL. Optamos por deixar em aberto o leque de áreas do conhecimento incluindo, assim, buscas em periódicos das áreas de Antropologia, Sociologia e Direito tais quais: a Revista Estudos Feministas (da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC); a Revista Ártemis - Estudos de Gênero, Feminismo e Sexualidades; a Coisas do Gênero – Revista de Estudos Feministas em Gênero e Religião (da Faculdade EST-RS); Revista Feminismos (Universidade Federal da Bahia) e os Cadernos Pagu (Universidade Estadual de Campinas – Unicamp). Também foi possível abarcar algumas publicações mais direcionadas para o tema da sexualidade, em especial às sexualidades dissidentes, caso do “*Journal of Homosexuality*”, do “*Eletronic Journal of Human Sexuality*”, e dos anais do “Seminário Internacional Desfazendo Gênero: Subjetividade, Cidadania e Transfeminismo”, o que somente corrobora a observação de Gregori (2004), que os estudos feministas floresceram, e permanecem, no seio das comunidades LGBTQ+³. As palavras-chave utilizadas na busca foram igualmente amplas, sendo basicamente variações de combinação dos termos: “BDSM”; “SM”; “Feminismo”; “*Feminism*”; “*Gender studies*”; “estudos de gênero”.

Ao todo foram selecionados dez (10) trabalhos que, explicitamente, relacionavam as perspectivas feministas ao BDSM. Dos dez (10) trabalhos encontrados, quatro (4) estão em língua portuguesa, cinco (5) em língua inglesa e um (1) deles em espanhol. Percebemos que, entre os trabalhos em língua portuguesa, (3) se encontram publicados em território nacional, sendo o primeiro pertencente aos anais do “Seminário Internacional Desfazendo Gênero”, ocorrido em Natal/RN em 2013, o segundo e terceiro publicados em periódicos nacionais da área de Antropologia. Por outro lado, duas (2) publicações são originárias da região da Catalunha/Espanha, mesmo que uma delas tenha sido escrita em Português, enquanto as demais variam entre localidades na Europa (Alemanha e Reino Unido) e nos Estados Unidos (St. Louis, Los Angeles, Nova York). Além do mais, observamos que a publicação de todos os trabalhos data de anos posteriores a 2006, variando, então, entre os anos 2006 e 2016, o que representa somente dez anos de trabalhos publicados e disponíveis *online* para um debate que, conforme citado anteriormente, eclodiu no final dos anos 1970.

Interessante notar que, dos dez trabalhos publicados, dois (2) não abordam o BDSM como temática central, mesmo que façam-no referência de forma indireta ao longo do texto, em menor ou maior grau, ou até mesmo utilizem o BDSM como pano de fundo para uma discussão mais ampla, como é o caso de um dos artigos, a respeito da trilogia literária “50 Tons de Cinza”, de autoria de E.L. James. Neste trabalho, as autoras Begonya Enguix e Francesc Núñez (2015) procuraram tecer críticas à obra que tem um de seus maiores atrativos a inclusão da prática BDSM na vida sexual dos personagens, utilizando-se da corrente teórica pós-feminista a fim de revelar suas tensões com a moral tradicional que estão presentes nos livros. Desse modo, as autoras argumentam, os

3 Sigla genérica, ou termo “guarda-chuva”, que busca abraçar as identidades Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, e outros.

papéis interpretados pelos personagens nos jogos sexuais se confundem e se mesclam com os significados convencionais das relações de gênero, reproduzindo uma dinâmica heteronormativa de homem ativo-mulher passiva, erigindo os personagens como modelos absolutos de “masculino” e “feminino” que são problemáticos, uma vez que são atravessados e estão interseccionados por outras formas de poder social (idade, classe, etnia e sexualidade). Sendo assim, durante sua longa e, por vezes, confusa crítica à trilogia, Enguix e Núñez (2015, p. 64, *tradução nossa*) abordam, em algum ponto, as práticas BDSM descritas na estória, tratando-as como uma “versão adocicada e medíocre da transgressão que está encapsulada num texto exemplar de uma popular narrativa amorosa”. Por julgar que as situações descritas no livro seriam “perversões” domesticadas que pouco se comparam às da vida real, as autoras tecem uma crítica fortíssima às instituições tradicionais e às relações heteronormativas, pois consideram que, justamente por se tratar de uma prática que está sendo utilizada por personagens privilegiados, que as “vendem” como uma imagem e estilo de vida palatável aos consumidores comuns, a normalização dessa atividade e das desigualdades de gênero que as acarretam seriam inevitáveis.

Em uma outra abordagem a respeito da trilogia “50 Tons de Cinza”, Amber Jamilla Musser (2015) questiona a falta de críticas mais contundentes aos livros por parte dos feministas, principalmente quando compara a recepção de um outro romance erótico no qual o BDSM é parte proeminente da narrativa, “A História de O”, publicado em 1954, com a recepção e as críticas direcionadas a “50 Tons”. Tais observações feitas pela autora a respeito do mais recente romance erótico se encontram em grande contraste com àquelas feitas por Enguix e Núñez (2015). De tal modo que, ao comparar as obras à luz da perspectiva feminista que entende a possibilidade de liberação feminina através da exploração de formas alternativas de sexualidade, Musser (2015) procurou desvendar o simbolismo que o BDSM engendra em ambas narrativas (com toda a sua complexidade), e como a sua presença articula questões de sexualidade, subjetivação e agência dos personagens, assim aprofundando o questionamento de forma considerável, ao mesmo tempo que tece críticas ao caráter heteronormatizador e capitalista neoliberal da narrativa de “50 Tons de Cinza”.

Por sua vez, temos Gwendolin Altenhoefer (2009) e seu relatório de campo a respeito de sua pesquisa sobre formas alternativas de relacionamento amorosos durante os anos 2000 e 2004. Seu relatório traz experiências próprias e resultados de entrevistas com ativistas que, além de se inserirem em formas não-monogâmicas de relacionamentos, também procuram se envolver em ativismo e projetos de educação a respeito desse estilo de vida. Entre as entrevistadas, se encontra Laura, ativista lésbica e organizadora de eventos e workshops nos quais procura passar informações a respeito da sexualidade feminina e das subculturas do prazer, entre elas a prática BDSM, na qual se encontra ativa (ALTENHOEFER, 2009).

Já Gregori (2004) trata da pornografia e das suas interfaces com o feminismo ao procurar discutir a emergência de uma nova face do erotismo que, segundo ela, implica tanto no deslocamento do sentido de transgressão do erotismo para um significado cada vez mais aproximado de um cuidado saudável do corpo e o fortalecimento do *self*, quanto numa espécie de domesticação ou neutralização de alguns aspectos envolvidos nas práticas sadomasoquistas. Ao contrário de Enguix e Núñez (2015), Gregori (2004) toma o cuidado de discutir a prática e todo o discurso de legitimação que a cerca, antes de problematizar o que considera como a tendência a não se discutir os conteúdos e aspectos potencialmente violentos que tal prática engendra. Se trata, antes, de uma espécie de problematização dos riscos envolvidos no meio mas que, na pornografia produzida e comercializada dessa nova face da erotização, tendem a ser neutralizadas e domesticadas,

deixadas em segundo plano (GREGORI, 2004). No limite, a autora questiona os silêncios em torno da expressão prático-erótica mais contemporânea do BDSM.

De certa forma, a temática dos prazeres de risco desenvolvida na articulação entre sexualidade e gênero é retomada pela autora mais adiante, nos dois ensaios publicados em 2014 e 2015, respectivamente. No seu ensaio para os Cadernos Pagu, Gregori (2014) empreende esforços na realização de um balanço bibliográfico acerca das contribuições dos estudos antropológicos brasileiros, até então, para a compreensão sobre as diferentes experiências envolvidas no erotismo contemporâneo, que articulam normas de gênero, práticas sexuais e indagações sobre limites da sexualidade. Este último definido pela autora como a zona fronteira onde são tensionadas normas e transgressão, consentimento e abuso, e prazer e dor. Nesse ponto, se encontram as relações sexuais marcadas pelo risco, pela diferença, pela transgressão e pelo prazer, onde, notadamente, marcadores sociais da diferença (como gênero, idade, classe/status, cor/raça) incitam o desejo e operam tanto na configuração daquelas relações que consideramos abuso, quanto nas que proporcionam prazer (GREGORI, 2014).

Assim, a autora destaca em seus dois ensaios o elemento componente do risco compreendido pelos indivíduos nas relações sadomasoquistas que, ao mesmo tempo,

podem colocar em perigo as normas e convenções e, nelas, muitas das que posicionam feminilidades, masculinidades, heterossexualidades, homossexualidades e variantes entre todos esses termos. Mas podem também, dependendo das circunstâncias, transformar o que é prazer e consentimento em dor e violência. O risco à integridade física e moral das pessoas é uma possibilidade aberta e não dada de antemão (GREGORI, 2014, p. 51-52).

Já em outro trabalho, Gregori (2015, p. 248) expande as suas reflexões acerca do BDSM erótico enquanto parte do mercado erótico contemporâneo, especialmente do que ela denominou como “o erotismo politicamente correto”, que inclui a realização de fantasias, a produção de imagens e objetos de pornografia que são voltados para a “satisfação da autoestima pessoal, da saúde corporal e da capacidade dos indivíduos para realizar escolhas e estabelecer limites”. As práticas BDSM se desenvolvem, logo, num contexto interessante de articulação de perigo e prazer, onde as técnicas e rituais que os praticantes se utilizam fazem parte de um contexto erótico que não elimina o risco, mas o negocia. Além disso, a autora aponta como as práticas eróticas do BDSM tencionam as normas de gênero operantes nas relações sexuais, ao considerar que

o SM comercial, o lesbianismo SM e as manifestações SM entre gays masculinos constituem alternativas que, no limite, problematizam os modelos que supõem naturalidade e normalidade entre as fronteiras que delimitam homens e mulheres e, mais particularmente, o comportamento sexual masculino como sendo ativo e o feminino como sendo passivo, além de esfumarem os limites que separam o prazer da dor, o comando e a submissão (GREGORI, 2015, p. 262).

Assim, Gregori (2015, p. 264) afirma que o interesse em investigar tais práticas reside, precisamente, no fato de que elas são capazes de mobilizarem e mostrarem, com força dramática, “a partir de todo um repertório de convenções culturais e sociais disponíveis, as assimetrias de poder, as materializações e corporificações de normas de gênero, de sexualidade, bem como de outros marcadores de diferença, como classe, raça e idade”.

O trabalho de Emily Prior (2013), por sua vez, chama a atenção pelo envolvimento da autora com a comunidade BDSM e procura abordar as complexidades das dinâmicas

de poder que perpassam as relações no sadomasoquismo. Através da articulação com o feminismo “pró-sexo”, que estimula as mulheres a explorar sua sexualidade nos próprios termos, a autora procura abordar, na medida que realiza trabalhos de campo e entrevistas, como as dinâmicas de poder desse tipo de relação se aplicam na vida sexual e emocional das mulheres entrevistadas. Para Prior (2013), o feminismo pró-sexo propicia um espaço para que as mulheres inseridas na comunidade BDSM possam expressar suas sexualidades de forma plena, mesmo quando essas identidades pareçam ir contra alguns ideais feministas. Tal fato se reflete na conclusão do artigo, que aponta as complexidades da troca de poder nos relacionamentos BDSM que as mulheres entrevistadas participam, afirmando a sua capacidade de satisfazê-las sexualmente, emocionalmente e pessoalmente (PRIOR, 2013).

Procurando abordar outro aspecto do fenômeno, Marcelle Silva, Antônio Paiva e Alessandra Moura (2013) problematizam as performances de gênero dos sujeitos envolvidos com a submissão e a prática de “feminização masculina” no BDSM. Para tanto, eles partem da ideia de que a feminização masculina pode ser pensada em termos de performances de gênero, conforme teorização de Judith Butler, cuja subversão de determinados códigos sociais produzem moralidades, remodelam corpos e transgridem a heteronormatividade (SILVA; PAIVA; MOURA, 2013), tornando as noções de sexo, masculinidade e feminilidade processuais e discursivas. Logo, os autores se dedicam a explicar a prática ao longo do texto e a sua relação com o BDSM e a inversão de gênero, o que torna as experiências desses praticantes, mais uma construção mental do que física, diferentemente de outras experiências como as das *crossdresser* (*travestis*) e *trans+*⁴, que são tanto física como psicológicas (SILVA; PAIVA; MOURA, 2013). Estão operando, portanto, uma desconstrução das “noções de masculino e feminino, a partir de análise de experiências que descontroem o masculino para reconstruí-lo tomando de empréstimo elementos do feminino, borrando as noções, não apenas de gênero, mas de identidade, no sentido de algo que é delimitado e delimitável” (SILVA; PAIVA; MOURA, 2013, p. 16).

Em consonância com a problematização que Gregori (2004) fez a respeito dos silêncios sobre os riscos e conteúdos que aludem à violência no BDSM comercial na nova face do erotismo, Sharon Cowan (2012) procura examinar outra face do BDSM comercial: a sua ligação com a prostituição. Neste artigo, a autora examina a relação entre as leis e políticas públicas pensadas sobre a prostituição no Reino Unido, em especial àquela que oferece serviços da esfera sadomasoquista e fetichista. No Reino Unido, uma onda de movimentos legais e formulações de políticas públicas tem classificado prostitutas como indivíduos “vulneráveis” que necessitam de “resgate” (COWAN, 2012), o que, aliado à ilegalidade das práticas BDSM que causem danos físicos, somente torna mais complexa a questão das mulheres que vendem sexo BDSM nesse contexto, principalmente em relação aos quesitos de vulnerabilidade, escolha, exploração, agência e poder. Assim, Cowan (2012) argumenta que o Estado britânico auxilia na construção de uma heteronormatividade que além de reforçar papéis de gênero tradicionais, insiste na responsabilização, reabilitação e punição daqueles sujeitos que se engajam em práticas sexuais de risco, ao impor categorias como vulnerabilidade sobre esses sujeitos. Logo, a autora procura oferecer uma crítica feminista da possibilidade de criminalização do BDSM comercial, através do exame dos estudos empíricos sobre o tema, ao mesmo tempo que argumenta ser necessário realizar estudos que abordem as vivências daqueles que compram e vendem o BDSM antes que se tome qualquer posição política em forma de lei, que definitivamente irá afetar a vida dessas pessoas.

4 O termo trans engloba as diferentes experiências de transformação corporal, que tem por objetivo adequá-lo ao gênero da pessoa. Trans masculinas e femininas são as mais frequentemente referidas pelo uso do termo.

Por fim, Susan Wright (2006), ativista envolvida com a NCSF (Coalizão Nacional para a Liberdade Sexual), organização feminista associada ao movimento de liberdade sexual nos Estados Unidos, faz, em seu trabalho, um apanhado histórico da luta das feministas praticantes SM contra a discriminação sofrida por parte de outras feministas ao longo das últimas décadas, culminando no movimento de liberdade sexual que foi fundamental para o surgimento da NCSF. Para a autora, sadomasoquismo inclui uma “grande variedade de práticas sexuais alternativas, como a troca consensual de poder, modificação corporal, *role play* (que destaca a troca de poder), e intensa estimulação física e emocional em contexto sexual” (WRIGHT, 2006, p. 218, *tradução nossa*), que ela usa para definir as práticas do que denomina comunidade SM e assim demonstrar como as histórias dessa comunidade estão entrelaçadas ao movimento feminista. Ao recontar tal história, Wright (2006) sublinha o peso da discriminação e estigma social que o SM invoca, relatando casos de agressão física e verbal, além de tentativas de boicote aos eventos promovidos pela comunidade, geralmente conferências e workshops com propósito recreacionais e educativos, uma vez que um dos pilares da prática SM, o lema SSC (são, seguro e consensual), não admite o consumo de substâncias entorpecentes por parte dos membros nos ambientes destinados à prática. Tal perseguição trouxe consequências sérias para a saúde, segurança e bem-estar daqueles envolvidos com a comunidade SM, demonstrada por dados de pesquisa que Wright (2006) cita ao longo do texto, cujo objetivo maior está na quase súplica por compreensão por parte daqueles que tão agressivamente se posicionaram e ainda se posicionam contra o BDSM.

5 - OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Conforme explicitado, o artigo de Lockhart a respeito dos discursos anti-BDSM e anti-sadomasoquista circulantes na academia serviu de inspiração para a realização deste trabalho, no qual nos propomos selecionar trabalhos feministas que abordassem a temática BDSM, a fim de analisar o que se tem produzido a respeito do BDSM por parte dessas perspectivas. Considerando o histórico de interações entre parte do movimento feminista e os *BDSMers*, lançamos o questionamento: o que tem se falado nos circuitos feministas sobre o BDSM nesses anos? Será que a animosidade entre os lados arrefeceu com o passar do tempo? Será que o desenvolvimento das pesquisas e das convivências entre os lados serviu para amenizar as tensões ou será que os lados continuam agarrados firmemente aos seus ideais, somente modificando-se os contextos sociais e históricos nos quais estão inseridos? Tais questionamentos são válidos, na medida em que percebemos a ausência de menções a respeito, tanto na mídia quanto na arena política, ou pelo menos uma presença de menções não tão proeminentes ou na mesma proporção que se desenrolou a “guerra dos sexos”, citada por Wright (2006). O aparente silêncio perante o assunto poderia gerar uma impressão de que o conflito já se encontra resolvido e que as partes não mais se engajam em debate.

No entanto, essa aparente calma não poderia estar mais longe da verdade. Como foi possível observar, o fenômeno BDSM ainda é recorrentemente debatido em trabalhos de diferentes perspectivas feministas, incluindo trabalhos bem recentes como o artigo publicado no ano de 2016. Logo, tampouco o debate foi esgotado, como também ainda acena para novos e interessantes desdobramentos nessa discussão.

Dessa forma, percebemos na leitura dos artigos encontrados, que o feminismo “pró-sexo”, com a sua crença no usufruto das práticas sexuais e na exploração livre das mesmas por parte das mulheres como forma de libertação e empoderamento, aparente-

mente tem contribuído para que o BDSM seja visto por novos ângulos, tanto pela academia, quanto por ativistas. O número relevante de estudos encontrados que analisaram o BDSM sob uma ótica mais compreensiva do que aquela promovida pelo feminismo radical foi um indicativo dessa tendência. Ainda mais quando se pode comparar dois trabalhos sobre o mesmo objeto (a trilogia “50 Tons de Cinza”), e que ainda foram publicados no mesmo ano. Enquanto as autoras espanholas, Enguix e Núñez (2015), expressaram sua aversão pelo BDSM ao identificá-lo como “perversão”, Musser (2015) já procurou enxergar o fenômeno como parte da narrativa, sob um ponto de vista que promove respeito pelas escolhas individuais e que enxerga o sexo não como um tabu, mas como um conjunto aberto de possibilidades.

Nesse sentido, foi possível evidenciar que, embora ainda persistam discursos dissonantes no que tange aos liames entre BDSM e feminismo, também se vislumbra a proliferação de todo um conjunto de trabalhos que analisam tais práticas fora do par antagonístico que se resume, aprioristicamente, a condená-las ou a alforriá-las. Nessa trajetória emergem estudos que visivelmente se valeram das contribuições de autoras como Judith Butler, Rubin Gayle, Beatriz Preciado, dentre outros nomes, para avançarem em discussões que, através (ou a partir) do BDSM, abarcaram a desvinculação entre prazer e genitalidade; a heteronormatividade; a performatividade do gênero e; a problematização entre poder e consensualidade. Nesse ínterim, é válido sublinhar a visão de Preciado (2007, p.3 – *tradução nossa*) ao afirmar que o novo feminismo pós-pornô, *punk* e trans-cultural assinala que a melhor proteção contra a violência de gênero “não é a proibição da prostituição, mas a tomada do poder econômico e político pelas mulheres e pelas minorias migrantes. Do mesmo modo, o melhor antídoto contra a pornografia dominante não é a censura, mas a produção de representações alternativas da sexualidade, feitas a partir de olhares diferentes do olhar normativo”. Nessa mesma linha de raciocínio, entendemos que o BDSM erótico pode ser encarado como uma via para a criação de novos modos de existência e para a busca por maior liberdade das práticas e das expressões sexuais “dissidentes”, ao encarar o sexo não como uma fatalidade, mas como a “possibilidade de aceder a uma vida criativa” (FOUCAULT, 2004, p.1).

Por fim, é válido indicar as limitações desse trabalho que, seja em função de seus objetivos ou de seu escopo, não foi capaz de explorar diversos pontos críticos que envolvem o BDSM e seu entrelaçamento com outras dimensões como raça e classe, ligados à diferentes lentes teóricas como a perspectiva feminista decolonial, que podem fomentar uma compreensão mais robusta sobre o fenômeno e frutíferas agendas de pesquisas nesse campo. Em suma, também esperamos que o presente ensaio possa contribuir para a não-estigmatização do fenômeno e dos seus praticantes, permitindo que se explorem novos ângulos de problematização entre o BDSM e as perspectivas feministas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTENHOEFER, Gwendolin. Friend hoppers, pleasure activism, the Schlampagne and the Octopus: non-monogamous activism in the German lesbian-feminist subculture. *Electronic Journal of Human Sexuality*, v. 12, 2009.
- BARBIERI, Teresita. de. Sobre a categoria gênero: uma introdução teórico-metodológica. *Revista Interamericana de Sociologia*, Ano VI, n. 2-3, 1992.
- BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo. *Rio de Janeiro: Nova Fronteira*, 2009.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- COWAN, Sharon. To Buy or Not to Buy? Vulnerability and the Criminalisation of Commercial BDSM. *Feminist Legal Studies*, v. 20, n. 3, 2012, p. 263-279.
- D'ATRI, Andrea. Pão e Rosas: Identidade de gênero e antagonismo de classes no capitalismo. *Edições Iskra*, 2008.
- DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. O espetáculo da humilhação, fissuras e limites da sexualidade. *Mana*, v. 21, n. 1, p. 65-90, 2015.
- ENGUIX, Begonya; NÚÑEZ, Francesc. Género, sexualidad y posfeminismo en Cincuenta sombras de Grey. *AIBR Revista de Antropología Iberoamericana*, v. 10, n. 1, 2015, p. 49-74.
- FACCHINI, Regina. “Praticamos SM, repudiamos agressão”: classificações, redes e organização comunitária em torno do BDSM no contexto brasileiro. *Sexualidad, Salud y Sociedad, Revista Latinoamericana*, n. 14. Ago., p. 195-228, 2013.
- FOUCAULT, Michel. Michel Foucault, Uma Entrevista: Sexo, Poder e a Política da Identidade. *Verve*, São Paulo, n. 5, p.260-277, 2004.
- FREITAS, Fátima Regina Almeida de. Bondage, Dominação/Submissão E Sadomasoquismo: Uma Etnografia Sobre Práticas Eróticas Que Envolvem Prazer e Poder em Contextos Consensuais. *Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, Ago., 2010.
- FREITAS, Fátima Regina Almeida de. Sexualidades: Prazeres, Poderes e Redes Sociais. In: II Seminário de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais UFG, *Anais...* Nov., 2011.
- GREGORI, Maria Filomena. Prazeres perigosos: o contrato e a erotização de corpos em cenários sadomasoquistas. *Etnográfica [Online]*, v. 19, n. 2, 2015.
- GREGORI, Maria Filomena. Práticas Eróticas e Limites da Sexualidade: contribuições de estudos recentes. *Cadernos Pagu*, v. 42, p. 47-74, 2014.
- GREGORI, Maria Filomena. Prazer e perigo: notas sobre feminismo, sex-shops e S/M. *Quaderns-e de l'Institut Català d'Antropologia*, n. 4/b, 2004.
- LOCKHART, Luke. “If you have sex differently from the mainstream, you are at risk”, the “sexual freedom movement,” sadomasochism, and alternative sexuality as an innovative & progressive social movement. *Communication (Rhetorical Criticism)*, p. 2-22, Nov. 2009.
- LOCKHART, Luke. Anti-Sadomasochist & Anti-BDSM Discourse, Biopower, and Notions of the Perverse – Foucault’s Deployment of Sexuality & the New Discourse of Sexuality. *PhD Proposal*, v. 1, 2015.
- MELO, Marília Loschi de. Atribuição e negociação de identidades em festas BDSM no Rio de Janeiro. *INTRATEXTOS*, Rio de Janeiro: Número Especial 01, 2010, p. 64-84.
- MOORE, Henrietta. Compreendendo sexo e gênero. In: INGOLD, T. *Companion Encyclopedia of Anthropology*. London, Routledge, 1997.
- MUSSER, Amber Jamilla. BDSM and the boundaries of criticism: Feminism and neoliberalism in Fifty Shades of Grey and The Story of O. *Feminist Theory*, v. 16, n. 2, 2015, p. 121-136.
- PRECIADO, Beatriz. *Manifiesto contra-sexual: prácticas subversivas de identidad sexual*. Madri: Opera Prima, 2002.
- PRECIADO, Beatriz. Mujeres en los márgenes. *El País*, v. 13, 2007.
- PRECIADO, Beatriz. Multidões Queer: notas para uma política dos ‘anormais’. (Universidade de Paris VIII). *Revista de Estudos Feministas*. Trad: Cleiton Zóia Mündhow, Viviane Teixeira Silveira (org. 2003). *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 312, 2011.
- PRIOR, Emily. Women’s perspectives of BDSM power exchange. *Electronic Journal of Human Sexuality*, v. 16, 2016, p. 1-19.

- RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 1, 2005.
- RUBIN, Gayle. *Pensando o Sexo: notas para uma teoria radical das políticas de sexualidade*. 2003. Disponível em: <<http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/gaylerubin.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2018
- SANTOS, Elisabete; NÓBREGA, Lígia. Ensaio sobre o feminismo marxista socialista. *Mneme-Revista de Humanidades*, v. 5, n. 11, jul./set., 2004.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, v. 16, n. 2, 1990.
- SILVA, Marcelle Jacinto da; PAIVA, Antônio Cristian Saraiva; MOURA, Alessandra Alves de. Da submissão à feminização masculina: subversões de gênero no BDSM. *Seminário Internacional Desfazendo Gênero: Subjetividade, Cidadania e Transfeminismo*, Natal: Agosto, 2013.
- WITTIG, Monique. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Barcelona: Cervantes, 2006.
- WRIGHT, Susan. Discrimination of SM-Identified Individuals. *Journal of Homosexuality*, v. 50, n. 2-3, 2006, p. 325-348.

AGRADECIMENTOS

Os autores gostariam de agradecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento concedido através de bolsa de mestrado para a realização deste artigo.

CONTROVÉRSIAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE CIENTISTAS SOCIAIS EM DEBATES LEGISLATIVOS: ESTUDO SOBRE A CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANTONIO TEIXEIRA DE BARROS¹

RESUMO

O artigo analisa as controvérsias sobre a participação de cientistas sociais nos debates legislativos promovidos pela Câmara dos Deputados brasileira. São consideradas as controvérsias em dois níveis: no plano interno da burocracia e na percepção dos próprios cientistas sociais que participaram das discussões. O texto é guiado pela visão de Bauman de que cientistas sociais são vocacionados para atuar criticamente na esfera pública como intérpretes de controvérsias. A metodologia teve como base a análise de 50 entrevistas, sendo 30 com cientistas sociais e 20 com servidores da Câmara. Os resultados indicam que as controvérsias são variadas, tais como: formas de controle de opinião e vigilância ideológica; baixo engajamento dos parlamentares; falta de profundidade nas discussões; desinformação dos parlamentares sobre os temas em pauta; realização de debates “só para constar”.

PALAVRAS - CHAVE

Controvérsias políticas; debates legislativos; Poder Legislativo. Cientistas sociais.

1 Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (CEFOP)

Controversies On The Participation Of Social Scientists In Legislative Debates: Study On The Brazilian Chamber Of Deputies

ABSTRACT

This article analyzes the controversies about the participation of social scientists in the legislative debates promoted by the Brazilian Chamber of Deputies. Controversies are considered at two levels: internal bureaucracy and the perception of the social scientists themselves who participated in the discussions. The text is guided by Bauman's view that social scientists are called upon to act critically in the public sphere as interpreters of controversies. The methodology was based on the analysis of 50 interviews, 30 of them with social scientists and 20 with servers of the Chamber. The results indicate that the controversies are varied, such as: forms of opinion control and ideological vigilance; low engagement of parliamentarians; lack of depth in the discussions; disinformation of the parliamentarians on the subjects in question; discussion "just for the record".

KEYWORDS

Political controversies; legislative discussions; Legislature. Social scientists.

SOBRE O AUTOR

ANTONIO TEIXEIRA DE BARROS

Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (1999). Pós-doutor em Comunicação pela Universidade de Fernando Pessoa (2008). Docente e pesquisador do Programa de Mestrado Profissional em Poder Legislativo do Centro de Formação da Câmara dos Deputados, vinculado à linha de pesquisa Política Institucional do Poder Legislativo. Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCTDD). Coordenador do grupo de pesquisa "Parlamento e Sociedade: Representação Política, Participação e Controle Social", cadastrado no Diretório Geral dos Grupos de Pesquisa do CNPq. Atua nas seguintes áreas de pesquisa: Poder Legislativo, estudos legislativos, democracia digital, representação de minorias, representação feminina, discurso político, participação política, educação para a democracia, mídia e política, cultura política, movimentos sociais e democracia.

SUBMETIDO EM

11/01/2018

APROVADO EM

21/08/2018

O artigo tem como objetivo analisar as controvérsias sobre a participação de cientistas sociais nos debates legislativos promovidos pela Câmara dos Deputados. A justificativa para tal enfoque justifica-se pela constatação mediante levantamento empírico preliminar de que há uma expressiva participação de cientistas sociais nesses debates, especialmente cientistas políticos, sociólogos e antropólogos. Nesse sentido, a Câmara dos Deputados é vista não com uma arena única de discussões, mas como um conjunto de arenas formado pelas comissões temáticas e pelos seus veículos de comunicação.

Na fase da pesquisa exploratória observou ainda a relevância da participação de servidores da instituição que lidam diretamente com esses debates. Nesse sentido, são consideradas as controvérsias em dois níveis, ou seja, no plano interno da burocracia e na percepção dos próprios cientistas sociais que participaram de tais discussões. O pressuposto que guia a análise é o de que controvérsias mobilizam uma variedade de agentes sociais, com suas respectivas lógicas de ação, além de serem proíficas para promover o debate público e revelar as visões de mundo e as disputas simbólicas envolvidas nos debates. Com base em tal pressuposto, cabe questionar: (a) como essas controvérsias são percebidas pelos servidores e pelos próprios cientistas sociais? (b) quais as convergências/divergências quanto à análise de tais controvérsias por esses atores?

Para o primeiro nível das controvérsias, ou seja, aquelas originárias do campo burocrático, foram entrevistados 20 servidores da Câmara que trabalham diretamente com a organização desses debates, principalmente as audiências públicas e os seminários legislativos, além das equipes que lidam com a produção e divulgação dos conteúdos dos veículos institucionais de mídia da Casa. A inclusão desses servidores se justifica pelo elevado nível de envolvimento deles nas atividades das comissões que promovem os debates e nos veículos de mídia. São agentes burocráticos que atuam nos bastidores político-institucionais, mas nem por isso são desprezíveis do ponto de vista de uma pesquisa compreensiva. Aliás, convém aqui lembrar a perspectiva de Bourdieu (2011) sobre o campo burocrático e a formação dos *espíritos de estado*, uma vez que, para o autor, a burocracia também é uma estrutura política.

No caso dos cientistas sociais foram entrevistados um total de 30, incluindo antropólogos, cientistas políticos e sociólogos que participaram de debates legislativos ou que acompanham tais discussões. As entrevistas foram realizadas em diversas circunstâncias, em função das próprias dinâmicas de participação dos cientistas sociais nos eventos e também pela dificuldade de acesso direto a eles. Mesmo assim foram realizadas algumas entrevistas presenciais, durante os próprios eventos (5). As demais foram aplicadas conforme as preferências dos entrevistados, ou seja, por telefone (2) ou por e-mail (18). O período de realização das entrevistas foi de junho a outubro de 2015.

A opção por essa forma de pesquisa, em uma perspectiva qualitativa, tem como respaldo metodológico o princípio sociológico de pesquisa compreensivista, mais especificamente apoiado no pressuposto metodológico de Anthony Giddens (2009) de que existe um processo de *dupla hermenêutica* nesse tipo de pesquisa. Isso significa que o conhecimento sociopolítico deve passar primeiro pela análise da percepção dos próprios agentes envolvidos, no caso, os entrevistados. Em segunda instância é que passa pelo olhar dos pesquisadores. Esse foi o princípio metodológico que orientou a pesquisa.

Bauman (2010) assinala que os cientistas sociais possuem vocação para intervir criticamente no espaço público, uma vez que as ciências sociais estão em permanente sintonia com as experiências humanas e as controvérsias sociais a elas relacionadas. Entretanto, o autor ressalta que essa vocação não é estanque e apresenta diferentes configurações ao longo do tempo. Com base nesse pressuposto, o autor trata de dois tipos históricos de intelectuais: os *intelectuais legisladores* e os *intelectuais intérpretes*. Para o autor, o *intelectual legislador*, típico da modernidade tinha a função de árbitro nos casos de controvérsias e opiniões divergentes.

Nessa perspectiva, os intelectuais eram vistos como portadores de uma autoridade legitimada pelo próprio conhecimento, que lhes permitia chegar a um “juízo moral válido”. Exerciam, portanto, um papel decisivo para a manutenção e o aperfeiçoamento da ordem social. Eram metaprofissionais “responsáveis pela formulação de regras de proceder e pelo controle de sua aplicação correta”, o que implicava a validação ou invalidação de crenças sustentadas em vários momentos da sociedade (p.20). O *intelectual intérprete*, por sua vez, típico da era pós-moderna, exerce o papel de “facilitar a comunicação entre indivíduos, atuando como uma espécie de negociador”. Convém salientar que as categorias de Bauman são passíveis de algumas ressalvas quanto ao contexto atual, marcado por disputas de narrativas que circulam em variados meios, como as mídias eletrônicas convencionais e as mídias digitais. Apesar da presença de intelectuais nesses circuitos de informação e opinião, há alguns atores que também se destacam como os próprios jornalistas e os chamados formadores de opinião, ampliando as perspectivas interpretativas.

Em perspectiva analítica similar à de Bauman, Giumbelli (2002) complementa que as controvérsias mobilizam uma variedade de agentes sociais, mesmo quando se circunscrevem a questões específicas. Trata-se de “um momento de expressão e redefinição de pontos e problemas, os quais permanecem importantes, às vezes até cruciais, na constituição de uma sociedade, mesmo quando não despertam interesse generalizado ou intenso”. Desse modo, o debate público gerado a partir de tais polêmicas torna-se uma expressão da discursividade pública, “essencial para entender os traços constitutivos da sociedade de que fazem parte as personagens da controvérsia”. Afinal, “a controvérsia é uma espécie de drama social, que revela, mas também reconfigura definições de realidade, explicitando o conflito que existe em torno dessas definições” (Giumbelli, 2002, p.95-97). Assim, as controvérsias revelam as visões de mundo em disputa por visibilidade, reconhecimento e legitimidade em uma sociedade, em determinados contextos de disputas simbólicas.

Bauman (2010, 2015) refere-se a uma crise nos debates públicos, com o “desaparecimento ou redução das arenas voltadas para a deliberação pública e política (2015, p.120). A despeito dessa crise, o autor aponta as ciências sociais como instâncias de saberes diretamente conectados à esfera pública e às experiências humanas. Assim, os cientistas sociais, com sua expertise discursiva e a perícia típica de quem consegue olhar para a realidade e seus contextos, podem contribuir para ampliar o foco dos debates, “num mundo saturado de opiniões que se opõem e que mutuamente corroem sua veracidade real ou suposta” (Bauman, 2015, p.105). Bourdieu (1998, p.11) é um defensor da *doxa intelectual* na esfera pública. Em sua opinião “não há verdadeira democracia sem verdadeiro contrapoder crítico. O intelectual é um contrapoder, e de primeira grandeza”.

O lugar de fala dos especialistas é associado a um *lugar neutro*, do ponto de vista discursivo (Bourdieu; Boltanski, 2008; Pinto, 2009; Pinzani, 2013). Para os autores, os

chamados lugares neutros são espaços de produção discursiva abertos às controvérsias, sem adesão a uma perspectiva argumentativa determinada, a exemplo das universidades, institutos de pesquisa e similares. Interessa aos atores desses espaços a negação do caráter ideológico dos saberes por eles produzidos e suas respectivas representações do mundo. “São espaços criados para a troca de ideias, de informações e de temas entre agentes sociais dos campos mais diversos. Assumem a forma de colóquios, reuniões e comissões” (Chiaramonte, 2012, p.92).

Confere maior legitimidade a tais discursos uma *prosa do mundo* considerada desideologizada e aberta às críticas e controvérsias. Trata-se dos espaços típicos da *doxa intelectual*, cuja legitimidade é reforçada exatamente pela negação do pensamento único e abertura ao pluralismo de perspectivas críticas. Conforme Pinzani (2013), os especialistas assumem vários avatares no debate público, seja como cientista político, sociólogo, antropólogo, etc.

Pinzani (2013, 156) destaca ainda a função informativa dos *experts* nos debates públicos. “Em outras palavras: trata-se de abrir os olhos das pessoas para a realidade, para que tomem consciência dela”. Essa função informativa e de esclarecimento é realizada pelo *expert*, que informa os interessados sobre os interesses envolvidos, as questões subjacentes e os métodos mais adequados para a discussão, conforme critérios científicos objetivos.

O capital simbólico dos *lugares neutros* é a credibilidade técnica ou *expertocracia* (Pinzani, 2013). Por essa razão, os parlamentares costumam convidar especialistas para os debates legislativos por eles protagonizados. Aqui cabem algumas observações acerca dessa estratégia dos parlamentares de utilizarem argumentos de especialistas para legitimar o debate político, como parte do regime de opinião caracterizado pela racionalidade e discussão, o que confere o princípio de autoridade, com papel especial para os intelectuais neste sentido (Habermas, 1994),

Cumpre ressaltar que os especialistas são convidados pelos deputados, o que já indica que o conhecimento perito ou especializado (*expert knowledge*) pode ser utilizado para inspirar confiança pública no trabalho das comissões que promovem os debates. Afinal, os agentes do discurso especializado são portadores de um poder simbólico, cujo capital é a credibilidade técnica, respaldada pelas *lógicas adversárias* (Kant de Lima, 2010)¹. O debate político, por sua vez, segundo a visão do autor citado, é pautado pela *lógica do contraditório*, cuja característica principal é a polarização entre teses. Isso difere do conhecimento científico, baseado na premissa de que é a *autoridade do argumento* e não o *argumento de autoridade* que define o destino das disputas. Como veremos adiante, os parlamentares recorrem à autoridade do argumento dos especialistas para reforçarem o argumento de autoridade deles próprios, como forma de controlar os debates políticos.

Por outro lado, Pinzani (2013, p.160) argumenta que, respaldado no discurso da tecnocracia ou na *expertocracia*,

o homem político que toma suas decisões com base no saber especializado dos experts não é responsável pessoalmente por elas, pois são a consequência lógica da aplicação prática de tal saber. Isso significa, em primeiro lugar, a despersonalização da política. O político se torna um simples técnico que reage a fatores externos

1 Trata-se das lógicas típicas do debate acadêmico, pautado pelo debate racional e divergente. São as lógicas de produção de verdades fundadas “em consensos provisórios sobre fatos que se constroem pela reflexão e a explicitação das diferentes perspectivas dos envolvidos, em processo de argumentação demonstrativa, que visa ao convencimento de todas as partes legítimas envolvidas” (Kant de Lima, 2010, p.29).

ao adotar as medidas necessárias. Seu espaço de manobra é extremamente reduzido e seu lugar pode ser tomado, a qualquer momento e sem nenhum problema, por outro técnico – sob condição de que este disponha do mesmo saber que aquele.

3 - ANÁLISE DAS CONTROVÉRSIAS

A análise das controvérsias será realizada em duas etapas. A primeira inclui as controvérsias identificadas entre as equipes burocráticas que lidam diretamente com a organização e gestão dos debates legislativos, o que inclui as audiências públicas, os seminários e os debates realizados pelos veículos de comunicação da Câmara, como a *Rádio Câmara* e a *TV Câmara*. Além disso, os especialistas também são convidados para comentar temas específicos, por meio de entrevistas, para a *Agência Câmara* e o *Jornal da Câmara*. Esses debates apresentam certas especificidades, as quais são comentadas pelos entrevistados. A segunda etapa da análise consiste na apresentação e discussão da visão dos próprios cientistas sociais convidados para esses debates.

Antes, contudo, para situar a análise, apresentaremos alguns dados sobre esses debates, os quais estão expostos nos quadros 1, 2 e 3.

4 - MAPEAMENTO DA PARTICIPAÇÃO DOS CIENTISTAS SOCIAIS NOS DEBATES

Um levantamento sobre a participação dos cientistas sociais nos debates legislativos mostra que há predomínio da ciência política, com 61,55%, como mostra o **Quadro 1**. Em segundo lugar está a sociologia, com 26,40%, seguida da antropologia (12,10%).² A maior quantidade de cientistas políticos se deve à natureza da agenda e ao próprio período estudado, que compreendeu o debate de assuntos diretamente relacionado com as engrenagens eleitorais e partidárias, a exemplos dos diversos ciclos de discussão sobre reforma política e eleitoral, a revisão da Lei dos Partidos Políticos (1995), a Lei Geral das Eleições (2012), a Lei da Ficha Limpa (2012), Lei Anticorrupção (2013), entre outras. O mapeamento também mostra que há predomínio de homens em todas as áreas, com maior concentração na ciência política.

Quadro 1 - Participação dos cientistas sociais por área

	Áreas	N	%
1	Ciência Política	2.400	61,55
	Cientistas políticos	2.171	55,68
	Cientistas políticas	229	5,87
2	Sociologia	1.031	26,40
	Sociólogos	881	22,60

continua...

² Dados relativos ao período de 2000 a 2015, obtidos pelos mecanismos de busca no Portal da Câmara. O ano de 2000 se justifica por ter sido quando o portal passou a operar.

...continuação

	Sociólogas	226	6,40
3	Antropologia	469	12,10
	Antropólogos	249	6,40
	Antropólogas	229	5,65
	Total	3.899	100

Fonte: Elaboração do autor.

Em relação aos temas, predominam aqueles relacionados a eleições e partidos políticos, como mostra o **Quadro 2**. Em segundo lugar estão os direitos humanos. Entre os demais temas de maior peso no debate político com a participação de cientistas sociais estão ainda: educação e cultura; segurança pública; meio ambiente; trabalho, emprego e previdência; e juventude. A participação de sociólogos e antropólogos se dá principalmente nas temáticas relacionadas a direitos humanos e minorias.

Conforme os argumentos dos servidores, uma justificativa para a relevante presença de cientistas sociais nos debates legislativos, nas palavras de um dos entrevistados, é que

O legislativo demanda muito em termos de conhecimento especializado, pois os deputados não precisam ser especialistas em temas específicos, mas lidam com os vários assuntos e convém a eles recorrerem a técnicos nos casos em que se deparam com projetos de lei que regulamentam algo que só os cientistas é que tem conhecimento de causa.

Em relação à expressiva presença de cientistas sociais nos debates relacionados à agenda de direitos humanos e minorias. “A Comissão de Direitos Humanos e Minorias tem sido presidida por deputados de esquerda, desde que ela foi criada e por isso tem sido o palco de grandes debates”, relata um dos servidores. Os servidores destacam ainda que os parlamentares dos partidos de esquerda são os principais agenciadores desses debates e, por consequência, dos cientistas sociais convidados. Na visão de um dos entrevistados:

A impressão que eu tenho é que os parlamentares de esquerda são mais chegados ao pessoal das ciências sociais e eles conhecem quem são os especialistas e qual é a interpretação deles. Os deputados de esquerda gostam mais de convidar sociólogos, cientistas políticos, historiadores, antropólogos, educadores, etc. Geralmente esses deputados tem vínculos com os movimentos sociais e os especialistas dessas áreas, muitos deles, quando comparecem na Câmara, se comportam como porta-vozes desses movimentos e isso agrada esse segmento parlamentar.

Percebe-se no trecho citado a presença de cientistas sociais que são convidados pelos parlamentares de esquerda em função da atuação desses pesquisadores como ativistas de movimentos sociais. Esse constitui, portanto, o capital simbólico que credencia tais cientistas sociais para a participação nos debates legislativos, pelo menos naqueles casos em que os parlamentares de esquerda exercem algum poder na definição da agenda e do nome dos convidados.

O Quadro 2 mostra que os cientistas políticos atuam principalmente no debate sobre temas de natureza partidária e eleitoral, enquanto os sociólogos e antropólogos aparecem nas temáticas ligadas a direitos humanos, minorias, segurança pública, educação, cultura e meio ambiente.

Quadro 2 - Participação dos cientistas sociais por temas

	Tema	Cientistas políticos	Sociólogos	Antropólogos	Total
1	Eleições e partidos políticos	368	113	-	381
2	Direitos Humanos e Minorias	39	194	49	242
3	Educação e Cultura	27	74	40	141
4	Segurança pública	86	86	15	187
5	Meio Ambiente	179	15	31	125
6	Trabalho, emprego e previdência	62	48	09	119
7	Juventude	83	30	-	113
8	Comunicação	18	39	11	68
9	Cidades	36	16	12	64
10	Administração pública	03	36	21	60
11	Economia	23	32	1	56
12	Política externa	127	19	7	53
13	Saúde	27	17	07	51
14	Indústria e comércio	18	13	02	43
15	Esportes e lazer	23	09	-	32
16	Agricultura, pecuária e pesca	02	09	23	34
17	Ciência, tecnologia e inovação	06	16	02	24
18	Assistência Social	01	08	06	15
19	Religião	12	-	-	12
20	Consumo	03	05	-	08
21	Turismo	02	01	3	06
	TOTAL	2.400	1.031	469	3.899

Fonte: Elaboração do autor.

Em relação às entrevistas e debates promovidos pelos veículos de comunicação da Câmara, a presença de cientistas sociais é expressiva em todos os veículos, porém os maiores percentuais são computados na Rádio Câmara, como mostra o Quadro 3. Na opinião de dos entrevistados, há várias razões que explicam esses dados. Um deles é a facilidade para a participação dos convidados, por meio do telefone celular. “O telefone facilita muito, pois o convidado não precisa se deslocar, pode falar onde ele estiver, sem tomar muito tempo e sem causar o incômodo de uma viagem ou dos inconvenientes do trânsito”, explica um dos informantes.

Um entrevistado aponta uma característica específica da emissora, que é “o compromisso com uma agenda social, voltada para a discussão de temas da atualidade, mas com profundidade, o que fica muito mais interessante com as análises dos cientistas sociais”. Outra razão apontada é que “o rádio inibe menos do que a TV e há bons intelectuais, com ótimos argumentos, mas que nem sempre gostam de falar na TV. Então, quando sabem que para falar no rádio, é mais fácil”, explica um informante. Outro entrevistado afirma que a *Rádio Câmara* é um dos veículos com maior liberdade para convidar especialistas, além de ser menos disputada pelos deputados:

A Rádio sempre teve menos importância na Secom, o que nos dá mais liberdade para atuar nos termos da comunicação pública. Agência, Jornal e TV sofrem mais pressão interna por participação dos deputados.

Se a *Rádio Câmara* é vista como o veículo que sofre menos controle, a TV Câmara é apontada pelos informantes como o oposto:

O controle de pauta e de convidados sempre foi maior na TV. É a vitrine da Câmara e o veículo que mais chama atenção do Presidente da Casa, da Mesa Diretora, dos líderes partidários, dos diretores e dos deputados. É como se não quisessem que uma opinião contrária ou uma figura opositora seja destaque na TV. Isso nem sempre é dito, mas a gente precisa ter senso político para lidar com isso cotidianamente.

Os diferenciais e especificidades da programação da Rádio Câmara também são apontados por um dos entrevistados, que apresenta uma visão geral:

Os especialistas estão muito presentes porque temos como padrão ouvir sempre um contraponto nas matérias sobre projetos apresentados ou sobre temas em debate na Casa. O contraponto poderia ser interno porque outro deputado poderia falar. Mas, às vezes, o projeto acabou de ser apresentado e ainda não houve discussão interna. Além disso, os especialistas estão muito presentes porque acho que existe uma noção de que é interessante abrir espaço para que a sociedade se manifeste sobre os temas em tramitação. Então temos programas como “Palavra de Especialista” e “Conversa sobre Política”.

Um dos cientistas sociais entrevistados ressalta a necessidade de preparo dos mediadores dos debates televisivos:

Na minha experiência, os programas que têm moderadores mais preparados, que conhecem as questões mais a fundo são mais ricos. Nesses casos, tem sido possível não apenas referir-me aos atores envolvidos e os seus interesses, mas também ao efeito potencial das mudanças em debate para a qualidade da democracia (Moisés, 2015).

Quadro 3 - Participação dos cientistas sociais em entrevistas e debates nos veículos de comunicação da Câmara

	Veículo	Cientistas políticos	Sociólogos	Antropólogos	Total	%
1	Rádio Câmara	874	366	220	1460	37,50
2	Agência Câmara	577	159	110	973	25,00
2	TV Câmara	591	286	58	808	20,75
4	Jornal da Câmara	358	213	81	652	16,75
	Total	2.400	1031	469	3.893	100

A expressiva presença de cientistas sociais nos veículos de mídia escrita, como a Agência Câmara e o Jornal da Câmara é justificada pelos servidores por um fenômeno denominado “repercussão” no jargão jornalístico. Isso significa que nem sempre o especialista foi convidado pelo veículo propriamente dito, mas seus argumentos são utiliza-

dos de forma indireta, ou seja, a partir do que ele falou em uma audiência pública, em um seminário ou em debate realizado pela TV Câmara. Nesses casos, os veículos de mídia escrita se utilizam das explicações e argumentos dos cientistas sociais para produzirem textos que “repercutem” os debates:

No caso de temas polêmicos e de grande repercussão, recorremos ao que os especialistas e os deputados debateram nas audiências públicas, nos seminários e demais eventos para fazer as matérias de repercussão que são publicadas na Agência e no Jornal. O nosso interesse na repercussão é ainda maior quando os debates apresentam conexão direta com a agenda legislativa. É uma forma de ampliar o acesso de nossos públicos aos debates especializados.

Durante as entrevistas percebemos um discurso de autoafirmação e de legitimação dos debates promovidos pela Câmara e transmitidos pelos veículos institucionais de mídia. A própria mediação dos especialistas é arregimentada como argumento para legitimar tais debates:

Em geral, esse ramo de jornalista falar com especialistas vai muito mal no Brasil. Nesse cenário, eu acho que a TV Câmara e os demais veículos são um diferencial relevante. Sempre há especialistas analisando questões importantes nos mais variados espaços de discussão, seja nas comissões ou nos meios de comunicação da Casa. Essa mediação dos especialistas é importante, pois eles têm mais elementos para uma análise política mais contextualizada, sem as cores partidárias e sem o interesse eleitoral.

Os relatos chamam atenção ainda para as complexidades das rotinas produtivas dos veículos e a forma como os cientistas sociais reagem aos estímulos desses veículos, como no caso de maior ou menor facilidade de contato ou o peso simbólico do nome e da instituição do especialista:

Convidar especialista para participar de debates e de programas de rádio/TV não é fácil. Há aqueles que estão sempre disponíveis e são acessíveis e há aqueles inacessíveis. Então, um primeiro critério é esse. Outra coisa que ajuda muito é quando o sujeito é reconhecido como autoridade no tema. No caso de pesquisadores desconhecidos o que ajuda é o nome da universidade em que ele leciona, algum artigo publicado na imprensa, uma pesquisa feita por ele mencionada na internet ou se ele já apareceu na mídia falando sobre aquele assunto.

Apesar de relatarem dificuldades no acesso a determinados especialistas, os servidores relatam que “faz parte da perspectiva editorial dos veículos institucionais da Câmara o pluralismo de opiniões e argumentos, além da presença e da voz de cientistas sociais reconhecidos”. O mesmo entrevistado complementa que

No caso dos programas de entrevistas e debates com especialistas, esse é um diferencial das mídias da Câmara, uma vez que a função delas é promover o debate público, mostrar diferentes visões e ampliar a agenda para além daquilo que a mídia privada divulga. Por isso os especialistas são importantes. Eles dão credibilidade e autoridade ao debate. E o Legislativo é um mar de agendas que podem ser exploradas.

As entrevistas chamam atenção ainda para o nível de qualificação e especialização de alguns parlamentares, que frequentemente são convidados para discutirem “em pé de

igualdade” com os cientistas sociais:

Há parlamentares que eles próprios são especialistas, além de conhecedores do mundo acadêmico. Temos deputados como Chico Alencar e outros acadêmicos, além de parlamentares que se tornaram doutores da experiência, como defensores de causas e militantes de movimentos sociais. Esse aprendizado também deve ser considerado nos debates legislativos.

A presença de consultores legislativos do quadro funcional da Câmara e de demais servidores especializados é entendida pelos informantes como uma forma qualificada de participação nos debates políticos:

O próprio trabalho no legislativo é uma forma de especialização. Há órgãos altamente especializados, como a Consultoria Legislativa e o corpo funcional das comissões. Eu, por exemplo, trabalho há 12 anos na Comissão de Educação. Acho que aprendi muito mais nesses anos todos do que fosse acadêmica.

Outro tipo de participação, talvez a mais controversa, seja a de cientistas sociais militantes de movimentos sociais:

A participação de especialistas da sociedade civil também merece um olhar crítico, pois, muitas vezes, a imprensa e o público tomam o especialista por um ser isento e esquecem que ele tem o seu viés de militante e ativista. Os participantes da audiência, em geral, sabem disso, mas não o público externo.

A linguagem técnica utilizada por alguns cientistas sociais também é alvo de controvérsias internas:

Lógico que eu reconheço que o cientista social, de maneira geral contribui para o debate ir além do óbvio. É isso que tentamos fazer: ampliar o escopo da discussão, mas, ao mesmo tempo, sem que isso se torne incompreensível ao telespectador/ouvinte comum. Este é um desafio diário: fazer os cientistas sociais falarem a língua do povo, pois na maioria dos casos, os termos utilizados, a linguagem e o jeito de explicar são muito rebuscados. Parece, em alguns casos, que os convidados não conseguem utilizar uma linguagem acessível. Essa é uma dificuldade, pois não conseguimos atingir os públicos que mais necessitam de informação e esclarecimento sobre os temas da agenda legislativa.

Para o mesmo entrevistado, a linguagem rebuscada “é fruto do jeito como os especialistas dialogam entre si e também de uma imagem equivocada de que as mídias da Câmara seriam assistidas por uma elite intelectualizada”. Mas também identificamos controvérsias quanto à participação dos parlamentares na interlocução com os cientistas sociais:

É mais complicado nos debates ao vivo, sejam as audiências públicas ou os seminários, quando os deputados querem transformar o debate em palanque parlamentar. E ainda tentam usar os argumentos dos cientistas sociais como reforço desse palanque. Chega a ser constrangedor nesses casos.

Outro aspecto controverso apresentado pelos servidores diz respeito ao debate estruturado em duas fases, sendo uma com a presença de especialistas favoráveis a um determinado projeto de lei e outra com convidados que apresentam argumentos contrários:

Muitas vezes as comissões fazem audiências públicas alternando pontos de vistas: uma audiência tem só os participantes favoráveis ao projeto; a seguinte tem só os contrários. Isso às vezes dificulta a formação da opinião por parte de quem assiste - ao vivo ou pelas mídias da Casa.

Para os servidores, o debate seria mais rico se as duas visões fossem discutidas na mesma audiência pública, de modo a permitir a problematização das diferentes perspectivas, cada uma com o seu respectivo contraditório. “Seria mais democrático e mais educativo”, argumenta um dos entrevistados.

5 - A ESCOLHA DOS CONVIDADOS

Um ponto relevante no debate interno e nas controvérsias apresentadas pelos representantes da burocracia diz respeito aos critérios para a seleção dos cientistas sociais convidados para os debates. A primeira constatação, unânime nos relatos dos entrevistados, é o protagonismo parlamentar na seleção e indicação dos especialistas, pelos mais variados motivos, como afirma um dos entrevistados³:

Existem casos em que o próprio deputado cita o pesquisador em discurso, seja para criticar a opinião do especialista, seja para reforçar. Quando é para reforçar, é comum que o deputado indique o acadêmico para uma audiência pública. Nesse caso nem sempre o deputado conhece o especialista, mas o fato de ter gostado da opinião dele, tem peso. E isso é muito comum. E acontece de o especialista ficar até agradecido ao deputado por ter sido convidado, principalmente quando se trata de jovens acadêmicos ou de professores de universidade menores, do interior do país.

As entrevistas revelam que não há padrões generalizáveis e que se trata de processos negociados no cotidiano ou de disposições incorporadas pelas equipes burocráticas, a depender de fatores como o perfil do parlamentar, a autoridade científica dos convidados, as eventuais relações entre os parlamentares e os convidados, além da natureza do tema e das próprias circunstâncias relativas à conjuntura legislativa, conforme relata outro servidor:

Os critérios variam muito. Em alguns casos é porque se trata de um pesquisador renomado e respeitado, autoridade naquele assunto. Nesses casos, ninguém questiona a indicação dele. Mas há casos em que os nomes são vetados porque o pesquisador é *persona non grata* na Casa, por ser visto como um opositor ideológico de um determinado deputado, de um partido, de um líder, do secretário de comunicação da Casa ou mesmo do Presidente da instituição. Isso geralmente é sabido entre nós e a gente mesmo cuida para evitar problemas.

A visão destacada acima é passível de questionamentos em função do viés autoritário utilizado para impedir ou vetar a participação de cientistas sociais que são percebidos pelos servidores da burocracia como opositores ideológicos dos parlamentares,

3 A identidade dos servidores será mantida em anonimato, visto se tratar de equipes da burocracia que lidam diretamente com as dinâmicas de organização dos debates legislativos.

como se o dissenso não fosse próprio da democracia. Essa perspectiva pragmática da burocracia contribui para manter esse viés autoritário no parlamento, instituição que deveria primar pelo pluralismo de ideias e opiniões.

Os relatos apontam ainda para uma gama de mecanismos de controle de opinião nos debates legislativos, com um amplo repertório de categorias nativas nesse sentido. Há informantes que usam termos como “censura”, “controle”, “mando”, “vigilância ideológica”, entre outros, conforme mostram os depoimentos:

Existe censura e vigilância ideológica em todas as áreas da Casa, desde uma audiência pública, um debate na TV, ou um seminário. Todo tipo de opinião na Casa tem controle sim, seja de forma direta ou indireta. Tudo precisa ser autorizado por um deputado ou alguém de confiança dele, mesmo as coisas mais simples e banais. A gente sempre procura se resguardar, pois é comum de se ouvir depois de uma opinião publicada que não agradou a um parlamentar é: ‘quem autorizou?’ Por isso quem trabalha com isso já sabe como agir.

Quando o tema e o convidado não precisam de autorização política prévia das instâncias superiores, fica tudo a critério de quem lida diretamente com aquela agenda, como o secretário da comissão ou o responsável pelo seminário, por exemplo.

O discurso dos entrevistados nos leva a deduzir que eles admitem a existência de um *habitus* burocrático moldado pela experiência e as práticas de controle de opinião e de vigilância ideológica. Na linguagem dos servidores, esse *habitus* se manifesta sob a forma de uma constante vigilância cotidiana. “O que eu acho mais forte e mais generalizada é a censura prévia, ou seja, aquela percepção que já faz parte do modo de pensar dos servidores”, relata um dos informantes. Segundo essa interpretação, “nem precisa de uma proibição explícita de um diretor, de um chefe de gabinete ou mesmo de um deputado”, complementa o mesmo entrevistado. Em sua avaliação, “já sabemos que se as opiniões de um cientista político não são bem-quistas pelo presidente da Casa ou pelo relator da comissão, não podemos convidá-lo”.

Os servidores se referem ainda às informações de bastidores, que são compartilhadas internamente. Um exemplo citado foi o planejamento de um seminário sobre liberdade de expressão, no qual “antes de passarmos a lista de convidados para o nosso diretor, um colega alertou que um dos convidados tinha publicado um artigo em um blog criticando a TV Câmara e o próprio diretor de comunicação da época. Na mesma hora, o nome dele foi substituído”.

Durante as entrevistas houve quem afirmasse de forma generalizada que “o controle de opinião existe em todos os níveis, até no caso dos próprios deputados. São poucos os que podem opinar livremente sobre o que quiserem”. Mas no caso específico de convidados externos, observa-se que há uma escala de controles, “dependendo da área e do teor de polêmica envolvida no debate”, conforme relatam os informantes. “Há casos em que o próprio secretário de comunicação da Casa veta nomes e temas a critério dele e daquilo que ele pensa que poderia desagradar o Presidente da Câmara”, relata um servidor. Outros entrevistados tendem a relativizar a vigilância ideológica, ao argumentarem que “as situações variam, em função do perfil dos dirigentes”:

Já tivemos presidentes que nunca exerceram controle explícito e nem se sentiram ofendidos se um cientista social emitisse uma opinião crítica sobre o Legislativo ou sobre os deputados. Mas há períodos em que o perfil e o estilo de gestão do presidente intimida as pessoas, a ponto de se cancelar debates, de se vetar nomes

de convidados ou de evitar fazer determinados tipos de pergunta aos convidados, porque já sabemos que ‘cabeças vão rolar’ na mesma hora”.

Mas também registramos depoimentos que negam essa perspectiva da vigilância ideológica ou do controle de opinião, com justificações que adotam uma visão de que práticas de controle seriam inevitáveis e inerente ao universo institucional. “Eu não diria que haja censura na Câmara. Não chamaria de censura o que parece ser comum e corriqueiro, não só aqui, mas em qualquer instituição, seja pública ou privada. Eu chamaria de controle”, relata um dos depoentes, com a seguinte complementação: “Acho legítimo esse tipo de controle, caso contrário vira anarquia”. Nessa linha de raciocínio tais práticas são naturalizadas e até defendidas, como sendo parte do processo político: “além disso, os deputados vivem de fazer política. Portanto não se pode querer impedir que eles façam política”. Assim, “convidar um especialista cuja opinião vai fortalecer o ponto de vista e a atuação de um parlamentar é fazer política. Não há nada errado nisso. Estranho é se isso não acontecesse em uma casa política”, argumentou o entrevistado.

Segundo esse enquadramento argumentativo, faz parte desse jeito de “fazer política”, até mesmo a arquitetura da composição das controvérsias nos debates legislativos:

Há situações em que é interessante para o deputado mostrar o contraditório. Por isso ele convida alguém para a audiência pública que já se sabe que vai expressar opinião contrária ao deputado. Mas ele precisa disso para não ser acusado de autoritário ou de desconsiderar a opinião dos adversários. Mas, na mesma ocasião, ele convida alguém, geralmente mais respeitado e mais conhecido, para reforçar sua opinião. Dessa forma, o contraditório é registrado, mas não tem a mesma força.

Da mesma forma que as controvérsias podem ser encenadas, como estratégia política, outros depoentes argumentam que há convidados com efeitos ornamentais:

Há casos em que os especialistas convidados são figuras ornamentais. Eles são figurões, um cientista político respeitado, por exemplo, mas ele não vai ter o devido espaço para falar. É só para compor a mesa e ficar registrado que ele compareceu. Isso rende muito para a imagem da Câmara, da comissão e do próprio deputado que preside a sessão.

Por outro lado, os informantes argumentam que “existem convidados que são do tipo ‘donos de um assunto’”. Por isso eles estão presentes, mesmo quando contrariam interesses políticos. Eles conquistaram a autoridade naquele assunto e pega mal se a gente não convidá-los”.

Por se tratar de uma agenda muito ampla, com múltiplas possibilidades de abordagem, os servidores entrevistados reconhecem as diversidades de situações e nuances envolvidas nas dinâmicas que envolvem a seleção de convidados, de temas e os modos de perspectivar as discussões:

há áreas mais e menos sensíveis. Existem aqueles grandes temas que são unanimidade nacional e nenhum parlamentar ousa falar contra, como educação, saúde, transportes. Existe, portanto uma agenda legislativa pacífica e outra conflitiva, com temas “proibidos”, patrulhamento ideológico. Quem trabalha aqui tem que aprender a lidar com isso e tentar tirar vantagem disso em vez de achar que esse tipo de controle é sempre negativo. Ou seja, em vez de achar que isso vai impedir seu trabalho, procurar formas de adaptação ao sistema e não de oposição.

A análise das entrevistas com os cientistas sociais mostra que esses atores seguiram a perspectiva de intelectuais entendidos como intérpretes, nos termos de Bauman (2010), abordando a questão sob uma ótica pluralista e abrangente. Limongi (2015) chama atenção para a necessidade de se entender o debate público de forma mais abrangente, além das esferas estritamente institucionais. Assim, em sua opinião a contribuição dos cientistas sociais “não se limita àqueles debates realizados na arena legislativa, mas também aqueles que são realizados por outras entidades”. Barreto (2015) complementa que os cientistas sociais também colaboram nos debates fornecendo informações, quando solicitados, as quais são úteis “como fonte para parlamentares em pronunciamentos, projetos propostos ou na atuação do próprio parlamentar em comissões legislativas”.

Bruno Speck ressalta que, apesar de relevantes no processo argumentativo, os cientistas sociais não devem ser considerados protagonistas do processo, mas coadjuvantes. “Cabe aos cidadãos, e por extensão aos seus representantes no Congresso, definir as prioridades. E os cientistas sociais, o que têm a contribuir? Uma contribuição é a comparação de sistemas regulatórios, os caminhos mais indicados para chegar ao destino desejado (SPECK, 2015). Além disso, o pesquisador ressalta que as ciências sociais e políticas “podem orientar cidadãos, movimentos cívicos e políticos sobre as ferramentas mais adequadas para alcançar cada um dos três (ou quaisquer outros) objetivos”.

Nessa mesma linha de raciocínio outro especialista ressalta que

A participação de cientistas sociais enriquece os debates. Os parlamentares não dariam conta de radiografar a complexa realidade do País, implicando soluções estreitas ou estrábicas para esses problemas. Os deputados, envolvidos pelas pressões de suas conexões eleitorais e pelo labor prático, acrescentariam ao debate viés marcadamente pessoal.

Mesmo a colaboração qualificada de consultores e cientistas sociais que pertencem aos quadros da Câmara enviesaria a compreensão sistêmica do quadro sociopolítico nacional, de vez que esses servidores, ainda que de forma inconsciente, estariam contaminados pela terra subjetiva e ideológica em que diariamente pisam.

Assim, cientistas sociais, que tem como seu metier se debruçarem sobre as principais questões que moldam nosso arcabouço social, tem muito a acrescentar às discussões. Além dessa lupa que desvela o *ethos*, o *pathos* e o *logos* que nos caracterizam como povo singular, os cientistas sociais oxigenam os debates (BROD, 2015).

O mesmo entrevistado argumenta que audiências públicas, seminários, comissões gerais e outras formas de debates “são fundamentais para se auscultar tanto o estado da arte do que se discute na academia quanto para se tomar o pulso do que a sociedade civil pensa sobre todos os assuntos que lhe dizem interesse”. Por essa razão, complementa: “acho positivo que os debates legislativos contem cada vez mais com a contribuição desses cientistas, que possibilitam aos parlamentares, à sociedade em última análise, opções variadas de forma e conteúdo para melhor orientar seu labor legislativo” (BROD, 2015).

Nessa perspectiva, os debates legislativos “constituem um importante mecanismo de produção de consensos ou dissensos que determinam o processo decisório. O alargamento do âmbito desses debates, de forma a integrar o máximo a sociedade civil poderia favorecer a qualidade e o produto do processo decisório” (SILVA, 2015).

O **Quadro 4** apresenta uma síntese dos argumentos apontados pelos servidores entrevistados, sob a ótica da contribuição dos cientistas sociais para os debates legislativos. Destacam-se vários aspectos, como a ampliação dos espaços discursivos da esfera política, contribuições para a qualificação dos debates parlamentares, uso de dados de pesquisa para elucidar questões da agenda de discussões, entre outros.

Quadro 4 - Síntese da perspectiva dos cientistas sociais -
Aspectos positivos dos debates

	Itens destacados
1	Ampliação do espaço argumentativo da política
2	Aperfeiçoamento da qualidade do processo decisório
3	Apresentação de dados sobre o funcionamento de instituições democráticas
4	Apresentação de dados e ideias para fundamentar a argumentação
5	Comparação de sistemas, processos e práticas
6	Compreensão sistêmica dos quadros políticos
7	Elucidação das implicações normativas das escolhas políticas
8	Envolvimento da atenção do público para os temas em debate
9	Instrução de projetos legislativos
10	Orientação de cidadãos, movimentos cívicos e políticos
11	Qualificação dos debates parlamentares
12	Sistematização de dados da realidade empírica para confronto com as propostas políticas
13	Tradução de achados de pesquisas atinentes às pautas legislativas

7 - RESSALVAS E CONTROVÉRSIAS

Apesar de reconhecerem o valor e as múltiplas possibilidades de uso e aplicação prática dos debates legislativos com a participação de cientistas sociais, os entrevistados também apresentam críticas e ressalvas. Cabe ressaltar que esse é um dos objetivos da pesquisa, ou seja, captar as perspectivas críticas dos próprios cientistas sociais que já participaram, participam ou acompanham essas discussões. As críticas e ressalvas apresentadas pelos entrevistados são relevantes para a compreensão das dinâmicas em que esses debates se inserem, seus efeitos e resultados concretos.

Nesse sentido, é emblemático o depoimento de Rita Segato:

Os debates ficam no plano do fazer de conta. Não percebo que haja discussão efetivamente. Parece mais algo ornamental ou simplesmente para constar nos documentos. Refiro-me principalmente ao caso das audiências públicas. Quando eu fui convidada a falar na Comissão de Direitos Humanos sobre temáticas indígenas, não percebi interesse dos parlamentares. Poucos passaram por lá. Além disso, os deputados contribuem muito pouco para aprofundar o debate. Limita-se a uma questão de opinião pela opinião. Cada um marca a sua posição e fica por isso mesmo. Não vejo como a participação de especialistas pode contribuir efetivamente para esclarecer determinadas controvérsias (SEGATO, 2015).

A pesquisa também registra outros depoimentos que reiteram a perspectiva apontada acima, mas ressaltam o poder dos parlamentares como agentes de construção dos pacotes interpretativos que serão moldados durante os debates, incluindo o poder de veto a determinados discursos e até mesmo em relação aos próprios convidados:

O debate em uma audiência pública não é efetivamente um debate. Primeiro porque o tempo é muito limitado e geralmente, com os atrasos, o deputado que preside a sessão acaba reduzindo ainda mais o tempo de fala dos especialistas. É um debate só para constar em ata e no relatório da comissão. Além disso, é o deputado que tem o poder de veto em relação à lista de convidados. Ele decide quem fala e quem não fala, além do tempo. É um deputado que, ao presidir a sessão, direciona o debate. Direciona quando faz as perguntas e quando estabelece a ordem e o tempo das falas e quando permite ou impede perguntas da plateia ou de internautas (LIMA, 2015).

Outro depoimento reitera essa perspectiva do baixo engajamento e desinteresse dos parlamentares, complementando que as audiências públicas podem ser usadas de forma instrumental pelos parlamentares, como mecanismo de projeção de sua imagem, ou seja, como uma ferramenta de política de visibilidade do mandato e de reputação pessoal:

As audiências públicas são realizadas para a instrução de projetos legislativos, debate de tema relevante e convite a autoridades. No aspecto de contribuir com o aprimoramento dos projetos de lei em tramitação, penso que as audiências, apesar de realizadas em grande quantidade, são pouco efetivas. Elas, na verdade, consistem em atividade do parlamentar para mostrar serviço às bases. Quando numa audiência são convidadas mais de quatro especialistas, fica realmente muito complicado se fazer um debate efetivamente. Há audiências com 12 participantes, o que é improdutivo (LIMA, 2015).

Além de reiterar certas críticas e ressalvas que são recorrentes, outros entrevistados chamam atenção para o uso político do capital de expertise dos cientistas sociais pelos parlamentares, com o intuito de usufruir do capital simbólico das falas peritas expostas durante as audiências públicas. O discurso científico é acionado, portanto, como forma de capitalizar a visibilidade parlamentar, especialmente com a reprodução nas redes sociais digitais. Trata-se de uma forma de usar o capital simbólico dos *lugares neutros* e a credibilidade técnica ou *expertocracia* (PINZANI, 2013). O regime de opinião caracterizado pela racionalidade e discussão ancorada na *doxa intelectual* ou conhecimento perito é utilizada pelos parlamentares para constituir *discursos fortes*, conforme explicado anteriormente. Em suma, as *lógicas adversárias* (KANT DE LIMA, 2010) que ressaltam a *autoridade do argumento* são usadas de forma instrumental pelos parlamentares para reforçar o *argumento de autoridade* dos agentes legislativos. Um dos depoimentos resume bem essa perspectiva:

O conhecimento dos especialistas é pouco aproveitado nos debates legislativos. Em primeiro lugar pelo atraso que é comum nesses eventos. Todo mundo fica horas esperando os deputados. Quando eles chegam é só para anunciar que estão com mil compromissos e que terão que abreviar o debate. É só para usar o microfone e garantir a transmissão pela TV Câmara e pela internet para depois reproduzir nas redes sociais. A impressão que passa é que eles não estão interessados em debate. Só querem cumprir as formalidades e os rituais. Tem que fazer audiência pública,

então seja feita. Tem que convidar especialistas no tema, que assim seja, mas eles não estão nem aí para discussão acadêmica. O que querem é usar o prestígio dos pesquisadores (SILVA, 2015).

Além das questões relacionadas à dinâmica dessas atividades, com um olhar sobre o próprio cotidiano acerca desse modo operatório da *política em ação* ou do *Estado em ação* como denominam Gobert e Muller (1987) e Höfling (2001)⁴, há alguns depoimentos que chamam atenção para a paisagem estrutural mais ampla na qual esse cotidiano se desenvolve:

Os potenciais e limitações ocorrem em função de questões estruturais, como o mau condicionamento ou desinformação dos debatedores, o déficit de instrumentos para alargar o alcance do debate e concentração de poderes de agenda em órgãos de cúpula do Legislativo (FERNANDES, 2015).

As limitações da Casa como foro de debates estão em sua própria natureza e composição. O *mainstream* dos debates seguirá sempre a característica político-ideológica dominante na legislatura em vigor. Não há como fugir dessa imposição, tendo em vista que essas correntes tendem a dominar a designação dos especialistas convidados (BROD, 2015).

Considerando esse cenário institucional mais abrangente, há relatos que colocam em relevo as complexidades desses debates, ao explorar aspectos que vão além das dinâmicas cotidianas e da vontade de poder dos parlamentares, sem generalizações:

Eu acho que há dois tipos de debates na Câmara: os debates políticos e as discussões técnicas. Logicamente todos são políticos, pois estamos em uma casa política, mas há uma diferença. Os temas como direitos humanos, meio ambiente, família etc. são permeados por convicções políticas e ideológicas, enquanto os seminários realizados pelo Conselho de Altos Estudos por exemplo, são predominante técnicos. Cito alguns, como os seminários sobre petróleo, aquíferos, manguezais. O debate técnico é mais evidente e os atores da discussão são os cientistas. Eles é que são autoridades no assunto. Já no caso dos temas permeados de convicções ideológicas, interessa mais aos parlamentares que os cientistas sociais sejam convidados para reforçarem o discurso ideológico parlamentar (VOGEL, 2015).

Eu vejo que são muitos os casos e que não dá para colocar nada preto no branco. Depende de muitos fatores, como a comissão, o tema, o comando político da Casa, do partido o relator, a base eleitoral dele, o que a mídia divulga sobre o tema, depende do que os adversários políticos do parlamentar falam. Em resumo, depende de muita coisa. Acho que isso é a única regra geral. (BROD, 2015).

Audiências públicas continuam sendo ótimas oportunidades de a sociedade civil participar do processo legislativo, seja como convidada nas mesas de debates, seja como grupo organizado que acompanha os debates e se manifesta a favor ou contra o assunto. Essa participação mereceria estudos em vários aspectos, desde a organização destes grupos para virem a Brasília – muitos uniformizados, sendo as roupas mais um canal de comunicação de suas reivindicações – até a agenda deles e a abordagem aos deputados (Ferreira, 2015).

4 Os autores se referem às políticas sociais em processo de formulação, ou seja, em discussão.

Por fim, chamamos atenção para um depoimento que ressaltou a relevância desses debates para os próprios cientistas sociais, como uma experiência de deslocamento intelectual, isto é, uma experiência de participar de uma discussão em um espaço que funciona com lógicas diferenciadas em relação ao campo acadêmico. O relato destaca que o deslocamento do *lugar neutro* da academia em que as perspectivas da *doxa intelectual* como uma instância de interpretação, como salientou Bauman (2010), pode contribuir para a própria reflexão dos cientistas sociais:

Na minha experiência como participante de uma audiência pública sobre direitos indígenas, a principal beneficiada fui eu mesma, pois tive que pensar sobre o tema e situá-lo no contexto de uma discussão específica, cujo enfoque me foi posto pela própria comissão que promoveu o debate. Dessa reflexão resultou um artigo que foi publicado, o qual me fez reformular algumas categorias analíticas.⁵ Ao discutir o problema do infanticídio indígena, por exemplo, os antropólogos costumam utilizar-se da categoria de relativismo cultural. Ao participar do debate, porém, eu percebi que esse não é um argumento válido no contexto das decisões públicas. Nesse sentido, a experiência de participar dos debates promovidos pelo Poder Legislativo torna-se mais interessante para os próprios cientistas sociais, como exercício de reflexão (SEGATO, 2015).

Esse relato, apesar de particular, remete para a ideia mais ampla de que “... nas ciências sociais de uma maneira geral, o conhecimento não se adquire apenas por métodos científicos, mas também pelo conhecimento sensível oriundo da nossa experiência no mundo social” (TANGUY, 2012, p.44).

O Quadro 5 apresenta um resumo das ressalvas e críticas apresentadas pelos cientistas sociais entrevistados, com destaque para a superficialidade das discussões, desinformação e desinteresse dos deputados e limitações impostas pelos procedimentos adotados na condução das audiências públicas.

Quadro 5 - Síntese da perspectiva dos cientistas sociais - Aspectos controversos dos debates

	Itens destacados
1	Debates ornamentais
2	Discussões sem efetividade
3	Desinformação dos debatedores e dos parlamentares
4	Déficit de instrumentos para ampliar o alcance dos debates
5	Excesso de expositores nas audiências públicas
6	Falta de aprofundamento das discussões
7	Falta de engajamento dos parlamentares nas discussões
8	Limitações inerentes às dinâmicas legislativas

Fonte: Elaboração do autor.

5 Trata-se do artigo “Que cada povo teça os fios da sua história: o pluralismo jurídico em diálogo didático com legisladores”. Disponível em: <http://revistadireito.unb.br/index.php/revistadireito/article/view/19> Consultado em 20/11/15.

A pesquisa aqui apresentada teve como objetivo examinar as controvérsias relativas à participação de cientistas sociais nos debates políticos promovidos pela Câmara dos Deputados. A análise mostra que os modos de perspectivar as contribuições dos cientistas sociais são variados e controversos, os quais podem ser agrupados inicialmente em duas abordagens: os efeitos positivos e as limitações, com a ressalva de que a ênfase foi nos aspectos positivos, conforme foi possível observar no decorrer da análise. Em suma, apesar de críticos, os entrevistados acreditam no debate, na força racional da argumentação lógica e, por extensão, no próprio capital de expertise das ciências sociais. Cabe ressaltar que não se trata, contudo, de uma visão cega ou acrítica, conforme foi demonstrado durante a análise.

Um breve balanço dos pontos positivos apontados pelos entrevistados mostra que há uma prevalência na percepção do valor do próprio debate como método político de construção de perspectivas, mediante a valorização das lógicas contraditórias (Kant de Lima, 2010) e do papel do cientista social como *intelectual intérprete* (Bauman, 2010). Esse papel social dos especialistas em temas relacionados ao amplo campo dos debates legislativos é valorizado na percepção dos entrevistados, por se tratar ainda de uma forma de ampliar o pluralismo de perspectivas e *doxas* nos debates políticos protagonizados pelo Poder Legislativo, uma vez que tanto a academia como as instituições legislativas são espaços típicos do regime de opinião pautado no pluralismo (Habermas, 1994).

No plano das ressalvas, há algumas controvérsias que foram enfatizadas, as quais contemplam dois níveis. O primeiro e o que aparece com mais relevo diz respeito às dinâmicas concretas do campo experiencial em que os debates são realizados, com ênfase para as audiências públicas. Nesse quesito os entrevistados criticam: (a) a postura dos parlamentares, com pouco interesse e baixo engajamento nas discussões; (b) a forma como os debates são conduzidos, com o controle total dos parlamentares, quanto ao tempo de fala dos convidados; (c) a rotatividade dos deputados nos debates, só para garantir o registro de sua presença e a consequente visibilidade nas mídias institucionais e nas redes sociais digitais; (d) o excesso de convidados para alguns debates, com prejuízo da profundidade e consistência das discussões; (e) a desinformação de alguns parlamentares sobre os temas em pauta; (f) a realização de debates “só para constar”.

O segundo plano das ressalvas e críticas diz respeito à esfera conjuntural mais ampla, as quais exercem interferências nas dinâmicas, nos processos e resultados dos debates. Entre esses fatores, os entrevistados ressaltaram as especificidades temáticas e as particularidades de cada comissão, os fatores institucionais que podem causar descontinuidades ou interrupção dos debates.

Além disso, cabem ainda algumas reflexões mais amplas sobre o papel das ciências sociais nesse cenário discursivo dos debates legislativos. Certamente trata-se de um campo de pesquisas ainda a ser explorado de forma mais detalhada. Mesmo aqui no caso em tela, após a conclusão do levantamento, percebemos a necessidade de aprofundamento de como esses debates ocorrem, quais os temas são mais passíveis de controvérsias, como essas controvérsias são tratadas. Além disso, como desdobramentos do trabalho, temos como propósito examinar como se dá a participação de especialistas por área específica de conhecimento, a fim de observar eventuais convergências ou modos operatórios específicos e diferenciados em cada área: antropologia, ciência política e sociologia.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. 2010 [1987]. *Legisladores e intérpretes*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- BARRETO, A. B. 2015. Entrevista ao autor, por e-mail, 30/09/15
- BOUDIEU, P. 1998. *Contafogos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BOURDIEU, P.; BOLTANSKI, L. 2008. *La production de l'idéologie dominante*. Paris: Demopolis.
- BOURDIEU, P. 1998. L'essence du néolibéralisme. *Le Monde Diplomatique*, Março, 1998. Disponível em: <http://www.monde-diplomatique.fr/1998/03/BOURDIEU/3609> Consultado em 28/06/14.
- BOURDIEU, P. 2011. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5. Brasília, janeiro-julho, p. 193-216.
- BRAGA, R. J. 2015. Entrevista ao autor. Brasília, 22/09/15.
- BROD, J. L. 2015. Entrevista ao autor. Brasília, 23/09/15.
- CHAUÍ, M. 2006. Intelectual engajado: uma figura em extinção. *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 19-43.
- CHIARAMONTE, C. R. 2012. Doxa intelectual: conceito e emprego em um caso brasileiro. *Primeiros Estudos*, v.3, p.84-103.
- COUTO, C. 2015. Entrevista ao autor, por e-mail, 17/09/15.
- FELTRAN, G. 2015. Entrevista ao autor, por e-mail, 02/10/15
- FERREIRA, C. A. 2015. Entrevista ao autor, por e-mail, 28/09/15.
- GIDDENS, A. 2009. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Editora da Unesp.
- HABERMAS, J. (1994). *Historia y crítica de la opinión pública*. Barcelona: G. Gili.
- HÖFLING, E. de M. (2001). Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, v. 21, n. 55, p. 30-41.
- KANT DE LIMA, R. (1999). Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. *Revista de Sociologia e Política*, n.13, p. 23-38.
- LASH, S. (2012). A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. *Modernização reflexiva*. São Paulo: EdUnesp, p.167-257.
- _____. (1999). Crítica da Informação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 54, junho, p.13-30.
- LAVALLE, A. G. (2015). Entrevista ao autor, por e-mail, 19/10/15
- LIMA, R. (2015). Entrevista ao autor. Brasília, 29/09/15.
- LIMONGI, F. (2015). Entrevista ao autor, por e-mail, 05/10/15.
- MOISÉS, J. A. (2015). Entrevista ao autor, por e-mail, 29/09/15.
- PINTO, L. (2009). *Le café du commerce des penseurs: à propos de la doxa intellectuelle*. Paris: Editora du Croquant, 2009.
- PINZANI, A. (2013). Democracia versus tecnocracia: apatia e participação em sociedades complexas. *Lua Nova*, 89, 135-168, 2013.
- SEGATO, R. (2015). Entrevista ao autor. Brasília, 11/09/15.
- SPECK, B. (2015). Escolhendo caminhos sem saber onde chegar. *Valor Econômico Online*, 27/04/2015. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/4022058/escolhendo-caminhos-sem-saber-onde-chegar> Consultado em 05/05/15.
- SILVA, E. F. (2015) Entrevista ao autor. Brasília, 27/10/15.
- VOGEL, L. H. (2015) Entrevista ao autor. Brasília, 26/09/15.
- TANGUY, L. (2012) A sociologia: ciência e ofício. *Educação & Sociedade*, v. 33, n. 118, p. 33-46.

EDUCAÇÃO MUSICAL EM FAMÍLIA: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DAS FAMÍLIAS DE CARLI E SILVA

GIÁCOMO DE CARLI DA SILVA
CRISTINA ROLIM WOLFFENBÜTTEL
SANDRA MONTEIRO LEMOS

RESUMO

Esta investigação buscou determinar as características da Educação Musical nas famílias De Carli e Silva e em algumas de suas ramificações que, além dessas, incluem as famílias Bender, Benetti, Ferreira de Andrade, Foss, Pioner, Pires e Wagner. Com o objetivo principal de trazer à tona as características desse ensino de música em família, a pesquisa valeu-se do estudo de caso como método, contando com a aplicação de questionários e entrevistas para a coleta dos dados. Para tanto, foi realizada uma ampla revisão de literatura para a construção do objeto de pesquisa. A análise dos dados foi fundamentada na análise de conteúdo, tendo como base estudos em Educação Musical, Educação, Sociologia da Educação e História da Música Ocidental. A pesquisa contou com 57 instrumentos para análise, para os quais foram criadas categorias. Dentre os resultados evidenciou-se a importância do convívio familiar dentre os membros das famílias investigadas como uma das formas de ensino e aprendizagem musical.

PALAVRAS - CHAVE

Educação Musical; Educação; Família; Aprendizado.

Family Music Education: A case study from families De Carli and Silva

ABSTRACT

This research aimed to determine the characteristics of Musical Education in the De Carli and Silva families and in some of its ramifications which, in addition to these, include the Bender, Benetti, Ferreira de Andrade, Foss, Pioner, Pires and Wagner families. With the main objective of bringing to light the characteristics of this teaching of family music, the research was based on the case study as a method, with the application of questionnaires and interviews to collect the data. For this, a broad

literature review was carried out to construct the research object. Data analysis was based on content analysis, based on studies in Music Education, Education, Sociology of Education and History of Western Music. The research had 57 instruments for analysis, for which categories were created. Among the results, the importance of family interaction among the members of the families investigated as one of the forms of teaching and learning music was evidenced.

KEYWORDS

Musical Education; Education; Family; Learning.

SOBRE OS AUTORES

GIÁCOMO DE CARLI DA SILVA

Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Música. Possui graduação em Música: Licenciatura pela UERGS (Universidade Estadual do Rio Grande do Sul). Também, foi bolsista do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência), onde desenvolveu aulas de teclado com alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Cinco de Maio, no Bairro Cinco de Maio, em Montenegro - RS, bem como aulas de musicalização e prática de conjunto instrumental com sete turmas do ensino fundamental dessa mesma escola. Ao mesmo tempo que participou do PIBID, sob a orientação da Professora Pós Doutora Cristina Rolim Wolffenbüttel, participou e ainda participa do grupo de pesquisa, Educação Musical: Diferentes Tempos e Espaços, sob a orientação da mesma. Paralela as atividades no meio artístico docente, é Técnico em Radiologia. Atualmente é aluno do curso técnico em flauta doce no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), onde é orientado instrumentalmente pela professora Claudia Schreiner, bem como administra sua própria escola de música em Esteio, o Centro Cultural De Carli (www.centroculturaldecarli.com) e ministra aulas de teclado na Sociedade Amigos do Mestre, em Esteio/RS. Em 2018, ministrou aulas de piano e teclado na Casa de Cultura Lufredina de Araújo Gaya em Esteio/RS/Brasil.

CRISTINA ROLIM WOLFFENBÜTTEL

Pós-Doutora, Doutora e Mestre em Educação Musical pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Especialista em Informática na Educação Ênfase em Instrumentação, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Licenciada em Música pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadora do Curso de Especialização em Educação Musical na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Unidade de Montenegro. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Orientadora de bolsistas de iniciação científica e extensão em música e artes, da FAPERGS, CNPq e UERGS. Coordenadora dos grupos de pesquisa Arte: criação, interdisciplinaridade e educação e Educação Musical: diferentes tempos e espaços, registrados CNPq, vinculados à UERGS. Assessora de Relações Institucionais na Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre. Diretora Científica da Coleção Educação Musical, da Editora Prismas, de Curitiba. Integrante da Associação Brasileira de Educação Musical, da Comissão Gaúcha de Folclore e da Fundação Santos Herrmann.

SANDRA MONTEIRO LEMOS

Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Graduada em Pedagogia pela mesma Universidade. Atualmente é Vice-Reitora na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS. Professora, adjunta na unidade Montenegro, dos cursos de licenciatura em Artes Visuais, Música, Teatro e Dança. É Coordenadora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEd/ UERGS - Unidade Litoral Norte. Também coordena o Programa Institucional de bolsas de iniciação à docência - PIBID/UERGS e atua como coordenadora estadual do FORPIBID/RS. É pesquisadora associada do Núcleo de Estudos sobre Currículo Cultura e Sociedade - NECCSO/UFRGS. Seus últimos estudos focalizam as temáticas: leitura, identidade, representação, cultura, práticas pedagógicas, formação docente e educação de jovens e adultos - EJA.

SUBMETIDO EM

22/04/2018

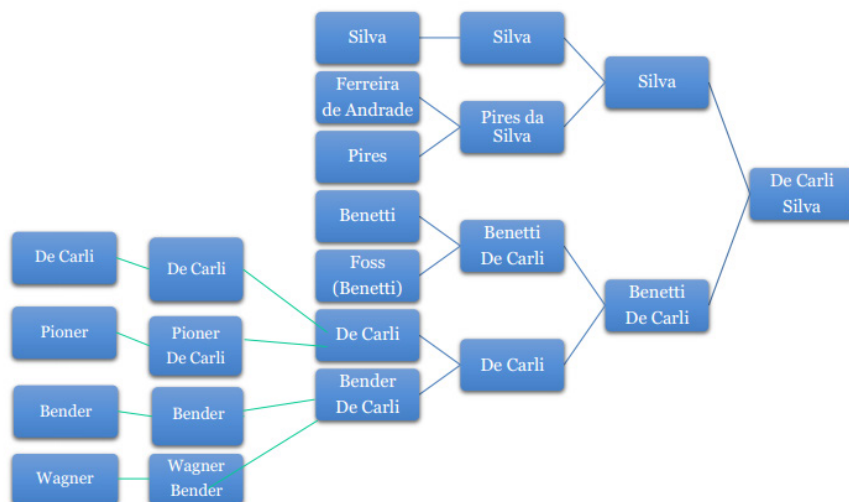
APROVADO PARA PUBLICAÇÃO

19/07/2018

1 - CONTEXTUALIZAÇÃO

Este artigo apresenta a pesquisa desenvolvida em um curso de graduação em Música: Licenciatura que levou aos resultados descritos ao final do mesmo. Em seu escopo, a investigação trouxe a vivência musical de duas famílias, De Carli e Silva, bem como de algumas das famílias adjacentes a essas. Por parte da família De Carli, as ramificações investigadas foram as famílias Bender, Benetti, Foss, Pioner e Wagner (quadro 1). Por parte da família Silva foram investigadas as famílias Ferreira de Andrade e Pires (quadro 1).

Quadro 1: Árvore Genealógica



Fonte: Elaboração dos Autores 2018

O quadro 1 mostra essas ramificações. O último quadrado, à direita, que possui os sobrenomes De Carli e Silva, apresenta o momento em que as duas famílias se entrelaçaram, trazendo consigo, cada uma, suas ramificações para essa última geração analisada. A partir desse último quadrado, em direção aos outros quadrados anteriores (esquerda), é possível observar as ramificações resultantes ao longo do século XX nessas duas famílias, até chegar ao quadrado “De Carli Silva” (direita). O sobrenome De Carli faz parte da família materna, que é filho de Benetti (avô materna) e De Carli (avô materno). À avó materna, ao casar-se com o avô materno, em 1965, adquiriu o sobrenome De Carli. Assim aconteceu a partir das gerações mais antigas investigadas por parte da família materna, bem como por parte da família paterna, em que o pai é Silva, filho de Silva (avô paterno) e Pires (avô paterna).

Como existem outras famílias com os mesmos sobrenomes investigados, pareceu importante descrever brevemente tais famílias presentes nesse estudo, bem como sua localização geográfica, uma vez que o local por onde essas famílias passaram ao longo do século XX influenciou seus aprendizados musicais. Segundo Reck, Louro e Rapôso (2014), os ambientes externos à família também influenciam no aprendizado musical dentro da mesma.

Inicia-se pela família De Carli, cuja grafia, após consulta a vários registros (nascimento, casamento e óbito) é “De Carli”. Contudo, após a chegada, no Brasil, do casal que originou essa família, foram cometidos erros no registro, resultando as grafias como “De Carli”, “Decarli e “de Carli”.

A família De Carli origina-se do casal Giacomo De Carli (1849-1925) e Maria Bado De Carli (1849-1915) que, vindos da Itália, chegaram ao Brasil por volta da década de 1880. Alguns de seus dez filhos já tinham nascido. Os mais novos nasceram em solo brasileiro. No Brasil, conforme declarações de familiares, inicialmente a família passou por Caxias do Sul/RS para, alguns anos mais tarde, se fixar na região conhecida, à época – final do século XIX – como Barra do Ouro, que pertencia a um dos quatro grandes municípios desse mesmo estado, Santo Antônio da Patrulha. Atualmente, a região de Barra do Ouro, ainda com esse nome, atualmente pertence ao município de Maquiné, localizado próximo ao litoral norte do estado.

Entre os anos de 1906 e 1992, a família De Carli entrelaçou-se às famílias Bender, Benetti, Foss, Pioner e Wagner (como apresentado no quadro 1). Apenas a cidade de Borgo (Áustria) foi encontrada como de origem fora do Brasil, de onde a família Pioner teria migrado para o Brasil, conforme registro de óbito de um familiar, datado de 1931. Poucas informações foram obtidas sobre essa cidade; sabe-se, apenas, que ficava fora dos muros de uma antiga cidade (SILVA; SILVA 2016). Sobre as demais famílias verificou-se, apenas, as origens provenientes da Alemanha e Itália.

A história da família Silva iniciou com Thomaz João da Silva (1871-1944) e Izaltina Francisca Calapatti da Silva (1876-1953). Alfredo João é filho do português Adão Villanova e da escrava Joana Francisca da Rosa, tendo nascido depois da Lei do Ventre Livre. Infelizmente, os nomes e sobrenomes originais foram perdidos, como ocorreu com os registros da maioria das pessoas escravizadas no Brasil.

A família Silva passou pelas cidades de Encantado, Progresso e Xaxim, no Rio Grande do Sul. Entre as décadas de 1910 e 1990, entrelaçou-se às famílias Ferreira de Andrade e Pires. Em 1994, o nascimento de um menino ampliou esta família. Tanto para os De Carli, quanto para os Silva, o ambiente pelo qual passaram pode ter influenciado o gosto musical. Nesse sentido, Reck, Louro e Raposo (2014) explicam que os ambientes externos à família influenciam no aprendizado musical.

Considerando-se essa contextualização, alguns questionamentos impulsionaram a presente pesquisa, quais sejam: Como ocorreu o ensino e aprendizagem de música nas famílias De Carli e Silva? Quais são as características desse ensino de música em família?

Partindo-se desses questionamentos, iniciou-se a construção do objeto dessa pesquisa, que versa sobre a educação musical nas famílias De Carli e Silva e em algumas de suas ramificações, tendo em vista a importância familiar para o desenvolvimento pleno como seres humanos, especialmente no que diz respeito ao caráter e respeito ao próximo, parte-se do princípio de que o mesmo poderia ser de igual importância para o conhecimento e o aprendizado musical inicial.

Entende-se que a Educação Musical inicia na família. Fucci-Amato (2008) sustenta a família como o primeiro ambiente de socialização e musicalização. Conforme a autora:

Na família, o indivíduo desde seu nascimento interage com o meio onde vive para conhecê-lo e passa a tomar este meio social (em seus aspectos materiais e simbólicos) como padrão para seu comportamento, em um processo de socialização. Assim, a família pode desempenhar o papel de principal agente social de iniciação cultural do indivíduo, intrínseco à sua condição de instituição social. A musicalização promovida pelo meio familiar pode constituir-se, então, desde as

formas simbólicas pela qual a criança passa a interessar-se (como as cores e formato de capas de discos e livros) e, para saciar sua curiosidade toma contato mais profundo (desejando ouvir determinado disco, ler ou ouvir a leitura de algum livro, etc.) (Fucci-Amato 2008: 408).

2 - REVISÃO DE LITERATURA

Várias podem ser as formas de a Educação Musical se manifestar em família. Gomes (2009) investigou a Educação Musical na família Fonseca. Conforme seus estudos, o autor observou uma forma mais rígida de transmissão do aprendizado musical nas duas primeiras gerações da família Fonseca. O patriarca, à época, tinha uma escola de Música e uma alfaiataria. Gomes (2009) ainda constatou que quando ele estava na alfaiataria, conseguia escutar seus filhos praticarem música, que ele mesmo havia ensinado, corrigindo-os à distância. Entretanto, nas gerações mais recentes, o aprendizado musical dessa família, segundo Gomes (2009, 2011), diminuiu consideravelmente, devido ao fato de essas gerações terem saído da cidade de Santarém, fixando residência em São Paulo/SP e, posteriormente, em Brasília/DF, fazendo com que o convívio em família diminuísse.

Outra investigação nessa perspectiva foi empreendida por Mattiuci (2016), apontando modos mais flexíveis de ensino. A autora investigou o aprendizado musical em família no contexto da aula particular de violão entre mãe e filha. Ela constatou que a flexibilidade desse aprendizado deu-se pelo fato de as aulas ocorrerem na própria casa, onde mãe e filha viviam, além da flexibilidade dos dias e horários em que aconteciam, tornando as aulas mais flexíveis comparativamente a uma escola regular.

Souza (2013), assim como Fucci-Amato (2008), explica que as primeiras influências musicais são trazidas pela família, passando pela apreciação de gêneros musicais. Para Souza (2013), muitas vezes o gosto musical pode ser imposto, uma vez que na família, comumente, há uma relação de hierarquia em que, normalmente um familiar mais velho, como um pai ou uma mãe, pode impor preferências quanto ao gênero musical aos seus filhos.

Reck, Louro e Rapôso (2014) argumentam que os ambientes musicais externos à família podem influenciar no aprendizado musical familiar. Conforme os autores:

Talvez possamos iniciar nossas reflexões a partir de relatos das especificidades das práticas musicais no âmbito dos ambientes investigados. Tanto Leonardo como Aline ressaltam que o caráter musical está intimamente ligado aos ritos, o que lhe confere certas características, direcionando as atividades musicais. (Reck, Louro e Rapôso 2014: 129).

Nessa investigação, o ambiente externo é um ambiente religioso. Desse modo, um membro de uma determinada família que frequenta um ambiente musical fora da família pode ser influenciado por determinada característica musical desse ambiente e levá-la para sua família e ensinar seus parentes o que aprendeu fora da mesma.

Santos (2011) estudou a influência de uma mãe, estudante de violão, em seu filho ainda pequeno. Segundo a autora, sempre que a mãe chegava em casa, estudava as lições de violão. Seu filho, que estava próximo, ficava assistindo esses estudos. Santos (2011) constatou a importante influência que o ensino e aprendizado de música em família tem para uma criança. Nesse sentido, a autora analisou o simples fato do menino ver e ouvir sua mãe estudar o instrumento, despertando uma natural curiosidade de segurar e tirar o

som do violão que, à época, era grande demais para ele segurar, o que não foi empecilho para que continuasse tentando.

Bozzetto (2016) também trata da influência da família para a escolha da Música como profissão. A autora investigou alunos de uma orquestra vinculada a um programa social, utilizando depoimentos das famílias desses integrantes, buscando saber se essas incentivavam seus filhos a seguirem na profissão como musicistas. Além disso, também interessava à autora investigar como esse incentivo – caso ocorresse – acontecia. Nas respostas dos familiares, a autora constatou que externaram a confiança depositada pelos mesmos no projeto de música, sendo que projeto e família buscavam trabalhar lado a lado para que os alunos conseguissem lidar com as constantes exigências da profissão, uma vez que todos os alunos ainda eram muito jovens.

Esse foi o único caso de trabalho abordado nessa investigação, em que a Educação Musical não foi propagada pela família, mas sim, influenciada e incentivada, no sentido da busca do estudo, pois, a família, além de ensinar, também pode influenciar na busca pelo estudo musical.

Por fim, a pesquisa de Bólico (2014) investigou as práticas musicais dos irmãos Bólico em família. Como os demais pesquisadores, com exceção de Bozzetto (2012), a autora utilizou a teoria do capital cultural, de Bourdieu, e de Gomes (2009), para fundamentar sua pesquisa. Ao analisar a história musical familiar dos irmãos Celso e Moacir, Bólico (2014) constatou que eles tiveram um processo de autoaprendizagem a partir da escuta de seus pais, ao cantarem por meio da audição de programas veiculados pela Rádio Farroupilha, de sua irmã mais velha, quando estudava acordeon na adolescência, e de seus tios que tocavam outros instrumentos, como a gaita de boca.

Na investigação trazida por Bólico (2014) foi possível observar, também, a influência que os ambientes têm no processo de ensino e aprendizagem musical em família, o que também é apontado por Reck, Louro e Rapôso (2014). Nas palavras de Bólico (2014):

Influências externas, como amigos e conhecidos, são relatadas nas falas de Celso, bem como a utilização de um encarte musical, conhecido como “Método Canhoto”. Sem compreender o que significava algumas cifras e notas musicais, buscou ajuda com um amigo (Bólico 2014: 35).

Quando eles ainda eram crianças, os irmãos Bólico e sua família frequentavam muito a igreja; ouviam hinos religiosos, repetiam-nos em casa tentavam repeti-los com seus instrumentos musicais. Também frequentavam bailes para ver os conjuntos tocarem. Nesses bailes eles observavam, através do som e da imagem, particularidades das músicas executadas a fim de que, quando chegassem em sua casa, pudessem reproduzir as músicas em seus instrumentos, partindo da memória musical.

A partir da revisão de literatura apresentada, a presente investigação tomou forma e pôde ser desenvolvida, investigando a Educação Musical nas famílias De Carli e Silva.

3 - TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Para a construção da metodologia desta investigação optou-se pela abordagem qualitativa, na perspectiva de Minayo (2002). Para a autora, a pesquisa qualitativa trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

O método selecionado para a realização desta pesquisa foi o estudo de caso, que tem por objetivo investigar os motivos de determinada situação estar acontecendo. Para Gil (2005), o estudo de caso é um estudo profundo sobre algo, a fim de permitir o conhecimento amplo e detalhado do objeto de estudo. Como a pesquisa focou os membros das famílias De Carli e Silva, o caso constituiu-se na Educação Musical ocorrida nessas duas famílias.

A escolha desse método de pesquisa justificou-se pelo fato de, anteriormente, não haver estudos voltados para a educação musical nessas famílias necessitando, assim, uma profunda investigação nos mais distantes grupos familiares das mesmas.

A coleta dos dados foi realizada com a aplicação de questionários de forma presencial e *online*, através de *e-mails* enviados, e a publicação do mesmo em grupos das famílias e envio de mensagens para familiares no *Facebook*, buscando dados prévios sobre os membros das famílias De Carli e Bender, bem como de algumas de suas ramificações investigadas.

No questionário teve uma pequena modificação no número de questões, pois, após a primeira aplicação, observou-se a necessidade de incluir questões que abrangessem mais as respostas desses primeiros respondentes, bem como dos respondentes posteriores. Com a aplicação desse questionário objetivou-se saber se o membro das famílias investigadas teve ou não um aprendizado musical em família e, em caso positivo, com quem aprendeu e como foi esse aprendizado.

Para Severino (2007), a pesquisa por meio de questionários tende a investigar preliminarmente a opinião de determinado indivíduo sobre o assunto em estudo. As questões do questionário podem ser fechadas ou abertas. Compreende-se por questões fechadas aquelas que têm respostas que serão escolhidas dentre as opções predefinidas pelo pesquisador. Na concepção de Severino (2007), as questões abertas compreendem aquelas em que o sujeito entrevistado pode elaborar as respostas, com suas próprias palavras, a partir de sua elaboração pessoal.

Após a aplicação do questionário, respondido por 55 familiares e 2 pessoas externas às famílias investigadas, foram selecionados apenas aqueles que afirmaram ter aprendido música com alguém da família. Desses 57 questionários respondidos, que originaram o Caderno dos Questionários, oito membros das famílias investigadas afirmaram ter aprendido música em família. Com esses oito retornos positivos realizou-se uma entrevista semiestruturada, a qual foi gravada com todos e, posteriormente, transcrita, originando o Caderno de Entrevistas.

Com as entrevistas buscou-se saber os detalhes do aprendizado musical em família, com qual familiar aprenderam, além das características desses aprendizados. A entrevista contou, por exemplo, com uma pergunta que buscava saber se os membros das famílias aprenderam música em família, utilizando a linguagem musical tradicional ou não.

A entrevista semiestruturada, utilizada nesta investigação, é definida como um conjunto de questões que integram um roteiro, permitindo que o entrevistado fale mais livremente sobre o assunto tratado. Para Gerhardt e Silveira (2009), o pesquisador organiza um conjunto de questões – roteiro – sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal.

A partir dos caminhos metodológicos trilhados para construir essa pesquisa e, de posse do material coletado, foram criadas categorias para a análise dos 57 questionários respondidos. Moraes (1999) descreve cinco passos para a análise de conteúdo. O primeiro deles, a Preparação, baseia-se na leitura e preparação dos dados coletados. O

segundo, a Unitarização, aproxima os dados coletados que tenham similaridades. Nesta pesquisa, buscou-se aproximar os questionários e as entrevistas que tiveram respostas semelhantes. O terceiro passo, a Categorização cria categorias para analisar os dados. Para os questionários foram criadas duas categorias – Aprenderam Música e Não Aprenderam Música. Para as entrevistas foram criadas, também, duas categorias – Aprendizado Musical com os Pais e Aprendizado Musical com outros Membros da Família. Após essa terceira etapa, ocorre a Descrição, descrevendo o que significam essas categorias criadas. Por fim, a etapa da Interpretação pretende interpretar todo o material coletado e categorizado na pesquisa.

Assim constituiu-se a metodologia dessa investigação. Passa-se, a seguir, a apresentar o referencial teórico utilizado.

4 - REFERENCIAL TEÓRICO

No que tange à Educação Musical, essa investigação fundamenta-se em conceitos de Rudolf-Dieter Kraemer e Raymond Murray Schafer. Para Kraemer (2000), a Educação Musical acontece na relação do homem com a sociedade, no que diz respeito aos processos de ensino e aprendizagem. O autor apresenta uma perspectiva da Educação Musical que trata da relação da música com o ser humano. Para o autor, é necessário que haja mais de um indivíduo para que a Educação Musical aconteça.

Este conceito de Kraemer (2000) é importante, pois é necessário ter mais de uma pessoa para que se possa realizar um trabalho pedagógico-musical. Do contrário, se existisse apenas uma pessoa tentando construir o conhecimento, sem que haja um receptor da informação, não se pode dizer que haja uma forma de educação neste processo.

Schafer (2001) propõe o conceito de paisagem sonora. Para ele, todo e qualquer campo de estudo acústico. A proposta desse autor explica a música através da paisagem sonora dos diferentes ambientes, tanto no meio natural (natureza), quanto no meio urbano (cidade). Para ele, a música também se constitui dos sons do cotidiano.

Considerando-se os aportes da área da Educação, o trabalho abordou os modelos de ensino e aprendizagem de Pérez Gómez (1998), em que o autor propõe quatro modelos. O primeiro modelo, o Ensino como Transmissão Cultural, expressa a responsabilidade que a escola tem em transmitir aos seus jovens alunos os fundamentos que firmam nossa cultura. O Ensino como Treinamento de Habilidades, segundo modelo de ensino, apresenta uma perspectiva de transmissão de conhecimento a qual esse saber potencializa as capacidades de aprender que o indivíduo demonstra ter, bem como focaliza o aprendizado de significados importantes que existam no meio social ao qual a pessoa pertence. O terceiro modelo, o Ensino como Desenvolvimento do Fomento Natural, considera a educação, tanto dentro, quanto fora da escola, como facilitadora dos meios e recursos para o crescimento físico e mental, dirigido pelas próprias regras do aluno. Considera negativa a intervenção dos adultos e da cultura no processo de desenvolvimento do educando, pois acredita que isso resulta na distorção do natural e espontâneo desenvolvimento do indivíduo. Esse modelo de ensino e aprendizagem tem como origem a teoria de Rousseau “sobre a importância e força das distorções naturais do indivíduo para a aprendizagem” (Pérez Gómez 1998: 69). O quarto e último modelo, o Ensino como Produção de Mudanças Conceituais, parte do conhecimento que o aluno/indivíduo tem para que lhe possam ser passados novos conhecimentos, transformando sua opinião. Este modelo de ensino baseia-se na proposição de que a aprendizagem, mais que um processo de acumulação de conteúdos, é a sua transformação.

Quanto à Sociologia da Educação, utilizou-se a teoria do Capital Cultural de Bourdieu (1979), a qual foi muito útil para se pensar na sua possível articulação aos estudos aqui propostos. Nesse sentido, com a apropriação desse conceito, propõe-se nesta investigação o “Capital Cultural Musical”, considerando-se que a transmissão do capital cultural, ou capital cultural musical, no caso dessa pesquisa, pode ocorrer através de três estados. O primeiro, o Estado Objetivado, aquele em que o indivíduo aprenderá música de acordo com o seu capital econômico, podendo o indivíduo pagar por aulas particulares de música, compra de cd’s para audição, ou, até, de instrumentos musicais. O segundo, o estado Incorporado, em que o próprio indivíduo aprende música por conta própria, de forma autodidata ou pelo próprio interesse em conviver com grupos musicais que o influenciam. O terceiro, o estado Institucionalizado, quando o indivíduo busca certificar seu conhecimento em instituições especializadas, no caso, a Música. Contudo, esse último estado apenas certifica e não garante que o indivíduo tenha o conhecimento expresso em seus certificados ou diplomas.

Por fim, a última parte do referencial teórico da pesquisa constitui-se da vida musical em família de três compositores da História da Música Erudita Ocidental: Bach, Mozart e Beethoven. Os dados de suas vidas foram transversalizados à história musical das famílias investigadas.

Johann Sebastian Bach (1685-1750) foi um compositor alemão do período barroco musical. Ele pertenceu à família Bach, composta por grandes compositores, desde a Renascença até o Romantismo. Bach aprendeu música com seu pai, Johann Ambrossius Bach (1645-1695) e, após o falecimento deste, foi criado por seu irmão, Johann Christoph Bach (1671-1721), com quem continuou seus estudos musicais por algum tempo (Isaacs; Martin 1985).

Passando para o Classicismo Musical, Wolfgang Amadeus Mozart (1756-1791), músico e compositor austríaco, também aprendeu suas primeiras lições musicais em família, no caso, com seu pai. Com base nisso, Stichting (1991) salienta que, desde o “seu primeiro dia de vida, foi continuamente exposto a diversos estímulos musicais, às diferentes sequências de violino e piano; ele ouvia o pai, a irmã e outros músicos ensaiando e corrigindo os erros” (Stichting 1991: 43).

Entre o Classicismo e o Romantismo Musical viveu o músico e compositor alemão Ludwig van Beethoven (1770-1827). Beethoven, assim como Bach e Mozart, também teve seus primeiros ensinamentos musicais passados pela família. No seu caso, teve as lições musicais com o pai, Johann van Beethoven (1740-1792). De acordo com Lockwood (2004), seu pai era tenor na capela do príncipe, em Bonn, onde o avô de Beethoven, também chamado Ludwig van Beethoven (1712-1773), era maestro. Beethoven, além de receber os ensinamentos de seu pai, também os recebeu de seu avô (Nelson; Mcghee 1963).

Vale dizer que Bach, Mozart e Beethoven tiveram ensinamentos musicais mais rígidos, o que era uma característica da época em que viveram. Os motivos para esta rigidez são, muitas vezes, explicados pelo fato de seus pais objetivarem que eles se tornassem exímios profissionais da música, destacando-se em relações aos demais. Os motivos para essa busca pela excelência, por parte das famílias pode, também, ser explicado pelo fato de que, nesta época, não existiam outros meios de reprodução sonora, a não ser a música ser produzida “em tempo real”. Assim, os músicos eram muito requisitados para todo o tipo de evento, desde bailes, festas, até eventos religiosos. Era, portanto, uma profissão rentável. E, se fosse possível garantir a excelência da formação de seus filhos, provavelmente, este teria um retorno financeiro interessante.

A coleta dos dados ocorreu em dois momentos. O primeiro, a partir da aplicação de um questionário, computando um total de 57. Destes, 25 respondentes afirmaram ter aprendido música, e 27 disseram não ter aprendido, incluindo os questionários das duas pessoas externas à família. Cinco pessoas não responderam. Além do questionário, posteriormente foram realizadas oito entrevistas. O motivo para sua realização deu-se em virtude de oito respondentes, dentre os 25 que afirmaram ter aprendido música, afirmarem que seu aprendizado se deu em família. Portanto, a partir de toda esta organização e análise dos dados, resultaram duas categorias, quais sejam, aprendizado musical com os pais e aprendizado musical com outros membros da família.

É pertinente apresentar os entrevistados, com vistas ao entendimento dos resultados desta pesquisa. Dentre os investigados encontram-se parentes do 1º ao 7º grau. Dentre os oito parentes entrevistados, encontram-se um pai, uma tia, cinco primos e um primo-avô. São apresentadas, a seguir, algumas de suas características pessoais com relação à música, antes de descrever e analisar seus respectivos aprendizados musicais em família.

O pai (familiar 1), 63 anos, é natural de Progresso-RS; vivia, à época da entrevista, com sua família, em Esteio-RS. Licenciou-se em Educação Física, em 2000, porém, não seguiu carreira na docência, mas no comércio.

A tia (familiar 2), irmã do pai, na data da entrevista tinha 54 anos, é natural da cidade de Progresso-RS. Vivia, à época da entrevista, na cidade de Sapiranga-RS. Graduou-se, em 1991, em Publicidade e Propaganda, tendo feito pós-graduações nessa área. Mesmo tendo se formado em outra área, em 1996 abriu uma escola de ensino de música. Entre os anos de 2012 e 2015 licenciou-se em Música.

A prima mais velha (familiar 3), natural de Porto Alegre, à época da entrevista tinha 44 anos, e vivia com sua família em Sapucaia do Sul-RS; graduou-se em Odontologia, em 1996, seguindo sua carreira nesta área.

Também foram entrevistados os filhos da familiar 3, naturais de Porto Alegre-RS, tendo eles as idades de 10 e 8 anos (familiares 4 e familiar 5, respectivamente). À época da entrevista estudavam em uma escola de Esteio-RS, cursando o 4º ano (familiar 4) e o 2º ano (familiar 5) do Ensino Fundamental.

A familiar 6 é a prima mais próxima em grau de parentesco, e foi entrevistada há poucos dias de completar 31 anos de idade. Natural de Lajeado-RS, onde vive com sua família (marido e duas filhas), licenciou-se em Educação Física em 2015.

O familiar 7 é o mais velho de todos os primos; é um primo avô, primo da avó materna e, à época da entrevista, havia completado 71 anos de idade. É natural de Gramado-RS, onde ainda vive. Desde sua infância trabalha na agricultura, em uma propriedade de sua família e, aproximadamente desde 2004, ele e sua família fazem parte do Primeiro Roteiro Rural de Agroturismo de Gramado, que objetiva levar o turista a conhecer a origem cultural dessa cidade (<http://raizescoloniais.com.br/familia-foss>).

O último primo entrevistado, o familiar 8, tinha 22 anos quando entrevistado; é natural e residente na cidade de Campo Bom-RS, fazendo parte de uma banda de *Rock*. Na época da entrevista ele cursava o Técnico em Música, em uma cidade próxima a sua residência.

5.1 - Categorias de Análise

Os dados coletados foram organizados em duas categorias: Aprendizado Musical com os Pais e Aprendizado Musical com Outros Membros da Família. Cada categoria

contou com quatro entrevistados que responderam ter aprendido música (com os pais ou outros membros da família).

Os familiares 1, 2, 6 e 7 informaram ter aprendido música com os pais, e os familiares 3, 4, 5 e 8 responderam que seu aprendizado se deu com outros membros da família, sendo que os familiares 3, 4 e 5 aprenderam música com um primo, e o familiar 8 aprendeu música, tanto com um tio por parte de mãe, quanto com seu irmão mais velho. Os dados são apresentados na Tabela 1, Categorias de Análise.

Tabela 1: Categorias de Análise

	Grau de Parentesco		Categorias	
	Ligação Genealógica	Grau	Aprendizado Musical com os Pais	Aprendizado Musical com Outros Membros da Família
Familiar 1	Pai	1º grau	X	
Familiar 2	Tia (irmã do pai)	3º grau	X	
Familiar 3	Prima (filha do primo do pai)	6º grau		X
Familiar 4	Primo (filho da prima – familiar 3)	7º grau		X
Familiar 5	Primo (filho da prima – familiar 3)	7º grau		X
Familiar 6	Prima (filha de uma tia por parte de pai)	4º grau	X	
Familiar 7	Primo (primo da avó materna)	6º grau	X	
Familiar 8	Primo (neto dos tios bisavós)	7º grau		X

Fonte: Elaboração dos Autores 2018

5.1.1 - Categoria 1: Aprendizado Musical com os Pais

O familiar 1, pertence às famílias Silva, Pires e Ferreira de Andrade. Em relação ao aprendizado musical com seus pais, comentou:

O aprendizado, assim. O pai sempre se reunia aos domingos à tarde com a gente. Ele tocava violão e queria que nós, todos os irmãos, aprendêssemos a tocar. Mas, eu não me interessei. Somente minhas irmãs que se interessaram. Eu só aprendi uma música, a bater [tocar] e nunca mais fui atrás para aprender mais (Caderno de Entrevistas 2017: 21).

A partir da leitura e análise da entrevista observa-se a relação que seu aprendizado musical em família teve com o modelo de ensino intitulado produção de mudanças conceituais, descrito por Pérez Gómez (1998); uma vez que o ensino de música em família fez com que esse indivíduo refletisse sobre o que realmente lhe despertava o interesse em estudar descartando, assim, a música, e seguir para a área do esporte. Esse modelo, conforme Pérez Gómez (1998), descreve um ensino em que o aluno busca desenvolver o próprio interesse em estudar, o que lhe desperta a vontade de aprender.

Transversalizando com os três estados do capital cultural, descritos por Bourdieu (1979), entende-se que o familiar 1 teve a influência do estado objetivado, pelo fato de ter à disposição o violão (do pai e da mãe) para aprender a tocar os acordes que o mesmo

lhe ensinou entre sua infância e início da adolescência. Embora o único filho do entrevistado tenha estudado música, ele nunca ensinou os acordes no violão, aprendidos com seu pai, para ele (filho), mesmo tendo em casa o violão de sua esposa a disposição para o aprendizado.

A familiar 2, pertencente às famílias Silva, Pires e Ferreira de Andrade, comentou:

Ele [o pai] tocava e, inclusive, nem era tanto em termos de acordes. Era mais assim, um dedilhado, sabe, que ele tocava; daí assoviava, cantando. Aquela coisa dele chegar em casa, de vez em quando, pegar o violão e tocar. Aquilo, eu acho, foi mostrando alguma coisa em relação a esse instrumento musical, sabe (Caderno de Entrevistas 2017: 10-11).

Ao analisar este relato da entrevistada e, considerando o referencial teórico, entende-se que o modelo de ensino como treinamento de habilidades, descrito por Pérez Gómez (1998), possa se adequar. Conforme o autor, este modelo busca potencializar as capacidades de aprender que o indivíduo apresenta. No caso, como a entrevistada teve seus primeiros aprendizados musicais com o pai, ela, ao chegar à escola, já tinha conhecimentos musicais, facilitando seu aprendizado.

Essa mesma entrevistada afirmou que, a partir desse aprendizado inicial com seu pai, teve grande vontade de dar continuidade aos estudos. Conforme sua explicação:

Eu acho que o incentivo, né. Eu lembro que a gente não tocava nada. E ele [pai] usava o violão, mas ele entregava o violão para a gente. Eu acho que aquilo ali, sabe, foi quase como um desafio (Caderno de Entrevistas 2017: 12).

Esse relato aponta para a forma de transmissão cultural descrita por Bourdieu (1979), denominada estado incorporado, em que o indivíduo aprende e desperta em si o desejo de aprender o que lhe é de interesse. A entrevistada também salientou, quanto ao instrumento musical utilizado para aprender música:

E até eu lembro do tempo de afinação do violão. Acho que até já tinha comentado um pouco sobre isso. Que a gente ganhou um violão que a mãe conseguiu para nós. Não me lembro se foi a mãe ou o pai, mas eu acho que foi a mãe que conseguiu esse violão. E ele era um violão assim, muito grande, com cordas de aço (Caderno de Entrevistas 2017: 12).

A partir desse relato da entrevistada salienta-se que ela foi influenciada por outro estado do capital cultural, descrito por Bourdieu (1979), o estado objetivado. Conforme o autor, tem por objetivo submeter ao indivíduo que a ele é exposto, bens consideráveis duráveis. Nesse estado, o capital econômico ou o poder de compra da família é levado em consideração. Como a entrevistada teve a oportunidade de manipular o violão, adquirido por sua mãe, ela teve, também, a influência desse estado de transmissão de capital cultural.

A familiar 6, sobrinha do pai e da tia, pertencente às famílias Silva, Pires e Ferreira de Andrade, comentou:

Eu, então, toquei violão com a minha mãe, pouquinho. Até o “Marcha Soldado”, ali, que eu me lembro. Alguma coisa assim. Eu brincava muito com o violão. Lembro disso, de brincar bastante com o violão. Mas, partitura, eu lembro de alguma coisa assim de nota que ela desenhava no caderno naquela época para mostrar

para as pessoas irem aprendendo. Então, eu aprendi só algumas notas. Não tive uma partitura total, assim, para eu trabalhar, para eu tocar. Depois, o meu foco foi outro, e eu não quis mais tocar violão (Caderno de Entrevistas 2017: 25).

Através da leitura desse trecho da entrevista, a familiar 6 manifestou a relação do ensino musical com sua mãe, com o modelo de ensino como produção de mudanças conceituais, de Pérez Gómez (1998), uma vez que, também, as aulas de música com sua mãe forneceram-lhe entendimentos que música não era de seu interesse como profissão. Mais tarde, ela começou a buscar o que lhe interessava, a docência em Educação Física.

Paralelamente à relação com Pérez Gómez (1998), o aprendizado musical da familiar 6 relaciona-se ao estado do capital cultural objetivado, descrito por Bourdieu (1979), uma vez que o aprendizado de música com sua mãe teve à disposição em sua própria casa, com instrumentos musicais para praticar a música.

Outra característica do aprendizado musical com sua mãe, apontada pela familiar 6, constituiu-se um aspecto negativo para ela. Conforme seu depoimento:

Para mim, eu não sei se foi tão prazeroso, assim. Foi interessante. Agora, é uma coisa legal de voltar e pensar um pouquinho. Como a minha mãe dava aula de música e de violão em casa, vinham muitas pessoas na minha casa. Eu não achava isso muito agradável. Parecia, assim, que eles tiravam a mãe de mim. Porque a mãe era para ser para mim. Então, ela já estava pouco tempo em casa. Ela estudava bastante e, ainda, então, tinham pessoas que vinham convidar ela para cantar em casamento, ensaiar, então, as músicas que ela tocava no casamento, cantaria para as pessoas. Vários à procura de aula de violão. Em vários lugares que eu chego, até hoje, as pessoas dizem “*mas a tua mãe é aquela que tocava violão na igreja, que tocava violão em casamento*”. Então, isso marcou muito para mim. (Caderno de Entrevistas 2017: 24-25).

Mesmo tendo salientado esse ponto negativo em relação ao seu aprendizado musical em família, proveniente do fato de ter de “dividir” sua mãe com outras pessoas, a familiar 6 apontou algo positivo:

Eu lembro muito da minha mãe me ninando para dormir e cantando para mim. A voz dela me fazia muito bem. Eu me acalmava, até que dormia. Eu me lembro muito, muito da minha mãe me embalando para dormir. Hoje, é isso que eu faço com as minhas filhas. As duas eu botei para dormir ouvindo musiquinha. Mesmo não tocando instrumento, eu acredito na música (Caderno de Entrevistas 2017: 25).

O familiar 7, primo da avó materna, membro da família Foss, e casado com uma integrante da família Benetti, explicou:

Olha, sinceramente, nós começamos a cantar, eu e o meu irmão; agora, vou falar a verdade. Eu e o meu irmão, nós éramos guris de sete ou oito anos, a gente escutava música no rádio, porque naquela época não tinha televisão. Então, a gente aprendia as canções; e eu e o meu irmão, nós cantávamos. Sertanejo... Não música italiana (Caderno de Entrevistas 2017: 27).

O aprendizado do canto, tanto por parte do familiar 7, quanto de seus irmãos, foi oportunizado pelo pai, sendo algo muito importante. De acordo com seu depoimento na entrevista:

É. O falecido pai cantava uma canção que a gente escutava de longe, porque ele cantava somente quando ele estava sozinho. E, aí, a gente foi pegando, pegando, pegando e aprendeu com ele (Caderno de Entrevistas 2017: 27).

Ainda quanto ao aprendizado musical com o pai, o familiar 7, ao ser questionado sobre quem ele lhe ensinou a canção “América”, apontada no questionário, explicou que foi com o pai, e que a canção era, para ele, um hino do povo italiano. Conforme sua resposta:

Isso veio do pai mesmo [...] “América” era o hino do italiano [...] América, América, América (cantando). Italiano canta todo o dia aqui (Caderno de Entrevistas 2017: 28).

Ao ser questionado sobre maiores detalhes desse ensino por parte de seu pai, o familiar 7 salientou que ocorreu com a interação com os membros de sua família.

Bah. Não é que ele [pai] ensinou. As minhas irmãs mais velhas, então, as seis irmãs, elas cantavam e eu fui aprendendo, também, junto com elas. Não sei se foi o pai que ensinou, ou se foi outra coisa, né. Porque o pai não era muito de cantar. Não era. Era a musiquinha dele ele tinha, mas ele cantava separado, sozinho (Caderno de Entrevistas 2017: 28).

Nesse último relato, o familiar 7 não se referia à canção “América”, mas a outros ensinamentos musicais que, possivelmente, lhe teriam sido ensinados pelo pai a suas irmãs. Quando perguntado sobre como ele aprendia com suas irmãs, ele respondeu que era através da mente que ele aprendia.

Na mente [...] Na mente. A gente aprendia na mente (Caderno de Entrevistas 2017: 28).

Das oito pessoas entrevistadas, o familiar 7 foi o único que, exclusivamente, aprendeu música em família através do modelo de ensino como transmissão cultural, descrito por Pérez Gómez (1998), pois aprendeu músicas próprias da cultura da origem de sua família, cantadas no idioma italiano.

O familiar 7 teve interesse em aprender mais sobre a cultura musical de sua família, a partir dos ensinamentos que teve neste meio, caracterizando o estado incorporado do capital cultural, trazido por Bourdieu (1979), em que o indivíduo desperta em si próprio o desejo de aprender algo que gosta. No caso em questão, o entrevistado aprendeu música através da “mente”, exatamente como a música era transmitida de pessoa para pessoa, durante muitos séculos na história; em outras palavras, o familiar 7 aprendeu música por meio da transmissão oral. No caso, entoar canções típicas italianas foi o foco de aprendizado do entrevistado.

5.1.2 - Categoria 2: Aprendizado Musical com Outros Membros da Família

Os familiares 3, 4 e 5, membros da família Silva, responderam terem aulas com seu primo, complementando suas respostas com elogios ao parente (Cadernos de Entrevistas 2017). Seus aprendizados musicais em família ocorriam na própria residência. De acordo com o depoimento, as aulas ocorrem aos sábados, sendo que o primo vai até a casa dos familiares 3, 4 e 5, quando todos se reúnem para as aulas de técnica vocal e teo-

ria musical (Caderno de Entrevistas 2017). Nesse momento, um dos familiares salientou: “E nós dois, eu e o [...], a gente tá tendo aula de piano” (Cadernos de Entrevistas 2017: 7).

Conforme relatos dos familiares 3, 4 e 5, o ensino de música por parte do primo ocorreu de duas maneiras. A primeira foi fundamentada nos métodos alternativos em Educação Musical e apresentava uma forma mais facilitada do aprendizado musical. Conforme os relatos, era utilizada a escrita das notas musicais por extenso, sendo que os filhos aprendiam a tocar teclado com a mão direita e a mão esquerda era representada pelas cifras dos acordes. Enfim, era utilizada toda uma proposta alternativa de Educação Musical (SILVA; WOLFFENBÜTTEL 2016), com vistas a facilitar o aprendizado. A partitura musical, nesta perspectiva de ensino, foi apresentada de modo alternativo, sendo mais fácil, conforme relatos dos familiares 3, 4 e 5 (Caderno de Entrevistas 2017). Comentando a respeito, a partir da pergunta que lhes foi feita pela mãe, os filhos explicaram que já tinham aprendido diversas músicas, como “Hino da Alegria”, de Ludwig van Beethoven (1770-1827), “Pastorzinho”, do folclore brasileiro, “*Frère Jâcques*”, do folclore francês, “Noite Feliz”, com letra de Joseph Mohr (1773-1848) e melodia de Franz Xavier Gruber (1787-1863), “*Berceuse*”, de Johannes Brahms (1833-1897) e “Carruagens de Fogo”, de Vangelis (1943). Porém, a última música, “Carruagens de Fogo”, eles se confundiram ao falar que aprenderam através dessa linguagem musical alternativa, uma vez que essa música já foi ensinada ao irmão mais velho de 10 anos, utilizando-se da notação musical tradicional.

Após o aprendizado musical de forma alternativa foi introduzido, aos poucos, com os filhos, o ensino da teoria musical, conforme iam assimilando o conteúdo novo. Com a mãe eram trabalhados, de forma tradicional, o canto e a teoria musical. Aos poucos, a mãe solicitou que seus filhos participassem das aulas de canto, além do aprendizado de teclado, e cantassem juntos, sendo-lhes ensinada a canção “*Dona Nobis Pacem*”, de Giovanni Pierluigi da Palestrina (1525-1594). O canto em forma de cânone foi ensaiado separadamente com a mãe e os filhos. Ao final, foram acrescidas as duas vozes, sendo que o irmão mais novo, de oito anos de idade, acompanhava a mãe, e o irmão mais velho, de dez anos, acompanhava o primo.

O motivo pelo qual o primo optou por instruir os irmãos para que cada um cantasse com sua mãe foi devido a eles ainda não terem firmeza na linha melódica. Como a mãe e o primo já demonstravam mais domínio suas partes na música, eles guiaram os meninos para cantarem juntos, em família. Esse aprendizado musical coletivo se confirmou quando os três foram solicitados a comentarem sobre algo que eles considerassem importante nesse aprendizado musical em família, durante a entrevista. O filho mais novo, respondeu que era “ficar com a família” (Caderno de Entrevistas 2017: 8). Nesse sentido, a mãe salientou:

Dona Nobis. Todos nós cantamos e na partitura já agora. Começamos com um método mais simples e tá sendo maravilhoso (Caderno de Entrevistas 2017: 9).

A mãe referiu-se ao aprendizado musical inicial dos filhos explicando que eles começaram com um método mais simples. Para ela, a notação musical tradicional foi ensinada desde que começou a aprender música com seu primo. O filho mais novo, de oito anos, mostrou-se um pouco tímido durante a entrevista seguindo, muitas vezes, o que o irmão mais velho e a mãe respondiam.

Após a análise das respostas dos entrevistados observou-se que os mesmos aprenderam música em família através do estado objetivado descrito por Bourdieu (1979), uma vez que mãe e filhos tiveram a oportunidade de utilizar, durante as aulas de teclado, um teclado eletrônico, que também era utilizado para a afinação do canto nas aulas de canto

da mãe e nos momentos em que os filhos cantavam juntos. Ao mesmo tempo em que se observou a presença do estado objetivado percebeu-se, também, o estado institucionalizado, posto que o primo lecionava para seus três primos, por meio de sua escola de música. Assim, além de terem um instrumento musical à disposição para estudarem música, a mãe e os filhos buscavam certificar seu processo de ensino e aprendizagem musical, de acordo com Bourdieu (1979).

Em se tratando dos modelos de ensino e aprendizagem descritos por Pérez Gómez (1998), a mãe, formada em Odontologia, se encaixou no modelo de treinamento de habilidades, pois ela, anteriormente, já havia feito aulas de música e, no momento da entrevista, retornava a esse aprendizado, agora com seu primo. Embora ela não tenha seguido carreira na música, não se encaixa no modelo de produção de mudanças conceituais, em que os entrevistados se encaixaram por terem seguido suas vidas em outra área do conhecimento, que não a música, após as primeiras lições com seus familiares, pois a mesma não era de seu interesse profissional. Aqui, a mãe teve suas primeiras lições de música com um membro da família, após ter estabelecido carreira profissional como dentista.

O familiar 8, pertencente às famílias Bender, De Carli, Pioner e Wagner explicou:

Eu aprendi música com o meu tio, irmão da minha mãe, cujo sobrenome é Silva. E eu acho que eu tinha mais ou menos uns cinco, sete, oito anos, por aí; ele morava em Guaíba; vinha, às vezes, na minha casa. Ele trabalhava aqui por perto. E, aí, então, tinha um violão velho que meu irmão também tocava e tal, e ele começou a me ensinar ali os primeiros acordes, os ritmos básicos assim, né. Mas, não era algo muito, sei lá, específico ou didático, né. Era só tipo, *é isso aqui e tal*. E, foi assim que eu comecei a ter o primeiro contato com o violão. E o meu irmão também já tocava um pouquinho com os amigos que tinha na rua e tal, que é sempre aquela base, né, pelo menos a gente começou aprendendo no *Rock. Ramones*, essas coisas. Então, foi daí que a gente começou a desenvolver o gosto, a tocar e tal, né. Foi com o meu tio e o meu irmão assim (Caderno de Entrevistas 2017: 16).

O aprendizado musical com esse tio, pertencente à família da Mãe (que não foi investigada), foi de extrema importância para o entrevistado, pois ele lhe explicava passo a passo sobre como tocar cada nota e cada acorde ao violão, com calma, e, quando ele errava, era incentivado a tentar novamente, bem como o irmão do entrevistado, como se pôde observar no relato acima, também teve a participação no aprendizado do irmão mais novo. Quando questionado sobre como aprendeu música com seu tio e irmão, o entrevistado respondeu:

Foi ele vindo, sei lá, uma vez ou duas na semana e, aí, ensinava uma coisa diferente e tal. E ele sabe cantar bem, ela já tem um aprendizado melhor, só que para ensinar não era aquele negócio, sabe. Aquele passo-a-passo e tal. Então, ele ensinava ali e a semana passava e eu ia treinando aquilo que ele tinha ensinado. E, o meu irmão também ensinava ali os acordes que ele aprendia e tal. Nada muito, sabe, como é que eu posso dizer? Nada muito evoluído, assim. Eram coisas bem básicas, assim, mas que, para mim, na época, eram ouro, né (Caderno de Entrevistas 2017: 17).

Ao analisar as características desse ensino e aprendizagem musical em família observa-se o modelo de ensino como treinamento de habilidades, descrito por Pérez Gómez (1998), pois ele, mais tarde, buscou aprimorar suas habilidades musicais adquiridas na família, quando ingressou em um curso técnico em composição, seguindo carreira nessa

área. Na época da entrevista, o familiar 8 era professor de música de crianças, jovens e adultos, além de fazer parte de uma banda profissional. Ao mesmo tempo, o gosto musical do irmão, o *Rock and Roll*, foi transmitido para ele, quando o mesmo aprendia com seu irmão mais velho, caracterizando outro modelo de ensino por transmissão cultural, descrito por Pérez Gómez (1998), no qual o indivíduo mais jovem aprende com o mais velho algo de sua cultura.

Analisando o aprendizado musical total do familiar 8, constata-se que ele aprendeu música através dos três estados de transmissão do capital cultural, descritos por Bourdieu (1979). Ele teve à sua disposição um bem considerável durável, o violão, para praticar música em casa com seu tio e irmão. Do mesmo modo, teve a presença do estado incorporado por despertar em si próprio o interesse em querer aprender música junto aos parentes e, também, teve o estado institucionalizado, ao pretender certificar parte de seu processo de aprendizado musical, cursando um curso técnico na área da música.

6 - Vivência Sonora das Famílias

Após a leitura e análise dos dados originados dos questionários e das entrevistas, constatou-se que os membros das famílias entrevistadas apreciam e/ou apreciavam ouvir os sons da natureza, como por exemplo, o som do mar, da correnteza do rio, e dos pássaros, entre outras sonoridades.

Segundo Schafer (2001), a paisagem sonora é qualquer campo com sons que possa ser estudado. A partir dos conceitos do autor, retomou-se o contato com os membros das famílias, a fim de coletar dados sobre suas vivências sonoras. Essa nova coleta ocorreu após a postagem no *Facebook*, por parte de uma integrante da família, de uma fotografia do túmulo do avô. Essa fotografia foi feita em uma festa das famílias De Carli e Bender, em Riozinho-RS, o que foi muito significativo para todos familiares. Nessa postagem, a familiar externava as saudades que tinha de seu avô (da família Robaski), de origem polonesa, e que recordava que adorava sentar em seu colo, quando ambos estavam no interior de um moinho d'água existente na propriedade de seu avô. Nesses momentos, segundo seu relato na rede social, disse que ambos adoravam ficar em silêncio para ouvir o som da movimentação da estrutura do moinho. De acordo com seu relato:

Esse avô me deixou muita saudade. Ele tinha um moinho, e eu adorava ficar lá com ele. Gostava do cheiro que tinha lá dentro, gostava de olhar as farinhas de trigo e de milho, gostava de ouvir o ranger da roda do moinho e do som da água que a movia. Havia uma cadeira de balanço, onde meu avô ficava sentado enquanto os grãos eram moídos e, certa vez, o meu vovô me colocou em seu colo, encostou minha cabeça em seu peito e ficamos os dois em silêncio, embalados pela cadeira de balanço, ouvindo os sons do moinho, até que minha mãe apareceu e acabou com nosso momento de paz, me fazendo correr para fora dali, dizendo que ali não era lugar pra criança e eu só ouvi meu vovô dizer: - não dá nela, ela não tava incomodando, ela tava quietinha. É a última, e também mais cara lembrança que tenho do meu vovô Wenceslau. (Comentário publicado no *Facebook* por essa familiar das famílias em investigação em 13/11/2017 às 00h53min, horário de Brasília, apenas dois dias após a festa a qual ela compareceu e apenas um dia após publicar a fotografia em 12/03/2017 com a descrição “Meu avô materno Wenceslau Robaski”, na mesma rede social).

Após a visualização desta postagem, optou-se pela inclusão das seguintes questões, complementando o questionário:

Você costumava ou costuma ouvir algum som de algum ambiente que goste, como por exemplo, o som da máquina de lavar, moinho d'água, etc? Se sim, descreva o ambiente e os sons produzidos por esse ambiente. Do mesmo modo, a seguinte questão também foi acrescentada ao questionário: Caso queiras escrever mais alguma coisa de sua vida relacionada com o ensino de música em família, fique à vontade para usar esse espaço (Questionário 2017).

7 - DA HISTÓRIA DA MÚSICA ERUDITA OCIDENTAL ÀS FAMÍLIAS DE CARLI E SILVA

De acordo com relatos sobre a biografia de compositores, sabe-se que muitos deles aprenderam música com seus próprios familiares. Para essa investigação fez-se uma análise dos relatos desses aprendizados musicais vividos pelos compositores com o aprendizado musical em família dos oito membros entrevistados das famílias De Carli e Silva e algumas de suas ramificações.

Johann Sebastian Bach (1685-1750), músico alemão pertencente ao Barroco Musical, Wolfgang Amadeus Mozart (1756-1791), músico austríaco do Classicismo Musical e Ludwig van Beethoven (1770-1827), músico alemão considerado marco da transição do Classicismo Musical para o Romantismo Musical, tiveram uma rígida educação familiar, o que não diferiu no ensino de música. Tanto Bach, quanto Mozart e Beethoven viveram em uma época em que não existiam meios de reprodução musical, como o som de uma música gravada em *cd*, ou algum tipo de gravação.

Beethoven, por exemplo, teve contato com as músicas de Mozart, ao estudá-las, conforme expresso nas partituras que teve ao seu dispor através do pai. Em uma partitura musical existem vários termos de expressão para serem seguidos, bem como todas as notas de determinada peça musical. Mesmo com a existência de uma partitura musical, nem tudo o que o compositor pensou para sua obra encontra-se registrado na partitura musical. Não parece ser possível que tudo o que se encontra na mente do compositor, ao compor uma música, possa estar expresso neste registro escrito. Fazendo uma analogia com as Artes Visuais, Benjamin (2012) explica:

Enquanto, porém, o autêntico mantém sua completa autoridade em relação à reprodução manual, que em geral é selada por ele como uma falsificação, não é esse o caso em relação a uma reprodução técnica. A razão disso é dupla. Em primeiro lugar, a reprodução técnica efetua-se, em relação ao original de modo mais autônomo que a manual. Pode, por exemplo, na fotografia, acentuar aspectos do original, acessíveis somente à lente - ajustável e capaz de escolher arbitrariamente seu ponto de vista -, mas não ao olho humano. Ou pode, com a ajuda de certos procedimentos, como ampliação e câmera lenta, fixar imagens que simplesmente se subtraem à óptica natural. Essa é a primeira razão. Além disso, em segundo lugar, a reprodução técnica pode colocar a cópia do original em situações que são inimagináveis ao próprio original. Sobretudo, torna-se possível ir ao encontro daquele que a recebe, seja na forma da fotografia, seja na do disco. A catedral abandona seu lugar para encontrar sua recepção no estúdio de um amante das artes; o coral que foi executado em uma sala ou a céu aberto se deixa ouvir em um quarto (Benjamin 2012: 19-21).

A reprodução técnica, aqui, é uma forma de reproduzir o original, pois, conforme Benjamin (2012), essa técnica de reprodução substitui a existência única da obra por uma existência serial. Ela auxilia na réplica quase perfeita do mesmo. Em se tratando da música, Beethoven, por exemplo, não tinha ao seu dispor rádio ou alguma forma de gravação para ouvir as obras de Mozart, interpretadas pelo compositor e acompanhando junto da partitura para tentar reproduzir fielmente como este interpretaria a “Marcha Turca”, por exemplo.

Isso não foi problema para o mais velho dos entrevistados nesta pesquisa, o familiar 7. Ele e seu irmão – ambos pertencentes à família Foss – durante a década de 1950 tinham ao seu alcance um rádio e, ao ouvirem músicas dos compositores, conseguiam perceber a intenção e intensidade sentimental das mesmas, a ponto de tentarem reproduzi-las como os próprios compositores ou intérpretes. Além disso, o ensino ao qual o familiar teve acesso não foi tão rígido quanto passaram Bach, Mozart ou Beethoven, tampouco teve de utilizar a partitura musical tradicional para o aprendizado em família, como ocorreu com os compositores mencionados.

Os familiares 3, 4 e 5 (mãe e os dois filhos) que faziam aulas com o primo à época da entrevista, também faziam uso da tecnologia para aprender música, pois usavam um teclado eletrônico; e a mãe, as aulas de canto, no que tange à afinação da voz. Ao mesmo tempo, mostraram ter aprendido ou estarem aprendendo música em família com o auxílio da partitura musical tradicional, do mesmo modo como ocorreu com os compositores Bach, Mozart e Beethoven.

Contudo, o ensino e a aprendizagem da música na família da mãe e dos filhos (pertencentes à família Silva) não pretendeu formar musicistas profissionais, mas sim, objetivou o conhecimento e o lazer, uma vez que os entrevistados usualmente cantavam e faziam música coletivamente em família.

Os familiares pertencentes às famílias Silva, Pires e Ferreira de Andrade, como grande parte dos entrevistados, aprenderam música com o pai. Mas, ao contrário de Bach, Mozart e Beethoven, não tiveram uma educação musical rígida, e não utilizaram a partitura musical para este aprendizado. Em entrevista, um dos parentes explicou que um dos modos de ensino que recebeu pode ser analisado até como incentivador. No que diz respeito à afinação musical do violão, seu pai que, normalmente, lhe ensinava a tocar, negava-se a afiná-lo. Esta atitude pode ser vista, inicialmente, como não tão positiva. Mas, por outro lado, pode ser vista como um incentivo ao aprendizado deste aspecto musical. Inclusive, este foi o depoimento externado durante a entrevista.

Bach, Mozart e Beethoven tiveram como professores de música pessoas de suas próprias famílias que, além deles, também ensinavam para outras pessoas. Além disso, eles se apresentavam ou eram solicitados a se apresentar em eventos. Foi o que aconteceu na infância da familiar pertencente às famílias Silva, Pires e Ferreira de Andrade, que relatou ter aprendido música em casa, com sua mãe, ao mesmo tempo em que esta também ensinava outras pessoas e tocava em eventos. Entretanto, essa educação musical, conforme os relatos da familiar, teve aspectos negativos, caracterizados pelo sentimento de ausência da mãe, sentido pela filha, que a observava sempre atarefada, lecionando e participando de apresentações artísticas. Isso não aconteceu com Bach, Mozart ou Beethoven, que aprenderam música com seus familiares. Apesar de estes compositores terem passado por um ensino musical mais rígido, talvez o aspecto da ausência dos pais não tenha sido um problema, considerandos-e que, conforme os relatos biográficos, os familiares estavam mais próximos (LOCKWOOD 2004; STICHTING 1991; ISAACS; MARTIN 1985; NELSON e MCGEHEE 1963).

Ao contrário de Bach, Mozart e Beethoven, o último entrevistado da pesquisa, o familiar 8, pertencente às famílias Bender, De Carli, Pioner e Wagner, também não teve a utilização da partitura para o aprendizado musical. Como Bach, Mozart e Beethoven, teve um grande incentivo dos familiares para esse aprendizado. Contudo, sua formação

musical não foi rígida como a dos compositores mencionados. Como ele tocava guitarra pode-se afirmar que, ao contrário desses três compositores, teve o auxílio de tecnologia que Bach, Mozart e Beethoven não chegaram a conhecer.

8 - OUTRAS CONSTATAÇÕES

Gomes (2009) constatou que os membros da primeira geração, dentre as quatro gerações existentes da Família Fonseca, de Santarém-PA, tiveram envolvimento com a sociedade local, caracterizando um ensino musical em sociedade. Além disso, o autor também observou que a transmissão da aprendizagem musical em família ocorreu em casa, sendo propagado pelos próprios membros da família para seus integrantes.

Na Família Fonseca, conforme Gomes (2009), foi investigado o ensino de música em quatro gerações, sendo que entre a 2^a e 3^a gerações, a vivência musical familiar foi mais intensa, por dois motivos. Um deles foi o fato de todos os parentes ou a maioria deles morarem na cidade de origem da família, Santarém; a outra razão foi devido ao fato de a família ser mais numerosa, tendo mais integrantes. Em relação à quarta e última geração investigada, a família já havia se espalhado por cidades maiores, como Belém-PA, São Paulo-SP e Brasília-DF.

Gomes (2009) também constatou que a família Fonseca tinha intensa atividade artística na cidade, sendo requisitada para atuar em vários eventos, cantando em coros e tocando em bandas. Além disso, membros da família Fonseca eram compositores.

Transversalizando esses dados à presente investigação tem-se que as famílias De Carli e Silva também se expandiram para outras cidades do Rio Grande do Sul, outros estados e exterior. As regiões da Baixa Grande em Riozinho-RS e Barra do Ouro, em Maquine-RS também tinham, à época e, após, bailes guiados pelos instrumentos violão, gaita e pandeiro (Figura 1), e as regiões de Encantado-RS, Progresso-RS e Xaxim-RS não destoavam muito dessa característica musical. Uma parte da família Silva (Figura 2) também costumava tocar em bailes e casamentos, utilizando violão e acordeon.

Figura 1: Músicos da região da Baixa Grande.



Fonte: Acervo famílias das De Carli, Bender, Pioner e Wagner.

Na Figura 1 são observados alguns músicos da região da Baixa Grande, em Riozinho-RS, que animavam os bailes durante a década de 1950, com seus instrumentos violão, acordeon e pandeiro. Na fotografia, da esquerda para direita, de calças claras, encontra-se Orlando de Carli (1939-2013) e, entre os violeiros e o acordeonista, seu pai, Abel de Carli (1907-1976). O panderista era conhecido como França, e o acordeonista, João Bibiano. Orlando, que entre 1948 e 1951 estudou no Colégio Menino Deus, foi aluno da prima de seu pai (a qual respondeu ao questionário). Atualmente, com 98 anos, ele comentou:

Nunca aprendi música, apenas cantava canções escolares com os alunos nas escolas onde fui professora durante 33 anos (Caderno dos Questionários 2017: 29).

Possivelmente ela lhe tenha ensinado canções escolares. Abel, pai de Orlando, irmão mais velho de Miguelina de Carli Bender (1922-2011), bisavó do entrevistado de 22 anos, aprendeu música com seu irmão e tio por parte de mãe.

A esposa, viúva de Orlando de Carli que, na época da fotografia (Figura 1), era professora na Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto José do Patrocínio, da Linha 7 de Setembro, região próxima à Baixa Grande, em Riozinho-RS, ao responder ao questionário e sobre a paisagem sonora, ressaltou:

Lembro muito do som dos bailes em que era somente seguir o “barulho” da música que se chegava até o salão de baile, à época (Caderno dos Questionários 2017: 59).

Orlando não foi músico profissional, mas cantava no coro, durante as celebrações da igreja católica. Ele e sua esposa tiveram quatro filhos. Dois responderam ao questionário, afirmando seu aprendizado musical, porém não em família, mas na escola, através de práticas religiosas e por meio de uma escola de ensino de música.

Figura 2: Registro fotográfico do casamento de Paulina da Silva, por volta da década de 1940



Fonte: Acervo familiar da família Silva.

A figura 2 apresenta a família de Paulina da Silva, incluindo irmãos e pais. Na linha superior, em pé, da esquerda para a direita, aparecem João (acordeon), José, Lauro (violão), Adão e Hilário. Sentados, da esquerda para a direita, encontram-se Mariota, Paulina (noiva), Maria (mãe), Santos, Hilário (pai) e Eva. Hilário pai é irmão mais velho do pai dos irmãos Silva, entrevistados para essa investigação (pai e tia).

Como se observa, os membros dessas famílias das famílias De Carli e Silva e suas ramificações – famílias Bender, Benetti, Ferreira de Andrade, Foss, Pioner, Pires e Wagner – em sua maioria, não pertencem mais a essas regiões descritas na introdução. A família Wagner que, ao mesmo tempo, é ramificada com a família Bender, em parte mudou-se para Buenos Aires (Argentina), entrelaçando-se às famílias gregas Iconomópulos e Papadópolos adquirindo, além da cultura argentina e brasileira, parte da cultura grega.

Após a apresentação dos resultados e da análise dos dados oriundos desta pesquisa em família passa-se, a seguir, a tecer algumas considerações finais.

9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação teve como objetivo investigar a Educação Musical nas famílias De Carli e Silva e algumas de suas ramificações. Partiu dos seguintes questionamentos: Como ocorreu o ensino e a aprendizagem de música nas famílias De Carli e Silva? Quais são as características desse ensino musical em família?

Para responder a estes questionamentos foi elaborada e empreendida uma metodologia baseada na abordagem qualitativa, no método estudo de caso, tendo como técnicas para a coleta dos dados a aplicação de questionários e a realização de entrevistas semiestruturadas.

Vale lembrar que foram obtidas respostas dos questionários por parte de 55 pessoas pertencentes às famílias investigadas. Os respondentes são oriundos das cidades de Bagé, Campo Bom, Caxias do Sul, Esteio, Gramado, Lajeado, Imbé (Balneário Mariluz), Maquiné (Barra do Ouro), Mostardas, Novo Hamburgo, Palmares do Sul (Balneário Quintão), Pelotas, Porto Alegre, Rolante, Santo Antônio da Patrulha, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Viamão e Taquara, todas localizadas no estado do Rio Grande do Sul. De fora do estado, inclusive de fora do país, obteve-se a resposta de parentes das cidades de Buenos Aires (Argentina) e Montevideo (Uruguai).

Em relação ao questionamento quanto a como se deu o ensino e a aprendizagem de música nas famílias De Carli e Silva, constatou-se que, em grande parte, se deu através da atuação de um membro da família que ensinava música aos seus parentes e que reunia parte ou toda a família para entoarem canções em uníssono, ou seja, a uma só voz. A prática musical em família, além de ter sido importante na constituição dessa manifestação cultural dentro da mesma foi, também, uma característica importante constatada nessa investigação.

Outra característica importante desse aprendizado foi a transmissão oral de letras de canções e dos acordes, para que pudessem ser assimilados às canções ao serem entoadas em família, nos momentos de comemoração, lazer ou descontração, uma vez que não se constatou o uso mais efetivo da partitura musical como forma de ensino de música em família.

Quanto aos modelos de ensino presentes, constatou-se o uso de três dentre os quatro modelos descritos por Pérez Gómez (1998), incluindo o ensino como transmissão cultural, o ensino como treinamento de habilidades e o ensino como produção de mudanças conceituais.

Constatou-se, também, que na família Silva havia um ensino de música pautado por produções científicas feitas através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). O familiar que ensinava música para a mãe e os filhos usava como referência para ensinar seus primos, os materiais produzidos por ele durante suas práticas docentes em uma escola pública municipal da cidade de Montenegro-RS. Através desse programa vinculado à licenciatura em Música, em uma universidade pública, onde cursava esse mesmo curso na época.

Quanto a outro questionamento desta pesquisa, relativo às características do ensino de música em família, entende-se que possa ser respondido a partir da investigação realizada. Nessa pesquisa constatou-se que a característica principal do aprendizado musical foi o convívio com os membros da família e com grupos externos à mesma, em que a prática de canções populares brasileiras e, em alguns casos, estrangeiras, era realizada nas famílias ou nos grupos externos à ela. Outra característica observada foi o fato de alguns membros partilharem os conhecimentos musicais originados do convívio com outros grupos musicais – que não os familiares. Esse fator concedeu um aspecto bastante positivo para o aprendizado musical das famílias investigadas, enriquecendo o conhecimento musical das mesmas.

Vale salientar, também, que durante a pesquisa muito material foi coletado, o que poderá ser utilizado em pesquisas posteriores. Além disso, constatou-se que muitos familiares não tiveram o ensino de música em família, porém aprenderam-na através de outras formas ou, mesmo, alguns não aprenderam e/ou têm parentes com envolvimento com música. Nesse sentido, resultaram outros questionamentos que, oportunamente, pretende-se, continuar a investigar, salientando-se: Como foram as outras formas de aprendizagem de música dos demais familiares que tiveram um aprendizado musical? Ou, como se constatou, a religiosidade também se apresentou como um importante impulsionador no aprendizado musical. Neste sentido, uma pergunta também poderá ser, posteriormente, aprofundada: Qual a importância da religião para a formação musical? Observa-se que existem outras possibilidades de pesquisas que poderão surgir a partir dessa.

Por fim, entende-se que a realização desta pesquisa aprofundou reflexões sobre a educação musical, a partir do estudo de caso em torno das famílias De Carli e Silva contribuindo, assim, com os estudos de Educação Musical, ao reiterar a importância da família no processo de ensino e aprendizagem de música.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. 2012. *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*. Porto Alegre. Editora Zouk, 19p-21p.
- BÓLICO, Regina. 2014. *Aprendizagens musicais em família: um olhar sobre as práticas musicais dos irmãos Bólico*. Monografia. Curso de Graduação em Licenciatura em Música da Universidade Federal de Santa Maria, 45 p. Disponível em: <<http://200.18.45.28/sites/musica/images/TCCs/2014BOLICO%20R.%20Aprendizagens%20Musicais%20em%20Familia%20%20Um%20Olhar%20sobre%20as%20Praticas%20Musicais%20dos%20Irmos%20Blico.pdf>> Acesso em: 11 abr. 2017.
- BOURDIEU, Pierre (org) 1979. Actes de la Recherche en sciences sociales. In: BOURDIEU, Pierre. *Les trois états du capital culturel*. 1ª ed. Paris: Boulevard Raspail, v. 30, 3-6. Disponível em: <http://www.persee.fr/docAsPDF/arss_0335-5322_1979_num_30_1_2654.pdf> Acesso em: 29 set. 2017.

- BOZZETTO, Adriana. Socialização musical de crianças e jovens em uma orquestra: sonhos, desejos e projetos familiares. In: ENCONTRO REGIONAL DA ABEM SUL, 17., 2016. Curitiba. Anais eletrônicos. Disponível em: <<http://abemeducacao-musical.com.br/conferencias/index.php/xviiiregsum/regsum2016/paper/viewFile/1903/833>> Acesso em: 16 abr. 2017.
- CAMPOS, Claudinei J. G. 2004. Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 57: 611-614.
- FUCCI-AMATO, Rita de C. 2008. A família como ambiente de musicalização: a iniciação musical de compositores e intérpretes sob uma ótica sócio-cultural. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE COGNIÇÃO E ARTES MUSICAIS, 4, 2008: São Paulo. *Anais eletrônicos*. Disponível em: <<http://www.abecogmus.org/documents/SIMCAM4.pdf>> Acesso em: 30 abr. 2017.
- GERHARDT, Tatiana E.; SILVEIRA, Denise T. (org) 2009. *Métodos de pesquisa*. In: Unidade 2. 1ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- GIL, Antônio C. 2002. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A.
- GOMES, Celson H. S. 2011. Educação Musical na Família: as lógicas do invisível. *Revista da Associação Brasileira de Educação Musical*, v.19: 30-40. Disponível em: <<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/188/120>> Acesso em: 26 mar. 2017.
- GOMES, Celson H. S. 2009. *Educação Musical na Família: As lógicas do invisível*. Tese de doutorado. Programa Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 214p. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15575/000687392.pdf?sequence=1>> Acesso em: 06 jan. 2017.
- GRAMADO - RS TOUR RAÍZES COLONIAIS LINHA BONITA s/d. *Família Foss*. Disponível em: <<http://raizescoloniais.com.br/familia-foss>> Acesso em: 01 nov. 2017
- ISAACS, Alan; MARTIN, Elizabeth (Org) 1985. *Zahar Dicionário de música*. Rio de Janeiro. Zahar Editores.
- KRAEMER, Rudolf-Dieter. 2000. Dimensões e funções do conhecimento pedagógico-musical. In: SOUZA, Jusamara V. de. *Revista Em Pauta*, v. 11: 48-73.
- LOCKWOOD, Lewis 2004. *Beethoven: a música e a vida*. 2ªed. São Paulo. Conex.
- MATTIUCI, Bárbara 2016. *Aprendizagem musical em família no contexto da aula particular de violão: Um estudo de caso*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <<http://200.18.45.28/sites/musica/images/TCCs/2014BOLICO%20R.%20Aprendizagens%20Musicais%20em%20Familia%20%20Um%20Olhar%20sobre%20as%20Prcticas%20Musicais%20dos%20Irmos%20Blico.pdf>> Acesso em: 11 abr. 2017.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) 2002. *Pesquisa social. Teoria, método e criatividade*. 21 ed. Petrópolis. Vozes.
- NELSON, Alice D.; MCGEHEE, Thomasine C. 1963. *People and music*. Boston. Allyn and Bacon Inc.
- MORAES, Roque. 1999. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, v. 22: 7-32. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/254354378/Analise-de-Conteudo-Moraes>> Acesso em: 29 set. 2017.
- PÉREZ GÓMEZ, Ángel I 1998. Ensino para a compreensão. In: SACRISTÁN, Gimeno; PÉREZ GÓMEZ, Ángel I. *Compreender e transformar o ensino*. Tradução de Ernani F. da Fonseca Rosa. 4ª ed. Porto Alegre: ArtMed, p.67-97.

- RECK, André M.; LOURO, Ana L.; RAPÔSO, Mariane M. 2014. Práticas de educação musical em contextos religiosos: narrativas de licenciados a partir de diários de aula. *Revista da Associação Brasileira de Educação Musical*, v. 22: .121-136. Disponível em: <<http://www.abemeduacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/468/436>> Acesso em: 23 abr. 2017.
- SANTOS, Regina M. S. 2011. O menino do violão: a escola e a educação musical em família. *Revista da Associação Brasileira de Educação Musical*, v.19: 41-52. Disponível em: <<http://www.abemeduacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/189/121>> Acesso em: 16 abr. 2017.
- SCHAFER, Raymod Murray 2001. *A afinação do mundo*. São Paulo. Editora UNESP.
- SEVERINO, Antônio Joaquim 2007. *Metodologia do trabalho científico*. 23^a ed. São Paulo. Editora Cortez.
- SILVA, Giacomo de Carli da; SILVA, Mariana Silva da. Livro de Artista: Passado Iminente. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ARTE E EDUCAÇÃO, 25, 2016: Montenegro. *Anais do 25º Seminário de Arte e Educação da Fundação Municipal de Artes de Montenegro*, p. 259-278. Disponível em: <<http://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/Anaissem/article/view/392/499>> Acesso em: 14 abr. 2017.
- SILVA, Giacomo de Carli da; WOLFFENBÜTTEL, Cristina Rolim. Processo de Elaboração para o Ensino de Teclado: a releitura musical alternativa, através da leitura musical tradicional. In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, 17, 2016: Porto Alegre. *Anais do XVII Salão de Iniciação Científica da PUCRS*. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/SIC/xvii/assets/2016/100607_147491.pdf> Acesso em: 04 nov. 2017.
- SOUZA, Cristiane M. N. 2013. Educação musical, cultura e identidade: configurações possíveis entre escola, família e mídia. *Revista da Associação Brasileira de Educação Musical*, v.21: 51-62. Disponível em: <<http://www.abemeduacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/72/57>> Acesso em: 26 mar. 2017.
- STICHTING, Norbert Elias 1991'. *Sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro. Zahar.

ÉMILE DURKHEIM E A EDUCAÇÃO MORAL: A FORMAÇÃO DO CIDADÃO REPUBLICANO

SIDNEI FERREIRA DE VARES*

RESUMO

O propósito deste artigo é analisar as posições assumidas por Émile Durkheim em relação à educação e à moral no contexto da Terceira República Francesa. Objetiva-se, pois, mapear o desenvolvimento de seu pensamento sociológico face às diversas fontes teóricas com as quais dialogou, bem como salientar as correções de rota por ele empreendidas com vistas a consolidar os valores mais apropriados à formação do cidadão republicano. Para tanto, o método empregado é eminentemente bibliográfico e qualitativo, e debruça-se sobre os principais trabalhos do autor, em especial sobre *A Educação Moral*, obra na qual o autor expõe suas concepções morais e pedagógicas.

PALAVRAS-CHAVE

educação, moral, positivismo, representacionismo, republicanismo.

Émile Durkheim And Moral Education: The Formation Of The Republican Citizen

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze the positions taken by Émile Durkheim in relation to educa-

tion and morals in the context of the Third French Republic. The objective is to map the development of his sociological thinking in relation to the various theoretical sources with which he dialogues, as well as to highlight the corrections that he has undertaken with a view to consolidating the values

most appropriate to the formation of the republican citizen. For this, the method used is eminently bibliographical and qualitative, and it focuses on the main works of the author, especially on Moral Education, a work in which the author exposes his moral and pedagogical conceptions.

KEYWORDS

education, moral, positivism, representationism, republicanism.

SOBRE O AUTOR

SIDNEI FERREIRA DE ALVES

Doutor em Educação pela FEUSP. Professor dos cursos de Filosofia, Pedagogia e História do UNIFAI.

SUBMETIDO EM

20/06/2018

APROVADO EM

13/07/2018

O sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917) é frequentemente alocado no rol dos pensadores positivistas. Ao longo do século XX, intérpretes de diferentes matrizes ideológicas, por meio de artigos acadêmicos de cunho revisionista ou de exposições-padrão contidas em manuais sociológicos, contribuíram para reforçar essa interpretação, que se tornou corrente, de modo que a pecha positivista assombrou – como até hoje assombra – o legado do mestre francês. Quem nunca se deparou com a afirmação segundo a qual “Émile Durkheim é herdeiro de Auguste Comte?”. Para os que insistem em reduzi-lo a um decalque de Comte, um mero reproduzidor da filosofia positivista, Durkheim aparece como um sociólogo comprometido com a ordem, cujo primado concedido ao social – sua hipostasia –, representado por seu holismo metodológico, comprovaria o caráter conservador de suas ideias. De fato, o próprio Durkheim assumiu essa influência teórica em diversas ocasiões. Diante disso, algumas questões se levantam: em que medida essa suposta relação discipular entre Durkheim e Comte definiria a extensão de sua obra? Seria o positivismo¹ comtiano a única fonte com a qual dialogou? Haveria outras fontes teóricas? Quais?

Longe de serem despropositais, essas questões ajudam a situar a obra durkheimiana para além do comtismo, bem como contribuem para uma revisão crítica acerca das contribuições de Durkheim para a sociologia que, à época, tentava se consolidar como campo científico autônomo. Como comprovam diversos estudos recentes, as influências durkheimianas são mais complexas do que sugerem as interpretações consagradas pela literatura especializada. Isso porque, a partir da década de 1970, a obra durkheimiana passa por um reexame. Data dessa época alguns dos esforços mais valorosos no sentido de reavaliar os trabalhos do mestre francês. Em especial, os estudiosos de língua inglesa retomam o pensamento de Durkheim e empreendem uma nova interpretação acerca das contribuições do neokantismo e do socialismo francês sobre seu pensamento. A desconsideração dessas influências, no contexto das análises empreendidas na primeira metade do século XX, concorreu enormemente para perpetuar a visão, em nosso entendimento equivocada, de que a obra durkheimiana consistiria na mera reprodução do comtismo. Destarte, o que as análises tradicionais deixam escapar é que Durkheim, sobretudo a partir de 1895, quando inicia uma série de estudos sobre os fenômenos morais e religiosos, desloca o centro de suas atenções dos aspectos materiais para os aspectos religiosos e morais da vida social. Este deslocamento, não obstante, não configurou uma descontinuidade absoluta, como apontam alguns intérpretes (ARON, 2002; NISBET, 2003; PARSONS, 2010) em relação a seus primeiros trabalhos, mas apenas um refinamento de seus *insights* originais (ORTIZ, 2002). O

1 É importante salientar que, à época, outras correntes de pensamento também transitavam no cenário intelectual francês e europeu, sendo o positivismo apenas mais uma entre elas. Sobre o positivismo, em especial, é também necessário lembrar, como o faz Johan Heilbron (2006), em seu livro *La Naissance de la Sociologie*, que os termos “positivismo” e “positivo” comportam uma complexa carga semântica que tanto pode remeter a uma filosofia específica, como a de Auguste Comte, quanto a um ideal mais difuso acerca da positividade da ciência. No caso de Durkheim, muitas das críticas que lhe foram dirigidas não só visam atingir certa leitura que Durkheim faz do objetivismo comtiano, mas também a de um objetivismo ingênuo, bastante difuso em alguns círculos. De fato, em certos momentos, Durkheim lança mão de alguns preceitos contidos nesse segundo sentido, sobretudo ao enfatizar a autonomia dos fenômenos sociais e, por suposto, negligenciar o papel da subjetividade, tomando o indivíduo como mero suporte das influências coletivas, e defender a neutralidade analítica no contexto das ciências sociais. Ainda assim, é o positivismo comtiano – que grosso modo se caracteriza por uma visão objetiva acerca dos fenômenos sociais, bem como pela possibilidade de extrair-lhes as suas leis gerais para, assim, prever o seu desenvolvimento – que, em grande medida, alicerça o pensamento durkheimiano. Desse modo, é no sentido empregado por Comte que nos empregamos o termo positivismo.

fato é que, após esse período, Durkheim parece mais atento a alguns temas apenas esboçados no início da carreira, tais como o individualismo e a moral, os quais, aliás, encontram-se presentes em seus estudos sobre educação (WEISS, 2009). Assim sendo, individualismo, moral e educação são temas que se interpenetram, sendo, pois, difícil separá-los. Por esse motivo, o presente trabalho pretende mapear, tanto num plano histórico quanto num plano lógico, o desenvolvimento do pensamento durkheimiano, focando, sobretudo, a relação entre os temas supracitados.

Para tanto, nossa empresa divide-se em três etapas distintas. Na primeira delas, intenta-se salientar as principais fontes teóricas com as quais Durkheim dialogou. Visa-se, assim, situar o pensamento do autor frente ao positivismo, mas, também, frente a outras importantes influências, que, em nossa perspectiva, contribuíram para um refinamento das suas posições originais. Na segunda etapa, por seu turno, objetiva-se analisar, em termos estruturais e em termos teóricos, uma das contribuições mais importantes de Durkheim, *A Educação Moral*. A escolha deste trabalho deve-se ao fato de que nele encontram-se tanto os elementos para o desenvolvimento de uma teoria moral quanto para o de uma teoria da educação. Ademais, trata-se de um trabalho no qual o autor apresenta sua visão acerca da importância da educação para a formação do cidadão republicano, lançando mão de um amplo projeto pedagógico e político. Isso, contudo, não significa que deixaremos de abordar, ainda que de passagem, outros trabalhos do autor com preocupações análogas. Por fim, a terceira e última etapa dedica-se a discutir o modo como Durkheim pretendia conjugar moralidade e individualidade em seu projeto de nação através de um modelo educacional e pedagógico de amplo alcance, ou seja, de caráter nacional, corroborando para a consolidação do republicanismo na França.²

2 - AS INFLUÊNCIAS TEÓRICAS DE DURKHEIM: DO POSITIVISMO AO REPRESENTACIONISMO

Como fora destacado, por diversas vezes o próprio Durkheim assumiu a influência do pensamento comtiano sobre sua teoria sociológica. De fato, no início de sua carreira, o sociólogo francês dialogou intensamente com a filosofia positivista de Comte, e embora também tenha a ela direcionado severas críticas, sobretudo em relação ao caráter teleológico e finalístico da filosofia comtiana (GIDDENS, 1998; 2005), é possível afirmar que, em suas primeiras obras, Durkheim adotou muitos dos pressupostos propugnados por Comte: a mesma noção do que seja o racionalismo científico – os

2 O termo republicanismo é aqui empregado para designar o conjunto de valores e ideias republicanas que, entre o final do século XVIII e decorrer do século XIX, acometeu parte da sociedade francesa, contrapondo-se, assim, à secular tradição monárquica e aristocrática que marcara o país. No ano de 1870, quando a Terceira República Francesa é proclamada, os valores republicanos estavam longe de se consolidarem, visto que outras forças políticas, tais como a Igreja Católica, a antiga aristocracia e os grandes proprietários rurais, opuseram-se, sem sucesso, às ideias republicanas, vistas, grosso modo, como um atentado às tradições morais que caracterizaram o Antigo Regime, especialmente por seu caráter laico. Ainda assim, é preciso enfatizar, que os valores defendidos pelos republicanos não eram coesos, e, por isso, não podem e nem devem ser tomados como sinônimo de democracia. De fato, para uma parcela diminuta dos republicanos, o regime republicano só fazia sentido mediante a ampliação dos direitos políticos para toda a população. Nesse sentido, republicanismo, cidadania e democracia despontam como termos intercambiáveis. Todavia, para a parcela majoritária, a ideia de que todo o cidadão pudesse participar ativamente das decisões políticas soava extremamente perigosa, sobretudo em um país onde o status e a hierarquia há muito tempo constituíam características inerentes à própria organização social. Por isso, manteremos o termo apenas para nos referirmos especificamente ao contexto francês, visto que, em outros países, o referido termo possui características e sentidos distintos.

princípios e os processos de demonstração consagrados pelas ciências experimentais –, o mesmo objetivismo, o mesmo nomotetismo e o mesmo previsionismo (FERNANDES, 1980; SILVA, 2001). Essa influência pode ser facilmente avistada quando, por exemplo, se analisa dois de seus trabalhos seminais: *Da Divisão do Trabalho Social* (2010) e *As Regras de Método Sociológico* (2007), publicados respectivamente em 1893 e 1895. Isso porque, em ambos, Durkheim encara o social como um fenômeno autônomo, difuso e munido de uma dinâmica própria que se impõe, mais ou menos coercitivamente³, aos indivíduos.

No primeiro caso, o autor procura identificar os fatores materiais responsáveis por permitir a transição das sociedades unisegmentadas e das sociedades polissegmentadas duplamente compostas às sociedades altamente dividida em termos laborais – por ele denominadas sociedades complexas – tendo como escopo identificar os tipos de solidariedade inerentes a cada um desses modelos de organização social – respectivamente a “solidariedade mecânica” e a “solidariedade orgânica” –, bem como responder a uma questão fundamental, a saber: por que as sociedades complexas, caracterizadas por uma profunda divisão do trabalho e por um alto grau de individualismo, não se esfacelam mesmo diante do enfraquecimento da consciência comum? Em outros termos, quais são os laços que permitem às modernas configurações sociais continuarem a ser chamadas de sociedade? Quanto ao segundo caso, Durkheim se dedica a delimitar o objeto de estudos da Sociologia – os fatos sociais –, bem como a estabelecer um método de análise mais ou menos preciso, ainda que provisório, com vistas a investigá-lo. Para tanto, o autor procura isolar os fenômenos sociais dos fenômenos estritamente individuais, e assim demonstrar que a sociedade dispõe de características próprias, o que a torna qualitativamente superior, tanto em termos históricos quanto em termos lógicos, à soma de suas partes.

Nesses trabalhos, portanto, são os pressupostos positivistas que servem de base para a análise durkheimiana. O fato de Durkheim atribuir à sociedade, de modo geral, e aos fatos sociais, em particular, um caráter autônomo, isto é, uma dinâmica própria em relação aos indivíduos, aproxima a sua sociologia da filosofia de Comte.

Essa perspectiva objetivista, reaparece em *O Suicídio* (2005), obra publicada em 1897, em que o autor investiga os motivos da ação suicida a partir da variação e/ou regularidade da taxa média de suicídios em diversos países europeus.⁴ Com isso, o sociólogo pretende demonstrar que o suicídio constitui um fato eminentemente social, e não um fato individual. Dito de outro modo, a pessoa que decide colocar fim à própria vida age motivada por fatores extra-individuais que refletem a maior ou menor vinculação desta em relação ao grupo ao qual pertence. Entretanto, há aqui um elemento novo. Isso porque Durkheim, ao deslocar suas preocupações do conceito de regulação para o conceito de integração social, articulando-os, contudo, em uma teoria da socialização da qual resultam os tipos de suicídio por ele identificados, dá início a uma discussão

3 Cumpre lembrar que o conceito de coercitividade, que aparece pela primeira vez em *As Regras do Método Sociológico*, nada tem a ver com violência física. É que a referida expressão francesa “coercition” possui um caráter distinto de seu correlato em português “coerção”. Isso porque, enquanto aquela remete à imposição de uma autoridade ou mesmo de um conjunto de ideias e valores, esta, por seu turno, restringe-se à ideia imposição física. Por isso, a tradução em língua portuguesa mais aproximada do termo empregado por Durkheim seria “constrição” ou “constrangimento”, e não “coerção”. Todavia, por se tratar de um termo que, traduzido para nossa língua, se difundiu e se consolidou nos estudos durkheimianos, continuaremos a utilizá-la, ainda que, em termos de significado, distancie-se do sentido originalmente empregado pelo autor.

4 É que Durkheim, na esteira de alguns estatísticos como Adolphe Quételet (1796-1874), utilizou os dados disponíveis à época para verificar a flutuação e/ou regularidade do número médio de suicídios em diversos países europeus com vistas a analisar o estado patológico de cada uma dessas sociedades.

sobre o processo de socialização que, a reboque, trás a tona a questão da moralidade (GIROLA, 2005; STEINER, 2016).⁵

Essa mudança de foco só pode ser devidamente compreendida caso se considere as outras teorias com as quais o mestre francês flertou além do positivismo. Uma delas, contudo, fora determinante. Referimo-nos à influência do pensamento neocriticista, sobretudo por meio de Charles Renouvier, filósofo francês responsável por promover uma releitura do pensamento kantiano. Sobre esse ponto, em especial, vale lembrar que Durkheim, como a maioria dos estudantes secundaristas daquela época, se formou na esteira do ideário neokantismo e republicano que, segundo Geoffrey Hawthorn (1982), serviu de base para o desenvolvimento de uma espécie de moral secular.⁶

Esta segunda influência teve prosseguimento durante sua formação universitária, visto que a École Normale Supérieure, onde Durkheim esteve entre os anos de 1878 e 1882, tornou-se um pólo de difusão de ideias republicanas e neocriticistas. Entretanto, fora após a fundação da Revue L'année Sociologique, entre 1897 e 1898, quando passa a se dedicar, com o auxílio de grupo seletivo de alunos, a um leque de temas específicos, tais como a religião, a família, a educação, o direito etc., que Durkheim encara o problema da moralidade com maior afinco.

De fato, os trabalhos de pesquisa iniciados com a revista foram responsáveis por promover uma reorientação dos interesses durkheimianos, que gradualmente se deslocam dos aspectos infraestruturais para os aspectos superestruturais e simbólicos da vida coletiva. Para alguns intérpretes (GIROLA, 2005; COLLINS, 2009), o artigo intitulado *Representações Individuais e Representações Coletivas*, publicado em 1898, é a notação maior desse processo. Isso porque Durkheim apresenta o conceito de representação coletiva, relativo às funções mentais socialmente constituídas, através do qual o indivíduo pensa a si mesmo e à realidade da qual faz parte, bem como orienta suas ações (PICKERING, 2000; FOURNIER, 2007; MOSCOVICI, 2011). Este conceito, que atravessará a maior parte dos trabalhos durkheimianos dessa fase, será retomado e desenvolvido em dois importantes trabalhos de maturidade: *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (1989), obra originalmente publicada em 1912, que se configurou como um estudo epistêmico e sociológico acerca das categorias religiosas, e no curso que ministrou, pouco antes de sua morte, sobre o pragmatismo, publicado postumamente com o título *Pragmatismo e Sociologia* (2004).⁷

Com efeito, a noção de representação coletiva permitiu a Durkheim aprofundar algumas intuições contidas em suas primeiras obras, concernentes à força das ideias

5 Para ambos os comentadores, a obra em questão abre espaço para uma discussão acerca do processo de moralização dos indivíduos, à medida que incrementa ao tema da regulação social um segundo tema até então ausente em seus trabalhos anteriores: o tema da integração social. Destarte, a tipologia do suicídio estabelecida por Durkheim agregaria uma teoria da socialização em que a prevalência de um tipo de suicídio – o altruista, o egoísta ou o anômico – seria capaz de revelar o grau de integração dos indivíduos às normas, regras e valores sociais.

6 A esse respeito, afirma Irvin Zeitlin (1973), o amoso romance *Les déracinés*, escrito por um contemporâneo de Durkheim, Maurice Barrès, descreve, satiricamente, a influência das ideias republicanas e neokantianas nas escolas secundárias francesas. A trama gira em torno de um grupo de estudantes secundários que, no último ano, têm como professor de filosofia Bouteiller, um “kantiano entusiasta”. Também faz-se necessário destacar o romance de Paul Bourguès, *Le Disciple*, publicado em 1889, que havia já dado início a esse lugar narrativo, conquanto focando outros concorrentes, tais como Hippolyte Taine e Ernest Renan, sobretudo no que tange ao naturalismo defendido por ambos.

7 O referido trabalho é resultado de vinte lições que, entre os anos de 1913 e 1914, Durkheim ministrou na Sorbonne sobre o tema do pragmatismo, e que, ao que tudo indica, foi projetado para seu filho André Durkheim. Infelizmente, os textos originais se perderam durante a Primeira Guerra. Todavia, em 1955, um de seus discípulos mais destacados, Armand Cuvillier, reconstituiu grande parte desse curso a partir das anotações de alguns alunos de Durkheim, publicando-o na *Revue L'Année Sociologique*.

no interior de uma sociedade. Decerto, para o sociólogo francês, há entre as representações religiosas e morais um forte vínculo originário, e disso se depreende um enorme imbróglio: é que se os valores são, em essência, derivações do universo religioso, como vislumbrar, no caso das sociedades complexas, uma moralidade assentada em bases científicas e racionais?

Durkheim procura superar esse dilema afirmando que também a ciência e a racionalidade têm sua origem mais remota na religião. Em outros termos, nenhuma delas constitui uma ruptura com o universo religioso (DURKHEIM, 1989), mas são dele derivações que, autonomizadas, permitem estabelecer as bases de uma moral adequada às configurações sociais modernas. Afinal, religião, ciência e razão não passam de representações engendradas no interior das sociedades, as quais, longe de serem estáticas, transformam-se, modificam-se e evoluem. Dessa maneira, embora admita haver uma continuidade entre elas, à medida que, para o autor, o conhecimento humano é cumulativo, ciência e razão converteram-se em instrumentos de análise e intervenção mais eficazes do que a religião.

É movido por esse intuito de traçar uma nova moralidade, e assim superar o estado anômico que acomete às sociedades complexas, visto que os antigos valores religiosos já não se revelavam capazes de regular a vida social, que Durkheim se lança à tarefa de analisar os limites e o potencial transformador da ação educativa, afinal, como veremos adiante, é através da educação que o indivíduo adquire uma natureza social, que passa a prevalecer sobre sua natureza individual, isto é, sobre aqueles “estados mentais que não se relacionam senão conosco mesmo e com os acontecimentos de nossa vida pessoal” (DURKHEIM, 1978, p.41).⁸ Certamente por isso, sua sociologia se caracterizou, em grande parte, por uma sociologia da educação. Essa relação entre moral e educação, portanto, tem uma razão de ser, pois é função da educação transmitir às novas gerações, ou seja, às crianças e adolescentes, os valores adequados ao seu meio social de origem. Destarte, à medida que, segundo Durkheim, a legitimação da sociologia depende de sua capacidade de intervenção na realidade, pois do contrário o trabalho do sociólogo pouco ou nada valeria, então, só uma sociologia da educação poderia, de fato, contribuir no sentido de entender e modificar a realidade existente.

Entre os trabalhos mais significativos de Durkheim sobre os temas da moralidade e da educação, *A Educação Moral* desponta como um manancial de informações que permite aos estudiosos terem uma ideia clara sobre seus posicionamentos. Embora essa não seja a única obra em que o sociólogo francês se defronta com esses temas, é esta, sem dúvida, a que melhor oferece as linhas gerais de seu pensamento moral, ao passo que contribui para esclarecer o papel da educação formal na consecução de seu projeto de nação.

Para melhor compreendermos a importância dessa obra, em especial o modo como o autor articula os temas da educação, do republicanismo, da moral e da democracia em sua teoria sociológica (GENEYRO, 1991), passa-se agora a analisar, tanto em termos formais quanto em termos substantivos, algumas das ideias apresentadas por Durkheim. Com isso, esperamos apreender o fulcro dos argumentos durkheimianos e, assim, avaliar em que medida o referido trabalho contribui para situar o pensamento do autor no interior das discussões que, à época, marcaram o debate público acerca dos rumos a serem tomados pela França no contexto da recém-proclamada Terceira República.

8 Referimo-nos ao conceito de *homo duplex* de Durkheim, inicialmente propugnado em seu livro *Educação e Sociologia*, e mais tarde explorado em *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, segundo o qual o homem possui uma dupla natureza: a primeira estritamente individual, pois baseada no predomínio dos instintos, e a segunda social, caracterizada pelo sistema de ideias, sentimentos e hábitos adquiridos através do contato gradual do indivíduo com o grupo social.

Poucos estudiosos esforçaram-se tanto em abordar o tema da educação quanto Durkheim, de modo que não seria exagerado afirmar que a educação ocupou um lugar central em sua sociologia. O fato de ter se dedicado durante anos à carreira docente talvez explique seu interesse pelo assunto. Basta lembrar, por exemplo, que foi ele o primeiro a ocupar uma cátedra de Ciência de Social e Educação na prestigiada Universidade da Sorbonne, dispensando pelos menos um dia da semana a um curso de formação de professores primários.⁹ Todavia, seu interesse pelo tema vai muito além do trabalho realizado como professor. Nesse sentido, pode-se afirmar que o primado da educação em seu pensamento deve-se ao fato desta contribuir para uma compreensão mais apurada sobre as formas de socialização, conforme esclarece em sua obra *Educação e Sociologia*.

Contudo, antes mesmo de sua transferência para a capital francesa, Durkheim já demonstrava enorme interesse por esse tema. Ele era ainda um jovem aluno universitário quando, em maio de 1880, foram promulgados os decretos que instituíram a escola primária laica, pública, gratuita e obrigatória na França, e que contaram com o esforço pessoal de Jules Ferry – político de orientação republicana e positivista em termos científicos, que fora ministro da Instrução Pública – e Louis Liard – que ocupou o cargo de diretor do Ensino Superior..

Recém-egresso do Curso de Filosofia pela prestigiada École Normale Supérieure, em 1882, Durkheim, aprovado no concurso da *agregation*¹⁰, lecionou em alguns Liceus, respectivamente os de Puy, Sens e San Quentin (1884), antes de ser contemplado com uma bolsa de estudos e passar um trimestre visitando algumas universidades alemãs entre anos de 1885 e 1886, numa das poucas viagens que realizou ao estrangeiro.¹¹ Em seu retorno à França, em 1886, Durkheim ainda lecionou no Liceu de Troyes, antes de ganhar projeção com a produção de dois longos artigos, “Os estudos recentes de ciência social” e “A ciência positiva da moral na publicados pela *Revue Philosophique* (LUKES, 1984, p. 6-7). Em 1887, Durkheim é então convidado a substituir Alfred Espinas na Universidade de Bordeaux, assumindo a cátedra de Pedagogia e Ciências Sociais.¹² Grande parte dos cursos que ali ministrou era dedicada à educação e à moral.

Desde sua atividade professoral em Bordeaux, portanto, Durkheim esteve envolvido com esses temas, embora tenha sido na Sorbonne que, pela primeira vez, ministrou

9 Depois de ocupar o cargo de professor da disciplina de Pedagogia e Ciências Sociais, na Faculdade de Letras da Universidade de Bordeaux, entre os anos de 1887 e 1902, Durkheim foi nomeado suplente de Ferdinand de Buisson – que havia sido eleito membro da Câmara dos Deputados –, transferindo-se para a Universidade da Sorbonne, em Paris, onde assumiu a cátedra de Ciências da Educação, da qual se tornou titular em 1906 (LUKES, 1984). Todavia, ali, suas aulas se transformaram em verdadeiros acontecimentos, exigindo inclusive um grande anfiteatro para comportar o grande número de inscritos, visto que a disciplina por ele ministrada era obrigatória para todos os estudantes que desejassem obter o título de docente em Filosofia, História, Literatura e Línguas (RODRIGUES, 1978).

10 Exame nacional que, no sistema educacional francês, dá acesso ao cargo de professor secundarista.

11 Durkheim certamente é resultado da Terceira República Francesa, que estimulou a ascensão intelectual e social de seus melhores alunos universitários. Por esse motivo, o jovem estudante Durkheim, nascido e criado em Épinal, Departamento de Vosges, e originário de uma família de judeus de longa tradição rabínica, foi notado por seus mestres e contemplado com uma bolsa de estudos a qual, a pedido do governo francês, deveria ser o primeiro passo para uma série de reformulações do sistema de ensino francês, como, por exemplo, a que ocorreu em 1902, com a reforma do baccallauréat a partir da Comissão Ribot que, algum tempo antes, preparou caminho para essas reformas.

12 Como esclarece Lukes (1984, p. 100-101), a referida cátedra foi criada por meio de um decreto ministerial de 20 de julho de 1887. Tal medida foi seguramente aconselhada por Alfred Espinas, e encontrou respaldo num antigo membro desta universidade, Louis Liard, também politicamente republicano, que se tornaria Diretor do Ensino Superior.

um curso inteiramente dedicado ao assunto.¹³ Seu esforço para entender o fenômeno da educação, que vinha desde sua atividade docente em Bordeaux, resultou em uma série de artigos e em dois grandes cursos sobre o tema, respectivamente *A Educação Moral e A Evolução Pedagógica na França*¹⁴, ambos publicados postumamente.

A Educação Moral foi assim o seu primeiro curso parisiense.¹⁵ Ministrado no ano letivo de 1902-1903, e repetido posteriormente no ano letivo de 1906-1907, o referido curso só seria publicado no ano de 1934. A edição e publicação dessa obra, que ficou sob a supervisão de Paul Fauconnet, discípulo e substituto de Durkheim na Sorbonne, conta com dezoito de um total de vinte lições. Duas dessas lições teriam sido excluídas dessa primeira edição, a saber: “Pedagogia e Sociologia”, que é, na verdade, a aula inaugural de Émile Durkheim ao assumir a cátedra de Ciência da Educação na Sorbonne; e uma segunda lição referente à “Natureza e Método da Pedagogia”.¹⁶ Essas duas lições, que fariam parte desse mesmo curso, podem ser encontradas na obra *Educação e Sociologia*.

3.1 - A formação do sistema de ensino francês: o primado do humanismo

Antes, porém, de analisarmos a obra *A Educação Moral*, é mister tecer algumas considerações sobre dois trabalhos durkheimianos não menos relevantes: *A Evolução Pedagógica na França*, resultante de um curso ofertado por Durkheim em Bordeaux, e o pequeno ensaio intitulado *O ensino moral na escola primária*.¹⁷

No primeiro deles, Durkheim analisa o desenvolvimento histórico das diversas correntes pedagógicas que, desde o fim da idade média e transcender da modernidade, tutelaram as discussões acerca dos rumos da educação francesa.

Trata-se, portanto, de um estudo sobre as instituições de ensino francesas, em que o autor procura abordar os diversos programas, expressos nas matérias e nos métodos de ensino, com vistas a percorrer as transformações que, das escolas episcopais às universidades medievais, passando pelos colégios jesuítas, desembocaram nos liceus. Para tanto, o autor também atenta para as mudanças que marcaram outras instituições do corpo social – seus valores, costumes e crenças – das quais as diversas correntes de pensamento

13 Conforme deixa transparecer em uma carta enviada ao amigo Lévy-Bruhl, pouco antes de assumir o desafio de transferir-se para Paris: “Tudo correria perfeitamente bem se eu tivesse que me ocupar apenas da Educação Moral. Aí sinto-me inteiramente à vontade. Inclusive, teria material suficiente para preencher devidamente minhas aulas durante dois ou três anos” (LUKES, 1984, p. 364).

14 Trata-se de um curso oferecido por Durkheim na Sorbonne durante o ano letivo de 1904-1905, e retomado nos anos seguintes até a deflagração da Primeira Guerra Mundial, em 1914. No Brasil, a única edição desta obra foi publicada pela Editora Artmed, em 1995, com o título *A Evolução Pedagógica*. Consultar as referências bibliográficas.

15 Embora Steven Lukes (1984, p.109, nota 7), baseado na informação que recebeu de um antigo discípulo de Durkheim, Georges Davy, afirme que esta obra resulte de um curso oferecido três vezes em Bordeaux, argumento similar ao de um biógrafo mais recente, Fournier (2007), o fato de não ter confirmado a informação de modo a datar convenientemente o ano em que essas lições foram de fato preparadas, optamos por manter a explicação de Paul Fauconnet (1978), segundo a qual esta obra resulta do curso oferecido no ano letivo de 1902-1903, na Sorbonne (FERNANDES, 1994, p. 51).

16 A primeira lição foi publicada na forma de artigo pela *Revue de Métaphysique et de Morale*, em janeiro de 1903. Mais tarde, entretanto, tanto a primeira quanto a segunda lição foram publicadas em uma coletânea de textos de Durkheim sob o título *Educação e Sociologia* (1978), em 1922.

17 Trata-se de um texto que serviu de base para uma conferência proferida na primeira década do século XX, na École Normale de Auteuil, e que permaneceu inédito até 1992 quando uma pesquisadora francesa, Jacqueline Gautherin, o encontrou por acaso nos arquivos da biblioteca da École Normale d'Instituteurs de Paris e decidiu publicá-lo.

pedagógico são, em alguma medida, tributárias. Com isso, Durkheim pretende demonstrar que é impossível entender, por exemplo, a divisão das Universidades em Faculdades, as sanções escolares, o internato, os sistemas dos exames e dos graus, sem se remontar ao surgimento destas instituições e, sobretudo, ao modo como subsistiram e adaptaram-se às novas condições sociais, econômicas e políticas. Conforme deixa entrever, se por um lado as instituições pedagógicas parecem hostis às mudanças, possuindo mesmo um caráter conservador e tradicional, por outro, não há sequer uma instituição deste tipo que não tenha passado, em alguma época, por mudanças mais ou menos radicais.

Isso certamente explica a amplitude de seu estudo, que se estende do período carolíngio até o final do século XIX, e embora não fosse historiador profissional, a bibliografia por ele utilizada, bem como os documentos que consultou, ainda que datados, Durkheim conferiu a este trabalho enorme rigor analítico, tornando-o uma referência para os estudantes e pesquisadores da época, e embora não fosse um historiador profissional, conhecia bem os métodos modernos.¹⁸

Mas, para além de um estudo institucional, esse curso durkheimiano cumpre um segundo objetivo: analisar como os problemas pedagógicos se apresentam nos fatos, sob a pressão do meio social, bem como as soluções prevalecentes, suas consequências e, sobretudo, os aspectos positivos que mereciam ser aproveitados no presente. Assim é que a história lhe servirá de base para uma reflexão acerca das experiências pedagógicas, apresentando-nos as suas linhas-mestras. Com efeito, ao adotar essa perspectiva, Durkheim não só reconhece os vícios congênicos dos antigos sistemas pedagógicos, mas também as inovações fecundas que legitimam o seu sucesso mais ou menos prolongado.

Não por acaso, na ótica do mestre francês, apesar de todas as transformações pelas quais a França passou nesse longo período, algo parece ter permanecido, a saber: os conceitos e métodos pedagógicos convencionalmente chamados de “ensino clássico”. Especialmente o ensino secundário, bem mais complexo do que o ensino primário, seja pelos diversos graus que caracterizam sua estrutura, seja pelo número de matérias ministradas por diferentes professores, enfrenta uma crise sem precedentes, sobretudo por que, a despeito dos decretos e regulamentos impostos pelas reformas, as ideias que continuam a movimentar a educação francesa ainda são os mesmos de outrora: os ideais humanistas que, durante séculos, nortearam o ensino daquele país que, mesmo diante de todas as transformações ocorridas nas estruturas das sociedades contemporâneas, continuava preso às práticas passadistas e antiquadas representadas por um ensino eminentemente intelectualista. Isso porque, na interpretação de Durkheim, embora a fé antiga na persistente virtude das letras clássicas tenha sido abalada diante das novas necessidades, “ainda não surgiu nenhuma fé nova para substituir a que está desaparecendo”, de modo que “a missão do ensino pedagógico é precisamente a de ajudar na elaboração dessa nova fé e, portanto, de uma vida nova” (DURKHEIM, 1995, p.16). Isso não significa, entretanto, que deva haver uma ruptura abrupta em relação ao legado da história pedagógica francesa, mas apenas uma atualização dos métodos e dos conteúdos ensinados, adequando-os aos novos tempos. Não se trata, portanto, de negar o humanismo, mas de colocá-lo a serviço de uma sociedade que se complexificou e que, por isso, não mais dispõe de espaço para o diletantismo que caracterizou o ensino da idade média até o período moderno, expresso nas diversas correntes pedagógicas analisadas pelo autor. Sobre esse ponto em especial, Durkheim é enfático:

18 Sobre este ponto em especial, vale lembrar que Durkheim foi aluno do grande historiador francês Fustel de Coulanges, de quem foi um admirador.

Continuemos, pois, a obra dos humanistas, porém, transformando-a, animando-a com ideias novas. Utilizemos as literaturas antigas, não para que a criança conheça esse homem abstrato e geral que é o tipo ideal do século XVII, mas sim o homem o tal como é, como sua natureza que lhe permite assumir as formas mais diversas. E, ao mesmo tempo em que as literaturas serão estudadas com outro espírito, poderão sê-lo também com outros métodos. Pois, embora uma língua deva servir para fazer conhecer uma civilização, o conhecimento da língua na qual essa literatura está escrita ainda pode ser útil, porém não é mais necessária. É bom conhecer a língua, pois assim é possível aproximar-se mais das ideias que se quer alcançar; mas, a partir do momento em que não se trata mais fundamentalmente de fazer apreciar o seu valor estético, uma tradição pode amplamente fazer a vez do texto, sobretudo para essa iniciação geral do colégio. Assim é que se pode conceber que o ensino secundário alcance uma das metas principais que tem sempre perseguido, sem por isso impor o estudo das duas línguas antigas. Um estudo das civilizações e das literaturas da Antiguidade produzirá mais ou menos os mesmos efeitos do que se a língua grega e a língua latina fossem ensinadas (DURKHEIM, 1995, p. 310).

Já no pequeno texto *O ensino moral na escola primária*, Durkheim enfrenta especificamente o problema do ensino primário francês que, à época, estava assentado em uma moral predominantemente religiosa. Vale lembrar que, mesmo após a proclamação da Terceira República, a Igreja Católica ainda a maior parte das escolas estivera sob o seu controle. Contudo, na visão do mestre francês, a despeito das contribuições para a formação do sistema ensino, a moralidade religiosa revelara-se insuficiente diante do novo quadro social emergido com as sociedades modernas. O texto em questão divide-se em pelo menos quatro partes. Na primeira delas, o autor procura caracterizar a importância da moral, definindo-a como um conjunto de regras responsável por nortear as ações dos indivíduos no interior da vida social. Na segunda parte, Durkheim defende a tese, explorada com maior profundidade em outras obras¹⁹, de que a sociedade é o verdadeiro fundamento dos valores morais que, exatamente por essa razão, devem ser amados, ainda que isso só possa se realizar plenamente por meio do exercício constante de abnegação dos desejos individuais. Na terceira parte, por seu turno, o sociólogo francês argumenta que toda a sociedade dispõe de uma moral consoante à sua estrutura. Por fim, Durkheim dedica-se a explicar como o ensino da moral laica poderia se realizar na prática, sendo a função da educação formal, sobretudo em suas séries iniciais, justificar racionalmente as regras morais. Nessa parte do texto, em especial, o autor é enfático quanto à possibilidade do ensino de uma moral laica. Partindo da premissa, anteriormente anunciada, segundo a qual os símbolos religiosos devem ser substituídos pela realidade por estes expressados, isto é, a realidade social, Durkheim afirma:

Eis aqui como um ensino que está vinculado à vida real é capaz de preparar a formação inicial dessa ideia moral. Deve-se mostrar à criança como ela é diferente quando está em grupo e quando está sozinha. Deve-se fazer com que a criança perceba como, estando com seus companheiros, logo recupera o ânimo quando está desanimada, e que quando está sozinha não acontece a mesma coisa (DURKHEIM, 2007, p. 73).

E, pouco mais a frente, conclui:

19 A esse respeito, indicamos *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, bem como *A Educação Moral*.

Para que o ensino da moral seja possível, é preciso manter intacta a noção de sociedade. É preciso conservar a ideia de que a sociedade é a condição mesma da civilização e da humanidade. E uma vez que a pátria não é mais que a sociedade mais altamente organizada, vocês podem perceber que negar a pátria não é apenas suprimir as ideias recebidas, mas é danificar a vida moral em sua própria fonte (DURKHEIM, 2007, p. 74).

Como se poderá verificar, algumas dessas ideias serão retomadas e aprofundadas em sua *A Educação Moral*, conquanto, nesta obra, a análise do autor dirija-se com maior ênfase à reformulação do ensino secundário.

3.2 - A Educação Moral e a formação do cidadão republicano

A obra *A Educação Moral* divide-se em duas partes, precedidas de uma introdução sobre “A moral laica”, que equivale à primeira lição do curso. As duas partes mencionadas versam, respectivamente, sobre “Os elementos da moralidade” (constituída de sete lições – da segunda à oitava lição) e “Como constituir na criança os elementos da moralidade”, totalizando dez lições, subdivididas por dois intertítulos: *O espírito de disciplina* (que vai da nona à décima terceira lição) e *A vinculação aos grupos sociais* (que vai da décima quarta à décima oitava lição).

A primeira parte desse curso, como o leitor certamente notará, é dedicada integralmente ao tema da moral e, em virtude disso, possui um caráter eminentemente teórico, à medida que nela o autor discute os elementos constitutivos da moralidade, tanto os elementos pétreos – o espírito de disciplina e a adesão aos grupos sociais – quanto o elemento da moralidade típica das sociedades complexas – por ele denominado de autonomia da vontade. A segunda parte do curso, por seu turno, possui um caráter prescritivo, portanto de ordem prática, e embora retome os dois elementos pétreos da moralidade – conforme sugerem os dois intertítulos que dividem a segunda parte do texto –, nela o autor deixa transparecer seu comprometimento com a formação do cidadão republicano.

Enfatizemos esse recurso argumentativo, pois ele é a chave para se compreender as posições assumidas pelo autor ao longo do livro. Adepto do republicanismo²⁰, Durkheim nutria grande interesse em consolidar uma moral verdadeiramente republicana. Por isso, entendia que a educação tinha um importante papel a desempenhar na formação dos futuros cidadãos. Nesse sentido, vale lembrar uma passagem contida em *Educação e Sociologia*, segundo a qual “A educação é uma ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontrem ainda preparadas para a vida social”, tendo, pois, como objetivo precípua “suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine” (DURKHEIM, 1978, p.40). Como a definição supracitada deixa entrever, há, na ótica durkheimiana, uma relação bastante próxima entre educação e moral, o que, sem dúvida, explica o fato de todo conteúdo expresso na primeira parte de *A Educação Moral* gravitar especificamente em

20 Toda a formação de Durkheim se deu no interior de instituições marcadamente republicanas, de modo que os valores que plasmam sua visão acerca dos rumos políticos da França estão em consonância com a perspectiva de consolidação da Terceira República Francesa que, em 1870, havia sido proclamada, mas que ainda enfrentava sérias resistências por parte de grupos, classes e frações sociais visivelmente prejudicadas pela instauração do novo regime político. Entre estes últimos destacam-se os grandes proprietários rurais, a antiga aristocracia monárquica, as altas patentes militares e, por fim, os intelectuais vinculados à monarquia deposta.

torno da natureza e constituição da vida moral. Grosso modo, nessa primeira parte do curso, o sociólogo francês se esforça em demonstrar que a moral, independente do modelo de organização social, exige de seus membros certo grau de disciplina, visto que, sem ela, o indivíduo tende a agir egoisticamente. Todavia, a vida moral também requer do indivíduo certo grau de adesão aos vínculos sociais, pois, do contrário, sem algum nível de esforço ou abnegação, o indivíduo seria incapaz de reconhecer e de se submeter às regras e normas sociais estabelecidas.

Contudo, a primeira parte desse curso ainda reserva surpresas. É que, no atinente às sociedades complexas, bem mais complexas em termos de divisão do trabalho do que as sociedades pré-modernas, Durkheim afirma que a moralidade exige certo espírito de autonomia. Esse terceiro elemento, típico às organizações sociais mais avançadas, vem amenizar o pouco espaço reservado à reflexão e ação individual oferecido por aqueles sistemas morais formados apenas a partir dos dois primeiros elementos, como no caso dos modelos sociais fracamente segmentados. Nessa perspectiva, o diferencial dos sistemas morais modernos reside no fato de que o indivíduo, além do espírito de disciplina e da adesão aos vínculos sociais, dispõe de certo grau de autonomia, sendo, pois, imputado a refletir acerca da validade racional dos valores e normas sociais. Em outras palavras, nesse tipo de moralidade, o indivíduo, longe de aderir passivamente às normas e valores sociais, o faz conscientemente. De fato, a maior parte das normas e valores, por ser socialmente produzida, dispõe de validade. Ainda assim, não se pode descartar a hipótese de um valor ou norma ser rejeitada por não encontrar respaldo tanto na realidade social quanto nas consciências individuais. De todo modo, segundo Durkheim, o critério que permite ao indivíduo aceitar ou recusar as normas e valores sociais assenta-se no exercício racional. É a razão, portanto, o estatuto capaz de certificar validade ao conteúdo das regras, leis, valores e normas socialmente estabelecidas.

Isso certamente explica porque Durkheim se esforçou para estipular as bases de um modelo nacional de educação com vistas a formar os futuros cidadãos da república francesa. Não por acaso, toda a segunda parte de seu curso centra-se em questões fundamentalmente pedagógicas, em que o sociólogo francês procura delinear os contornos de uma educação racional, científica e laica. Vejamos, pois, como Durkheim concebe o modelo educacional republicano.

4 - O PROJETO EDUCACIONAL E PEDAGÓGICO DURKHEIMIANO

Durkheim considerava a escola um tipo de comunidade moral. Filosoficamente racionalista e politicamente republicano, ele sabia que a consolidação da Terceira República dependia da formação das novas gerações de acordo com uma moral renovada, ou seja, uma moral republicana. No entanto, havia um agravante. Durante séculos a educação francesa esteve sob a tutela da Igreja Católica. O sucesso político do republicanismo, por si só, não era capaz de garantir a edificação de uma nova mentalidade, sobretudo porque as famílias francesas, secularmente influenciadas pela religião oficial, continuavam a reproduzir os velhos valores cristãos na formação de seus filhos. Talvez por isso, Durkheim tenha apostado todas as suas fichas na reformulação do sistema escolar, o qual, em sua visão, deveria constituir um espaço laico e democrático sob a tutela do Estado (GEINEYRO, 1991), com o objetivo de superar as fraturas ideológicas que acometiam o país.

Toda a segunda parte de *A Educação Moral*, portanto, reflete o pensamento do autor a esse respeito. Nela, Durkheim não deixa qualquer dúvida sobre o tipo de educa-

ção que a escola deve ofertar aos alunos. Trata-se de uma educação científica, visto que a ciência, em suas mais variadas áreas, havia alcançado grande desenvolvimento. Contudo, isso não significa que a educação literária, típica do período humanista, deva ser rejeitada, mas, simplesmente, conjugada à cultura científica. Na esteira do pensamento iluminista, Durkheim propõe uma educação racional – e daí a ênfase num ensino de cunho científico – na qual o indivíduo possa desenvolver sua capacidade crítica e, por suposto, sua autonomia.

Para entendermos a proposta durkheimiana não é demais recordar que, para o autor, a educação tem uma conotação moral e não apenas intelectual. Sua proposta gravita em torno da elaboração de uma pedagogia (campo que está localizado entre a ciência e a arte)²¹ fundada na razão, ou seja, capaz de conciliar racionalismo e personalismo, em consonância com a nova moral emergente. Ora, se as sociedades industriais, caracterizadas pelo recrudescimento da consciência comum e pelo avanço do “culto” à pessoa humana (DURKHEIM, 1975), reclamam novos valores, uma educação que tenha por objetivo promovê-los deve antes estimular na criança o sentido da vida coletiva. Assim, os três elementos da moralidade definem, em sua forma e conteúdo, os objetivos de sua sociologia da educação. O espírito de disciplina, o espírito de abnegação e o espírito de autonomia devem ser por ela contemplados. Vejamos de que modo.

Ao salientar a importância do senso da disciplina para a criança, isto é, o gosto pela regularidade e pela submissão às regras, Durkheim tem em mente a “anomia” que dela se apossaria caso obedecesse unicamente aos seus desejos. O argumento é o de que o ser humano dispõe de uma natureza dupla, a biológica e a social, sendo a primeira inata e segunda adquirida, e que apenas a vida em grupo pode regular os apetites naturais, assegurando assim a moderação individual. A disciplina, contudo, vai muito além de uma mera moderação dos apetites naturais. Como observa o autor:

A disciplina moral não serve apenas para a vida moral propriamente dita; sua ação tem um alcance mais amplo. Ela desempenha um papel considerável na formação do caráter e da personalidade em geral. E, com efeito, aquilo que há de mais essencial no caráter é a capacidade de autocontrole, é essa faculdade de se conter, de inibir impulsos, que permite conter nossas paixões, nossos desejos, nossos hábitos, de legislar sobre eles (DURKHEIM, 2008, p. 59).

Para tanto, certo grau de abnegação se faz necessário. Durkheim recorre a um pressuposto psicológico, que se caracteriza pela ideia de que a liberdade depende em

21 No segundo capítulo do livro *Educação e Sociologia*, dedicado à natureza da pedagogia e seu método, Durkheim esforça-se por demonstrar que o termo pedagogia não deve ser confundido com o termo educação, conquanto entre estes existam muitas aproximações. Na visão do mestre francês, a pedagogia, diferentemente da educação, não consiste em uma ação exercida junto às crianças, mas em teorias, isto é, “certo modo de refletir a respeito das coisas da educação” (DURKHEIM, 1978, p. 58). Porém, logo a seguir, o autor procura demonstrar que a pedagogia também não se confunde com a ciência, ou seja, não se trata de uma ciência da educação, embora o educador deva tomar de empréstimo seus fundamentos. Isso porque, em sua ótica, toda ciência estuda os fatos tão somente para conhecê-los, sendo, pois, absolutamente desinteressadas. Já a pedagogia, por seu caráter teórico-prático, estuda mais ou menos profundamente os diversos sistemas educativos com vistas a fornecer ao educador uma visão teórica que o inspire. Exatamente por ser uma reflexão aplicada, todavia, a pedagogia guarda alguma semelhança com arte, aqui entendida como um saber-fazer, uma prática, que se caracteriza pelo exercício de uma profissão. Mas sendo a arte, na visão de Durkheim, um termo que deveria ser reservado à prática pura, isto é, sem a necessidade de uma reflexão, a pedagogia, por depender em alguma medida da reflexão, se localizaria num campo movediço entre a ciência e a arte, pois, a despeito de depender da reflexão científica, constitui-se, ainda assim, como prática, ainda que não no estado de pureza daquilo que convencionalmente denominou-se arte.

alguma medida de regulação²², com o qual pretende demonstrar que o homem só se realiza no âmbito do grupo. Por trás dessa aparente primazia da sociedade, revela-se um aspecto crucial, pois, conquanto o indivíduo deva se submeter à autoridade das regras, essas refletem um ideal coletivo que é, na verdade, uma forma particular de ideal humano. Conforme explicita o autor:

A adesão a um grupo implica, pois, de maneira indireta, mas necessária, uma adesão aos indivíduos, e, quando o ideal do grupo é uma forma particular de ideal humano, quando o caráter do cidadão se confunde em grande parte com o caráter genérico do próprio homem, é ao homem enquanto homem que estamos vinculados, o que nos faz sentir especialmente solidários àqueles que realizam de maneira mais intensa a concepção que nossa sociedade nutre a respeito da humanidade. É isso o que explica o caráter moral atribuído aos sentimentos de simpatia interindividual e às ações inspiradas por esses sentimentos (DURKHEIM, 2008, p. 92).

Prepara-se, assim, caminho para o último elemento da moral moderna: a autonomia da vontade. Durkheim defende que, na escola, o futuro cidadão seja formado para compreender a necessidade de aderir aos valores sociais. O papel da escola, portanto, é o de estimular a inteligência, a razão, com vistas a possibilitar uma “adesão esclarecida” às normas coletivas. Assim, a educação moral encontra-se diante de um dilema: ensinar a disciplina e, concomitantemente, a autonomia. Mas o que parece uma contradição insuperável, explica o autor, está na verdade em sintonia com a complexidade inerente à vida social moderna, na qual até mesmo elementos contrários, como no caso explicitado, são conciliados em vistas da socialização escolar.

Isso pode dar a entender que a autonomia é sempre um exercício limitado e relativo, pois fora da “adesão esclarecida” o indivíduo não dispõe de qualquer outra possibilidade de escolha. É certo afirmar que, para Durkheim, a autonomia é relativa. Entretanto, disso não se depreende que o indivíduo seja mero suporte das forças coletivas. Somado a outros, esse indivíduo pode questionar os valores instituídos quando estes mostrarem-se infundados e, assim, lançar as bases de uma renovação moral, pois só uma força coletiva pode opor-se à outra força coletiva. Por si só, o indivíduo isolado pouco ou nada pode fazer no sentido de alterar um valor instituído.

Decerto, por não ter ainda sua personalidade completamente desenvolvida, a criança está mais suscetível às influências externas, isto é, às exigências coletivas, mas disto não decorre que a escola e o professor restrinjam-se apenas a forjar espíritos obedientes, afinal, a passividade não corresponde àquilo que a sociedade moderna requer para a sua sobrevivência. Na perspectiva durkheimiana, não há qualquer contradição entre esses dois tipos de sentimentos. Afinal, se o egoísmo exagerado é pernicioso, uma dose de egoísmo é sempre necessária à composição da individualidade, e, na medida em que, na modernidade, não há vida coletiva sem o reconhecimento da personalidade individual, então, egoísmo e altruísmo, longe de se excluírem, complementam-se. Isso porque há um egoísmo que não se reduz a um movimento interno, aos interesses indi-

22 Sobre este ponto específico, afirma Durkheim: “O homem trabalha para cultivar sua inteligência, para refinar sua sensibilidade estética, com a única intenção de ser bem-sucedido, ou para gozar solitariamente do espetáculo que ele dá a si mesmo não desperta em nós nenhuma emoção propriamente moral. Podemos admitir alguém assim, da mesma forma que admiramos uma obra de arte; mas, na medida em que o comportamento que descrevemos nesse exemplo visa apenas fins pessoais, não podemos dizer que consiste no cumprimento de algum dever”. (...) “Eis, pois, um primeiro resultado obtido: os atos que têm como finalidade apenas o interesse do agente, isto é, atos pessoais, não importam quais sejam, são destituídos de valor moral” (DURKHEIM, 2008, p. 70).

viduais, mas que, pelo contrário, avança para além da individualidade, a saber: o “egoísmo ativo” que, segundo Durkheim, “tem como objetivo o engrandecimento do nosso próprio ser, implica certa expansão, certa manifestação de uma atividade exterior, uma verdadeira aptidão para doar-se e para abdicar de si mesmo” (DURKHEIM, 2008, p. 219). É esse tipo de egoísmo, capaz de se movimentar não só em direção a fins particulares, mas também em direção a fins mais elevados, o que a escola deve transmitir à criança, e não aquele outro voltado exclusivamente para o “eu”. Grosso modo, são essas as diretrizes educativas e pedagógicas que devem nortear, em termos morais, a formação do cidadão republicano, em conformidade com o individualismo emergente nas sociedades complexas.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do que foi exposto, evidencia-se que a sociologia durkheimiana não se reduz à reprodução dos princípios e fundamentos positivistas. Essa interpretação talvez seja adequada para uma abordagem dos seus primeiros trabalhos, ainda que alguns aspectos teóricos, mais tarde desenvolvidos em seus trabalhos de maturidade, já estivessem neles mais ou menos delineados. Contudo, ela revela-se inadequada para tratar dos trabalhos produzidos após as pesquisas realizadas por Durkheim sobre o fenômeno religioso, que, como vimos, o conduziria a uma discussão acerca da dimensão moral e simbólica das organizações sociais. Essa dificuldade deve-se, sem dúvida, à mudança de foco empreendida pelo autor em relação a seus interesses primaciais, decorrente da influência da filosofia neocriticista sobre seu pensamento, o que demonstra que as teorias com as quais Durkheim flertou ao longo de sua trajetória são muito mais heterogêneas do que supõem alguns de seus críticos. O problema da moralidade – que se depreende desse deslocamento, e que toma forma de um projeto democrático de nação em que a educação desponta como instrumento de intervenção na realidade social – coloca Durkheim vis-à-vis com a questão dos valores mais adequados à sociedade moderna. Por esse motivo, a obra *A Educação Moral* se torna imprescindível, pois nela não só encontram-se algumas definições importantes concernentes à moral, mas também uma reflexão a respeito da especificidade da moralidade moderna, que, contrariamente à moralidade das sociedades tradicionais, se assenta, sobretudo, na capacidade de julgamento do indivíduo. Isso, contudo, não indica que Durkheim tenha abandonado a ideia segundo a qual a sociedade é a fonte dos valores, mas apenas que estes, em virtude do processo de complexificação social, abrem-se ao exercício da razão, visto que o indivíduo, nas sociedades complexas, tornou-se o centro da vida moral. Em suma, na referida obra, após conceber as características do fenômeno moral, Durkheim apresenta um plano de ação – ou seja, uma pedagogia – com vistas a consolidar os valores que, em sua visão, deveriam nortear a formação do cidadão republicano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARON, Raymond. *As Etapas do Pensamento Sociológico*. 6. ed. Traduzido por Sérgio Bath. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- COLLINS, Randall. *Quatro tradições sociológicas*. Traduzido por Raquel Weiss. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

- DURKHEIM, Émile. DURKHEIM, Émile. “Representações Individuais e Representações Coletivas”. In: *Sociologia e Filosofia*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1970.
- _____. “O individualismo e os intelectuais”. In: *A Ciência Social e a Ação*. Traduzido por Inês Duarte Ferreira. São Paulo: Difel, 1975. p. 235-250.
- _____. *Educação e sociologia*. 7. ed. Traduzido por Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- _____. *Sociologia, Educação e Moral*. Porto: Portugal: Rés, 1984.
- _____. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. 2. ed. Traduzido por Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Paulus. 1989.
- _____. *A Evolução Pedagógica*. Traduzido por Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artmed, 1995.
- _____. *Lições de Sociologia*. Traduzido por Mônica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. *Pragmatismo e Sociologia*. Editora da UFSC/Editora da Unisul: Florianópolis/Tubarão, 2004.
- _____. *O Suicídio*. Traduzido por Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- _____. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- _____. *A Educação Moral*. Traduzido por Raquel Weiss. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- _____. *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- _____. “O Ensino Moral na Escola Primária”. In: *Novos Estudos Cebrap*, n. 78, v.1. Apresentação e tradução de Raquel Weiss. São Paulo: 2007. p. 59-75.
- DUVIGNAUD, Jean. *Durkheim*. Traduzido por Joaquim João Braga. Lisboa: Edições 70, 1982.
- FAUCONNET, Paul. “A Obra Pedagógica de Durkheim” In: DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia*. 8. ed. Traduzido por Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1978. p. 9-31.
- FERNANDES, Florestan. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. 4. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- FERNANDES, Heloísa Rodrigues. *Sintoma social dominante e moralização infantil: um estudo sobre a educação moral em Émile Durkheim*. São Paulo: Edusp/Escolta, 1994.
- FOURNIER, Marcel. *Émile Durkheim*. Paris: Fayard, 2007.
- GENEYRO, Juan Carlos. *La Democracia Inquieta: E. Durkheim y J. Dewey*. Madri: Anthropos, 1991.
- GIDDENS, Anthony. *Durkheim*. London: Fontana Press, 1986.
- _____. *Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. Traduzido por Cibele Saliba Rizek. São Paulo: Unesp, 1998.
- _____. *Capitalismo e Moderna Teoria Social*. 6. ed. Traduzido por Maria do Carmo Cury. Lisboa: Portugal: Presença, 2005.
- GIROLA, Lidia. *Anomia e individualism: Del diagnóstico de la modernidad de Durkheim al pensamiento contemporâneo*. Barcelona: Anthropos, 2005.
- HAWTHORN, Geoffrey. *Iluminismo e Desespero: uma história da sociologia*. Traduzido por Célia Maria Euvaldo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- HEILBRON, Johan. *La Naissance de la Sociologie*. Paris: Agone, 2006.
- LUKES, Steven. *Durkheim su vida y su obra: estudio histórico-crítico*. Madrid: Siglo XXI

- de Espana, 1984.
- MOSCOVICI, Serge. *A Invenção da Sociedade: sociologia e psicologia*. Traduzido por Maria Ferreira. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- NISBET, Robert. *La Formacion del Pensamiento Sociológico*. v. 1e 2. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.
- ORTIZ, Renato. Durkheim: arquiteto e herói fundador. In: *Ciências Sociais e Trabalho Intelectual*. São Paulo: Olho d'água, 2002. p. 89 – 122.
- PARSONS, Talcott. *A Estrutura da Ação Social*. Traduzido por Vera Joscelyne. v. 1. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- PICKERING, William S. F. *Durkheim and representation*. London/New York: Routledge, 2000.
- RODRIGUES, José Albertino. *Durkheim*. São Paulo: Ática, 1978.
- SILVA, Augusto Santos. *Entre a razão e o sentimento: Durkheim, Weber e a teoria das ciências sociais*. 3. ed. Porto: Afrontamento, 2001.
- STEINER, Philippe. *A Sociologia de Durkheim*. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.
- WEISS, Raquel. A Concepção de educação de Durkheim como chave para a passagem entre o positivo e o normativo. In: MASSELA, Alexandre (Org.). *Durkheim: 150 anos*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009. p. 169-189.
- ZEITLIN, Irving. *Ideología y teoria sociológica*. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.

JUVENTUDE, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E MOVIMENTOS SOCIAIS: REFLEXÕES CRÍTICAS

PAULO VITORINO FONTES

RESUMO

Este artigo pretende contribuir para a análise da cultura política que se expressa nas ações coletivas dos/as jovens que participam nos movimentos sociais mais recentes. As transformações estruturais da economia mundial e as mudanças na cultura política das sociedades condicionam a relação da juventude com a esfera da política. Neste sentido, ao explorarmos a prática ativa da cidadania juvenil na era global, recorrendo a vários contributos da investigação sociológica e política, pretende-se contribuir para a reflexão em torno das dificuldades e das potencialidades que os recentes movimentos sociais alternativos apresentam.

PALAVRAS - CHAVE

Juventude; movimentos sociais; cultura política; sistema; alternativas.

Youth, political participation and social movements: critical reflections

ABSTRACT

This article aims to contribute to the analysis of the political culture that is expressed within the collective actions of youths engaged in the more recent social movements. The structural transformations of the global economy and the changes in the political culture of society influence youth's relationship with the political sphere. In that sense, by exploring the active practice of youthful citizenship within the global era and taking into account the various contributions of the sociological and political research contributions, we intend to reflect about the potentialities and difficulties that the most recent alternative social movements show.

KEYWORDS

Youth; social movements; political culture; system; alternatives.

SOBRE O AUTOR

PAULO VITORINO FONTES

Tem Doutorado em Teoria Jurídico-Política e Relações Internacionais (summa cum laude) pela Universidade de Évora em 2016. Licenciado em sociologia pela Universidade dos Açores em 2000, concluiu o mestrado em sociologia pela mesma Universidade em 2012.

Autor e participante de projetos de intervenção com grupos de maior vulnerabilidade e exclusão social. Exerce funções de coordenação na Novo Dia – Associação para a Inclusão Social desde 2001.

Tem como principais interesses de investigação a Ciência Política e a Filosofia Política, com especial enfoque na Teoria Crítica Alemã, na Teoria do Reconhecimento e na sua articulação com outros paradigmas críticos.

É Membro colaborador do Centro de Investigação em Ciência Política – CICP da Universidade de Évora, desde 2013.

SUBMETIDO EM

26/11/2017

APROVADO EM

04/06/2018

1 - INTRODUÇÃO

Neste trabalho pretendemos explorar a prática ativa da cidadania juvenil na era global: a relação da juventude com a política e a sua participação nos chamados “movimentos anti-globalização”. Começaremos por uma abordagem do conceito de juventude, para depois iniciarmos uma breve análise dos vários movimentos sociais, distinguindo as suas principais características, de forma a centrar a nossa atenção na participação da juventude nos movimentos sociais mais recentes. Seguidamente, faz-se uma contextualização sócio histórica da contemporaneidade mundial a partir da revisão da literatura sociológica e política, que por limitação deste trabalho é restrita à produção de autores europeus, de forma a perceber a atual conjuntura, assim como os seus antecedentes, com o objetivo de extrair os seus desafios e possibilidades. Conclui-se que as transformações estruturais da economia mundial e as mudanças sociais e políticas contribuem para uma nova relação, muitas vezes contraditória, dos/as jovens com a esfera da política.

2 - SOBRE O CONCEITO DE JUVENTUDE

Ao contextualizarmos a vasta problematização sociológica em torno da juventude, percebe-se que ao nível teórico, existe uma ambígua definição de juventude, oscilando entre dois eixos semânticos: como unidade e como diversidade e entre duas correntes: classista e geracional (Machado Pais, 1990). Segundo Pilar Damião de Medeiros (2015: 94), importa compreender que a juventude da era (pós) moderna encontra um mundo radicalmente novo, pelo que deverá ser encarada como um objeto de estudo com características diferentes. A atual sociedade globalizada repleta de desigualdades e de paradoxos sociais, culturais e políticos; a perda da cristalização das etapas da vida; a multiplicidade de pontos de referência; a emergência de uma sociedade de risco e os novos fluxos de comunicação e de informação que vêm potenciar novas capacidades constituem fatores fundamentais para a reafirmação das perspetivas geracionais (Damião de Medeiros, 2015: 94). Para Nuno Augusto (2008: 161), “mais do que um espaço de transmissão ou de adaptação, a juventude é entendida crescentemente como um espaço de construção e de questionamento dos modelos políticos erigidos pelas gerações anteriores”, pelo que “o ressurgimento do conceito de geração na sociologia nas últimas duas décadas deve-se, em grande medida, à intensificação dos efeitos da sociedade de risco, que os jovens experimentam de um modo crescentemente incerto e inseguro” (Augusto, 2008: 161). A corrente geracional, seguindo a conceitualização de Machado Pais (2003: 109) entende a juventude como uma fase da vida, em que as diversas culturas juvenis são culturas características de uma geração; enquanto a corrente classista entende as culturas juvenis como culturas de classe, onde a reprodução social é considerada em termos de reprodução das classes sociais. A conceção classista inspirada em autores como Pierre Bourdieu (2001 e [1979] 2007) procura saber em que medida os novos movimentos sociais são indicadores de novas e profundas divisões ou confrontações sociais na sociedade moderna. Segundo Klaus Eder (2001: 5), os novos movimentos sociais são valorizados por introduzirem novas questões, serem portadores de um novo paradigma de existência social e revelarem novas divisões nas sociedades modernas além das religiosas e étnicas tradicionais. No entanto, apesar das novas divisões introduzidas serem percebidas como substitutas da antiga divisão baseada na classe, a divisão entre capital e trabalho, não podemos concordar que o conflito de classe está a desaparecer, uma vez que os novos movimentos sociais não podem ser reduzidos a movimentos que procuram a inclusão universal, continuando

a observar-se que estão em jogo interesses, normas e valores antagônicos e até incomensuráveis (Eder, 2001: 6).

Consoante os ângulos analíticos com que se considere a juventude, poderá ser mais vantajoso optar pela corrente geracional ou classista. Não é nossa intenção abandonar os critérios e recursos da sociologia geracional, ao abordar-se a juventude como um todo, numa perspectiva de horizontalidade, em que “a valorização da problemática da juventude justifica-se em função dos signos de continuidade e descontinuidade intergeracionais” (Machado Pais, 1990: 154). No entanto, a sociologia da estratificação e das classes sociais continua a ser mais completa na explicação dos comportamentos socio-políticos e dos movimentos sociais (Eder, 1993 e 2001), com duas condições a serem estudadas: o mundo simbólico (Bourdieu) e o mundo normativo (Honneth) nos quais se pode interpretar as diferenças categoriais que existem numa sociedade. Estes elementos são historicamente variáveis, razão pela qual a ideia de classes determinadas “economicamente” é uma interpretação culturalmente e historicamente específica das diferenças categóricas entre as pessoas. Os novos movimentos sociais não são certamente movimentos de classes no sentido tradicional do século XIX. Todavia, eles podem ser vistos como uma manifestação de um novo tipo de relação de classe nos quais ocorre a “constituição da classe média” nas sociedades modernas avançadas (Eder, 2001: 19). Os novos movimentos sociais preocupados com a realização de uma existência “identitária” continuam a alimentar a construção de novas relações de classe. Nesse sentido a classe tem importância nos novos movimentos sociais. Considerando a pluralidade das formas de expressão e associação entre indivíduos na sociedade (pós) moderna, pretendemos ao longo do nosso trabalho refletir sobre o papel da juventude na ação coletiva, principalmente, nos movimentos sociais mais recentes.

3 - VELHOS, NOVOS E NOVÍSSIMOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais têm sido definidos, segundo Donatella Della Porta & Manuela Caiani (2009: 6), “como redes informais densas de atores coletivos envolvidos em relações conflituais com oponentes claramente identificados, os quais partilham uma identidade coletiva distinta, usando principalmente os protestos como o seu *modus operandi*”.¹ Os movimentos sociais são compostos por redes de grupos e ativistas, com uma identidade emergente, usando inúmeras formas não convencionais de participação e de protesto.

Embora a gênese dos movimentos sociais seja desconhecida, podendo estar desde sempre relacionada com o desenvolvimento da capacidade dos seres humanos de se organizarem e imporem exigências. São muitos os exemplos desta dialética na história, como François Houtart (2007) demonstrou com a existência de movimentos sociais desde o tempo de Jesus Cristo, com movimentos messiânicos, de protesto agrário, entre outros, até à Revolução Francesa (século XVIII), que marca a passagem da época moderna para a época contemporânea. Partindo da impossibilidade de referir todos os movimentos sociais já ocorridos, abordaremos apenas os movimentos que consideramos mais significativos da sociedade contemporânea.

No século XIX com a implementação do Estado-Nação e em oposição à regulação imposta por este, surgem movimentos sociais com inúmeros motivos de contestação

1 Para um maior aprofundamento teórico consulte Della Porta & Diani ([1999] 2006: 20-29).

social, laboral e política. O surgimento destes movimentos no século XIX até princípios do século XX esteve associado ao desenvolvimento da sociedade industrial; estes movimentos são com frequência percebidos como lutas baseadas na classe, movimentos de trabalhadores conduzidos por adultos masculinos, mesmo que muitos dos seus protagonistas tenham sido jovens, estudantes, boémios e trabalhadores jovens. Estes “velhos” movimentos sociais enfatizavam os protestos económicos, mas também tinham pretensões políticas e morais: democratização, direito de voto e igualdade de direitos. As características culturais destes movimentos denotavam uma significativa homogeneidade e o modelo organizacional dominante baseava-se na articulação de grupos locais com forte coesão interna e com uma forte construção identitária (Jeffrey Juris *et al*, 2012: 27).

O surgimento dos “novos” movimentos sociais nos anos sessenta do século XX esteve associado ao surgimento de novos modos de ação coletiva na era dos meios de comunicação de massas e das contraculturas juvenis. Os movimentos estudantis em Berkeley em 1964 e em Paris, Roma, Nova Iorque e México em 1968 foram os protestos fundantes. As lutas associadas percorriam várias classes sociais e já não se centravam essencialmente na redistribuição de recursos económicos. A base social destes movimentos afastou-se dos critérios de classe, enfatizando outros critérios com base no reconhecimento identitário: geração, género, orientação sexual e etnicidade, em particular as comunidades marginalizadas (negros, ciganos, indígenas, entre outras). A base territorial dos novos movimentos sociais deixou de ser local e passou a ser regional e transnacional. Os movimentos ambientalista, pacifista, feminista, gay-lésbico, entre outros, foram exemplos característicos. Ainda que muitas das pessoas participantes fossem adultas, estes movimentos foram com frequência concebidos como movimentos de juventude e de base de género, uma vez que lutavam pela emancipação e pela liberdade sexual dos jovens e das mulheres. A participação da juventude deu lugar a uma multitude de microculturas juvenis, revelando uma dimensão transnacional, mesmo assumindo diversas formas em cada país (Touraine, 1978; Melluci, 2001).

Nos primeiros anos do século XXI surgem novos modos de ação coletiva numa era de redes globais e de ciberculturas juvenis. Os novos movimentos salientam várias dimensões, os seus principais protestos são culturais, sociais, económicos e ambientais; não se resumem exclusivamente ao interesse individual, mas incluem a solidariedade com aqueles que são marginalizados pela globalização. As lutas destes movimentos atravessam gerações, géneros, etnias e territórios. Deixam de estar confinadas às fronteiras nacionais e situam-se no espaço global, usando as mesmas ferramentas do sistema neoliberal a que se opõem. A sua descentralização constitui um internacionalismo localizado (*glocalidade*). Carles Feixa (2002), pioneiro nos estudos sobre a juventude no espaço Iberoamericano empregou pela primeira vez o conceito de “novos, novos movimentos sociais”, enquanto que Della Porta & Diani ([1999] 2006) usaram o termo de “movimentos sociais globais”; mais tarde também surge o termo “novíssimos movimentos sociais” em Juris *et al* (2012), todos eles para caracterizarem os mais recentes movimentos sociais.

No mundo de hoje onde o descontentamento aumenta, parece-nos importante compreender as linhas estruturantes dos novos movimentos sociais, onde a inovação e a rutura com experiências passadas não deixam de se conjugar com algumas linhas de continuidade. Como nos elucida Elísio Estanque (2012: 5), hoje já não são os trabalhadores de um lado e os estudantes do outro, mas sim todo um conjunto de grupos sociais afetados pela incerteza e pela precariedade, congregando estudantes, novos trabalhadores, funcionários descartados, reformados antecipados e as vítimas das políticas de austeridade e de reestruturação do Estado social. É neste contexto que se podem conjugar condições propícias para “criar uma aliança *explosiva* entre o campo laboral e o universo

estudantil” (Estanque, 2012: 6), aumentando dessa forma a conflitualidade social. Os excessos do mercado que a globalização neoliberal e o capitalismo financeiro disseminaram pelo mundo têm tido efeitos devastadores nas últimas décadas, com o aumento das desigualdades, do desemprego e das mais variadas ameaças para a segurança e bem-estar geral. Daí têm derivado novas formas de protesto e de ativismo, sobretudo dinamizadas pelas camadas mais jovens e escolarizadas, que recorrem cada vez mais às novas tecnologias da informação e da comunicação (Estanque, 2012: 10).

Importa salientar que esta tentativa de distinguir os movimentos sociais em diferentes períodos históricos não pretende estabelecer categorias rígidas, mas auxiliar na análise dos movimentos sociais; uma vez que, na prática os vários movimentos de todos os contextos históricos exibiram características associadas com os velhos, novos e “novíssimos” movimentos sociais. Todos os movimentos – dos mais velhos aos mais novos – têm razão de existir e são compatíveis, pois são gerados no mesmo sistema capitalista. Como propõe Patrícia Mattos (2012), a partir dos vários pontos em comum e das interligações entre os vários movimentos sociais abre-se um vasto campo de análise, principalmente se recorremos à perspetiva interseccional desenvolvida pela teoria crítica feminista mais recente, conjugando vários indicadores como o género, a idade, a classe, a nacionalidade, a etnia sobre os vários movimentos sociais nos diferentes períodos históricos.

4 - SISTEMA MUNDIAL E A CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS

Para José Maria Tortosa (2011), os recentes movimentos sociais, desde as “primaveras árabes” até a *Occupy Wall Street*, passando pelos “indignados” europeus ou os estudantes da América do Sul, podem compreender-se, para além das suas componentes locais e específicas, como alternativas produzidas dentro da lógica do sistema capitalista. Na atual conjuntura de insegurança produzida pela crise visível desde 2008 agudizaram-se os motivos de protesto. Os seus participantes encontram dificuldades na definição de objetivos e meios, ao mesmo tempo que oscilam entre a procura de mudanças no sistema e na sua generalização ou na mudança de sistema.

Todos estes movimentos alternativos desenvolvem-se num duplo contexto, que inclui as regras de um sistema como fator constante e a sua conjuntura atual como fator precipitante.

As alternativas que se produzem no sistema mundial atual, como refere Tortosa (2011: 1), poderão ser melhor compreendidas se as situarmos dentro da lógica do próprio sistema, ainda mais se tivermos em conta a possibilidade dessas alternativas serem destruídas ou absorvidas pela esmagadora capacidade do sistema de incorporar tudo, em especial os corpos estranhos.

Todavia, a História tem mostrado que vários sistemas aparentemente estáveis deixaram de funcionar e que realmente há poucas coisas humanas irreversíveis. Razão pela qual não se deve excluir a possibilidade de isso voltar a acontecer, da mesma forma, como já foi referido, não se deve excluir a capacidade de recuperação que o sistema mundial já mostrou ter (Tortosa, 2011: 2).

Por outro lado, a atual situação do sistema mundial não tem precedentes, segundo muitos dos seus observadores. Como nos lembra Tortosa (2011: 2), embora se possa pensar na crise cíclica de 1929, ressoando elementos que novamente nos afetam: a crise económica, o descrédito da democracia, o auge dos movimentos totalitários carregados de verdades absolutas e de intolerância e a potência hegemónica em crise. Mas, também é óbvio que não estamos no mesmo contexto: em 1929 não havia consciência da pegada

ecológica deixada no planeta pela espécie humana em geral e pelos países mais ricos em particular, nem havia 1000 milhões de pessoas famintas no mundo, entre outras diferenças que iremos salientar.

Zygmunt Bauman ao recuperar algumas ideias de Rosa Luxemburgo no seu ensaio publicado em 2009: “O capitalismo como sistema parasita”, apresenta-nos como tese que o capitalismo funciona mediante a “colonização” de “territórios virgens” para serem explorados. Colonização que pode ser física, como nas conquistas, invasões, descobrimentos, entre outras; pode ser comercial ou financeira. Esta última, segundo Bauman (2009), tem-se intensificado no sistema atual, depois do capitalismo que falava Marx Weber (austero, arrojador, calculista) dar lugar a um capitalismo de consumo e, deste, ao capitalismo do crédito que por último entrou em crise, como todos os outros modos anteriores ao manterem em vigor a norma básica do sistema, que é a do benefício sem limites físicos, sociais e económicos, que se traduz na acumulação incessante de capital.

Pois, tanto para Bauman (2009) como para Tortosa (2011: 4), “o que mantém vivo o sistema é a colonização do futuro: o benefício de hoje obtém-se carregando sobre as costas não dos selvagens ou dos primitivos pré-capitalistas como iniciou o sistema mundo contemporâneo, mas sobre as gerações futuras”. Como é a atual crise da dívida, que para geri-la, exige rigor orçamental e redução de investimento por parte dos Estados que pediram auxílio aos mais ricos.

Na continuidade do pensamento de Tortosa (2011: 5), podemos verificar que a lógica do sistema com as suas variantes regras subordinadas ao princípio básico do benefício sem limite físico, social ou económico tem tido efeitos devastadores no planeta. Em primeiro lugar, temos uma crise económica que afeta os países centrais em que um decréscimo ou crescimento baixo traduz-se em redução de emprego e aumento de problemas sociais. Os governos ao capitalizarem os bancos com problemas entraram em deficit ou aumentaram-no. Posteriormente, a sua necessidade de endividamento foi-se resolvendo com empréstimos para fazer face aos gastos correntes e não à inversão produtiva, reduzindo-se assim a despesa pública e, por conseguinte, introduzindo um novo fator de desaceleração.

Não sendo a primeira vez que tal acontece, mas provavelmente o sucedido noutras ocasiões não afetou da mesma forma os países centrais. Em relação à crise de 1929, como Tom Engelhardt retratou na sua obra *United States of Fear* (2011), a diferença que agora se desenvolve é uma acumulação de novos problemas que interatuam com os económicos, gerando assim uma particular instabilidade do sistema no seu conjunto, começando pela sua potência hegemónica, os Estados Unidos da América.

Em primeiro lugar, estão os problemas ambientais: para além de se colonizar o futuro, parece claro que a exploração da natureza já alcançou níveis cuja “pegada ecológica” poderá ultrapassar limites de difícil recuperação. Podemos continuar a discutir se estamos perante a ameaça ou a realidade de uma mudança climática. Mas, depois do relatório da Universidade de Berkeley (2013) torna-se evidente o aquecimento global verificado até agora. Os seus efeitos sobre as secas, inundações e más colheitas já foram suficientemente constatados.

O *World Energy Outlook* publicado pela Agência Internacional de Energia em 2011 reconhecia dois acontecimentos relevantes para a nossa discussão: por um lado, atingiu-se o chamado “pico do petróleo”, momento em que o consumo já se faz à custa das reservas, sem que as novas descobertas (como por exemplo na Argentina, Brasil ou País Basco) sejam suficientes para compensar o esgotamento dos recursos. Por outro lado, o relatório reconhece o impacto que o consumo de combustíveis fósseis tem no aquecimento global e eventual mudança climática.

Convocando novamente a análise de Tortosa (2011: 5-6), verifica-se que juntamente com a crise energética apresenta-se também uma crise alimentar que, como as anteriores, não afeta por igual todas as partes do mundo. Se a crise económica e a energética são problemas sobretudo dos países centrais (os mais ricos do Norte), os efeitos da crise ambiental notam-se mais, no momento, nos países periféricos e, certamente, a crise alimentar, seja ou não fabricada, afeta-os igualmente.

Um dos resultados desta acumulação de crises, como nos elucida Tortosa (2011: 6), é o sentimento de insegurança que se difunde entre amplas camadas da população. Não correspondendo exatamente aos “99%”, numa terminologia contemporânea, mas verifica-se nos sectores médios e médio-baixos dos países centrais. Como Joaquín Estefanía analisou na sua obra “A economia do medo” em 2011, estas inseguranças incluem, pois, a insegurança económica perante o futuro do próprio emprego e da própria pensão, que só representa uma parte do problema. Da mesma forma que incluem a insegurança energética com os efeitos do “pico do petróleo” e a necessária transição energética para a qual não se vislumbram muitas alternativas. E tudo isto, num ambiente generalizado de descrédito das democracias existentes e das suas respetivas classes governativas. O descrédito da classe política aparece ligado a uma evidente crise de confiança em muitas instituições, perceptível em amplas camadas da população e, entre essas instituições, estão não só os partidos políticos como também os sindicatos, as igrejas, entre outras.²

A contradição que subjaz, colocada por Tortosa (2011: 7), é a de como conseguir, sem mudar as regras do jogo, crescer para criar emprego e, ao mesmo tempo, decrescer para responder aos desafios ambientais quando optando pelo primeiro propósito tão pouco se consegue o emprego, com o qual se acumulam os problemas. E como fazê-lo desde a política, depois de uma longa etapa em que a máxima tem sido “menos Estado e mais mercado”? Um percurso que foi produzindo e acumulando desregulações, sobretudo no sector financeiro, que conduziram à atual crise económica, que primeiro foi financeira, e que submeteu os governos aos interesses financeiros mundiais.

Para Tortosa (2011: 7), as reações contra estes acontecimentos não tiveram uma forte correlação com os mesmos, nem com a evolução da consciência sobre eles. Tão pouco assumiu as mesmas formas nos países centrais das conhecidas nos países periféricos, sendo frequente as reações dos países centrais receberem maior apoio mediático.

As reações em Portugal e, sobretudo na Grécia, aos sucessivos “planos de ajuste” e austeridade impostos do exterior foram ações de protesto de uma população que viu diminuída os seus níveis de vida. Para Tortosa (2011: 9), estas ações tem elementos em comum, neste sentido, com o sucedido nos anos 70 e 80 na América Latina, mas também os têm em comum com alguns países árabes onde ocorreu a “primavera”. Verifica-se sobretudo emoção e comportamento expressivo da mesma, geralmente dirigida contra o governo que aceitou a imposição exterior e não contra o organismo, instituição ou pessoas que a impuseram.

Dos vários movimentos sociais mais recentes, desde os protestos dos estudantes chilenos ao reivindicarem uma educação de qualidade, movimento este que ultrapassou fronteiras e se produziu também nos restantes países da América Latina, passando pela longa marcha dos indígenas na Bolívia que se opunham à construção de uma autoestrada no seu território, até aos indignados de Israel por determinadas condições de vida que consideravam inaceitáveis, salienta-se a sua heterogeneidade e a dificuldade, para aque-

² Para uma análise comparativa ao nível europeu do interesse pela política e da confiança nas instituições políticas consulte o trabalho de Rui Brites (2015).

les movimentos que ambicionam um impacto mundial, de ultrapassarem a suas limitações locais (Tortosa, 2011: 9).

A onda de protestos que se produzem no mundo como reação a um sistema precipitada pelas condições imediatas de insegurança e insatisfação, refrata-se em cada circunstância local de forma que dificulta a articulação e a exportação ou importação de métodos e estratégias.

Outras duas reações populares, distintas das que já foram apresentadas, muito locais e significativas, foram os distúrbios iniciados em Inglaterra em Tottenham, puramente expressivos do descontentamento e muito parecidos ao dos jovens parisienses de 2005. Não havia nenhum objetivo a alcançar: somente a expressão da raiva e da frustração.

Por sua vez, o movimento do 15-M e suas variantes locais, bem como a sua evolução até o 15-O através dos diversos “Occupy (inicialmente Wall Street, mas depois a mais cidades) pode ser situado noutra dimensão, apesar do seu parentesco com outros movimentos já enunciados. Joseph Stiglitz no seu artigo “A globalização do protesto” (2011: 1) refere que “o movimento de protesto que nasceu em Tunes, para depois estender-se ao Egito e daí a Espanha, já é global: a marcha de protestos chegou a Wall Street e a diversas cidades dos Estados Unidos” e comentava, quase como o padre Coughlin em 1932, “temos um sistema onde se resgatou os banqueiros, e abandonou-se as suas vítimas” (Stiglitz, 2011: 2).

Será importante analisar a evolução destes movimentos, sobretudo como interroga Tortosa (2011: 10), se o 15-O se consolida e perdura, algo que ainda não aconteceu. Tal como não se verificou ainda a articulação de muitas indignações locais em respostas coletivas à escala mundial. Pelo que importa refletir sobre os problemas que podem ter as alternativas propostas por esses movimentos, bem como sobre as dificuldades que afetam os mesmos.

Angela Davis, académica e ativista americana, ao participar no Occupy de Philadelphia em 2011, depois de na sua juventude ter participado nos movimentos sociais dos anos 60, sintetiza de uma forma clara o desafio:

A questão mais pertinente relativamente aos activistas da “Occupy” é a de como criar uma união que respeite e celebre a imensa diferença existente entre os 99%. Como podemos aprender a nos unirmos? Isto é algo que os 99% que se encontram a viver nos locais da Occupy podem ensinar-nos. Como podemos unirmos numa união que não seja simplista e opressiva, mas complexa e emancipadora e que reconheça, nas palavras de June Jordan, que “somos aqueles por quem estávamos à espera”. (Davis, 2011: 3)

Chegados até aqui, a primeira questão a colocar, retomando o pensamento de Tortosa (2011: 10), é se o movimento observável é realmente mundial. Perceível que não é: não afeta a todos os países, sendo evidente a ausência africana e do sudoeste asiático, daqueles países que as Nações Unidas classificam de menos desenvolvidos.

A relativa ausência de abordagens sobre os países periféricos nos movimentos dos países centrais, sobretudo nos Estados Unidos, é tão visível como a ausência de movimentos coordenados com os dos países periféricos, embora eles tenham acontecido em alguns casos, como na América Latina (Tortosa, 2011: 11). Os movimentos locais pouco conseguem frente a um mal ou adversário que está à escala mundial se não se coordenarem à escala em que se dá o problema, restando-lhes acreditar num “efeito mariposa”, produzido por pequenas mudanças em zonas marginais do sistema.

Mas mais consequente para a nossa discussão será voltar à questão central colocada por Tortosa (2011): se estes movimentos propõem uma mudança de sistema ou uma mudança no sistema.

De uma forma geral, pode-se recorrer à reatualização de Tortosa (2011: 11) da tipologia de comportamentos de Robert Merton (1968). Face às crises atuais, principalmente nos países centrais, o conformismo tem sido o comportamento mais frequente: observa-se naqueles e naquelas que aceitam tanto as metas como os meios legítimos do sistema para alcança-las e, importa salientar, independentemente dos que consigam ou não alcançar esses fins (bem-estar, felicidade, segurança, liberdade, identidade) e inclusivamente com independência de que consigam aceder aos meios para alcança-los. Para além do ritualismo, que aplica mecanicamente os meios aceites, independentemente de que conduzam a fins socialmente aceites ou do comportamento inovador, que aceita os fins mas procura novos meios para alcança-los, interessa particularmente à nossa investigação o comportamento da indignação. No grupo das pessoas indignadas há uma rejeição tanto dos fins como dos meios socialmente aceites. Mas importa não incluir a todos/as participantes no movimento na mesma categoria, o que explica essa oscilação entre os que propõem mudanças no sistema e os que procuram uma mudança de sistema (Tortosa, 2011:12). Por conseguinte, e seguindo a tipologia proposta, entre os conformistas e os ritualistas, se não alcançam as metas sociais, produzem-se muitas vezes diferentes níveis de frustração. A frustração pode ser confundida com indignação. A frustração gera agressividade e a agressividade procura um objeto sobre o qual possa descarregar. O comportamento agressivo pode dirigir a sua agressividade contra si próprio, como se pode explicar pelo aumento dos suicídios nos países centrais, ou dirigir-se para fora, por exemplo na forma de uso do outro (imigrante, de diferente religião, sexualidade ou raça) como objeto da própria agressividade física ou política, expressa no crescimento acentuado dos partidos xenófobos na Europa (Tortosa, 2011: 12). Importa referir que apesar dos sentimentos de indignação e frustração estarem presentes nos movimentos sociais, eles não são o fator único de influência dos comportamentos socio-políticos, o que obrigaria a uma revisitação dos modelos explicativos do comportamento socio-político dos actores sociais³, que aqui não podemos desenvolver.

O repto final que Tortosa (2011:12) coloca é claro: como passar de um comportamento expressivo da indignação, que sendo um comportamento emocional distingue-se da agressividade, a um comportamento racional relativamente aos fins, ou pelo menos racional relativamente a valores, segundo a terminologia de Max Weber, em que novos meios se ponham em prática para alcançar fins igualmente novos, correspondendo, segundo Tortosa (2011: 12), ao que Merton qualificava como revolucionário. Importa considerar os fins prováveis e os meios disponíveis, para que não se trate de uma infantil onnipotência das ideias, já que não é suficiente apontar o que está mal, importa propor vias viáveis de mudança.

Não sabemos se estes movimentos alternativos irão ter o impacto que outros já tiveram na história, pois a história não se repete. Mas também é certo que agora é mais fácil ter impacto sobre a realidade mundial, assim como também se pode aprender com os êxitos e com os horrores do passado.

Depois de termos percorrido algumas das especificidades e dificuldades que os movimentos alternativos apresentam e antes de apontarmos para propostas práticas, torna-se importante a reflexão de Boaventura de Sousa Santos, académico e ativista português, de forma a perceber algumas das potencialidades dos novos movimentos sociais e a incluir as suas propostas metodológicas na ultrapassagem das principais dificuldades que os movimentos alternativos enfrentam.

3 Para revisão dos modelos funcionalista cultural, socio-psicológico, de poder, marxista e outros confira Manuel Carlos Silva (1998).

Para Santos (2012: 139-140) a pluralidade do movimento global alternativo significa que a agregação de lutas, de interesses e de energias é feita de forma a respeitar as diferenças entre movimentos e a manter intatas as suas autonomias. Isto é, a construção da articulação e da agregação tem um valor e uma força independentes dos objetivos ou lutas que se agregam. É nesta construção que reside o potencial desestabilizador das lutas. Na capacidade de promover a passagem do que é possível num determinado momento para o que está emergindo como tendência ou latência de novas articulações e agregações. Muitas vezes, para este autor, são as lutas mais periféricas e os movimentos menos consolidados num determinado momento os que transportam consigo a emergência de novas possibilidades de ação e de transformação.

Santos (2001; 2012) ao também pretender construir uma teoria crítica, opõe-se ao que denomina “pensamento abissal”, eurocêntrico e colonizador, critica o “desperdício da experiência”, motivado pela exclusão do outro, cujo reconhecimento deveria ser a base de um diálogo intersubjetivo relevante. A tradução intercultural e interpolítica, proposta por Santos (2012: 158), é que irá possibilitar a criação de novas linguagens emancipadoras e a concretização de ações coletivas entre movimentos que combinam a luta pela igualdade com a luta pelo reconhecimento das diferenças. O pensador português opõe-se a uma teoria geral, como aquelas construídas pela civilização ocidental. Segundo Santos (2007: 39), “a diversidade do mundo é inesgotável, não há teoria geral que possa organizar toda essa realidade”. A alternativa proposta pelo autor à teoria geral é o trabalho de tradução. A tradução é o procedimento que permite a inteligibilidade mútua entre as experiências do mundo, que são viáveis e possíveis, reveladas por uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências, capaz de lidar com os desafios do presente e propor alternativas viáveis.

O procedimento de tradução não estabelece hierarquias em abstrato entre os movimentos ou entre as lutas e muito menos determina a absorção de uns por outros. Através da tradução é possível tornar porosas as identidades dos diferentes movimentos e lutas presentes, de forma que tanto o que os separa como o que os une se torne cada vez mais visível e seja tido em conta nas alianças e articulações necessárias. Traduzir significa sempre afirmar a alteridade e reconhecer a impossibilidade de uma transparência total. O procedimento de tradução é um procedimento emancipatório de aprendizagem mútua (Santos 2012: 154).

Para Santos (2012: 155), a tradução, ao assumir-se como interpolítica, deverá reconhecer as diferenças entre os vários movimentos e organizações sociais e procurar que o debate entre elas diminua as resistências e a insegurança. Da mesma forma, o procedimento de tradução é também intercultural porque pretende responder às mudanças culturais produzidas nos últimos trinta anos nas lutas de resistência contra o colonialismo, o sexismo e o capitalismo, entre outros. Santos destaca que as lutas mais inovadoras foram protagonizadas no Sul Global e envolveram grupos e classes sociais que tinham sido ignorados pela teoria crítica dominante, maioritariamente produzida no Norte Global⁴. Estas lutas ampliaram o repertório das reivindicações e dos objetivos, formularam-nos com novas linguagens referentes a universos culturais diferentes dos da modernidade ocidental. Assim, tornou-se evidente que a emancipação social tem muitos rostos e que

4 Para uma confrontação crítica das teses de Santos consulte Sandra Sousa & Tom Lewis (2014).

os diferentes movimentos estão ancorados em diferentes culturas, transportam diferentes conhecimentos e diferentes misturas entre conhecimento científico e senso comum. A construção do diálogo entre movimentos e organizações, como refere Santos (2012: 155), deverá ter em conta esta realidade e interpretá-la como algo enriquecedor, em vez de considerá-la uma limitação à articulação entre os movimentos que constituem a globalização contra-hegemónica.

Para Juan-Ramón Capella (2007: 220), os fóruns de encontro dos movimentos alternativos são espaços de divulgação de experiências, de discussão aberta e, acima de tudo, são espaços de auto-reconhecimento. No entanto, o teórico espanhol assinala criticamente uma carência da ação coletiva alternativa: não dispõe ainda de um espaço público permanente e visível, de um espaço de comunicação da opinião pública livre, apesar de possuir numerosos centros editoriais, revistas e campos de ação próprios na internet. Pelo que, o autor propõe um grande esforço de ampliação dos âmbitos de ação destes movimentos. Por outro lado, para Capella (2007: 220) é necessário atrair as classes trabalhadoras, que continuam insuficientemente representadas. Pois são estas a base fundamental de toda a mudança, são elas que desenvolvem as funções sociais elementares que sustentam o sistema. Daí advém também a dificuldade de se desvincularem das perspetivas que a cada momento são oferecidas pela classe empresarial, o que exigirá um esforço particular de inteligência e de imaginação para construir caminhos de ação alternativos que possam ser empreendidos pelas pessoas enquanto trabalhadoras. Para o autor a incapacidade de atrair significativamente as pessoas na sua condição de trabalhadoras constitui a maior debilidade do movimento de resistência.

Capella (2007: 221) também propõe uma redefinição dos fóruns sociais, “para que o auto-reconhecimento do movimento deixe de ser a sua principal função e se estimulem outras, como a discussão de temáticas especializadas, a comunicação, e também o debate difícil sobre o inevitável lado político de sua ação”.

Se a globalização neoliberal é o resultado de uma multitude de decisões adotadas à escala internacional, uma globalização alternativa também o deverá ser, na perspetiva de Capella (2007: 235). É necessário pensar e atuar, igualmente, no âmbito de grandes espaços económicos e sociais de uma forma global. A mesma noção de globalização alternativa conduz à necessidade de uma forte intervenção política global no âmbito das trocas produtivas.

É preciso concretizar a definição de um projeto de globalização alternativa e impô-lo por meio de instituições novas. O movimento alternativo realiza hoje antes de tudo operações de resistência: vive no tempo da resistência. Mas necessita incubar em si um tempo novo, com instituições globais públicas de natureza distinta das existentes e em que as existentes, se subsistirem, mudarão. Para isso, hoje, há que projetar, há que imaginar, comunicar e agir. (Capella, 2007: 235)

O internacionalismo ativo torna-se uma necessidade tanto do tempo de resistência como de um tempo de alteridade e deverá expressar-se em instituições transnacionais que possam consubstanciar as aspirações do movimento alternativo.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os anos 50 do século passado que as culturas juvenis, as revoltas juvenis e os estilos juvenis influenciam o desenvolvimento da sociedade (Rocha, Gonçalves e Da-

mião de Medeiros, 2017). Com a emergência dos novos movimentos sociais, Alain Touraine (1969) encara a juventude como o motor mais importante de mudança social. No entanto, a partir da última década do século XX, o mundo testemunhou o surgimento e a afirmação de um novo ciclo de ação coletiva, marcada por novas lutas e gramáticas de resistência, por diferentes espaços de participação e por novas formas de organização. As lutas de hoje já não se centram nas questões de redistribuição dos recursos, mas sim na liberdade individual e no reconhecimento de estilos e identidades. Michel Wieviorka (2008) considera que os movimentos da modernidade pós-industrial – movimentos estudantis, ecológicos, pacifistas, feministas, LGBT, civis, regionalistas, independentistas, entre outros – incidem sobretudo na subjetividade dos atores, pessoal e coletiva, constituindo-se um amplo debate em torno da política de identidade. Como nos diz Wieviorka (2008: 115),

os movimentos globais não se apresentam, ou não se apresentam somente, sob o ângulo da luta contra a dominação clássica, o seu maior estímulo não é combater as lógicas de exploração. Têm sobretudo sede de construir um outro mundo e de acabar com diversas formas de desprezo e de ignorância que os deixam à parte.

O atual ativismo de muitos e muitas jovens contra o slogan redutor e totalitário TINA (*there is no alternative*), contra as medidas de austeridade dos países do sul da Europa e as elevadas taxas de desemprego jovem tem sido objeto de estudo para alguns investigadores (Rocha, Gonçalves e Damião de Medeiros, 2017: 13).

Por sua vez, Knud Andresen (2017) apesar de valorizar o potencial de mudança associado às culturas juvenis, refere que as fronteiras geracionais dantes visíveis deixaram de existir. Para Machado Pais (1990) conceitos como “juventude” e “cultura pop” tornaram-se em estilos de vida e os seus valores foram absorvidos pela cultura dominante, criando uma lógica de continuidade geracional. Para Andresen (2017) a relação entre juventude, como geração de vanguarda, e a mudança social deixou de fazer sentido nas sociedades ocidentais, onde predominam a individualização, o consumo e a entropia cultural.

Depois de comparar estes novos movimentos globais com outros movimentos sociais que os precederam, seguimos o raciocínio de Tortosa na análise dos movimentos alternativos. Para estudar a relação da juventude com a política convocou-se a teoria de Santos (2012), que depois de uma forte crítica à globalização hegemónica, chama os saberes do Sul do mundo, muitas vezes desprezados e marginalizados, para a construção de um pensamento alternativo. O autor propõe o procedimento de tradução com o objetivo de estimular entre os movimentos e organizações sociais progressistas a vontade de criar em conjunto saberes e práticas suficientemente fortes para fornecer alternativas credíveis à globalização neoliberal.

Por fim, recorreremos a algumas propostas práticas de Capella que possam colmatar as dificuldades apresentadas pelos movimentos alternativos, como sejam a criação de novas instituições transnacionais capazes de rivalizar com as existentes, e de poderem atuar assim no mesmo âmbito das instituições criadas pela globalização neoliberal.

Os movimentos sociais que lutam por uma globalização alternativa constituem um novo fenómeno político focado na ideia de que a fase atual do capitalismo global e do colonialismo, que não deixou de existir, exigem novas formas de resistência e novas direções para a emancipação social. O papel que a juventude vai desempenhar nas lutas do futuro, ninguém conseguirá prever.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRESEN, Knud 2017. Youth in european contemporary history – a history of blurred boundaries?. In: Rocha, Gilberta; Gonçalves, Lalandia e Damião de Medeiros, Pilar. (Org.). Juventude(s): pensar e agir. V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- AUGUSTO, Nuno 2008. A juventude e a(s) política(s): desinstitucionalização e individualização. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 81, junho, pp. 155-177.
- BAUMAN, Zygmunt 2009. Del capitalismo como sistema parásito. *Clarín*. Disponível em: http://edant.revistaenlinea.com/notas/2009/12/27/_-02107667.htm, acessado a 14/10/2017.
- BOURDIEU, Pierre [1979] 2007. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Tradução de Daniela Kern & Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp.
- BOURDIEU, Pierre 2001. *Poder, derecho y classes sociales*. 2ª ed, Bilbao: Desclée de Brouwer.
- BRITES, Rui 2015. Interesse pela Política e Confiança nas Instituições políticas: Portugal em comparação europeia. *Plataforma Barómetro Social*. disponível em: <http://barometro.com.pt/archives/1432>, acessado a 25/11/2015.
- CAPELLA, Juan-Ramón 2007. *Entrada en la Barbarie*. Madrid: Editorial Trotta.
- DAMIÃO DE MEDEIROS, Pilar 2015. Políticas de juventude nos Açores: uma reflexão em torno da condição da(s) juventude(s) (pós)moderna(s), em Medeiros, Teresa. (Coord.), *Adolescência: desafios e riscos*. Ponta Delgada: Letras Lavadas Edições, pp. 91-106.
- DAVIS, Angela 2011, The 99%: a community of resistance. *The Guardian*, disponível em: <http://www.theguardian.com/commentisfree/cifamerica/2011/nov/15/99-percent-community-resistance>, acessado a 12/02/2016
- DELLA PORTA, Donatella & DIANI, Mario [1999] 2006. *Social Movements. An Introduction*. 2ª ed. Malden. MA and Oxford: Blackwell Publishing.
- DELLA PORTA, Donatella e CAIANI, Manuela 2009. *Social Movements and Europeanization*. Oxford: Oxford University Press.
- EDER, Klaus 1993. The new politics of class. Social movements and cultural dynamics in advanced societies. Londres: Sage.
- EDER, Klaus 2001. A classe social tem importância no estudo dos movimentos sociais? Uma teoria do radicalismo da classe média. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Jun, vol.16, no.46, p.5-27.
- ENGELHARDT, Tom 2011. *The United States of Fear*. Chicago: Haymarket Books.
- ESTANQUE, Elísio 2012. Movimentos sociais: a nova rebelião da classe média. *Ensino Superior – Revista do Sindicato Nacional do Ensino Superior*, nº 43, jan/fev, p. 28-37.
- ESTEFANÍA, Joaquín 2011. *La economía del miedo*. Madrid: Galaxia Gutemberg.
- FEIXA, C., SAURA, J.R., & COSTA, C. (Eds.) 2002. *Movimientos juveniles: de la globalización a la antiglobalización*. Barcelona: Ariel.
- HOUTART, François 2007. Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico. *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas* Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina. Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.20.doc>
- JURIS, Jeffrey; PEREIRA, Inês e FEIXA, Carles 2012. La globalización alternativa y los ‘novísimos’ movimientos sociales. *Revista del Centro de Investigación*, Universidad La Salle, Vol. 10, núm. 37, enero-junio, pp. 23-39.
- MATTOS, Patrícia 2012. O conceito de interseccionalidade e suas vantagens para os estu-

- dos de género. *XV Congresso Brasileiro de Sociologia*. Curitiba, Sociedade Brasileira de Sociologia, 26 a 29 de julho de 2011.
- MELUCCI, Alberto 2001. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes.
- MERTON, Robert 1968. *Social Theory and Social Structure*. New York: Free Press.
- PAIS, Machado 1990. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. *Análise Social*, XXV, (105-106), pp. 139-165.
- PAIS, Machado 2003. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- SANTOS, Boaventura de Sousa 2007. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo.
- ROCHA, Gilberta; GONÇALVES, Lalanda e DAMIÃO de MEDEIROS, Pilar. (Org.) 2017. *Juventude(s): pensar e agir*. V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- SANTOS, Boaventura de Sousa 2012. *De las dualidades a las ecologías*. La Paz – Bolívia: Red Boliviana de Mujeres Transformando la Economía – REMTE.
- SILVA, Manuel Carlos 1998. *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no noroeste de Portugal*. Porto: Afrontamento.
- SILVA, Manuel Carlos 2000. Globalização hegemónica e globalização contra-hegemónica, em Viegas, J. M. & Dias, E. C. (Org.), *Cidadania, integração, globalização*. Lisboa: Celta Editora.
- SOUSA, Sandra & LEWIS, Tom 2014. Para além da divisão Norte/Sul em epistemologia e política emancipatória. *Configurações* [Online], 12 | 2013, posto online no dia 08 Outubro 2014, consultado o 19 Janeiro 2016. URL : <http://configuracoes.revues.org/1962>.
- STIGLITZ, Joseph 2011. The globalization of protest. *Project Syndicate*. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/the-globalization-of-protest>, acessado a 20/03/2015.
- TORTOSA, José Maria 2011. Sobre los movimientos alternativos en la actual coyuntura. *Polis* [En línea], 30, disponível em: <http://polis.revues.org/2306>, acessado a 30/09/2015.
- TOURAINÉ, Alain 1969. *La société post-industrielle. Naissance d'une société*. Paris: Denoël.
- TOURAINÉ, Alain 1978. *La voix et le regard, Sociologie des mouvement sociaux*. Paris: Seuil.
- Universidade de Berkeley 2013, *Berkeley Earth*, disponível em: <http://berkeleyearth.org/analysis.php>, acessado: a 10/10/2015.
- WIEVIORKA, Michel 2008. *Nove lições de sociologia: como abordar um mundo em mudança?*. Lisboa: Teorema.

NO JORNAL E NO TRIBUNAL: CONTROVÉRSIAS DISCURSIVAS SOBRE A LEI MARIA DA PENHA

RAYZA SARMENTO
LUCIANA ANDRADE

RESUMO

Este artigo analisou as controvérsias discursivas interpretativas sobre a Lei Maria da Penha em ambos. Três questões se mostraram controversas nos dois âmbitos e dizem respeito à: constitucionalidade da legislação, ao tipo de ação penal necessário e as relações que deveriam ser protegidas pela lei. A análise aponta para um interessante transbordamento dos debates entre os dois âmbitos e indica a necessidade de reflexões mais adensadas sobre a relação entre mídia e judiciário no Brasil.

Este artigo analisou as controvérsias discursivas que apareceram na mídia e no judiciário brasileiros sobre a Lei Maria da Penha. Empiricamente, a análise qualitativa de discurso se concentrou em textos dos jornais O Globo e Folha de S. Paulo e em acórdãos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, durante os anos de 2006 a 2012. Partimos da ideia de que mídia e judiciário são dois importantes “âmbitos interacionais” para a compreensão de questões relevantes à vida pública e analisamos as disputas

PALAVRAS - CHAVE

Lei Maria da Penha; Controvérsias discursivas; Mídia; Judiciário

In the newspaper and in the court: Discursive Controversies about the Maria da Penha Law

ABSTRACT

This paper analyzed the discursive controversies in the Brazilian media and in the judiciary about the Maria da Penha Law. Empirically, the qualitative discourse analysis focused on the texts of the newspapers O Globo and Folha de S. Paulo and on judgments of the Court of Justice of Minas Gerais during the years 2006 to 2012. We understand media and the judiciary as two important “interactional loci” for the understanding of issues relevant to public life and we analyzed the interpretative disputes over the Maria da Penha Law in both. Three issues have been controversial in both spheres: constitutionality of legislation, the type of criminal action required and the relationships that should be protected by law. The analysis points to an interesting overflow of debates between the two spheres and indicates the need for more reflections on the relationship between the media and the judiciary in Brazil.

KEYWORDS

Maria da Penha Law; Discursive Controversies; Media; Judiciary

SOBRE AS AUTORAS

RAYZA SARMENTO

Professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa (DCS/UFV). Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCP/UFMG). Pesquisadora do Margem - Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça (UFMG).

LUCIANA ANDRADE

Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCP/UFMG). Mestra em Ciência Política pela mesma instituição. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

SUBMETIDO EM

17/10/2017

APROVADO EM

24/07/2018

A relação entre mídia e judiciário no Brasil não é recente e, no atual contexto, apresenta-se de forma ainda mais imbricada. Estas são duas arenas importantes para o entendimento da construção de significados sobre questões públicas. Isto se deve à compreensão de que as decisões constitucionais (legais) não se dão (ou deveriam se dar) apenas entre as cortes judiciais, mas esta ser apenas uma etapa do processo de decisão. Desta forma, o processo decisório sobre aspectos legais se tornaria circular e ininterrupto, construído politicamente por diferentes atores públicos, inclusive a mídia (Marona e Da Rocha 2017: 135). No que diz respeito à violência contra as mulheres, ambas as arenas foram acionadas pelos movimentos feministas: a mídia como forma de publicizar as violências cometidas no ambiente doméstico, comumente fechadas na própria esfera privada; o Judiciário como a instituição estatal capaz de agir responsabilizando os agressores e resguardando os direitos humanos das mulheres (Pinto 2003).

No tribunal, desembargadoras e desembargadores, ministros e ministras, têm, por ofício, lidar com a definição de significados de justiça, de certo ou errado, verdade ou mentira, tendo como base jurídica e legal a Constituição Federal de 1988, o Código Penal e o Código de Processo Penal, para citar apenas alguns exemplos. No jornal, esses significados são amplificados e têm adensadas novas compreensões, a partir da mobilização, também pelo ofício, de fontes, histórias de vida, narrativas pessoais, que extrapolam os atributos científicos e doutrinários do Direito Penal brasileiro.

Neste texto, buscamos entender como uma das legislações mais conhecidas no Brasil, a Lei de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, nº 11.340/06, batizada de Lei Maria da Penha (LMP), figurou discursivamente na narrativa jornalística e nos acórdãos de um tribunal de justiça brasileiro. Isto porque a mídia aciona com muita frequência fontes de informação ligadas ao judiciário para falar de tal legislação (Sarmento 2013). E, por outro lado, a análise de acórdãos judiciais revela que há referências a acontecimentos noticiados pela imprensa nesses documentos (Andrade 2017). Desta forma, a construção das narrativas de violência, permeadas pelas duas arenas, com suas especificidades e procedimentos próprios, conformam um entendimento mais abrangente, para e da sociedade, do que são as violências a que estão submetidas as mulheres brasileiras, os limites de tolerância e também a atuação do Estado brasileiro.

A visibilidade de casos como o de Eloá Pimentel (2008) e da cabeleireira Maria Islaine (2010), para além da história da mulher que dá nome à lei, aparecem em acórdãos judiciais do Tribunal de Minas Gerais, como o disposto abaixo.

Recentemente nossos telejornais, inclusive em âmbito nacional, noticiaram os trágicos fatos, registrados por câmera de segurança, ocorridos na região norte da capital mineira, em que o ex-companheiro teria, supostamente, por ciúme, descarregado sua arma contra a mulher que trabalhava em seu salão de beleza (...) Não podemos nos esquecer, também, do caso de grande repercussão nacional de “Lindemberg e Eloá” que nada mais refletia do que a violência praticada contra a mulher em decorrência da relação íntima resultante do namoro, ainda que não houvesse coabitação entre vítima e agressor, ocasionando, aos olhos de quem quisesse ver, a morte da vítima. Situações assim, não podem persistir (TJMG – Acórdão n. 10433082659734001 de 2010).

Apesar de o excerto acima ser positivo e favorável às mulheres no que diz respeito a um julgamento que as ampare e resguarda seus direitos a uma vida sem violência, esta não é a regra. Tanto nos acórdãos judiciais quanto nas notícias veiculadas em jornais im-

pressos. O entendimento sobre a legislação, em ambas arenas, é construído com base em dissensos, embates, e nem sempre caminha em um mesmo direcionamento. Este é um dos fatores que consideramos aqui como um dos entraves para a devida implementação da Lei Maria da Penha em âmbito nacional¹ e também para a divulgação efetiva da Lei, que cumpre um papel de prevenção da violência.

O artigo está estruturado da seguinte forma, para além desta introdução e da conclusão. Na primeira seção apresentamos um breve histórico acerca da criminalização da violência contra as mulheres no Brasil, a promulgação da Lei Maria da Penha e as mudanças que ela promoveu no Sistema de Justiça brasileiro. Em seguida, os procedimentos metodológicos de coleta e análise das controvérsias em cada uma das arenas.

2 - UMA LEGISLAÇÃO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

O problema da violência contra as mulheres já vem sendo enfrentado, em diferentes arenas e instâncias, há bastante tempo. Em nível internacional foram realizadas a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979), Conferência de Viena (1993), Convenção de Belém do Pará (1994) e a Conferência de Pequim (1995), todas com ações e recomendações aos países signatários para lidarem com este fenômeno de forma específica. O Estado brasileiro participou e é signatário de todos eles.

No contexto brasileiro, ao longo destes anos, concomitante ao avanço jurídico internacional no enfrentamento das violências contra as mulheres, foram travadas inúmeras lutas dos movimentos feministas pela criminalização da violência, bem como ações pontuais e não integralizadas para o atendimento às mulheres, tal como a experiência do SOS Mulher (Gregori 1993). A publicização de casos como o de Ângela Diniz e toda a movimentação na imprensa em torno do slogan “quem ama não mata” contribuíram para visibilizar publicamente a violência como uma questão que demandava resolução pública (Sarmiento 2013).

Pela via estatal, deve-se ressaltar a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres, a partir de 1985, dado que as delegacias comuns não conseguiam atender aos casos de violência doméstica, complexos e multicausais, com a atenção necessária. No entanto, as situações de violência contra as mulheres até então eram tipificadas como “crimes de menor potencial ofensivo” segundo a Lei 9.099/95, a Lei dos Juizados Cíveis e Criminais (Jecrimis) (Barsted e Pitanguy 2013: 30).

No Brasil, somente em 2006, após forte articulação dos movimentos feministas nacionais com cortes internacionais, foi promulgada uma legislação específica para o tratamento dos casos de violência contra as mulheres - a Lei Maria da Penha. Tal Lei foi nomeada desta forma em homenagem à Maria da Penha Fernandes que, por mais de quinze anos, buscou reparação das violências vivenciadas (inclusive uma tentativa de homicídio que a deixou paraplégica) no Poder Judiciário Brasileiro, que foi omisso e não responsabilizou criminalmente seu agressor. Isso fez com que organizações nacionais encaminhassem o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, tendo como base a Convenção de Belém do Pará, da qual o país é signatário. Em 2001, o Estado brasileiro foi responsabilizado pela negligência no caso de Maria da Penha, com a recomendação de que uma legislação específica para o enfrentamento das violências contra as mulheres fosse sancionada no país (Agende 2004; Pandjjarjian 2006).

¹ Conforme dados do Mapa da Violência 2015 – Homicídio de Mulheres no Brasil. Para mais informações ver Waiselfisz 2015.

Assim, a Lei Maria da Penha homenageia uma mulher que, com muita luta, conseguiu que o Estado brasileiro fosse responsabilizado por sua omissão, não só com relação ao seu caso individualmente, mas tomando contornos coletivos aos casos de violências contra as mulheres na esfera doméstica e familiar, de forma generalizada. A partir deste momento e da formulação e promulgação da legislação, os movimentos feministas e de mulheres conseguiram que o Estado brasileiro se responsabilizasse e incorporasse a agenda de uma vida sem violência para as mulheres como uma das principais pautas da Secretaria de Política para as Mulheres e um dos principais focos de ação ao longo dos anos (Andrade 2017).

Esta Lei pode ser considerada como o ápice do ciclo de elaboração e implementação de políticas públicas de enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil, criando mecanismos para prevenir, punir e erradicar as violências contra as mulheres e prevendo que existam equipes multidisciplinares para que as mulheres que vivenciam tais violências recebam atendimento adequado (Brasil 2006; Brasília 2013: 11).

Mas a definição sobre a inovadora legislação não se deu sem tensões. Essas apareceram desde o momento de sua construção a partir da atuação de um consórcio de organizações não-governamentais feministas em parceria com a então Secretaria de Políticas para as Mulheres. Uma das mulheres envolvidas nesse processo afirma que houve “uma resistência enorme, mas estava convencida de que os Juizados Especiais Criminais (Jecrim) não foram criados para tratar crimes de violência contra a mulher” (Sarmento 2013: 43). Outra ativista envolvida lembra que “enquanto estava apenas no movimento de mulheres as opiniões eram mais homogêneas, quando passou para o Executivo é que começaram a surgir maiores divergências, principalmente no que se relacionava com o processo” (Sarmento 2013: 46).

Entre as inovações apresentadas pela LMP ao Sistema de Justiça brasileiro², observa-se o tratamento das violências contra as mulheres como crime e o estabelecimento do Estado como responsável para tratar tal problema, além de definir e tipificar a violência contra as mulheres como ações ou omissões baseadas na violência de gênero, bem como a impossibilidade de punição dos agressores com penas pecuniárias (multas e cestas básicas) (Brasil 2006).

Com relação ao Sistema de Justiça, a LMP regulamenta as principais prerrogativas para a implementação das ações, definindo, entre outras, as seguintes funções: ouvir sobre o fato, lavrar boletim de ocorrência e colher as provas materiais para esclarecimento sobre as agressões (Art. 12); garantir proteção policial e encaminhar ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, e, quando necessário, encaminhar às instituições da Saúde (Art. 11); aos juízes, recebido o processo criminal, caberá o prazo de 48 horas para decidir e expedir as medidas protetivas de urgência (Art. 18); e a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra as mulheres, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, que devem contar com equipe multidisciplinar para atendimento (psicossocial, jurídico e de saúde) (Arts. 14 e 19) (Brasil 2006: 21-28).

Em análises sobre a implementação da LMP de forma generalizada, a literatura nos indica alguns problemas, como, por exemplo: a insuficiência na criação de órgãos especializados de política para as mulheres com a função de promover a transversalização das perspectivas de gênero nas políticas públicas; inadequação nas estruturas jurídicas (varas e juizados) especializadas de atendimento às mulheres, com infraestrutura inadequada e

2 Compreendemos Sistema de justiça como um sistema global e integrado de diferentes instâncias de resolução de litígios, que não se circunscreve aos tribunais judiciais (Avritzer et al., 2014). O Sistema de Justiça Criminal brasileiro é composto pela Polícia Civil, Ministério Público, Defensoria Pública e Poder Judiciário, e, todos estes atuam no atendimento de situações de violência contra as mulheres (Pasinato 2012: 74).

despreparo dos profissionais; ausência de protocolos compartilhados de atendimento e encaminhamento das mulheres – o que faz com que eles sejam realizados de acordo com o ‘perfil’ dos profissionais que realizam o serviço; a participação das instituições jurídicas na rede de atendimento às mulheres se dá com resistências; e, por fim, um problema de nível macro, qual seja, a incompreensão sobre a violência baseada em gênero, suas especificidades e também sobre a Lei Maria da Penha, que fazem com que sua aplicação ocorra de forma parcial (Barsted e Pitanguy 2013: 99-102; Pasinato 2015: 535-538).

No entanto, apesar de ter se constituído como objeto de avaliação em diferentes arenas, a exemplo do próprio Judiciário, observa-se, ainda, uma lacuna no que diz respeito à relação que existe entre as arenas acionadas para o enfrentamento da violência. Seja de forma positiva, a demonstrar a violência como violação dos direitos das mulheres ou no sentido de culpabilização das mulheres vítimas, é indiscutível a relação imbricada que há entre judiciário, mídia e movimentos feministas no Brasil. Nosso objetivo aqui não é analisar se a mídia extrapola seus procedimentos e atua também enquanto um agente punitivo no nível da sociedade, com a exposição pública dos agressores. Mas, como veremos a seguir, observar as controvérsias estabelecidas acerca do entendimento da nova legislação brasileira promulgada com o intuito de “prevenir, punir e erradicar” (Brasil 2006) as situações de violência contra as mulheres.

3 - ANÁLISE DAS CONTROVÉRSIAS DISCURSIVAS

Como vimos anteriormente, a história da promulgação da Lei Maria da Penha é atravessada pela construção de um entendimento público da violência doméstica contra a mulher como um problema que demandava soluções específicas. Nesse processo de definição sobre qual o escopo, a abrangência e a própria necessidade da legislação em tela, o Judiciário e os meios de comunicação atuaram como instâncias fundamentais. O primeiro a partir da responsabilidade de julgar os casos que passavam a contar com uma legislação específica; o segundo pela forma como visibilizou a norma.

A imprensa é, ainda em tempos de acesso massivo às mídias digitais, a forma de circulação de informações e opiniões e a fonte de debates políticos, quer dentro de suas esferas formais (Gomes 2004; Miguel e Biroli 2010; Norris 2000) ou nos engajamentos discursivos cotidianos (Maia 2008; Mendonça 2006). A mídia funciona com “permanente circulação e rebatimento, instando os sujeitos a se tornarem seus interlocutores” de suas produções (Antunes e Vaz 2006: 50), em processos de contestação, resistência, crédito e descrédito. Os meios de comunicação e seus produtos têm sido objetos privilegiados para o entendimento de como discursos e debates se processam, quais vozes são mobilizadas e silenciadas e como temas ou assuntos passam a ganhar proeminência pública (Maia 2008).

Já o Poder Judiciário e suas instituições têm sido tema recorrente na Ciência Política. As leis, por exemplo, podem ser consideradas como aspectos centrais da política em que lutas são travadas e são também importantes instrumentos para que os governos possam implementar suas agendas junto à sociedade, bem como ser um meio de organização para os mesmos. Desta forma, deve-se pensar as leis não como mais um produto advindo da política, mas como uma parte constitutiva dela (Whittington et al. 2008: 3). O Poder Judiciário deve ser analisado, então, “como uma instituição política por definição”, não sendo apenas um aparato burocrático de aplicação da lei, mas uma instituição fundamental, sem a qual não é possível que falemos sobre Democracia e República (Filgueiras 2013: 262-263).

Os processos penais, por sua vez, são importantes e privilegiadas fontes de análise sobre a representação jurídica dos conflitos e crimes. Encontram-se neles todos os procedimentos que foram realizados por escrito: desde a apreensão do fato e sua tradução em fato criminal, passando por seus desdobramentos jurídicos onde há o julgamento de acordo com as leis. Há também a possibilidade de acompanhar todas as intervenções realizadas por agentes jurídicos que compõem o sistema, desde funcionários do cartório até as decisões dadas em casos de apelação aos recursos criminais (Izumino 2004: 221).

Aqui o Poder Judiciário está representado nas produções dos (as) desembargadores(as), a partir dos acórdãos judiciais. A escolha por analisar os acórdãos judiciais sobre a perspectiva de gênero se dá pelo fato de estes serem considerados como a “ponta do iceberg” do mundo jurídico. Se comparados ao volume de processos que adentram na primeira instância da justiça, o número de casos tramitando em segunda instância é relativamente pequeno, mas ainda assim, é um número bem expressivo para análises (Coacci 2013).

Já com relação a mídia, selecionamos notícias impressas veiculadas dois jornais de grande relevância nacional. Estudos anteriores indicam que a relação judiciário-mídia é dialógica. Há influência do judiciário sobre as pautas que serão trabalhadas nos jornais, como também há relação dos jornais com o posicionamento dos atores judiciais, como os advogados, especialmente nos casos em que eles estão envolvidos. Além disso, a cobertura impressa ganha maior relevo e importância do que aquelas televisionadas, o que pode indicar maior confiabilidade com relação aos repórteres impressos pelos magistrados (Drechsel 1989: 26-27). Logo, ao invés de uma relação apenas de conflitos entre posicionamentos e interesses, julgamentos prévios e injustos, a relação mídia-judiciário pode ser estabelecida de forma cooperativa e compatível (Drechsel 1989: 35).

No estudo de uma legislação tão importante como a Lei Maria da Penha, olhar para essas duas arenas pode ajudar a compreender como sentidos sobre as desigualdades de gênero circulam e se reafirmam em diferentes “âmbitos interacionais”. A ideia de âmbitos interacionais, tomada de Mendonça (2009), extrapola a construção de arenas espaciais em que sujeitos atuam em co-presença. O termo diz de “contextos em que atores se colocam em interação” (Mendonça 2006: 116), ainda que não partilhem um mesmo ambiente. Discursos são elementos que atravessam e constituem esses âmbitos, os quais são formados por “uma teia de relações que não começa nem termina com o enunciado” (Mendonça 2006: 117). Um acórdão ou uma notícia não encerram debates nem estancam a compreensão pública sobre a Lei Maria da Penha, mas são âmbitos importantes para entender as formas como a legislação se tornou alvo de debate.

Pensar em âmbitos interacionais é apostar também na compreensão acerca dos transbordamentos de sentidos sobre questões públicas em arenas diferentes. Jornais e tribunais operam com lógicas institucionais bastante distintas, mas, como mostraremos a seguir, as controvérsias comuns que se materializaram nas construções discursivas sobre a Lei Maria da Penha mostram como é salutar compreender o atravessamento de um debate em mais de uma arena.

De acordo com Mendonça (2009: 117), “as interações comunicativas expressam um tipo de relação que é corporificada pela linguagem e que se encontra imersa em contextos sócio-históricos e culturais”. Isso nos leva também a ressaltar que a análise dos âmbitos analisados se dá em períodos temporais similares e que os dois espaços estão imersos na co-construção social da realidade brasileira. Isto é, se os mesmos jornais e tribunais fossem observados em décadas anteriores, os achados apontariam para outra substância da controvérsia, ou mesmo, para sua inexistência, dada a não problematização da violência.

Ressaltamos ainda que “cada âmbito apresenta restrições e possibilidades às comunicações processadas em seu interior” (Mendonça, 2009: 120)³ e que essas particularidades de cada âmbito precisam ser consideradas. No tangente ao jornais, tomamos de Azevedo (2017) a conceituação complexa que entende sua inserção em uma determinada realidade a partir de características como público alvo, os grau de regulação institucional em um determinado país, o profissionalismo de seus agentes, sua construção organizacional e o partidarismo da audiência. O conteúdo discursivo é apenas uma parte visível enredada nesse todo.

Já o Poder Judiciário abarca uma enorme gama de processos e procedimentos próprios, que dizem respeito a diferentes etapas do fluxo da justiça. Tais processos são fontes privilegiadas de análise sobre conflitos de gênero e como estes podem ser absorvidos e tratados pelos agentes judiciais e como o fenômeno da violência é traduzido em um fato criminal (Izumino 2004: 221). No nosso caso, ao trabalharmos com as decisões dos colegiados de desembargadores da segunda instância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, nossa unidade de análise recai sobre os acórdãos judiciais. Estes são documentos que apresentam decisões colegiadas, em que há o voto de um(a) relator(a) que irá analisar as razões e contrarrazões do recurso que foi apresentado (Matos et al 2011: 84; Andrade 2017). O público alvo destas decisões podem ser tanto os próprios envolvidos nos processos quanto ocorrer uma alteração jurisprudencial do Tribunal, quando for o caso (dada a novidade do caso ou uma nova interpretação do fato). Logo, as decisões nos acórdãos possuem tanto contornos individuais direcionado às pessoas que nele estão envolvidas quanto coletivos

A ideia de controvérsia discursiva ou daquilo que esteve em disputa sobre a lei orientou nossa coleta do material empírico a ser analisado. Não trabalhamos com todas as menções à legislação nos âmbitos interacionais analisados, mas com aquelas em que havia algum tipo de embate, que apareceu tanto no jornal quanto no tribunal. Essas controvérsias comuns aos dois espaços apontam para a porosidade dos âmbitos interacionais (Mendonça 2009) e para a necessidade de observações que reflitam sobre as construções discursivas um problema público em mais de uma arena.

3.1 - Procedimentos de coleta

A coleta do material empírico nos dois âmbitos interacionais compreendeu o período entre 2006 e 2012, respectivamente o ano de promulgação da legislação e o ano da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a constitucionalidade da lei, uma das fortes controvérsias que veremos a seguir.

Para a compreensão de como se construíram as controvérsias sobre a Lei Maria da Penha no âmbito jornalístico, foram coletados 259 textos nos jornais Folha de S. Paulo e Globo, respectivamente com 104 e 155 textos em cada. Tal número conforma a totalidade de à legislação, em matérias notas, artigos, editoriais e colunas, a partir da busca pelas palavras-chave “lei maria da penha” e “lei 11.340/06”. Desse total, foram extraídos 141 textos que se adequavam à análise a partir dos pontos de tensão a serem enfocados (65 textos na Folha e 76 em O Globo). A escolha dos dois jornais se deu por serem os de maior circulação no país, além de periódicos que reconhecidamente atuam no agendamento de outros veículos. A análise quantitativa exploratória desses 141 textos revela um dado que colabora para justificar a importância de investigar os discursos nos âmbitos que

3 Somos gratas aos comentários das/os pareceristas anônimas/os da Teoria & Sociedade sobre a necessidade de esclarecer este ponto.

propusemos. O Judiciário é a fonte mais recorrente nos textos analisados (44%), seguido do aparato policial. Delegadas e juízas, especialmente, são ouvidas reiteradamente, seja para a narração de fatos como o aumento do número de denúncias, criação de delegacias e varas específicas ou para opinarem sobre a eficácia e aplicação da legislação.

Já com relação ao material empírico advindo do Judiciário, trabalhamos com os acórdãos judiciais da segunda instância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Este Tribunal foi selecionado pelo fato de ser de grande porte, e, assim, ter grande quantidade de processos julgados/em tramitação. Além disso, o processo de coleta dos acórdãos é facilitado, já que todos estão online no *site* da instituição (Matos et al. 2011), bem como este ser o único estado do sudeste a não apresentar quedas nos índices de violência contra as mulheres (Waiselfisz 2015). Foram coletados no site do Tribunal de Justiça de Minas Gerais todos os acórdãos a partir da chave de busca “violência mulher” nas ementas dos documentos. O total de acórdãos no período de 2006 e 2012 foi de 1.383. Posteriormente, foi feita uma amostra estratificada (acórdãos relatados por desembargadores homens e por desembargadoras mulheres), com um nível de confiança de 95%, e um intervalo de confiança de 10%. Com isto, trabalhamos nesta análise com 167 acórdãos referentes aos casos de violência contra as mulheres no estado de Minas Gerais que foram julgados pelas turmas colegiadas do Tribunal⁴.

3.2 - Análise

A análise procurou focar nos pontos comuns que aparecem como alvos de problematização tanto nos jornais analisados quanto nos acórdãos judiciais. Não se trata de estabelecer uma comparação entre os dois âmbitos, mas observar como pontos muito similares se mostraram como foco de tensão tanto nas notícias quanto nos acórdãos.

Uma análise de discurso qualitativa preocupada em perceber as aproximações entre as duas arenas foi empreendida entendendo o “uso construtivo da linguagem” (Gill 2002: 248), no sentido de que discursos não apenas nomeiam o que existe “lá fora”, mas são agentes de construção do mundo. Nesse sentido, nossa preocupação é “simultaneamente em analisar o discurso e em analisar o contexto interpretativo” (Gill 2008: 249). Olhamos para os textos escritos de acórdãos e notícias buscando entender essa figuração discursiva da legislação, em especial de suas controvérsias, observando “o quadro das instituições em que o discurso é produzido, as quais delimitam fortemente a enunciação” (Brandão 2012: 17).

Para este tipo de análise, o discurso é entendido como “prática social”. Como pontua Gill (2008: 248), “as pessoas empregam o discurso para *fazer* coisas - para acusar, para pedir desculpas, para se apresentar de maneira aceitável, etc. Realçar isto é sublinhar o fato de que o discurso não ocorre em um vácuo social”.

Adotamos os passos analíticos propostos por Gill (2008), entendendo que, como sustenta a autora, a “decisão de usar análise de discurso impõe uma mudança epistemológica” (idem: 251). O primeiro passo é o tipo de pergunta a ser feito aos discursos em tela. No caso deste artigo, nossa pergunta principal era: quais tensões comuns sobre a Lei Maria da Penha podem ser visualizadas nos dois âmbitos interacionais? Em seguida, realizamos as transcrições, com leitura e releitura do material, para seguir à codificação. Gill

4 A diferença na busca por palavras-chaves se dá pelo fato de que muitas matérias jornalísticas ao tratarem a violência contra a mulher não se reportam necessariamente à Lei Maria da Penha. Assim, para uma compreensão mais detida da circulação de conteúdo sobre a legislação optamos por não trabalhar com termos mais amplos.

(2008: 253) afirma que “as categorias usadas para a codificação serão, obviamente, determinadas pelas questões de interesse”. Na codificação, realizada e verificada por ambas as autoras, três controvérsias se mostraram proeminentes: a) acerca da constitucionalidade da legislação; b) acerca do tipo de ação penal – se condicionada ou incondicionada; e c) quais tipos de relação devem ser abarcadas pela legislação.

A observação de controvérsias se mostra pertinente dado que “a análise de discurso vê a vida social como sendo caracterizada por conflitos de vários tipos (...) grande parte do discurso está implicada em estabelecer uma versão do mundo diante de versões competitivas (Gill, 2008: 250)

a) Constitucionalidade

A constitucionalidade da legislação foi uma das questões controversas que apareceram tanto na mídia quanto nas decisões do tribunal.

No corpus jornalístico analisado, a primeira matéria sobre disputas interpretativas acerca da constitucionalidade da Lei Maria da Penha veio à tona após uma decisão judicial específica, em outubro de 2007. O juiz Edilson Rodrigues, da comarca de Sete Lagoas (MG), emitiu decisão com uma série de termos preconceituosos sobre a legislação, o que fez com que ficasse dois anos afastado do cargo. A referida decisão judicial também foi acionada dentro dos acórdãos dos desembargadores. No tribunal, foram identificados, cinco recursos a essa sentença do juiz. No trecho do acórdão abaixo, a magistrada responsável cita a forma como Edilson Rodrigues tratou a legislação.

Antes de adentrar propriamente a questão debatida pelo recorrente no presente apelo, não posso deixar de aqui registrar algumas ponderações sobre a decisão hostilizada pelo Parquet, cuja leitura trouxe-me estupefação em várias das considerações feitas pelo magistrado a quo. Permitir-me-ei citar alguns trechos bem elucidativos de tal decisão:

“Esta ‘Lei Maria da Penha - como posta ou editada - é portanto de uma heresia manifesta. Herética porque é anti-ética; herética porque fere a lógica de Deus (...). **O mundo é masculino! A idéia que temos de Deus é masculina! Jesus foi Homem!** (TJMG – Acórdão n. 10672072453166001 de 2008 – grifos nossos).

A sentença, retomada no acórdão acima do Tribunal de Minas Gerais, também foi reproduzida em uma matéria da Folha de São Paulo. Começou ali, a partir de “lances discursivos” (Maia 2008), a se desenhar na mídia analisada um debate sobre constitucionalidade da norma.

Alegando ver um “conjunto de regras diabólicas” e lembrando que “a desgraça humana começou por causa da mulher”, um juiz de Sete Lagoas (MG) considerou inconstitucional a Lei Maria da Penha e rejeitou pedidos de medidas contra homens que agrediram e ameaçaram suas companheiras. A lei é considerada um marco na defesa da mulher contra a violência doméstica (...). Em 12 de fevereiro, sugeriu que o controle sobre a violência contra a mulher tornará o homem um tolo. “Para não se ver eventualmente envolvido nas armadilhas dessa lei absurda, o homem terá de se manter tolo, mole, no sentido de se ver na contingência de ter de ceder facilmente às pressões” (...) “A vingar esse conjunto de regras diabólicas, a família está em perigo, como inclusive já está: desfacelada, os filhos sem regras, porque sem pais; o homem subjuga-**do”. Ele chama a lei de “monstrengo tihoso”. Rodrigues criticou ainda a “mulher**

moderna, dita independente, que nem de pai para seus filhos precisa mais, a não ser dos espermatozoides” (Para juiz, proteção à mulher é diabólica/ FSP/ 21.10.2007/ Cotidiano/ p.C13/grifos nossos).

Foram sucessivas matérias repudiando a atuação do juiz e reportando a abertura de um processo no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para apurar sua conduta. O juiz foi ouvido pelo periódico e explicou que “considerou a lei inconstitucional por tratar apenas da mulher e ignorar a condição doméstica do homem”⁵. A partir das sentenças, desdobradas nas matérias analisadas, a constitucionalidade da lei passou a ser objeto de outros proferimentos.

Ao considerar a legislação contrária à igualdade de direitos, o magistrado foi criticado pelo Executivo e por organizações de defesa dos direitos das mulheres. Segundo as perspectivas desses atores, manifestada nas notícias, o juiz não estaria visando à equidade de direitos e partiria de uma atitude discriminatória, com “juízo de valor”. Os trechos das matérias a seguir exemplificam essas posições.

A atitude desses juízes é machista. Em suas decisões, eles sequer apresentam embasamento teórico, e expõem argumentos que refletem discriminação contra a mulher – disse a ministra. Segundo Nilcéa, a Secretaria dos Direitos da Mulher recebe denúncias, pelo telefone 180, de casos de descumprimento da lei. A primeira delas, que resultou em representação no CNJ, foi contra o juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, de Sete Lagoas (MG), que responde a processo disciplinar (Ministra apresenta queixa contra magistrados no CNJ/ O Globo/15.08.2008/O País/p. 16/grifos nossos).

A moção de repúdio da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da assembleia de Pernambuco afirma: **“Ao recorrer a argumentos religiosos para justificar o arbítrio do homem sobre a mulher, o magistrado desconsidera o princípio da laicidade [direito do leigo] do Estado”**. Outro trecho, diz: “O juiz criminal tem como competência coibir a prática dos crimes a partir da condenação de seus autores, **nunca fazer juízo de valor acerca da legislação, sobretudo quando tal juízo dissemina preconceito**” (Órgão vai estudar medida legal contra posição de juiz de MG/FSP/21.10.2007/ Cotidiano/p.C7/grifos nossos).

O estranhamento à decisão do juiz foi levantado também no tribunal. O posicionamento do magistrado de Sete Lagoas foi repreendido pelos desembargadores do TJMG, mas uma fala em especial merece atenção. Proferida pela desembargadora Márcia Milanez, ela confronta o argumento se colocando como a única mulher na câmara em que atua.

Não obstante pudesse o magistrado a quo declarar incidentalmente a inconstitucionalidade da Lei nº 11.340/06, limitando-se aos argumentos jurídicos para tanto, preferiu tecer uma série de considerações absolutamente pessoais nas áreas da Religião, Psicologia, História e Filosofia, das quais aparenta julgar ser profundo conhecedor (inclusive convencido de conhecer “a lógica de Deus” ou ser versado nos anseios da “mulher moderna”), afastando-se da serenidade que o exercício da função exige, nos termos do art. 35, I, da Lei Complementar Federal nº 35/76.

5 ‘Fui mal interpretado’, diz juiz que ligou mulher à desgraça/FSP/25.10.2007/Cotidiano/p.C9

Outrossim, não cabem aqui maiores considerações sobre as inúmeras visões distorcidas manifestadas pelo magistrado a quo, tampouco refutá-las, eis que escapam ao exame desta Instância Revisora. Todavia, como mulher integrante desta Corte de Justiça, não poderia deixar de consignar que a compreensão assustadoramente preconceituosa explicitada nas palavras do magistrado a quo não condiz com o que medianamente se espera de um Poder Judiciário de um Estado Democrático de Direito em pleno século XXI. **Uma sentença que ficará registrada como uma mancha na histórica respeitabilidade da magistratura mineira e que, pela publicidade inerente às decisões judiciais, motivará chacotas e incredibilidade** (TJMG – Acórdão n. 10672072453166001 de 2008 – grifos nossos).

Em matéria do ano seguinte, 2008, o jornal O Globo ao falar dos números de homicídios no Brasil, retoma essa controvérsia da constitucionalidade da legislação, que se tornou ainda mais pública a partir do caso mineiro. É interessante observar que no acórdão acima a desembargadora demonstra preocupação com a “publicidade inerente às decisões judiciais”. Isto evidencia a relação dialógica mencionada anteriormente. Os desembargadores se preocupam com a forma com que serão retratados nos meios de comunicação e precisam dar respostas embasadas estritamente em argumentos jurídicos à sociedade. O judiciário, conforme já citamos anteriormente, é a fonte mais recorrentemente acionada para proferimentos sobre a Lei Maria da Penha nos dois jornais analisados. A preocupação com a “respeitabilidade” do Tribunal na fala da desembargadora se relaciona, também, com o processo mais amplo de inserção dos meios de comunicação na vida social (França 2006). Essa dificuldade de compreensão do Judiciário aparece na notícia a seguir:

Apesar de positiva, a lei às vezes esbarra na própria Justiça, já que alguns juízes se recusam a aplicá-la, julgando que o mecanismo discrimina o homem. O principal instrumento para combater a violência doméstica foi desenvolvido muito recentemente (...) Contudo, a legislação para criminalizar a violência doméstica nem sempre basta. No Brasil, vários juízes têm alegado que a lei é inconstitucional porque discrimina os homens. Algumas até pediram a submissão das mulheres como no passado (ONU: Brasil é um dos primeiros em homicídio/O Globo/13.11.2008/ O País/p.10/grifos nossos).

Essa controvérsia, não restrita a uma arena específica, foi solucionada em 2012 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), ao decidir por unanimidade pela constitucionalidade da lei. No argumento da decisão, se postulou a necessidade de assegurar direitos e garantias a grupos historicamente oprimidos, conforme retomado no texto midiático abaixo.

Em outro julgamento emblemático, em 9 de fevereiro, ao enfrentar o debate sobre a (in) constitucionalidade da Lei Maria da Penha (11.340/06) (...) o STF decidiu pela constitucionalidade da relevante medida protetiva. Argumentou que o Estado é partícipe da promoção da dignidade humana, cabendo-lhe assegurar especial proteção às mulheres em virtude de sua vulnerabilidade, sobretudo em um contexto marcado pela cultura machista e patriarcal. **Concluiu que a lei não estaria a violar o princípio da igualdade, senão a protegê-lo (...)** Realçou que **políticas estatais neutras podem ser fonte de discriminação indireta** (Direito à igualdade/ O Globo/31.05.2012/Opinião/p.7/grifos nossos).

É importante salientar os transbordamentos entre mídia e judiciário que apare-

cem no embate sobre a constitucionalidade da Lei Maria da Penha. Uma retroalimentação que passa pelo entendimento jornalístico de que essa era uma pauta pública (muito em função dos termos utilizados pelo juiz) e da preocupação de membros da instituição com essa exposição também pública. Para além disso, evidencia-se como a legislação, e a própria atuação do Judiciário, não está envolta apenas em mecanismos técnicos do Direito. Há uma dimensão moral que atravessa a própria aceitação da legislação como um instrumento legítimo, conforme se vê nas decisões do juiz e nos questionamentos suscitados por ela.

b) Representação/Ação

Outra controvérsia que aparece com força nas duas arenas diz respeito às condições de aplicação da Lei Maria da Penha, especialmente do tipo de ação penal, se condicionada ou incondicionada. O questionamento se dá em torno da necessidade ou não da representação da mulher em situação de violência para dar prosseguimento à ação que processaria o sujeito agressor.

A audiência específica para a manifestação da vontade da vítima em dar prosseguimento ou não ao processo tornou-se pública nos jornais e apareceu de diferentes formas nos acórdãos. Na matéria abaixo, a questão é descrita como uma “polêmica” que vem repercutindo no encaminhamento que os juízes e magistrados dão a questão.

Duas polêmicas foram analisadas no último ano pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça), o que vem influenciando e prevalecendo nas decisões das cortes estaduais: **1) A necessidade de a vítima manifestar a vontade de processar o agressor** e **2) A possibilidade de suspender o processo do agressor por um prazo, ao final do qual ele pode não ser condenado.** MPF, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e Advocacia-Geral da União defendem que a lei diz exatamente o contrário do que está expresso nesses três pontos seguidos país afora. Sustentam que as agressões devem ser alvo de processos independentemente da vontade da vítima e que é desnecessário que ela confirme a representação na frente do juiz. **Feministas, governo e MPF criticam ainda as suspensões de processo quando o agressor cumpre determinadas condições. Dizem que o benefício é vedado pela lei. O STJ e a maioria dos promotores defendem a medida como solução de conflitos** (Acordo quer fortalecer Lei Maria da Penha/FSP/14.03.2011/Cotidiano/p. C5/grifos nossos).

De fato, conforme mostram os acórdãos do tribunal mineiro, este ponto não se dava sem tensões. Há desembargadores que entendem não é necessária “qualquer tipo de manifestação da vítima”, como no trecho a seguir.

Penso mesmo que a pretensa aplicação do art. 88 da Lei Federal 9.099/95 ao caso é contrária à própria disposição do art. 41 da Lei Federal 11.340/07, que tem sustentação no art. 226, § 8º, da Constituição Federal e as condições de paz familiar suscitam aspectos metajurídicos impróprios à análise jurisdicional, mesmo porque, **se o próprio legislador resolveu por bem tornar a ação penal pública incondicionada nas hipóteses de lesões corporais leves e culposas que envolvessem violência doméstica sem fazer alusão à representação, por certo que não seria o Poder Judiciário o órgão próprio para suscitar condições outras, se não cancelar a própria opção da política legislativa estabelecida, por não conflitar com o regime de garantias constitucionais e o fato é que, seja como for, a ação penal será sempre pública**

incondicionada e a representação é inexigível, não permitindo qualquer tipo de manifestação da vítima, menos ainda arrependimento ou retratação (TJMG – Acórdão n. 10024078064052001 de 2008 – grifos nossos).

De outro lado, há a compreensão no colegiado de que é imprescindível a representação “da vítima” para que a agressão prossiga com apuração judicial.

Nada obstante minha anterior manifestação sobre a questão posta nesses autos, quando do julgamento do R.S.E n.1.0024.08.936283-4, no qual, acompanhei o voto do eminente relator, Des. Doorgal Andrada, no sentido de ser pública incondicionada a ação penal nos crimes de lesões corporais leves e culposas qualificadas pela violência doméstica (art.9º, do art.129, do Código Penal), refletindo melhor sobre o tema, cheguei à conclusão que em tais hipóteses **a ação penal é pública condicionada**. Esse posicionamento se origina da exegese sistemática das disposições vertidas no art. 12, I, § 1º, e art. 16, ambos da Lei nº 11.340/2006, denominada “Lei Maria da Penha”, **dos quais decorre a convicção de que as lesões corporais da vítima originadas no ambiente doméstico serão apuradas, judicialmente, somente mediante a sua indispensável representação** (TJMG – Acórdão n. 10024075071225001 de 2009 – grifos nossos).

O debate em torno da obrigatoriedade da representação das mulheres, no Judiciário, diz respeito à grande polêmica que envolveu a legislação 9.099/95, que, até a implementação da Lei Maria da Penha incorporava os casos de violência contra as mulheres. Nela, os crimes eram tratados como sendo de “menor potencial ofensivo” e, para que fosse instaurado o processo, era necessária a representação da mulher. Com a promulgação da LMP, os crimes domésticos e familiares contra as mulheres passam não ser mais de “menor potencial ofensivo” e demandam instauração do processo imediatamente, independente da representação, além de não necessitar que a própria mulher realize a denúncia junto ao corpo policial (Andrade 2017).

Já no âmbito midiático, a ideia da promoção da ação penal independente da vontade da mulher motivou artigos nos jornais sobre o livre arbítrio. Entretanto, é possível perceber que mais do que uma preocupação com a mulher vítima de violência, ainda está implícita uma ideia de preservação da família.

Promover ação penal no caso de lesões leves, à revelia da mulher, seria **mais uma forma de violentar a vontade dela**. A discussão não é se esses agressores devem ser punidos ou não – não há dúvida que devem -, mas sim se a atuação punitiva do Estado nestes casos mais leves não deve respeitar a vontade da mulher. **Afinal, mais importante que proteger a mulher contra pequenas lesões é proteger seu direito ao livre arbítrio, à livre escolha**. Quando quiser mandar o **pai de seus filhos** para a cadeia, sua palavra deve ser levada em conta, mas enquanto preferi-lo em casa, porque é mal menor do que não ter um pai para educar seus filhos, sua vontade deve ser respeitada (A vontade da mulher/ O Globo/27.05.2011/Opinião/p.7/grifos nossos).

Um debate sobre autonomia mediante a escolha do tipo de ação também se fez visível nas duas arenas. Primeiro, no acórdão abaixo, identificamos como a possibilidade de escolha aparece no texto do desembargador fortalecendo “a figura da vítima na punição”. Em seguida, no artigo de opinião, critica-se a ideia de uma autonomia que vale

para algumas coisas (divórcio, por exemplo) e não para outras (decisão sobre processar o agressor).

Após bastante reflexão, posicionei-me no sentido de que a vedação prevista no artigo 41 da Lei 11.340/06, é genérica, relativa, cingindo-se tão somente ao rito procedimental e aos benefícios despenalizadores inculcados na Lei dos Juizados Especiais, tais como composição civil dos danos, transação penal e suspensão condicional do processo, estando alheia à autonomia volitiva da vítima. É que fazendo interpretação sistemática e teleológica da Lei Maria da Penha, objetivando harmonizar a regra do seu artigo 41, com a norma específica do artigo 12 inciso I, concluo que o legislador não dispensou a representação nos crimes de lesão corporal em violência doméstica. Ao contrário, reforçou a figura da vítima mulher na punição do seu cônjuge agressor, ao estabelecer a oportunidade de exercer ou não o direito de prosseguir na ação, tanto o é que possibilitou no artigo 16 a designação de audiência especial, com o fim de poder se retratar, cercada de garantias como a presença do Juiz e a oitiva do Ministério Público. **Essa oportunidade de a vítima requerer o prosseguimento ou não da ação penal atende ao seu direito íntimo, sendo certo que muitas vezes o desgaste advindo de um processo pode vir a superar os sofrimentos acarretados pela própria violência em si perpetrada** (TJMG – Acórdão n. 10027071142890001 de 2010 – grifos nossos).

As implicações não são triviais: a mulher deve ser livre para abortar, divorciar-se e --por que não?-- definir se processa ou não o companheiro agressor (Feminismo e autonomia/ Hélio Schwartsman FSP/11.02.2012/Opinião/A2/grifos nossos).

A decisão final sobre a forma de ação penal também veio, em 2012, do Supremo Tribunal Federal (STF), conforme notícia abaixo.

Por 10 votos a 1, o Supremo Tribunal Federal (STF) **decidiu ontem que qualquer pessoa, e não apenas a mulher vítima de violência doméstica, pode comunicar a agressão à polícia.** Além disso, o Ministério Público poderá apresentar a denúncia contra o algoz mesmo contra a vontade da mulher. Hoje, apenas a vítima pode representar contra o agressor em caso de lesões corporais leves, e a denúncia fica condicionada à autorização da vítima – que, em muitos casos, muda de ideia, retira a ocorrência e o caso termina arquivado (...) A maioria dos ministros afirmou que **uma mulher agredida, normalmente, tem o próprio companheiro como algoz e, por receio de represálias, deixa de registrar ocorrência por atos de violência.** Por isso, seria uma afronta ao princípio constitucional da dignidade humana obrigá-la a fazer a representação para que o agressor tivesse alguma chance de ser punido (STF amplia denúncia na Lei Maria da Penha/ O Globo/10.02.2012/O País/p.12/grifos nossos).

O debate no STF, reproduzido nos jornais, teve um voto dissonante, o do ministro Cezar Peluso. Para ele, a forma incondicionada não dá conta de refletir a diversidade de contextos em que a violência ocorre e as possibilidades de restauração de vínculos.

Único voto contrário, **o ministro Cezar Peluso argumentou que a mudança poderia causar uma tensão familiar no caso de a vítima ter reata-**

do com o agressor e não poder interromper a ação. “O fato de ser ação pública não impede que o parceiro se torne violento. Pelo contrário, acirra a violência, porque ele sabe que estará sujeito a uma situação que escapa à sua possibilidade de intervenção e da sua mulher”(…) (Maria da Penha vale até sem a queixa da vítima, diz STF/FSP/10.02.2012/Cotidiano/p.C6/grifos nossos).

A Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.424, de 2010, aprovada em maio de 2012, determinou que nos casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres a ação é incondicionada à representação da vítima, ou seja, são independentes de que a mulher vá e represente contra o agressor (Biroli 2016: 39-40). Dentre as razões da decisão, observa-se a necessidade de evitar a ainda tolerância existente no Estado com relação às violências contra as mulheres. Segundo Biroli (2016), esta decisão fez com que fosse dado mais um passo adiante na entrada do Estado no ambiente doméstico, que já havia sido propiciado pela promulgação da Lei Maria da Penha em 2006. Para a autora, caso fosse optado pela neutralidade dos procedimentos, ou seja, pela condicionalidade da representação e deixado sob responsabilidade exclusiva da mulher o início do processo criminal, estar-se-ia cometendo um erro “em garantir a manutenção da violência, e não o exercício da autonomia por parte das mulheres” (Biroli 2016: 47). Cabe ressaltar que este ainda é um tema latente de embate interno no Judiciário, com a intervenção recente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reafirmando que a ação é pública incondicionada.

c) A quem se aplica

A aplicação da legislação, os vínculos possíveis e os sujeitos que deveriam ser protegidos por ela também se mostraram de forma controversa nos dois âmbitos interacionais analisados.

No tribunal, levanta-se como “solução” a extensão da Lei Maria da Penha para qualquer violência no ambiente doméstico, independente da mesma ser perpetrada contra a mulher ou o homem.

Ora, se a norma constitucional garante não apenas a igualdade de direitos entre homens e mulheres (art. 5º, I), cria a necessidade de o Estado coibir a violência no âmbito de relações familiares (art. 226, § 8º) e confere competência legislativa à União para legislar sobre direito penal e processual penal (no art. 22, I), **não há dúvida de que a Lei Federal 11.340/06 deve ser interpretada afastando-se a discriminação criada e não negando vigência à norma por inconstitucionalidade que é facilmente superada pelo só afastamento da condição pessoal de mulher nela existente. Basta ao intérprete afastar a condição pessoal de mulher em situação de risco doméstico, suscitada na sua criação, para que não haja qualquer inconstitucionalidade possível, estendendo-se os efeitos da norma em questão a quaisquer indivíduos que estejam em idêntica situação de violência familiar, ou doméstica, sejam eles homens mulheres ou crianças.** A leitura da Lei Federal 11.340/06, sem a **discriminação** criada, não apresenta qualquer mácula de inconstitucionalidade, **bastando afastar as disposições qualificadoras de violência doméstica à mulher, para violência doméstica a qualquer indivíduo da relação familiar**, para que seja plenamente lícita suas disposições (TJMG – Acórdão n. 10024074906249001 de 2011 - grifos nossos).

Nos jornais, essa discussão apareceu a partir de uma notícia em que se conjectu-

rou a aplicação da legislação para relações homossexuais masculinas. É preciso esclarecer que o texto legal prevê a aplicação em casos de relações homossexuais femininas.

O juiz Omar Pacheco, da comarca de Rio Pardo, concedeu medida protetora a um homem que afirmou estar sendo ameaçado por seu ex-companheiro, após o fim do relacionamento. A sentença proíbe que o réu se aproxime a menos de 100 metros da vítima. **Ao justificar a decisão, o juiz reconheceu que a ideia original da lei era dar mais segurança às mulheres, mas destacou que toda pessoa em situação vulnerável pode ser beneficiada.** Ele argumentou que o artigo 5º da Constituição diz que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Sendo assim, **toda a vítima de violência doméstica merece a proteção da lei, mesmo que seja do sexo masculino** (No Sul, juiz aplica Lei Maria da Penha em relação gay/ O Globo/27.02.2011/O País/p.15).

Outro acontecimento também motivou a discussão sobre o sujeito concernido da legislação. Uma criança, à espera de adoção, foi agredida por uma procuradora aposentada, de quem estava sob guarda, em 2010. O processo foi encaminhado pelo advogado da acusada aos juizados de violência doméstica, para fins de amenização da pena. À época, as notícias ouviram Maria da Penha Fernandes, que se mostrou contrária a possibilidade.

Pela manhã, o advogado de Vera Lúcia Soares, Jair Leite Pereira, achou que a sua cliente responderia por um crime com pena menor, lesão corporal, pois o juiz Roberto Câmara Lacé Brandão, que estava em exercício na 32ª Vara Criminal, declinou de sua competência e enviou o caso para o 1º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. **A pena por tortura, com agravante, chegaria a dez anos de prisão. Já lesão corporal teria pena de até três anos (...)** Para a cearense, a lei que leva seu nome só se aplica à casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Apesar de considerar que a lei poderia ser aplicada nesse caso por se tratar de uma menina, ela acha que a primeira decisão abrandaria a punição: - **Entendo a lei Maria da Penha como a maioria das pessoas. Deve ser aplicada nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Se fosse um menino, não caberia (usar a lei). Então pela vítima ser uma criança do sexo feminino a pena vai ser amenizada?** E se fosse um menino, com que lei o juiz trabalharia? (De procuradora a procurada/O Globo/06.05.2011/Rio/p.14/grifos nossos).

Nos textos acima, nota-se desconhecimento da necessidade da discriminação positiva criada pela Lei Maria da Penha em favor das mulheres, bem como das estatísticas criminais sobre as violências contra as mesmas. Esses argumentos são prejudiciais não apenas no nível da aplicação formal da lei. Elas incidem sobre um processo mais ampliado de entendimento acerca das violências contra as mulheres, da complexidade que as perpassam e mais, do ciclo da violência. Esta complexidade com relação se a Lei se destina às crianças mulheres também foi observado nos acórdãos judiciais, como pode ser observado abaixo.

Dispõe o art. 2.º da Lei 11.340/06, verbis: Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. Portanto,

de acordo com o artigo acima transcrito, toda mulher, independentemente de sua idade, pode ser vítima de crime de violência doméstica, sendo cabível a aplicação da Lei 11.340/06.

(...) Logo, de acordo com o art. 2.º, da Lei 11.340/2006, a Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher é competente para processar e julgar os feitos que envolvem crianças (TJMG – Acórdão n. 10000100214162000 de 2010).

No entanto, este é um entendimento equivocado apresentado por parte dos desembargadores do TJMG, que entendem que a Lei Maria da Penha deveria ser aplicada a todas as pessoas da família, independentemente da idade, desde que fosse do sexo feminino. Segundo decisão do STJ (STJ - HABEAS CORPUS HC 172784 RJ 2010/0088351-5 (STJ)), no ano de 2011, a compreensão é de que a condição da criança é o que faz com que a violência ocorra, tendo em vista “a incapacidade de resistência da vítima diante das agressões”.

Como vimos reforçando até este momento, as decisões se dão a partir de controvérsias, embates e disputas discursivas. O entendimento a respeito da LMP não é consensual e coadunam posicionamentos retrógrados, com o posicionamento da família primordialmente aos direitos das mulheres com aqueles que apresentam discursos mais progressistas e que privilegiam os direitos humanos destas mulheres em situação de violência. É por isso que se fazem necessárias posições que no âmbito jurídico que se concentrem criticamente no escopo de aplicação da lei, de formas a resguardar os direitos das mulheres e também a prevenir violências futuras mais agravantes. Ao acionar a ideia de uma “desigualdade”, que foi “estatisticamente constatada” o magistrado abaixo colabora para uma ratificação da necessidade de uma legislação específica.

Em suas razões, o apelante argüiu, preliminarmente, a inconstitucionalidade da Lei 11.340/2006, ao fundamento de que sua aplicação fere os princípios constitucionais da isonomia e da individualização da pena. Todavia, ao contrário do alegado pela defesa, a lei que trata dos delitos cometidos em âmbito doméstico, cuja finalidade é buscar métodos coercitivos à violência doméstica e familiar contra a mulher, não fere qualquer princípio constitucional, já tendo sido inclusive recepcionada pelo ordenamento jurídico. (...) **Estatisticamente constatada, esta desigualdade resultava na maior parte da violência ocorrida no âmbito familiar. Mediante tal situação, exigiu-se do Estado melhor proteção da ofendida e, também, maior reprovação da conduta do seu agressor. A par disso, o legislador, diante dessas desigualdades e a necessidade de sua redução, buscando uma convivência mais harmônica, elaborou a respectiva Lei** (TJMG – Acórdão n. 10024074645813001 de 2010).

Uma compreensão mais robusta do fenômeno da violência contra a mulher e da implementação da legislação passa por assentar um entendimento comum de que as mulheres historicamente sofreram agressões em âmbito familiar e doméstico de forma recorrente e estrutural. Esse entendimento, por sua vez, está também inscrito, ainda que não restrito, ao processo poroso entre pautas que saem do judiciário e emergem na mídia e da visibilidade midiática que aciona decisões do judiciário.

Este artigo se debruçou sobre controvérsias discursivas que apareceram na mídia e no judiciário brasileiros sobre a Lei Maria da Penha. Empiricamente, a análise empreendida observou ocorrências em textos dos jornais O Globo e Folha de S. Paulo e em acórdãos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, durante os anos de 2006 a 2012. A partir de análise qualitativa do discurso, focada nos pontos de tensão da lei comuns às duas arenas, buscamos refletir sobre como os embates entre pontos fundamentais da legislação atravessaram os textos analisados.

Partindo da ideia de que mídia e judiciário são dois “âmbitos interacionais” (Mendonça, 2006) e em constante diálogo (Drechsel 1989), com inserção em diversas arenas da vida social, em especial quando relacionados às questões como a violência contra a mulher, investigamos a forma como a legislação se tornou alvo de disputa. Três questões se mostraram controversas nos dois âmbitos e dizem respeito à: constitucionalidade da legislação, ao tipo de ação penal necessário e as relações que deveriam ser protegidas pela lei. Ao focar nos três pontos, não afirmamos que não há tensões para além deles, contudo, foram os que mobilizaram discursos antagônicos nas duas arenas.

Se a legislação é constitucional ou se fere o princípio da igualdade entre todos, se as mulheres em situação de violência devem ser as únicas a terem a prerrogativa de iniciar um processo contra o agressor e se outros sujeitos, para além das mulheres, poderiam ser concernidos pela lei se mostram debates profícuos para refletir sobre a compreensão da desigualdade de gênero estrutural na qual se inscrevem as dinâmicas violentas contra as mulheres.

Quando observados de forma conjunta, os dois âmbitos ajudam a evidenciar a necessidade de uma agenda de pesquisa que pense a porosidade de vozes, discursos e proferimentos. No caso de legislações que incidem em questões tão sérias e ao mesmo tempo arraigadas nas dinâmicas sociais, tal como a Lei Maria da Penha, parece cada vez mais salutar entender esse transbordamento entre mídia e Judiciário.

Outro ponto que merece atenção futura em ambas as arenas é sobre o que não é dito. Gill (2008: 255) instiga a pensar que

ao mesmo tempo em que examinam a maneira como a linguagem é empregada devem também estar sensíveis àquilo que não é dito - aos silêncios. Isso, por sua vez, exige uma consciência aprimorada das tendências e contextos sociais, políticos e culturais aos quais os textos se referem.

É sabido que historicamente os meios de comunicação de massa não possuem uma agenda favorável ao enfrentamento da desigualdade de gênero e dos direitos das mulheres (Byerly e Ross: 2006)⁶. Do outro lado, a incorporação das mulheres na carreira do Poder Judiciário ainda ocorre com entraves e constrangimentos, fazendo com que no alto escalão deste Poder a maior parte dos componentes sejam homens brancos. Isto faz com que a principal perspectiva apresentada ao longo dos julgamentos, mesmo que supostamente neutros, sejam masculinas. Desta forma, muito já se disse sobre as formas de o Judiciário ser mais um reprodutor da violência contra as mulheres, a partir de regras e instituições que exacerbam resquícios patriarcais e racistas (Facio e Fries 2005). Essa relação entre os dois âmbitos aponta ainda para a urgência de reforçar tanto padrões mais igualitários nos discursos que circulam no cenário macro de visibilidade nas notícias quanto naqueles circunscritos aos acórdãos judiciais.

6 Para dados sobre a presença de mulheres na mídia, consultar <http://whomakesthenews.org/gmmp-2015>. Acesso em 26.07.18

REFERÊNCIAS

- Agende. 2004. *10 anos da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, Convenção Belém do Pará*. Agende Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento – Brasília: Agende. 36 p.
- Andrade, Luciana V. R. 2017. *Nas linhas da Justiça: Uma análise feminista sobre os acórdãos judiciais de violência contra as mulheres do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (1998-2015)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.
- Antunes, Elton; Vaz, Paulo Bernard. 2006. Mídia: um aro, um halo e um elo. In: Guimarães, César; França, Vera (orgs.). *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. Belo Horizonte: Autêntica. p. 43-60
- Avritzer, Leonardo; Marona, Marjorie; Gomes, Liliam. 2014. *Cartografia da justiça no Brasil: uma análise a partir de atores e territórios*. São Paulo : Saraiva.
- Azevedo, Fernando. 2017. *A grande imprensa e o PT (1989-2014)*. São Carlos: Edufscar.
- Barsted, Leila Linhares; Jacqueline Pitanguy. 2013. *Violência contra a mulher e acesso à justiça. Estudo comparativo sobre a aplicação da Lei Maria da Penha em cinco capitais. Relatório final*. Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA).
- Biroli, Flavia. 2016. Autonomia, preferências e assimetria de recursos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 31, n. 90. p. 29-57.
- Brandão, Helena. 2012. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Ed. Unicamp.
- Brasil. 2006. *Lei número 11.340*. Lei Maria da Penha, de 7 de agosto de 2006. Brasília, Conselho Nacional de Justiça. 2013. *O Poder Judiciário na aplicação da Lei Maria da Penha*. Conselho Nacional de Justiça. Brasília: CNJ.
- Byerly, Carolyn; Ross, Karen. 2006. *Women and media: a critical introduction*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- Coacci, Thiago. 2013. A Pesquisa com Acórdãos nas Ciências Sociais: Algumas Reflexões Metodológicas. *Mediações*, v. 18, n. 2, p. 86-109.
- Drechsel, Robert E. 1989. An Alternative View of Media-Judiciary Relations: What the Non-Legal Evidence Suggests About the Fair Trial-Free Press Issue. *Hofstra L. Rev.*, v. 18, p. 1-36
- Facio, Alda; Fries, Lorena. 2005. Feminismo, género y patriarcado. *Revista sobre enseñanza del Derecho de Buenos Aires*. n. 6. p. 259-294
- Filgueiras, Fernando. 2013. Accountability e Justiça. In: Avritzer, L. et.al. *Dimensões Políticas da Justiça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2013, p. 261-268.
- França, Vera. 2006. Sujeito da comunicação, sujeitos em comunicação. In: Guimarães, César; França, Vera (orgs.). *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. Belo Horizonte: Autêntica. p. 61-88
- Gill, Rosalind. 2008. Análise de discurso. In: Bauer, M.; Gaskell, G. *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes. p. 244-270.
- Gomes, Wilson. 2004. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus.
- Gregori, Maria Filomena. 1993. *Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS.
- Izumino, Wânia Pasinato. 2004. *Justiça e violência contra a mulher. O papel do Sistema Judiciário na solução dos conflitos de gênero*. São Paulo : FAPESP/Annablume, 2ª Ed.
- Maia, Rousiley. 2008. *Mídia e deliberação*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

- Marona, Marjorie Corrêa; Da Rocha, Marta Mendes. 2017. Democratizar a jurisdição constitucional? O caso das audiências públicas no Supremo Tribunal Federal. *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, n. 62. p. 131-156.
- Matos, Marlise et al. 2011. *Acesso ao Direito e à Justiça Brasileiros na Perspectiva de Gênero/Sexualidade, Raça/Etnia: Entre o Estado e a Comunidade*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
- Mendonça, Ricardo Fabrino. 2006. Mídia e transformação da realidade. *Comunicação e política*. v. 24, n° 2. p.9-38.
- Miguel, Luis Felipe; Biroli, Flávia (orgs.). 2010. *Mídia, representação e democracia*. São Paulo: HUCITEC.
- Mendonça, Ricardo Fabrino. 2009. *Reconhecimento e Deliberação: as lutas das pessoas atingidas pela hanseníase em diferentes âmbitos interacionais*. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte.
- Norris, Pipa. 2000. *A virtuous circle: political communication in postindustrial societies*. Cambridge: University Press.
- Pandjjarjian, Valéria. 2006. Balanço de 25 anos da legislação sobre a violência contra as mulheres no Brasil. In: Diniz, Carmen Simone G.; Silveira, Lenira P. da. *Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher (1980-2005). Alcances e Limites*. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. Texto on-line disponível em: www.mulheres.org.br/25anos. p. 1980-2005
- Pasinato, Wânia. 2012. *Acesso à Justiça e violência contra a mulher em Belo Horizonte*. São Paulo. Annablume; Fapesp.
- _____, Wânia. 2015. Oito anos de Lei Maria da Penha. Entre avanços, obstáculos e desafios. *Revista Estudos Feministas*, v. 23, n. 2. p. 533-545
- Pinto, Céli Regina Jardim. 2003. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Sarmiento, Rayza. 2013. *Entre tempos e tensões: o debate mediado sobre a Lei Maria da Penha (2001-2012)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.
- Waiselfisz, Julio Jacobo. 2015. *Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro: CEBELA/FLACSO.
- Whittington, Keith E.; Kelemen, R. Daniel; Caldeira, Gregory A. 2008. *The Oxford Handbook of Law and Politics*. Oxford University Press.